

ESTUDOS & PESQUISAS
INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

54

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS
UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA
DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

2024

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Marcio Pochmann

Diretora-Executiva
Flávia Vinhaes Santos

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Elizabeth Belo Hypólito

Diretoria de Geociências
Ivone Lopes Batista

Diretoria de Tecnologia da Informação
Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
José Daniel Castro da Silva

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Paulo de Martino Jannuzzi

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais
Cristiane dos Santos Moutinho

Errata

Foram identificados erros na página 72, nota de rodapé 36, substituição de "ensino" por "educação"; na página 77, última linha do 1º parágrafo, referência equivocada a tabela do plano tabular da Internet, utilização de versão anterior do Gráfico 7; na página 79, utilização de versão anterior do Gráfico 9; na página 80, utilização de versão anterior do Gráfico 11; na página 81, linha 1, substituição de "ensino" por "educação", linha 14, substituição de "é foi" para "foi", correção da data do Gráfico 12, de "2022" para "2023"; na página 82, Gráfico 13, não constava a Unidade da Federação de Alagoas. Todos os erros foram corrigidos.

Ministério do Planejamento e Orçamento
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 54

Síntese de Indicadores Sociais

**Uma análise das condições de vida
da população brasileira
2024**



Rio de Janeiro
2024

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 Estudos e pesquisas

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional. A série Estudos e pesquisas está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4641-4

© IBGE. 2024

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato J. Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca, Informação e Memória

Síntese de Indicadores Sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2024 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2024.
180 p. : il. , mapas color. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 54).

Inclui glossário.
ISBN 978-85-240-4641-4

1. Indicadores sociais. 2. População - Condições sociais. 3 . População - Condições econômicas. 4. População - Estatísticas. 5. Custo de vida. 6. Levantamentos domiciliares. 7. Qualidade de vida. 8. Renda. 9. Habitações. 10. Educação. 11. Mercado de trabalho. 12. Saúde. I. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. II. Série.

CDU 311.141:308(81)
SOC

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Estrutura econômica e mercado de trabalho	11
Economia e mercado de trabalho	12
Mercado de trabalho por grupos populacionais específicos	18
Perfil dos jovens que não estudam e que não estão ocupados ...	27
Padrão de vida e distribuição de rendimentos	35
Transferências condicionadas de renda: características e impactos sobre a estrutura do rendimento domiciliar no período pós-pandemia de COVID-19	36
Distribuição de rendimentos	45
Linhas de pobreza monetária e as populações consideradas pobres no Brasil	51
Distribuição espacial da pobreza e extrema pobreza	56
Perfis de população por nível de rendimento	57
Condições de moradia da população em situação de pobreza ou extrema pobreza	61

Educação	67
Frequência e atraso escolar	68
Taxa de analfabetismo e nível de instrução	81
Condições de saúde	87
Contexto econômico e social	88
Ciclo de vida	92
Condições de vida segundo estratos geográficos	119
Referências	133
Anexos	
1 Notas sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua	149
2 Grupamentos e divisões de atividades adotadas na PNAD Contínua	151
3 Notas explicativas da PNAD Contínua tais como utilizadas na Síntese de Indicadores Sociais 2024	153
4 Notas sobre o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN	156
5 Notas sobre o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES	158
6 Notas sobre o Painel de Monitoramento de Tratamento Oncológico: Painel-Oncologia	160
Glossário	163

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com a presente publicação, disponibiliza à sociedade a *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2024*, que tem como objetivos sistematizar e apresentar um conjunto de informações relacionadas à realidade social do País. Para tal, a partir de temas estruturais de grande relevância, são delineadas as principais características observadas nos diferentes grupos populacionais, sob a perspectiva das desigualdades sociais.

Nesta edição, os temas estão organizados em cinco eixos fundamentais e complementares: **Estrutura econômica e mercado de trabalho; Padrão de vida e distribuição de rendimentos; Educação; Condições de saúde; e Condições de vida segundo estratos geográficos**. Adicionalmente, novas abordagens são apresentadas em relação às edições anteriores, tais como: avaliação, ainda experimental, de variados indicadores de condições de vida para alguns estratos de Municípios, cujo recorte geográfico, desenvolvido pelo IBGE, objetiva conferir maior granularidade espacial às informações investigadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua¹; análise das condições de moradia, contemplando não apenas a estrutura física dos domicílios, mas também a condição de pobreza monetária; e exame dos aspectos econômicos e sociais que influenciam a saúde da população e o seu acesso potencial a bens e serviços relacionados, com destaque para as desigualdades regionais observadas.

¹ Informações metodológicas sobre a estratificação da pesquisa e o cálculo das estimativas para o recorte de estratos de Municípios estão disponibilizadas no endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101933.pdf>.

Como de praxe, os recortes por grupos populacionais que subsidiam as análises das desigualdades por gênero, cor ou raça e grupos de idade são estudados de forma transversal ao longo dos capítulos, e os indicadores, alguns deles novos em relação a edições pregressas, são apresentados por temporalidades variadas, tendo como norte a formação de séries históricas, com vistas ao acompanhamento da evolução de tais estatísticas.

Considerando-se a variedade e a complexidade dos temas abordados, foram utilizadas distintas bases de dados para a obtenção das principais informações de referência do presente estudo. Sempre que possível, a fim de contemplar os objetivos das análises, as desigualdades sociais foram investigadas segundo desagregações geográficas diversas – Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais, incluindo, nesta edição, em caráter experimental, também o recorte de estratos de Municípios para abordagem do tema **Condições de vida segundo estratos geográficos**, como frisado anteriormente.

Entre as fontes de informação institucionais, foram consideradas as seguintes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua; Projeções da População; Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF; Censo Demográfico; Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e Sistema de Contas Nacionais - SCN. Como fontes de informação externas ao Instituto, foram utilizadas: Censo Escolar da Educação Básica e Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, vinculado ao Ministério da Educação, e as seguintes bases de dados do Ministério da Saúde: Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM; Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN; Painel de Monitoramento de Tratamento Oncológico - Painel-Oncologia; Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações - SI-PNI; Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN; e Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúdes - CNES. Para comparações internacionais, foram consultadas informações da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD); indicadores globais de desenvolvimento do Banco Mundial (World Bank) e da Divisão de População das Nações Unidas (United Nation Population Division); base de dados global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Divisão de Estatística das Nações Unidas (United Nation Statistics Division - UNSD); e estatísticas provenientes da plataforma The Global Health Observatory, da Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO).

Um amplo conjunto de dados apresentados nesta publicação encontra-se disponível no portal do IBGE, que oferece, ainda, a versão digital da publicação, em formato PDF, e o plano tabular completo de cada capítulo da Síntese de Indicadores Sociais 2024, nos formatos xls e ods.

Elizabeth Belo Hypólito
Diretora de Pesquisas

Introdução

O pioneirismo do IBGE na produção de indicadores sociais remete à criação, em 1973, do Grupo Projeto de Indicadores Sociais. Essa iniciativa objetivou adequar a produção de estatísticas sociais do Brasil ao contexto internacional, então marcado por crescentes críticas ao determinismo econômico como explicação de fenômenos sociais. Partindo-se da conceituação que confere dimensão sistêmica ao campo social, a proposta desenvolvida se opunha à organização puramente temática dos indicadores sociais, sem que fossem levadas em consideração tanto as articulações existentes entre os seus múltiplos aspectos e relações quanto a necessidade do seu enquadramento em uma perspectiva histórica. Propunha-se, por outro lado, que a organização dos indicadores sociais seguisse esquemas conceituais predefinidos, garantindo-se, com isso, maior eficácia explicativa (Indicadores [...], 1979).

A primeira edição da *Síntese de indicadores sociais*, do IBGE, foi lançada em 1999. A publicação era composta por capítulos curtos, em torno de duas ou três páginas, tendo como principal objetivo a construção de um quadro sintético das condições de vida da população brasileira, com vistas a subsidiar os formuladores de políticas públicas em todos os níveis de governo. Em um contexto marcado pela crescente preocupação com a elaboração de políticas voltadas ao combate das desigualdades sociais, o estudo passou a ocupar importante espaço no monitoramento dessas políticas nas áreas de educação, trabalho, distribuição de renda, habitação, entre outras, procurando, da mesma forma, acompanhar o comportamento de grupos sociais sujeitos a maiores níveis de vulnerabilidade, como mulheres, crianças e adolescentes, jovens, população de cor ou raça preta ou parda, entre outros segmentos.

Nessas mais de duas décadas de existência, a Síntese evoluiu não apenas pela extensão de seus capítulos, ora mais robustos e analíticos, mas também pela incorporação de variados temas que compõem o campo social e que demandam, portanto, a atenção da sociedade, sobretudo dos usuários de tais informações. A progressiva inclusão de novos indicadores, a diversificação das formas de apresentação dos resultados, segundo diferentes recortes geográficos e sociodemográficos, bem como a proposição de novos temas, mantêm a adequação desse estudo às questões debatidas na atualidade.

O objetivo do conjunto de indicadores contemplados na Síntese continua sendo o de contribuir para o conhecimento da realidade brasileira, especialmente para a avaliação da qualidade de vida e dos níveis de bem-estar de pessoas, famílias e grupos sociais, assim como para a efetivação de direitos humanos e sociais, incluindo o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades. Considera-se que as tendências observadas nas séries de indicadores utilizadas para medir as condições de vida da população brasileira são sensíveis ao comportamento da economia e ao desenho de políticas públicas. Assim, sob essa perspectiva abrangente, a análise dos indicadores sociais ganha dimensão estrutural, viabilizando a realização de estudos que abordem as conexões com as dinâmicas econômica, social e política.

A adoção de pesquisas domiciliares e de levantamentos de outra natureza realizados pelo IBGE, complementada por bases de dados de outras instituições, permite formar um quadro amplo das condições de vida da população brasileira por meio de indicadores temáticos desagregados por temporalidades e desagregações territoriais variadas, sendo a comparação com outros países pautada em informações internacionalmente utilizadas por organismos multilaterais.

Na atual edição, são trabalhados cinco capítulos que fornecem importante retrato da realidade social brasileira.

O capítulo inicial, **Estrutura econômica e mercado de trabalho**, relaciona os resultados dessa temática ao comportamento da economia no período mais recente, com destaque para as tendências observadas em 2023. Procurou-se ressaltar a existência de desigualdades estruturais, evidenciadas no perfil das pessoas que, majoritariamente, mantêm-se na informalidade, na subocupação, na desocupação, ou são excluídas da força de trabalho, sobretudo aquelas consideradas mais vulneráveis, como as de cor ou raça preta ou parda, mulheres e jovens, em especial os que não estudam e não estão ocupados. Para esse fim, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua foi utilizada como principal fonte de informação, além do Sistema de Contas Nacionais - SCN, do IBGE.

O segundo capítulo, **Padrão de vida e distribuição de rendimentos**, examina os rendimentos provenientes de todos os trabalhos e de outras fontes no período de 2012 a 2023, bem como as suas características e o seu perfil distributivo, fornecendo subsídios para o estudo de dimensões centrais na determinação das condições de vida da população: as desigualdades de rendimentos e a pobreza monetária. Com esse propósito, buscou-se analisar o comportamento desses indicadores e seus impactos entre mulheres, crianças, jovens e pessoas de cor ou raça preta ou parda, tendo como contexto as dinâmicas recentes do mercado de trabalho e de implementação de programas de transferência de renda. Complementarmente, o capítulo inclui um tópico com a avaliação das condições de moradia da população, a partir de dados da PNAD

Contínua referentes ao período de 2016 a 2023, cuja apreciação, multidimensional, contempla não apenas a estrutura física dos domicílios, mas também a estabilidade da posse, isto é, um reduzido risco de expulsão, despejo, remoção, ou algo semelhante²; a acessibilidade financeira, a existência de serviços de saneamento, e a presença de bens relacionados às tarefas domésticas, à comunicação e ao transporte, entre outras estatísticas, à luz de medidas de pobreza e extrema pobreza. A exemplo do anterior, a PNAD Contínua constitui a principal fonte de informação dos indicadores deste capítulo.

O tema **Educação**, abordado no terceiro capítulo, toma como parâmetro o Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei n. 13.005, de 25.06.2014, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda 2030, promovida pelas Nações Unidas (United Nations), e contempla os seguintes aspectos: indicadores de frequência e atraso escolar, ainda sob a perspectiva do impacto da pandemia de COVID-19, iniciada em 2020; distribuição de estudantes nas redes pública e privada de ensino; e níveis de instrução e analfabetismo, com ênfase nas desigualdades regionais e entre os grupos populacionais considerados, nos anos de 2016, 2019, 2022 e 2023. Assim como nos demais capítulos, a PNAD Contínua foi utilizada como principal fonte de informação para a análise dos indicadores educacionais, complementada por registros do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, como os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, bem como por estatísticas internacionais provenientes da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD).

Abordado em 2022, o tema **Condições de saúde**, tratado no quarto capítulo, explora os aspectos econômicos e sociais que influenciam o bem-estar em saúde, o envelhecimento, bem como a morbidade e a mortalidade que atingem, de forma diferenciada, a população e pressionam o sistema de saúde. Adicionalmente, examina o acesso potencial das pessoas aos bens e serviços de saúde e analisa as desigualdades territoriais observadas no atendimento de suas necessidades, em termos de recursos humanos (profissionais de saúde) e materiais (infraestrutura e equipamentos de saúde). Além de pesquisas realizadas pelo IBGE, outras fontes de informação que versam sobre o tema, inclusive internacionais, subsidiaram a elaboração deste capítulo.

Finalizando a publicação, o tema **Condições de vida segundo estratos geográficos** é examinado a partir de um recorte de estratos de Municípios que, desenvolvido pelo IBGE, em caráter experimental, permite o cálculo de estimativas com precisão estatística que ultrapassa o limite do Município da Capital, até então o menor recorte territorial considerado em um levantamento por amostragem domiciliar³. No capítulo, são explorados sete indicadores, tendo como fonte de informação primária a PNAD Contínua, os quais se relacionam a mercado de trabalho, rendimentos, educação e moradia, de forma a mostrar as desigualdades no interior das Unidades da Federa-

² A PNAD Contínua investiga esse tema parcialmente, tanto por meio do quesito “condição de ocupação” como por meio do quesito “existência de documentação da propriedade”.

³ Os 146 estratos geográficos de Municípios na PNAD Contínua foram definidos no planejamento da amostra mestra para que contenham Municípios com alguma similaridade ou relação entre eles, e para que as áreas definidas pelos estratos tenham algum significado geográfico e possam ser utilizadas como domínios de interesse. Sua composição está disponível desde 2022, ainda sob a rubrica de estatísticas experimentais. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101933.pdf>.

ção e como diferentes dimensões sociais impactam a população de forma distinta, segundo as desagregações territoriais consideradas.

A amplitude e a profundidade desses capítulos permitiram a exploração de uma variedade de indicadores, com resultados para diferentes desagregações territoriais, chegando, no caso da análise específica segundo estratos geográficos, ainda experimental, a desagregações para além dos Municípios das Capitais.

Cabe ressaltar que, mesmo com a diversificação das fontes de informação, a presente publicação considera a PNAD Contínua como importante insumo para a sua elaboração. Em relação a essa pesquisa, houve mudança na forma de obtenção de seus resultados, especificamente para os anos de 2020, 2021 e 2022, em virtude das consequências da pandemia de COVID-19 para a coleta de dados. Assim, para os três capítulos iniciais e o quinto capítulo, as séries referentes ao período de 2012 a 2019 e ao ano de 2023 foram obtidas a partir das informações anuais consolidadas de primeiras visitas de cada trimestre da PNAD Contínua, enquanto os indicadores anuais no triênio 2020-2022 foram fundamentados a partir da base de quintas visitas. O motivo dessa opção metodológica deveu-se ao maior aproveitamento da amostra verificado, entre 2020 e 2022, para o conjunto de informações utilizadas⁴. O terceiro capítulo, Educação, utiliza informações do módulo anual de **Educação** da pesquisa. Nos anos de 2020 e 2021, houve suspensão temporária da aplicação desse módulo e, em 2022, foi retomada a coleta. Para os anos disponíveis, o capítulo utiliza dados coletados no segundo trimestre de cada ano.

Para garantir maior precisão na interpretação dos resultados, também foram calculados, como de praxe, os coeficientes de variação (CVs) para os indicadores publicados a partir da PNAD Contínua, os quais consistem em uma estimativa do valor real para a população de interesse. Para tais estimativas, é possível a obtenção de medidas que expressem a sua precisão. O coeficiente de variação pode ser definido como a razão entre o erro-padrão e a estimativa. De forma geral, quanto mais próximo de zero o coeficiente de variação, maior precisão a estimativa apresenta, sendo expresso, geralmente, em valores percentuais.

Devido ao número significativo de informações, muitas delas foram organizadas em figuras (gráficos, tabelas, quadros ou cartogramas) para ilustrar as informações analisadas ao longo dos capítulos e receberam numeração reiniciada em cada um deles: Tabela 1, Tabela 2, Gráfico 1, Gráfico 2 etc. As demais tabelas, componentes do plano tabular da Síntese, estão disponibilizadas na página do estudo, no portal do IBGE na Internet. Elas são mencionadas como informação complementar ao longo do texto, com a numeração indicativa do número do capítulo: Tabela 1.1, Tabela 1.2 etc. Considerações metodológicas são apresentadas nos **Anexos**, e os termos e conceitos considerados essenciais para a compreensão dos resultados integram o **Glossário**, ao final da publicação.

⁴ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101874.pdf>.

Estrutura econômica e mercado de trabalho

O objetivo deste capítulo é apresentar e analisar os principais indicadores do mercado de trabalho, relacionando-os à trajetória da economia em anos recentes. A população em idade de trabalhar⁵, suas subdivisões e indicadores derivados são investigados com o olhar a partir de grupos populacionais específicos, com recortes por sexo, cor ou raça, nível de instrução e grupos de idade. A principal base de dados utilizada para o estudo foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, do IBGE, para os indicadores de força de trabalho e suas subdivisões, tais como ocupação, desocupação, subutilização, informalidade e rendimentos do trabalho.

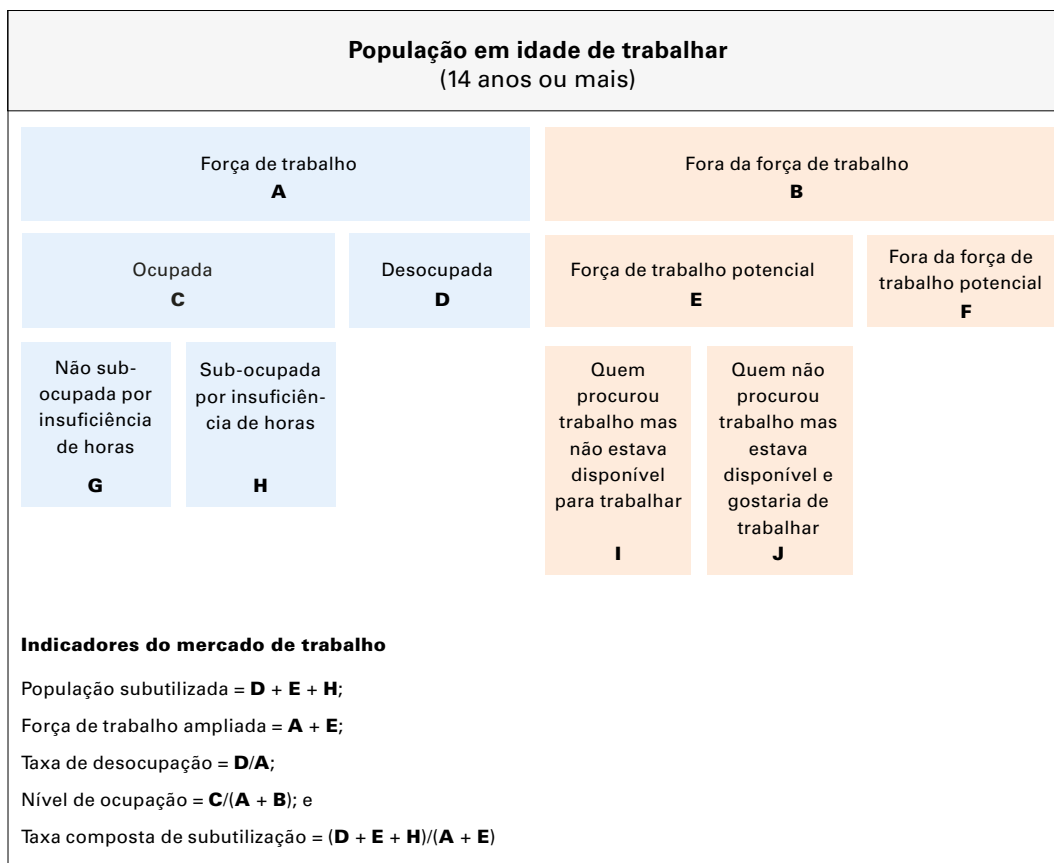
O presente capítulo foi dividido em três tópicos. O primeiro inicia-se com um panorama geral da economia brasileira e do mercado de trabalho, entre os anos 2012 e 2023⁶. O segundo tópico destina-se a observar a inserção de grupos populacionais específicos, segundo indicadores selecionados. A análise é realizada partindo-se da população ocupada, rendimentos, informalidade e subutilização da força de trabalho. O terceiro e último tópico traz um perfil dos jovens que não estudam e que não estão ocupados, importante grupo populacional para o desenvolvimento de políticas públicas.

⁵ A população em idade de trabalhar corresponde às pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência da pesquisa. As definições dos indicadores e dos principais conceitos presentes nesta publicação encontram-se no **Glossário**.

⁶ Os resultados da PNAD Contínua relacionados ao mercado de trabalho e rendimentos nos anos de 2020 a 2022 foram consolidados nas quintas visitas, ao contrário dos anos de 2012 a 2019 e de 2023, que foram consolidados nas primeiras visitas. Esse procedimento deveu-se ao processo de coleta de informações implementado em virtude da pandemia de COVID-19, e que levou ao maior aproveitamento da amostra para a quinta visita nos anos supracitados (IBGE, 2021a, p. 1).

A Figura 1, a seguir, apresenta a decomposição da população em idade de trabalhar e os principais indicadores que permeiam a análise do capítulo.

Figura 1 - Componentes da população em idade de trabalhar e indicadores relevantes para o estudo do mercado de trabalho

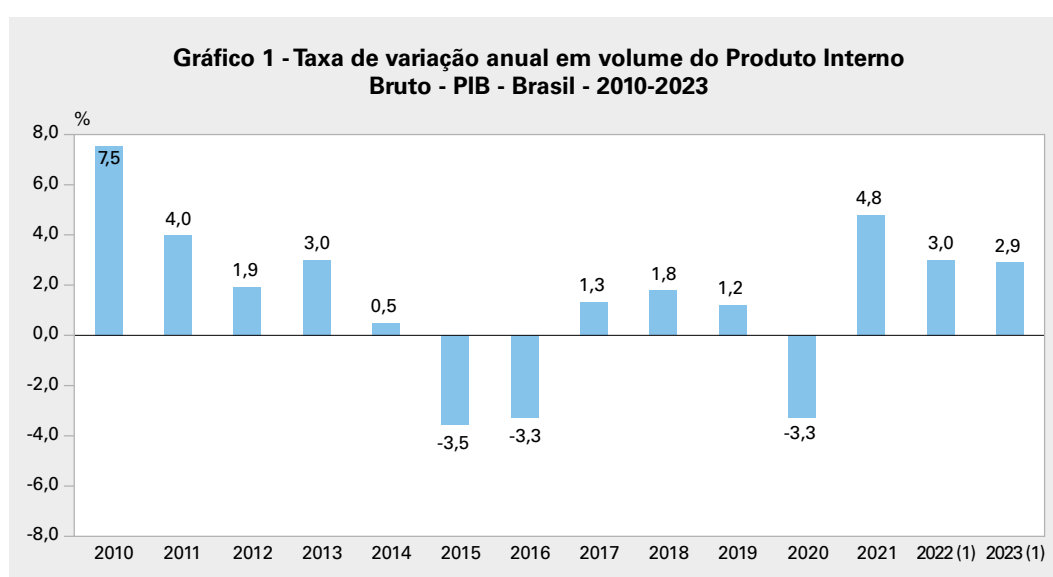


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Economia e mercado de trabalho

Após o aquecimento da atividade econômica nos primeiros quatro anos da década passada, a economia brasileira experimentou períodos de instabilidade e crises. Houve desaceleração e queda da renda agregada no biênio 2015-2016, tênue recuperação nos anos seguintes até 2019 e, em um contexto economicamente ainda aquém das condições favoráveis que vigoravam em 2014, ocorreu, em 2020, o que veio a se tornar a maior crise sanitária mundial dos últimos anos. A pandemia de COVID-19 trouxe consequências danosas à saúde da população e à economia dos países, acarretando queda da renda e destruição de postos de trabalho, que no Brasil atingiram recordes históricos em 2020. No ano seguinte, a economia iniciou uma recuperação a partir do combate mais efetivo à pandemia e da adaptação das atividades produtivas à situação enfrentada desde o início de 2020. Somente a partir de 2022, o processo de recuperação pós-pandemia veio a se consolidar e a refletir efetivamente na geração de postos de trabalho.

O Gráfico 1 apresenta os resultados anuais da taxa de variação em volume do Produto Interno Bruto - PIB desde 2010. Esse indicador mostra a variação anual da renda que foi gerada, anualmente, na economia e é obtido pelo Sistema de Contas Nacionais - SCN. Os resultados positivos da taxa anual de variação do PIB ocorreram nos anos iniciais da década passada. No biênio 2015-2016, entretanto, houve significativas quedas nas taxas, e, nos três anos seguintes, leve recuperação. A economia, que, em boa parte da década de 2010, registrou resultados negativos ou insuficientes para recuperar perdas, veio a sofrer, em 2020, nova e expressiva retração, com queda de 3,3% do PIB. Em 2021, o crescimento foi de 4,8%, que se manteve nos dois anos seguintes, com percentuais mais baixos, mas que indicam recuperação da renda gerada na economia após a pandemia. Em 2023 o crescimento do PIB chegou a 2,9%.



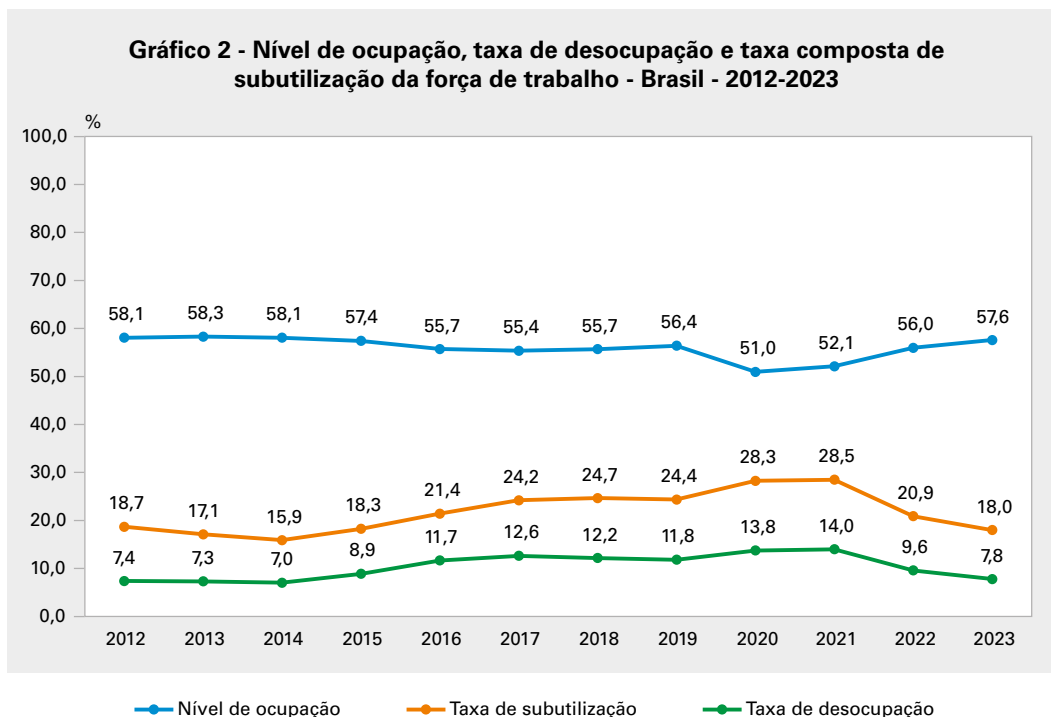
Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais 2010-2023.

Nota: Resultados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

Em termos acumulados, a taxa de crescimento do PIB, de 2010 a 2014, alcançou 17,9%, enquanto no período 2015-2016, o indicador registrou queda de 6,7%. No triênio 2017-2019, a variação acumulada correspondeu a 4,4%, enquanto no período 2020-2023, que engloba a pandemia e pós-pandemia, a resultante acumulada indicou elevação de 7,4%. Por fim, as oscilações no crescimento econômico, com diversos anos de decréscimo ou pouco crescimento contribuíram para a manutenção das desigualdades no mercado de trabalho, ainda que o período recente tenha sido marcado por momentos de crescimento maior do PIB.

Em 2023, o PIB registrou taxa positiva pela terceira vez consecutiva, favorecendo a continuidade da recuperação do mercado de trabalho, que já havia apresentado melhoras em 2022. As taxas de desocupação e de subutilização, que apresentaram forte alta em 2020 e estabilizaram-se neste patamar em 2021, registraram significativas quedas a partir 2022. O nível de ocupação (ou seja, o número de pessoas ocupadas sobre a população em idade de trabalhar), que sofreu intensa redução em 2020, recuperou-se marginalmente em 2021 e mais intensamente em 2022 e 2023, ficando em patamar acima do registrado em 2019. A desocupação e a subutilização também

retornaram aos níveis pré-pandemia e atingiram, respectivamente, 7,8% e 18,0% em 2023 (Gráfico 2 e Tabela 1.1)⁷.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e 2023, e de quintas visitas de 2020 a 2022.

O Gráfico 3 mostra a participação dos ocupados segundo as principais categorias de posição na ocupação, divididas em dois grupos: aquelas com vínculo formal de trabalho⁸, e os trabalhadores por conta própria e sem carteira de trabalho, aqui denominados de sem vínculo formal de trabalho⁹. A série histórica mostra que, após período de crescimento até 2014, houve queda contínua, até 2019, da participação dos empregados com vínculo de trabalho na estrutura do emprego nacional, passando de, respectivamente, 51,9% para a 47,8% entre esses dois anos. Os empregados sem vínculo de trabalho, por outro lado, apresentaram comportamento oposto, com queda até 2014 e crescimento até 2019, quando atingiram 45,6% do total de ocupados. (Gráfico 3 e Tabela 1.8).

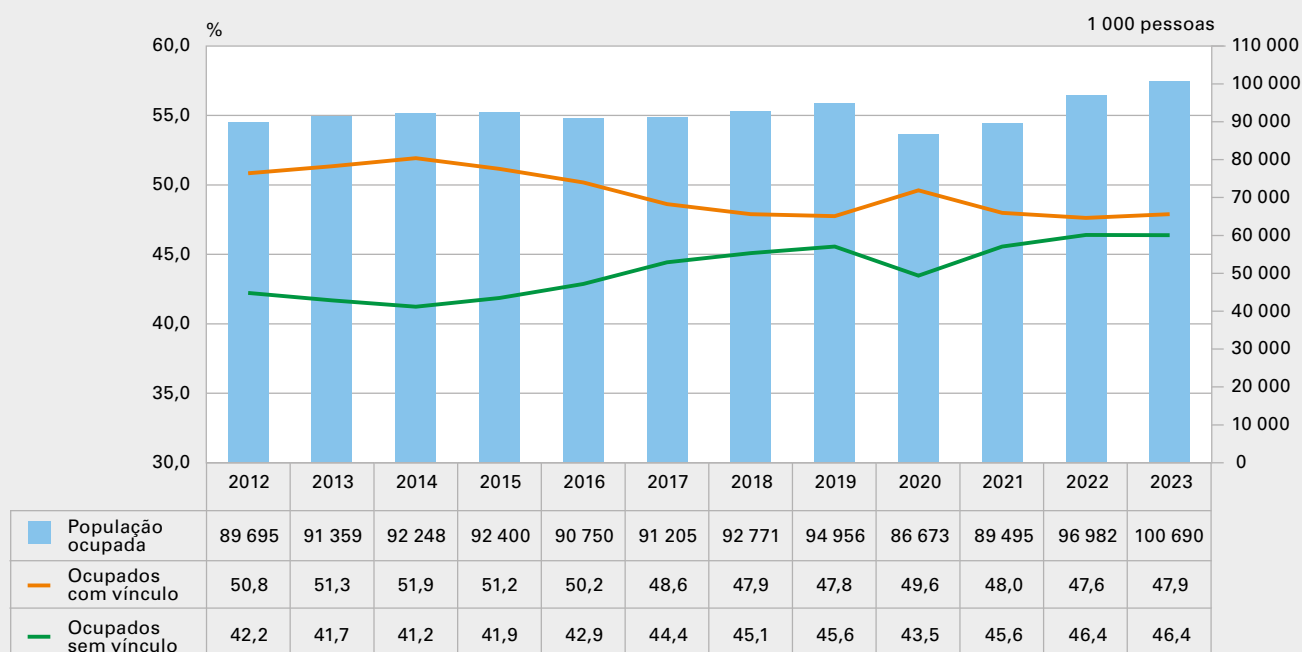
Após crescimento em 2020, ano da pandemia de COVID-19, quando houve maior saída de trabalhadores vulneráveis do mercado de trabalho, a participação dos ocupados com vínculo voltou a cair, chegando a 47,9% em 2023, percentual semelhante a 2019. Os ocupados sem vínculo de trabalho registraram comportamento oposto e viram ampliar sua participação desde 2021, chegando, em 2023, a 46,4% dos ocupados (Gráfico 3 e Tabela 1.8).

⁷ As tabelas complementares (por exemplo, Tabela 1.X) pertencem ao plano tabular da publicação e estão disponibilizadas na página da Síntese de Indicadores Sociais, no portal do IBGE na Internet.

⁸ Empregados com vínculo são definidos como a população ocupada com carteira de trabalho assinada somada aos militares e funcionários públicos estatutários das três esferas de governo.

⁹ Empregados sem vínculo são definidos como a população ocupada sem carteira de trabalho assinada somada aos empregados por conta própria.

Gráfico 3 - População ocupada total, ocupados com vínculo e ocupados sem vínculo formal de trabalho - Brasil - 2012-2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Notas: 1. Não estão consideradas as categorias Empregador e Trabalhador auxiliar familiar.

2. Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e 2023 e de quintas visitas de 2020 a 2022.

Em números absolutos, o crescimento total das pessoas ocupadas em 2023, comparativamente a 2022, foi significativo (3,7 milhões de pessoas) e ocorreu nos dois agrupamentos, tendo maior intensidade nos ocupados com vínculo (2,0 milhões de ocupados). Entre os ocupados sem vínculo o maior crescimento ocorreu entre os trabalhadores sem carteira de trabalho (1,5 milhão de ocupados). Como um todo, a população ocupada total superou em 3,8% a de 2022 e atingiu o nível mais elevado da série anual, com cerca de 100,7 milhões de pessoas em 2023 (Tabela 1.8).

Nesse contexto, parte expressiva das atividades econômicas que haviam registrado recuperação em 2022, ampliaram seu crescimento em 2023 (Tabela 1 e Tabela 1.8). Os maiores aumentos na comparação com 2022 ocorreram nas atividades Informação, financeira e outras atividades profissionais¹⁰ (9,8%); Serviços domésticos (6,1%); Transporte, armazenagem e correio (5,3%); e Alojamento e alimentação (5,3%). As demais atividades, embora em menor escala, também apresentaram crescimento de pessoal ocupado, excetuando-se o caso da Agropecuária, que teve queda de 4,2%. Com as maiores elevações concentradas nas atividades de serviços, foram percebidos impactos distintos pelos grupos populacionais específicos, com repercussões diferenciadas por sexo e cor ou raça, conforme analisado no segundo tópico deste capítulo.

¹⁰ Esse grupamento engloba as seguintes atividades: Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas; Atividades administrativas e complementares. O detalhamento dos grupamentos e divisões de atividades encontra-se no Anexo 2.

Tabela 1 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas no trabalho principal, com indicação da variação entre períodos, segundo os subgrupos de atividades econômicas - Brasil - 2012/2023

Subgrupos de atividades econômicas	Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas no trabalho principal (1 000 pessoas)								Variação acumulada (%)	
	2012	2014	2016	2018	2020	2021	2022	2023	2023/2022	2023/2012
Total	89 695	92 248	90 750	92 771	86 673	89 495	96 982	100 690	3,8	12,3
Agropecuária	10 219	9 516	8 950	8 511	7 999	8 782	8 507	8 146	(-) 4,2	(-) 20,3
Indústria	13 036	13 480	11 618	12 042	11 374	11 635	12 327	12 904	4,7	(-) 1,0
Construção	7 651	7 906	7 529	6 891	6 246	6 858	7 253	7 431	2,5	(-) 2,9
Comércio e reparação	17 104	17 538	17 602	17 925	16 729	17 005	18 661	19 034	2,0	11,3
Administração pública, educação, saúde e serviços sociais	14 105	14 839	15 258	15 953	15 667	15 970	17 163	17 928	4,5	27,1
Transporte, armazenagem e correio	4 253	4 378	4 647	4 733	4 641	4 578	5 227	5 503	5,3	29,4
Alojamento e alimentação	3 744	4 255	4 741	5 286	4 457	4 405	5 287	5 567	5,3	48,7
Informação, financeira e outras atividades profissionais	9 594	10 356	9 882	10 379	10 198	10 833	11 489	12 614	9,8	31,5
Serviços domésticos	6 093	5 873	6 101	6 065	4 921	5 151	5 751	6 104	6,1	0,2
Outros serviços	3 845	4 084	4 415	4 945	4 420	4 246	5 284	5 418	2,5	40,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e 2023, e de quintas visitas de 2020 a 2022.

O rendimento médio real habitual da população ocupada no trabalho principal¹¹ passou de R\$ 2 700 mensais, em 2022, para R\$ 2 890, em 2023, um aumento de 7,1%. Esse crescimento contrastou com os observados nos dois anos anteriores, quando houve redução do rendimento, o que indica uma efetiva recuperação do mercado de trabalho, em 2023 (Tabela 2 e Tabela 1.9).

Todas as atividades apresentaram crescimento no rendimento médio do trabalho em 2023, com destaque para atividade de Alojamento e alimentação, que apresentou o maior crescimento do rendimento médio (14,2%), seguido por Outros serviços¹² (10,2%) e Comércio e reparação (9,0%). As menores altas ocorreram nas atividades de Transporte, armazenagem e correio (0,7%) e Agropecuária (1,5%) (Tabela 2 e Tabela 1.9).

¹¹ Os valores de rendimento real, apresentados neste capítulo, estão a preços médios de 2023, deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, medido pelo IBGE.

¹² O grupamento Outros serviços engloba as seguintes atividades: Artes, cultura, esporte e recreação; Atividades de organizações associativas; Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos; Outras atividades de serviços pessoais; e Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. O detalhamento dos grupamentos e divisões de atividades encontra-se no Anexo 2.

Tabela 2 - Rendimento médio habitual mensal do trabalho principal, com indicação de variação entre períodos, segundo os subgrupos de atividades econômicas - Brasil - 2012/2023

Subgrupos de atividades econômicas	Rendimento médio habitual mensal do trabalho principal (R\$)								Variação acumulada (%)	
	2012	2014	2016	2018	2020	2021	2022	2023	2023/2022	2023/2012
Total	2 718	2 910	2 805	2 842	2 935	2 758	2 700	2 890	7,1	6,3
Agropecuária	1 491	1 679	1 551	1 705	1 806	1 687	1 787	1 814	1,5	21,6
Indústria	2 797	2 959	2 848	2 874	3 170	2 835	2 679	2 859	6,7	2,2
Construção	2 319	2 447	2 442	2 287	2 301	2 043	2 206	2 376	7,7	2,4
Comércio e reparação	2 496	2 548	2 405	2 358	2 441	2 235	2 256	2 459	9,0	(-) 1,5
Administração pública, educação, saúde e serviços sociais	3 883	4 140	4 139	4 414	4 361	4 291	3 930	4 157	5,8	7,1
Transporte, armazenagem e correio	2 974	3 218	2 908	2 862	2 813	2 487	2 718	2 737	0,7	(-) 8,0
Alojamento e alimentação	2 053	2 222	1 977	1 870	1 863	1 654	1 772	2 025	14,2	(-) 1,4
Informação, financeira e outras atividades profissionais	4 073	4 332	4 269	4 142	4 111	4 067	3 995	4 227	5,8	3,8
Serviços domésticos	1 036	1 167	1 155	1 157	1 153	1 056	1 083	1 143	5,5	10,3
Outros serviços	2 179	2 274	2 166	2 200	2 207	2 040	2 102	2 317	10,2	6,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e em 2023 e de quintas visitas de 2020 a 2022.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2023.

A despeito do crescimento do rendimento médio do trabalho em todas as atividades em 2023, a análise das características deste rendimento confirma a heterogeneidade presente nas atividades da estrutura produtiva brasileira. Os Serviços domésticos (R\$ 1 143) apresentaram rendimentos equivalente a apenas 39,6% do rendimento médio total. Já os segmentos de Informação, atividades financeiras e outras atividades profissionais (R\$ 4 227) e Administração pública, educação, saúde e serviços sociais (R\$ 4 157), por sua vez, registraram os valores mais elevados e consideravelmente acima da média total de 2023, conforme indica a Tabela 2.

O crescimento conjunto da ocupação e do rendimento do trabalho sinaliza uma consolidação da recuperação do mercado de trabalho em 2023. Sua estrutura, no entanto, ainda revela importantes desigualdades que são fruto do processo de desenvolvimento nacional e que se manifestam tanto na heterogeneidade dos rendimentos médios, quanto na desagregação por setores de atividades.

Mercado de trabalho por grupos populacionais específicos

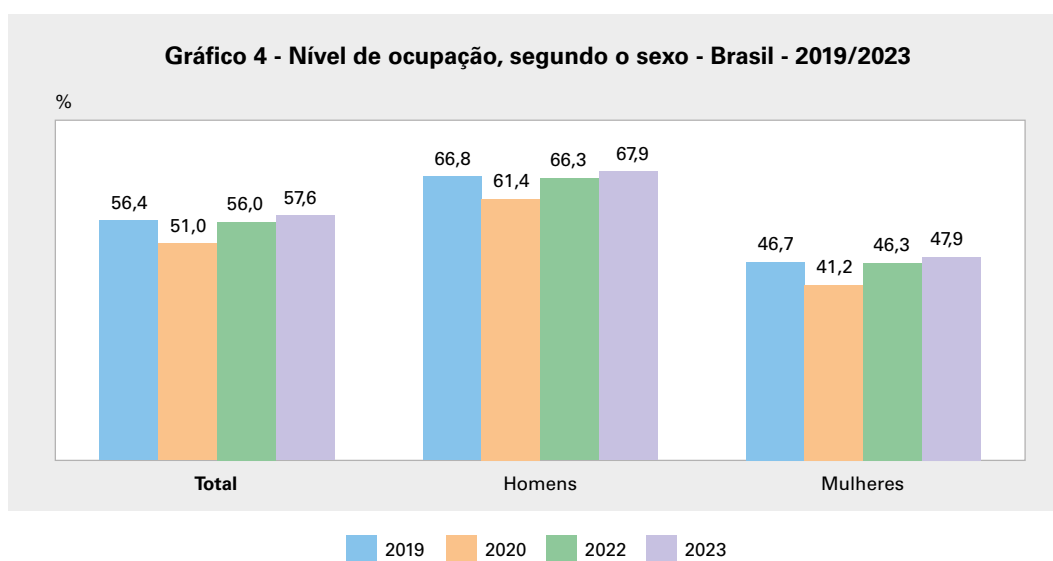
Neste tópico, são tratados os indicadores da força de trabalho por grupos populacionais específicos, compreendendo as desagregações por cor ou raça, sexo, nível de instrução e grupos de idade. O estudo do mercado de trabalho segundo a distribuição dos trabalhadores nas atividades econômicas e seus rendimentos, a formalidade dos vínculos e a presença de subocupação por insuficiência de horas são insumos para o planejamento e o monitoramento de políticas públicas direcionadas à redução de desigualdades.

Ocupação

Historicamente, o nível de ocupação das mulheres é substancialmente inferior ao dos homens, o que ocorre tanto pela menor participação no mercado de trabalho, como pela maior taxa de desocupação desse grupo, como será mostrado no tópico **Subutilização da força de trabalho** mais à frente. As dificuldades que as mulheres enfrentam para encontrar ocupação e para permanecer ocupadas são reconhecidas, principalmente quando não existem legislação e políticas públicas específicas para esta finalidade (World [...], 2017). Com relação à menor participação feminina na força de trabalho, deve ser considerada a divisão por gênero dos afazeres domésticos, uma vez que a taxa de realização destes afazeres no domicílio ou em domicílio de parente é mais alta para as mulheres, assim como a de cuidados de moradores ou de parentes não moradores, fatores comumente abordados em relatórios estatísticos e na literatura acadêmica (Outras [...], 2023; Estatísticas [...], 2021).

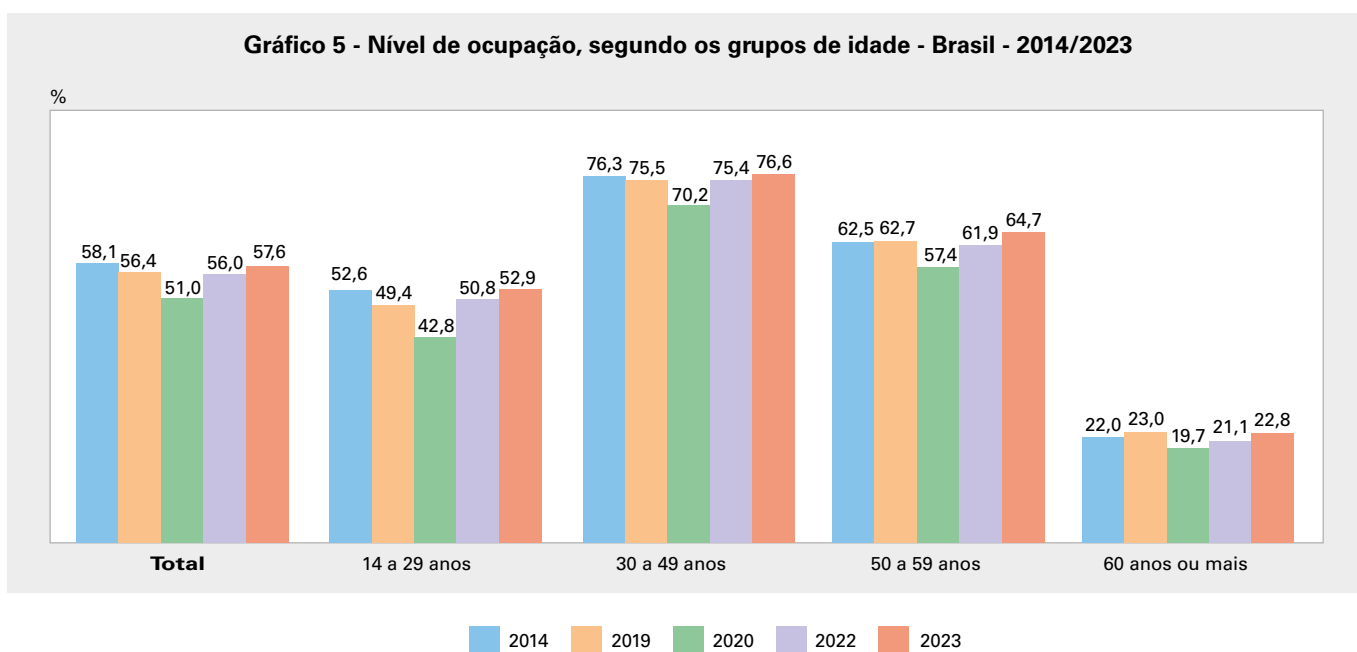
Em 2023, o nível de ocupação para o total da população foi de 57,6%, em média, o dos homens alcançou 67,9% contra 47,9% para as mulheres, diferença de 20 pontos percentuais que, salvo pequenas oscilações, foi mantida em todos os anos da série de dados. Embora a maior escolaridade das mulheres não seja suficiente para equilibrar sua situação em relação aos homens, entre elas, é uma característica muito relevante para assegurar a inserção no mercado de trabalho. No último ano da série, o nível de ocupação das mulheres com ensino superior completo foi 3,0 vezes maior que o das mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Essa mesma métrica mostrava uma desigualdade substancialmente menor entre os homens, de 1,7 vez (Gráfico 4 e Tabela 1.1).

Com o aumento de pessoal ocupado, o nível de ocupação, após atingir o mínimo na série histórica em 2020, recuperou-se nos anos seguintes e, em 2023, superou o patamar de 2019. Pode-se afirmar que está próximo ao nível observado em 2014. Em relação aos grupos etários, as pessoas idosas (com 60 anos ou mais de idade) e os jovens, considerando os recortes de 14 a 29 anos, seguiram apresentando níveis de ocupação mais baixos comparativamente aos demais grupos. Enquanto para as pessoas idosas, o motivo principal para o baixo nível de ocupação é não fazer parte da força de trabalho, caso também dos jovens de 14 a 17 anos (Tabela 1.1), que em sua maioria estão estudando, para aqueles de 18 a 29 anos, ocorre relativa desvantagem estrutural, na medida em que a ocupação desse grupo tende a ser atingida com maior intensidade em contextos de crise e costuma ter o reestabelecimento mais lento (Society [...], 2016). Com efeito, o nível de ocupação dessa faixa etária (14 a 29 anos) no Brasil foi de 52,9%, em 2023. A mais elevada foi observada para o grupo de 30 a 49 anos de idade, 76,6% (Gráfico 5).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019-2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas em 2019 e em 2023 e de quintas visitas de 2020 a 2022.

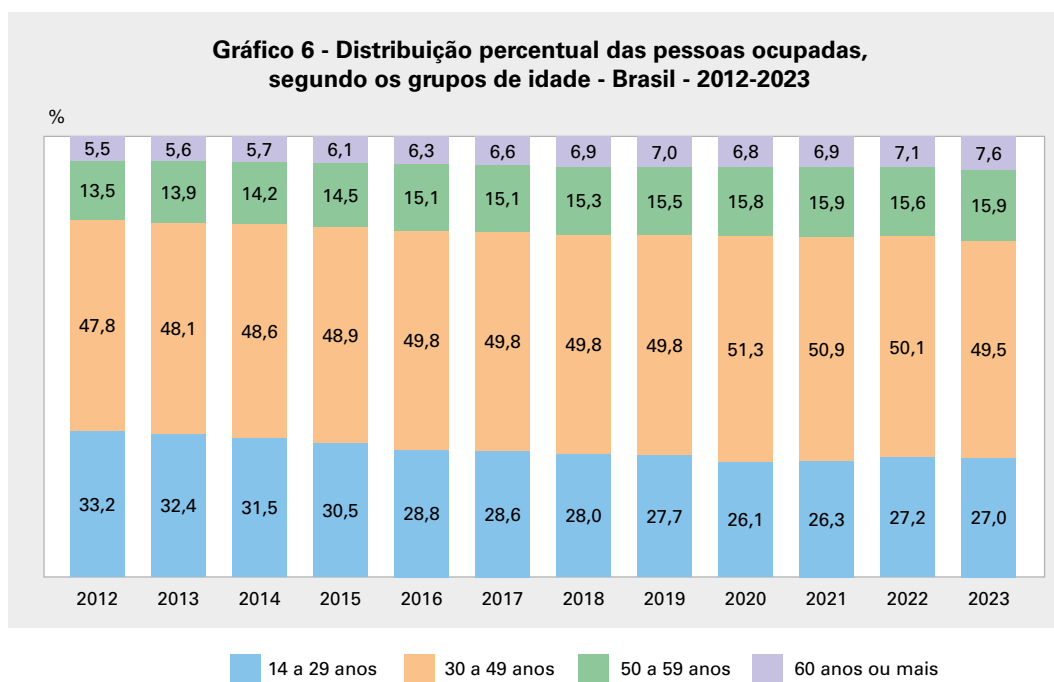


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014/2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas em 2014, 2019 e 2023 e de quintas visitas de 2020 a 2022.

Como apontado recentemente na divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2024b), assim como em censos anteriores, a população brasileira está envelhecendo em decorrência da queda da taxa de fecundidade nos últimos anos. Esse envelhecimento impacta na estrutura etária da população ocupada no mercado de trabalho, com a redução da participação dos jovens (14 a 29 anos) e aumento da participação de pessoas a partir de 50 anos, entre 2012 e 2023. A participação da parcela de 30 a 49 anos cresceu entre 2012 e 2016, se estabilizou até 2019 e cresceu em 2020. A partir de 2021, iniciou uma trajetória de queda, chegando em 2023 a 49,5%, patamar próximo ao observado antes da pandemia de COVID-19 (Gráfico 6).

Os jovens representavam cerca de 1/3 das pessoas ocupadas em 2012, perderam participação a cada ano, com destaque para o ponto mínimo em 2020, 26,1%, em decorrência da pandemia de COVID-19. Nos anos seguintes, houve uma lenta recuperação e chegaram em 2023 com 27,0% das pessoas ocupadas no mercado de trabalho. Por sua vez, as pessoas com 50 a 59 anos e as pessoas idosas (60 anos ou mais) aumentaram a sua participação entre 2012 e 2023. Em 2012, esses dois grupos totalizavam 16,7% das pessoas ocupadas e, em 2023, 23,5%.



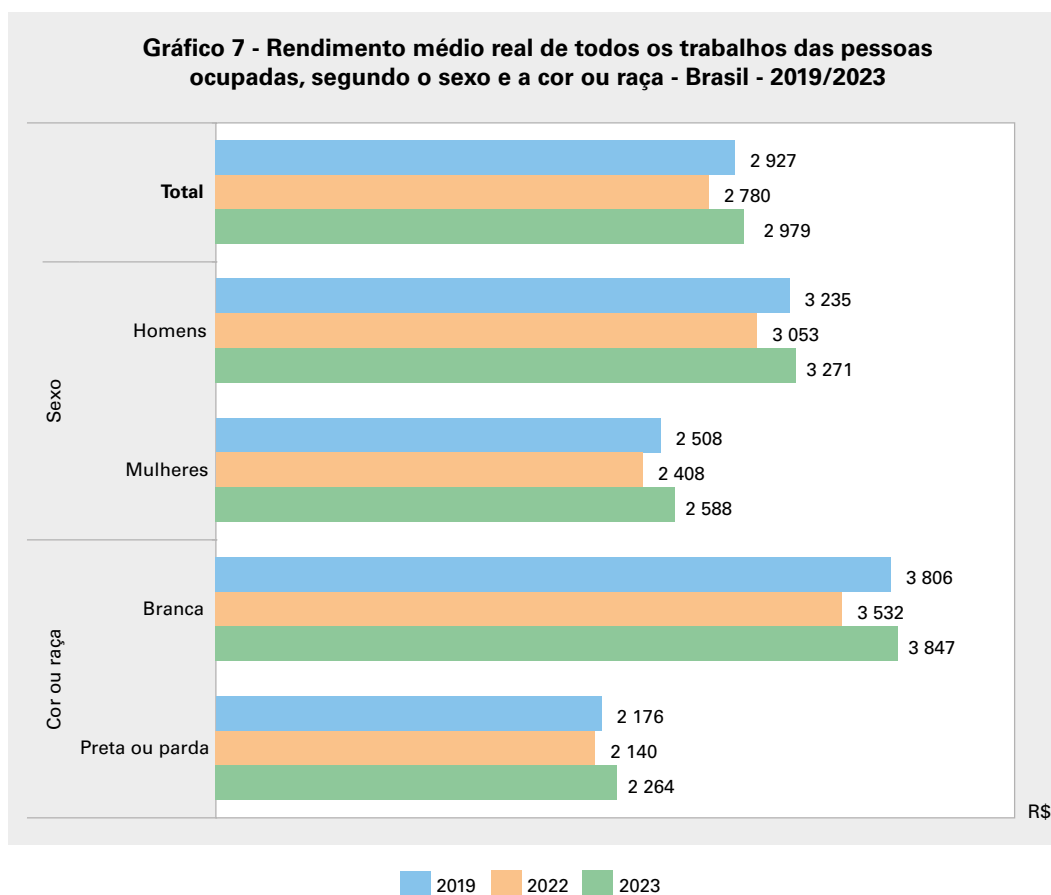
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas entre 2012 e 2019 e em 2023 e de quintas de 2020 a 2022.

Rendimentos do trabalho

Reconhecidamente, o rendimento do trabalho é um dos mais importantes indicadores objetivos de qualidade da inserção do trabalhador no mercado laboral, ainda que não seja exclusivamente determinante. Neste quesito, a desagregação por cor ou raça, assim como o recorte por sexo, são também fundamentais para o reconhecimento das desigualdades no Brasil. Em 2023, a população ocupada de cor ou raça branca ganhava, em média, 69,9% mais do que a de cor ou raça preta ou parda e os homens, 26,4% mais que as mulheres (Gráfico 7 e Tabela 1.4). Os resultados indicam a existência de desigualdade estrutural, dado que esses diferenciais, salvo pequenas oscilações, foram encontrados em todos os anos de 2012 a 2023¹³. Desponta que atividades econômicas que, historicamente, apresentam os menores rendimentos médios – Serviços domésticos (R\$ 1 143), Agropecuária (R\$ 1 814) e Construção (R\$ 2 376) (Tabela 1.9) – são as que possuem, proporcionalmente, mais pessoas ocupadas de cor ou raça preta ou parda (Tabela 1.7).

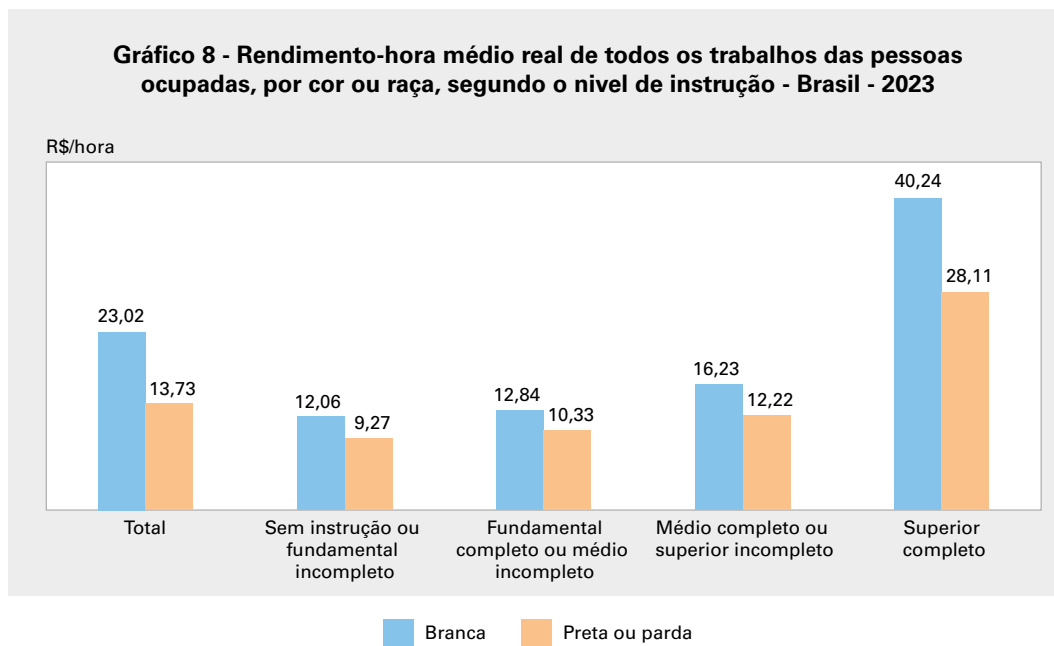
¹³ As Tabelas 1.4 a 1.6 trazem informações desagregadas de rendimento médio habitual, com os recortes segundo sexo e cor ou raça, grupos de idade, nível de instrução e por Unidades da Federação e Município da Capital.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas em 2019 e 2023 e de quintas visitas em 2022.

A investigação da desigualdade de rendimentos do trabalho torna-se mais detalhada quando adicionados os recortes por número de horas trabalhadas e nível de instrução. Em 2023, a população ocupada de cor ou raça branca recebia rendimento-hora superior à população de cor ou raça preta ou parda qualquer que fosse o nível de instrução, sendo a maior diferença na categoria Superior completo, quer dizer, R\$ 40,24 para brancos contra R\$ 28,11 para pretos ou pardos. Considerando o valor total médio, a diferença foi de 67,7% favoravelmente à população branca (R\$ 23,02) em relação à preta ou parda (R\$ 13,73) (Gráfico 8 e a Tabela 1.4). O mesmo indicador segundo sexo, mostra que o rendimento-hora dos homens (R\$ 18,81) foi superior em 12,6% ao das mulheres (R\$ 16,70). Da mesma forma que na comparação por cor ou raça, a maior diferenciação ocorreu entre pessoas com nível superior completo, pois o rendimento médio dos homens (R\$ 42,60) superou o das mulheres (R\$ 30,03) em 41,8% (Tabela 1.4).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

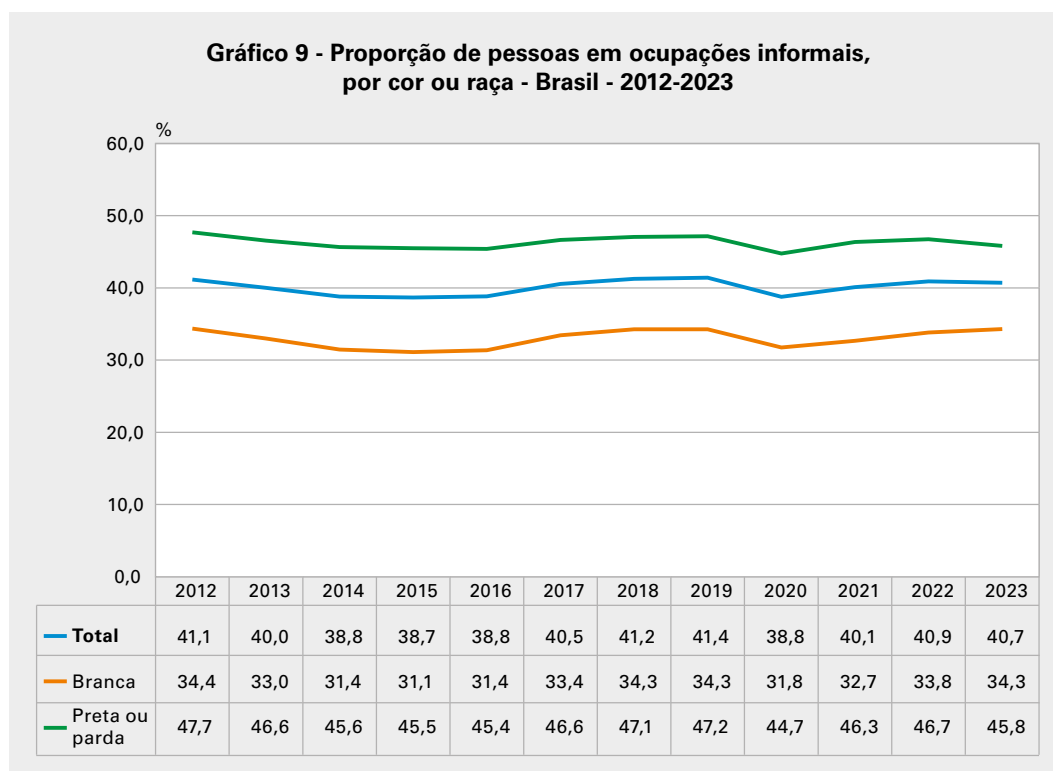
Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

Informalidade

A informalidade de parte significativa dos postos de trabalho é uma característica do mercado de trabalho brasileiro e constitui mais uma importante fonte de desigualdades. Como consequência, há um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social, como o direito à aposentadoria e às licenças remuneradas (para maternidade ou afastamento laboral por motivo de saúde).

O conceito de ocupação informal utilizado neste estudo é o mesmo adotado em edições anteriores da Síntese de Indicadores Sociais. Tal conceito segue a recomendação da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO). Considerando as adaptações ao caso brasileiro, definiu-se como *proxy* das ocupações informais as seguintes categorias: empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem, ambos, para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares (Perfil [...], 2012).

A proporção de pessoas em ocupações informais, que já havia aumentado em 2021, quando comparado a 2020, voltou a crescer em 2022 e alcançou o percentual de 40,9%, aproximando-se do nível de 2019 e manteve-se estável em 2023, 40,7%. Neste quesito, percebe-se grande diferenciação por cor ou raça, que se mantém ao longo da série, correspondendo a uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro desfavorável aos trabalhadores de cor ou raça preta ou parda (Gráfico 9). Em 2023, 45,8% das pessoas ocupadas de cor ou raça preta ou parda trabalhavam em ocupações informais, enquanto entre as pessoas ocupadas brancas eram 34,3%. Os resultados acima refletem desigualdades historicamente constituídas (Tabela 1.31).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e em 2023 e de quintas visitas de 2020 a 2022.

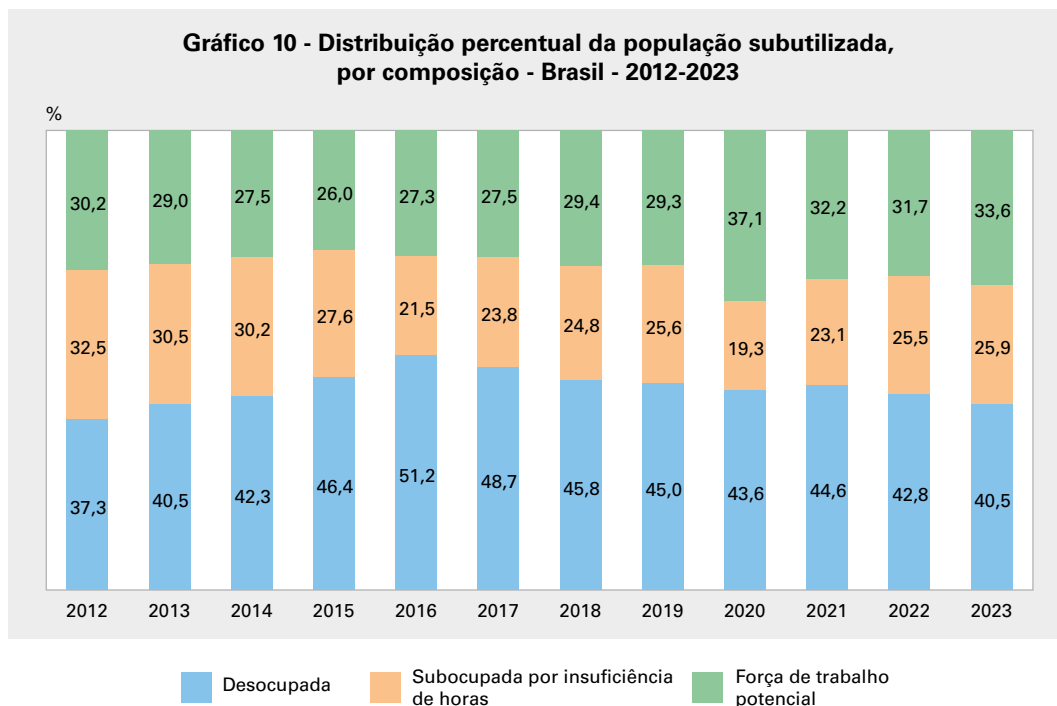
Subutilização da força de trabalho: desocupação, subocupação por insuficiência de horas e força de trabalho potencial

Para o monitoramento dos recursos humanos no mercado de trabalho, o indicador de subutilização da força de trabalho possui grande relevância, abrangendo três componentes: a desocupação, a subocupação por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial, que inclui as pessoas que não estão ocupadas, mas que: tomaram alguma medida efetiva para conseguir trabalho, mas não estavam disponíveis para começar a trabalhar; ou, não realizaram busca por trabalho apesar de o desejarem e estarem disponíveis para começar a trabalhar.

O somatório desses três componentes, dividido pela força de trabalho ampliada – soma da força de trabalho com a força de trabalho potencial – resulta na taxa composta de subutilização da força de trabalho. Esta taxa passou de 18,7%, em 2012, para 21,4%, em 2016, e para 28,5%, em 2021, quando alcançou o maior valor da série, correspondendo a 32,7 milhões de pessoas. Em 2022, a taxa composta de subutilização recuou e atingiu 20,9% da força de trabalho ampliada, ou 24,0 milhões de pessoas. Em 2023, essa taxa recuou ainda mais e atingiu 18,0%, ou 20,9 milhões de pessoas. A queda em relação a 2022 ocorreu em razão de reduções nos três componentes da subutilização, como será visto mais adiante (Tabelas 1.1 e 1.34).

Tomando-se a série anual desde 2012, observa-se que a parcela de pessoas desocupadas tem sido mais expressiva ao longo do período, a de subocupados por insuficiência de horas era maior do que a de pessoas na força de trabalho potencial

até 2015, quando essa passou a superá-la na composição da população subutilizada no Brasil. Em 2023, 40,5% da população subutilizada era desocupada, 33,6% estavam na força de trabalho potencial e 25,9% eram pessoas subocupadas por insuficiência de horas. A proporção de pessoas desocupadas apresenta em 2023 a menor proporção desde 2016, quando atingiu 51,2% das pessoas subutilizadas. Ao mesmo tempo, se observa, em 2023, um aumento da proporção de pessoas na força de trabalho potencial, que chegou a 33,6%, abaixo somente do ano de 2020, que foi um ano atípico por conta da pandemia de COVID-19. A proporção de pessoas ocupadas por insuficiência de horas apresentou pequena variação na comparação com o ano anterior, mas vem em uma trajetória crescente desde 2020 (Gráfico 10 e Tabela 1.34).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e em 2023 e de quintas visitas de 2020 a 2022.

Em toda a série histórica de 2012 a 2023, a taxa de subutilização se revelou mais elevada para as mulheres em comparação com os homens e para as pessoas de cor ou raça preta ou parda em comparação com as pessoas brancas. Destaca-se que 22,4% das mulheres e 21,3% das pessoas pretas ou pardas encontravam-se subutilizadas em 2023, percentuais significativamente maiores do que os de homens (14,4%) e de pessoas brancas (13,5%). Em que pese a queda da subutilização em todas as categorias de sexo e cor ou raça em 2023 ante 2022, atingindo valores próximos aos observados em 2015, as diferenças históricas se mantiveram, indicando maior vulnerabilidade para mulheres e pessoas pretas ou pardas (Tabela 3).

Tabela 3 - Taxa composta de subutilização, por sexo e cor ou raça - Brasil - 2012-2023

Ano	Taxa composta de subutilização (%)				
	Total	Sexo		Cor ou raça	
		Homens	Mulheres	Branca	Preta ou parda
2012	18,7	14,5	24,1	14,7	22,3
2013	17,1	13,5	21,7	13,1	20,6
2014	15,9	12,7	20,0	12,2	19,2
2015	18,3	14,8	22,7	14,1	21,9
2016	21,4	17,7	26,1	16,4	25,6
2017	24,2	20,1	29,3	18,8	28,6
2018	24,7	20,5	29,7	18,8	29,1
2019	24,4	19,8	29,9	18,5	28,7
2020	28,3	23,4	34,3	22,1	33,0
2021	28,5	22,9	35,4	22,5	33,2
2022	20,9	16,8	25,9	16,2	24,6
2023	18,0	14,4	22,4	13,5	21,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

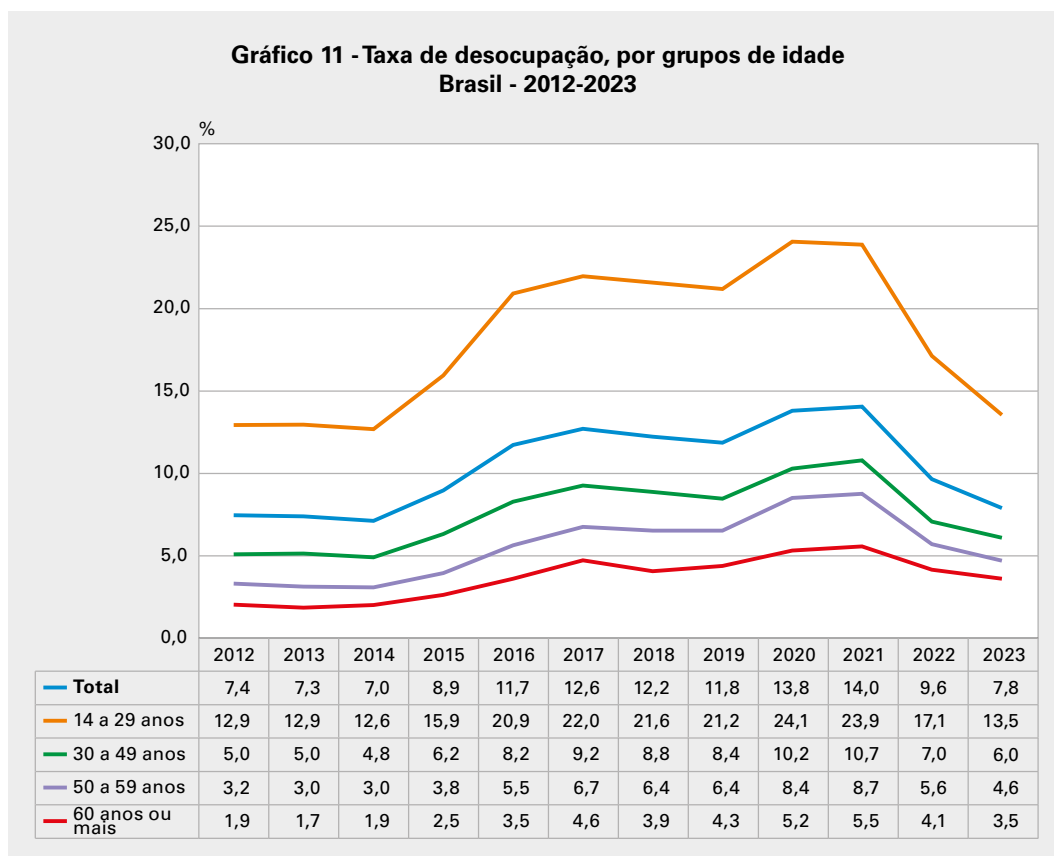
Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e em 2023 e de quintas visitas de 2020 a 2022.

2. Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Em relação a cada uma das parcelas que compõem a população subutilizada, a taxa de desocupação mostrou forte redução, ao passar de 14,0%, em 2021, para 9,6%, em 2022, e 7,8%, em 2023, o menor valor da série histórica. O recorte por idade mostrou que a redução da desocupação foi disseminada nos quatro grupos selecionados, tanto em 2022 como em 2023 (Gráfico 11).

Após se elevar nos anos de 2020 e 2021, as duas faixas etárias (14 a 29 anos e 30 a 49 anos) apresentaram, em 2022, redução na desocupação de 6,8 pontos percentuais e 3,7 pontos percentuais, respectivamente, e mantiveram essa tendência em 2023, com queda de 3,6 pontos percentuais e 1,0 ponto percentual em comparação com 2022. Entretanto, a desocupação entre os jovens (14 a 29 anos) ainda permaneceu a mais elevada e alcançou ,13,5% da força de trabalho deste grupo populacional (Gráfico 11 e Tabela 1.1). Reconhecidamente, a falta de oportunidades de emprego para a juventude é um desafio que se coloca no nível internacional, compondo três metas do ODS 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, da Agenda 2030 (Nações Unidas, 2015)¹⁴.

¹⁴ São elas: 8.5 - Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente [para] todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor; 8.6 - Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação; e 8.b - Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego, da OIT. Para mais detalhes sobre o tema, consultar o endereço: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=8>.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e em 2023 e de quintas visitas de 2020 a 2022.

A subocupação por insuficiência de horas investiga, dentre as pessoas ocupadas, aquelas que trabalharam menos de 40 horas semanais na semana de referência e que queriam e estariam disponíveis para trabalhar mais horas. O número de pessoas nessa condição, que havia crescido entre 2016 e 2019, de 5,0 milhões para 7,2 milhões, recuou em 2020 para 6,1 milhões, voltando a subir em 2021, chegando ao maior patamar da série disponível, atingindo 7,6 milhões das pessoas ocupadas. Em 2022, esse quantitativo recuou e atingiu 6,1 milhões, o menor patamar desde 2017. Em 2023, acompanhando a melhora na geração de postos de trabalho, o quantitativo de pessoas subocupadas caiu novamente e correspondia a 5,4 milhões, equivalente a 5,4% da população ocupada, o menor percentual da série iniciada em 2016. A comparação entre 2016 e 2023 revela, também, que, enquanto a população ocupada aumentou em 9,9 milhões de pessoas, a população subocupada por insuficiência de horas apresentou crescimento de apenas 382 mil pessoas, resultando pela primeira vez em uma redução de 0,2 ponto percentual na proporção de subocupados em relação aos ocupados no período (Tabela 4 e Tabela 1.34).

Tabela 4 - População ocupada e subocupada por insuficiência de horas, com indicação da variação no período - Brasil - 2016-2023

Ano	População (1 000 pessoas)		Proporção entre subocupados/ocupados (em p. p.)
	Ocupada	Subocupada por insuficiência de horas	
2016	90 750	5 018	5,5
2017	91 205	6 434	7,1
2018	92 771	6 970	7,5
2019	94 956	7 240	7,6
2020	86 673	6 118	7,1
2021	89 495	7 554	8,4
2022	96 982	6 120	6,3
2023	100 690	5 400	5,4
Variação 2023-2016	9 940	382	(-) 0,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas de 2016 a 2019 e em 2023 e de quintas visitas de 2020 a 2022.

Ao longo da série, percebe-se que a subocupação por insuficiência de horas atingiu de forma mais acentuada as mulheres de cor ou raça preta ou parda, os mais jovens, e os trabalhadores com menor nível de instrução. As mulheres pretas ou pardas representavam, em 2023, 22,7% da população ocupada, mas 35,0% da população subocupada por insuficiência de horas; as pessoas de 14 a 29 anos de idade eram 27,0% dos ocupados, porém 31,9% dos subocupados; e os trabalhadores sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto eram 20,1% do primeiro grupo, mas 30,1% dos subocupados (Tabela 1.34).

Ainda em relação ao monitoramento do sistema econômico quanto à subutilização da mão de obra, é relevante identificar um terceiro componente, que é associado ao contingente que está fora da força de trabalho, mas constitui a força de trabalho potencial. Em 2023, a força de trabalho potencial correspondeu a 7,0 milhões de pessoas, o que representou redução de 7,7% em relação ao ano anterior, quando atingiu 7,6 milhões de pessoas. Com esta redução, a força de trabalho potencial aproximou-se do resultado dos anos anteriores à pandemia de COVID-19. Ao longo da série, sua composição por sexo e cor ou raça permaneceu estável, com cerca de 60% de mulheres e 40% de homens, ambos em maioria de cor ou raça preta ou parda, 69,3% (Tabela 1.34).

Perfil dos jovens que não estudam e que não estão ocupados

Os jovens, grupo de pessoas de 15 a 29 anos de idade de acordo com o Estatuto da Juventude¹⁵, enfrentam maior dificuldade de ingresso e estabilidade no mercado de trabalho, tendo em vista sua inerente inexperiência laboral, representando o grupo mais vulnerável aos períodos de crise econômica, especialmente entre os menos

¹⁵ O Estatuto da Juventude - instituído por meio da Lei n. 12.852, de 05.08.2013 - é o instrumento legal que consolidou os direitos dos jovens (Brasil, 2013).

qualificados. Em compensação, quando as condições no mercado de trabalho estão desfavoráveis, os jovens tendem a permanecer mais tempo no sistema de ensino, adquirindo qualificações, que contribuirão para reduzir essa vulnerabilidade no futuro. Isso ocorre quando o investimento público em educação torna atrativa a continuidade dos estudos a ponto de contrabalançar o aumento do desemprego, da inatividade e do desalento (Education [...], 2022).

O indicador de jovens que não estudam e que não estão ocupados¹⁶ inclui, simultaneamente, aqueles que não estudavam e estavam desocupados (que buscavam ocupação e estavam disponíveis para trabalhar) e aqueles que não estudavam e estavam fora da força de trabalho, ou seja, não tomaram providências para conseguir trabalho, ou tomaram providências, mas não estavam disponíveis para trabalhar.

Esse indicador é, portanto, uma medida mais rigorosa de vulnerabilidade juvenil do que a taxa de desocupação, pois abrange aqueles que não estavam ganhando nem experiência laboral nem qualificação, possivelmente comprometendo suas possibilidades ocupacionais futuras. Tal indicador compõe a meta 8.6, que pretende reduzir substancialmente a proporção de jovens de 15 a 24 anos sem emprego, educação ou formação, como parte do ODS 8 para promoção de emprego decente e crescimento econômico, presente na Agenda 2030 promovida pelas Nações Unidas¹⁷.

Busca-se, neste tópico, apresentar um retrato dos jovens que não estudavam e não estavam ocupados entre os anos 2012 e 2023 com um olhar para o perfil socioeconômico desse grupo e suas desigualdades, a partir dos dados obtidos pela PNAD Contínua. O período 2012-2023 pode ser desmembrado em três subperíodos para a análise dos tipos de atividade dos jovens: o primeiro de 2012 a 2015, que tem como marco a crise econômica de 2015-2016; o segundo, de 2016 a 2019, antes da eclosão da pandemia de COVID-19 em 2020; e o terceiro, de 2020 a 2023, durante e após a pandemia.

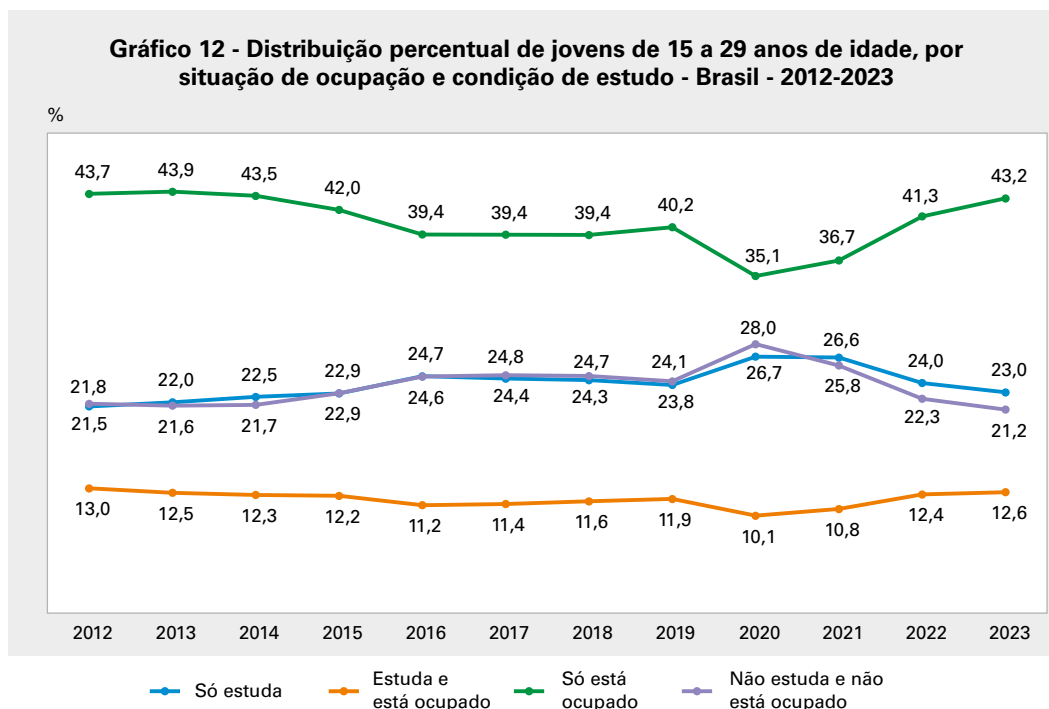
No primeiro período, de 2012 a 2015, a taxa de jovens somente ocupados estava acima de 40%, seguida das taxas de jovens que só estudavam, com 22,2% em média. Os jovens que não estudavam e não estavam ocupados representavam, em média, 22%. Em 2016, no início do segundo período, houve redução dos jovens ocupados em relação a 2015, de 42,0% para 39,4%, e dos que estudavam e trabalhavam, de 12,2% para 11,2%. Ao mesmo tempo, houve aumento da taxa dos jovens que somente estudavam, de 22,9% (em 2015) para 24,7% (em 2016), e dos que não estudavam e não estavam ocupados, de 22,9% para 24,6%. Os percentuais mantiveram-se nesse patamar até 2019 (Gráfico 12).

O terceiro período engloba os anos durante e após a pandemia de COVID-19, de 2020 a 2023. Em 2020, em relação ao último ano do período anterior (2019), houve queda de 5,1 pontos percentuais de jovens que estavam somente ocupados no mercado de trabalho, 40,2% para 35,1%, e de 1,8 ponto percentual entre os que estavam ocupados e estudavam, de 11,9% para 10,1% de jovens. As quedas no total de jovens somente ocupados e ocupados e estudando não foram suficientemente compensadas pelo aumento de 2,9 pontos percentuais de jovens que somente estudavam, de 23,8%

¹⁶ Do inglês, *NEET: Neither employed nor in education or training*. Em português, jovens que não estão ocupados, nem estudam ou estão em treinamento. No entanto, os indicadores analisados nesta seção tratam somente dos jovens que não estudam e que não estão ocupados, não dispondo de informações complementares sobre treinamento. As informações apresentadas representam uma *proxy* das divulgadas pela PNAD Contínua sobre os jovens que nem trabalham e nem estudam. Sendo assim, na PNAD Contínua o total de jovens chamados “nem-nem” era de 9,8 milhões em 2023, enquanto o total de jovens não ocupados e que não estudam, mas estão em treinamento, desta publicação, era de 10,3 milhões em 2023. A diferença de 500 mil representa os jovens em treinamento.

¹⁷ Para informações mais detalhadas sobre a meta 8.6, consultar o endereço: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo8/indicador861>.

para 26,7%, no mesmo período (Gráfico 12). Como consequência, o percentual dos que não estudavam e não estavam ocupados subiu de 24,1%, em 2019, para 28,0% em 2020, um avanço de 3,9 pontos percentuais.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e 2023 e de quintas visitas entre de 2020 a 2022.

A partir de 2021, o quadro começou a se reverter com a melhoria do mercado de trabalho, e houve aumento dos jovens na condição de somente ocupados, que passaram de 35,1%, em 2020 para 36,7%, em 2021, enquanto o percentual de jovens que não estudavam e não estavam ocupados recuou de 28,0% para 25,8%. Em 2022 e em 2023, seguindo a tendência do ano de 2021, o percentual de jovens ocupados cresceu, tendo atingido 43,2%, em 2023, assim como os jovens que estudavam e estavam ocupados chegou a 12,6%, em 2023, ambos situando-se em patamares acima de 2019 (níveis pré-pandemia, 40,2% e 11,9%). Ao mesmo tempo, o percentual de jovens que somente estudavam cresceu em 2020 em comparação ao período pré-pandemia e se manteve praticamente constante em 2021, 26,6%. Contudo, com o reaquecimento do mercado de trabalho a partir de 2022, esse indicador recuou, chegando a 24,0%, em 2022 e 23,0%, em 2023. Assim como recuou o percentual de jovens que não estudavam e que não estavam ocupados para 22,3%, em 2022 e 21,2%, em 2023, o menor valor da série. (Gráfico 12). Pode-se afirmar que o cenário para os jovens por situação de atividade e condição de estudo em 2023 se assemelhou ao observado de 2012 a 2014 e melhor do que no período pré-pandemia de 2016 a 2019.

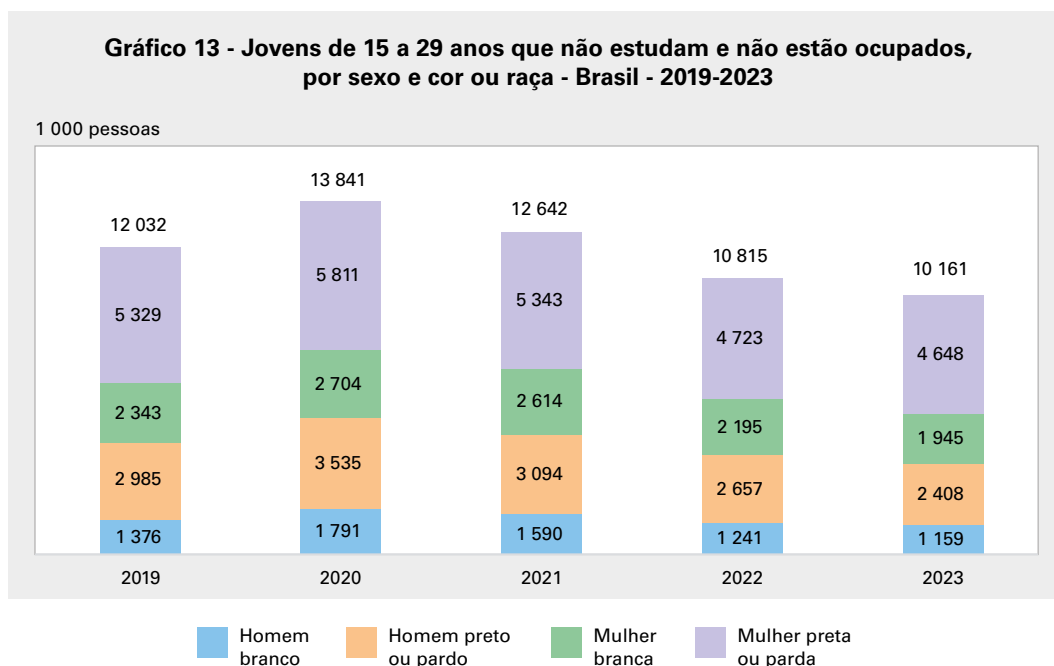
Observa-se que, em números absolutos, o total de jovens que não estudavam e não estavam ocupados atingiu, em 2023, o menor patamar, 10,3 milhões, e a menor taxa, 21,2%, desde o início da série iniciada em 2012, em decorrência da confluência de diversos fatores, tais como: diminuição do número de jovens na composição da população brasileira, aumento dos jovens ocupados e dos que estudavam e estavam ocupados no período pós-pandemia. Ou seja, é um indicador que está fortemente atrelado ao que

acontece no mercado de trabalho e no sistema de ensino, contudo eles não explicam completamente a condição desses jovens e a permanência de taxas superiores a 20,0% ao longo da série a despeito das diferentes condições econômicas no País (Tabela 1.43).

No Brasil, como em países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), a situação de atividade dos jovens está fortemente relacionada ao sexo (Education [...], 2023). As mulheres tendem a formar a maioria do grupo que não estudava e não estava ocupado, em função de fatores culturais e estruturais que não dependem diretamente da situação do mercado de trabalho. Os afazeres domésticos e aos cuidados de parentes representam o principal motivo para elas estarem nesta condição. Em 2023, do total de jovens que não estudavam e não estavam ocupados, 65,0% eram mulheres (6,7 milhões) e 35,0% eram homens (3,6 milhões). Em termos percentuais, a taxa entre as mulheres, 27,9%, era quase o dobro da dos homens, 14,7% (Tabela 1.43).

Sexo e cor ou raça

Em 2023, de 10,3 milhões de jovens que não estudavam e não estavam ocupados no Brasil, as mulheres de cor ou raça preta ou parda eram 4,6 milhões (45,2%), enquanto as brancas formavam menos da metade desse montante: 1,9 milhão (18,9%); os homens de cor ou raça preta ou parda eram 2,4 milhões (23,4%) e os brancos 1,2 milhão (11,3%) (Gráfico 13).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019-2023.

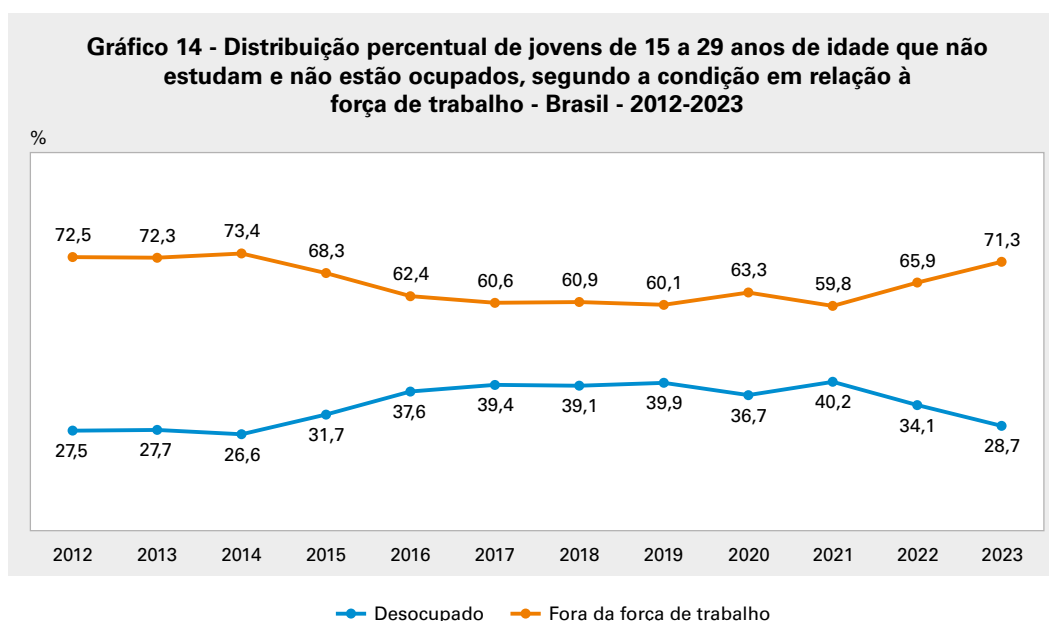
Notas: 1. Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas ou sem declaração de cor ou raça.
2. Dados consolidados de primeiras visitas em 2019 e 2023 e de quintas visitas de 2020 a 2022.

O quantitativo de jovens nessa condição recuou 5,8% na comparação entre 2022 e 2023. Todos os grupos por sexo e cor ou raça experimentaram decréscimos nos valores absolutos, contudo as maiores reduções foram observadas entre as mulheres brancas, 11,4%, e entre os homens pretos ou pardos, 9,3%. A redução para os homens brancos foi menos expressiva (6,5%), pois já havia recuado 22,0% entre 2021 e 2022, demonstrando ter sido o primeiro grupo a conseguir sair desta condição

após a crise econômica ocasionada pela pandemia de COVID-19. O conjunto formado pelas mulheres de cor ou raça preta ou parda apresentou a menor redução de 2022 a 2023, 1,6%, passando a representar 45,7% dos jovens na condição de não estudar e não estar ocupado. Em que pese esse ter sido o maior grupo em toda a série, esse valor representou a maior participação desde o início da série em 2012 (Tabela 1.43)

Condição em relação à força de trabalho

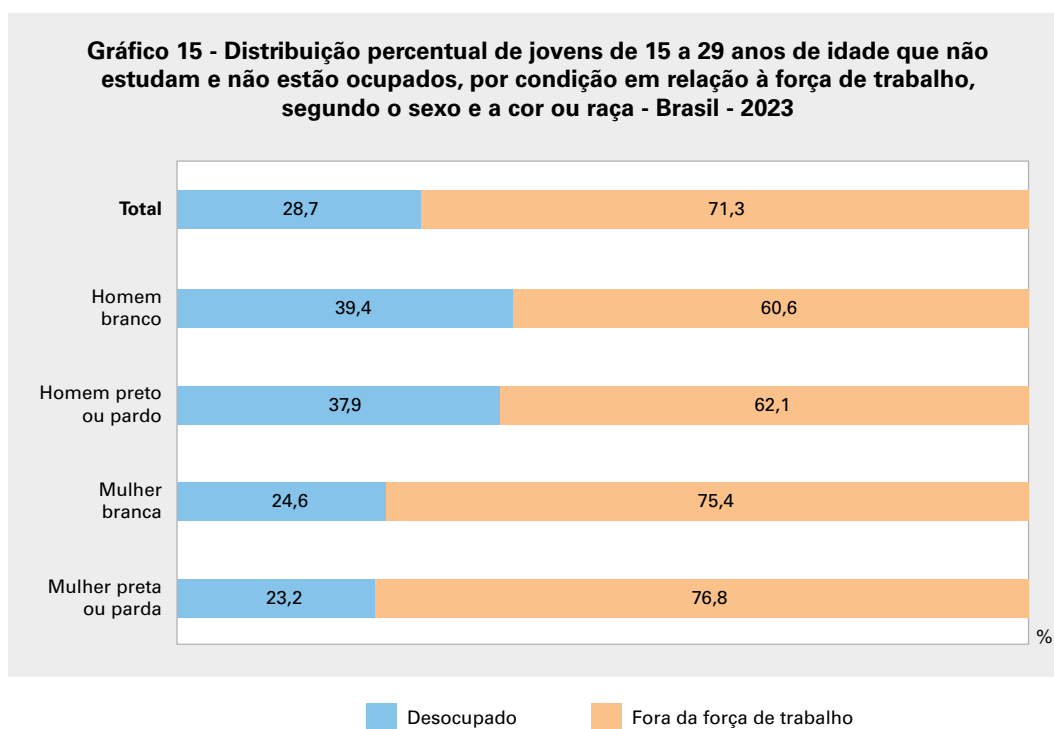
Como indicado no início desse tópico, o indicador de jovens que não estudam e que não estão ocupados inclui, simultaneamente, aqueles que não estudam e estão desocupados, bem como aqueles que não estudam e estão fora da força de trabalho. Em 2023, 71,3% estavam fora da força de trabalho e 28,7% eram desocupados (Gráfico 14 e Tabela 1.45). Ao longo da série iniciada em 2012, é possível observar que os jovens que estavam fora da força de trabalho apresentaram a maior parcela, entretanto o percentual de jovens desocupados aumentou nas crises econômicas, como em 2015-2016, e atingiu seu ápice em 2021, 40,2%, no segundo ano da pandemia de COVID-19, quando a economia ainda estava enfraquecida. Em 2022, com a retomada gradual da economia e do mercado de trabalho e o aumento do nível de ocupação, o percentual de jovens desocupados dentre os jovens nessa condição recuou para 34,1% e, em 2023, com a continuidade da melhora no mercado de trabalho, esse percentual atingiu 28,7%. Esse percentual é próximo ao observado no início da década. Em 2023, portanto, de forma complementar, 71,3% dos jovens nesta condição estavam fora da força de trabalho, o que representa 7,3 milhões de jovens. Durante a pandemia, em 2020, eram 8,8 milhões de jovens que não estudavam, não estavam ocupados e estavam fora da força de trabalho. Ou seja, a despeito das melhores condições observadas no mercado de trabalho nos anos recentes, ainda permanece uma parcela elevada de jovens que não se lança em busca de uma ocupação no mercado de trabalho, principalmente mulheres por conta de afazeres domésticos e cuidados com parentes, que as impede de ir em busca de uma colocação no mercado de trabalho devido à falta de rede de apoio, além de oferta adequada de creches públicas e asilos ou centros de lazer para pessoas idosas.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e 2023 e de quintas visitas de 2020 a 2022.

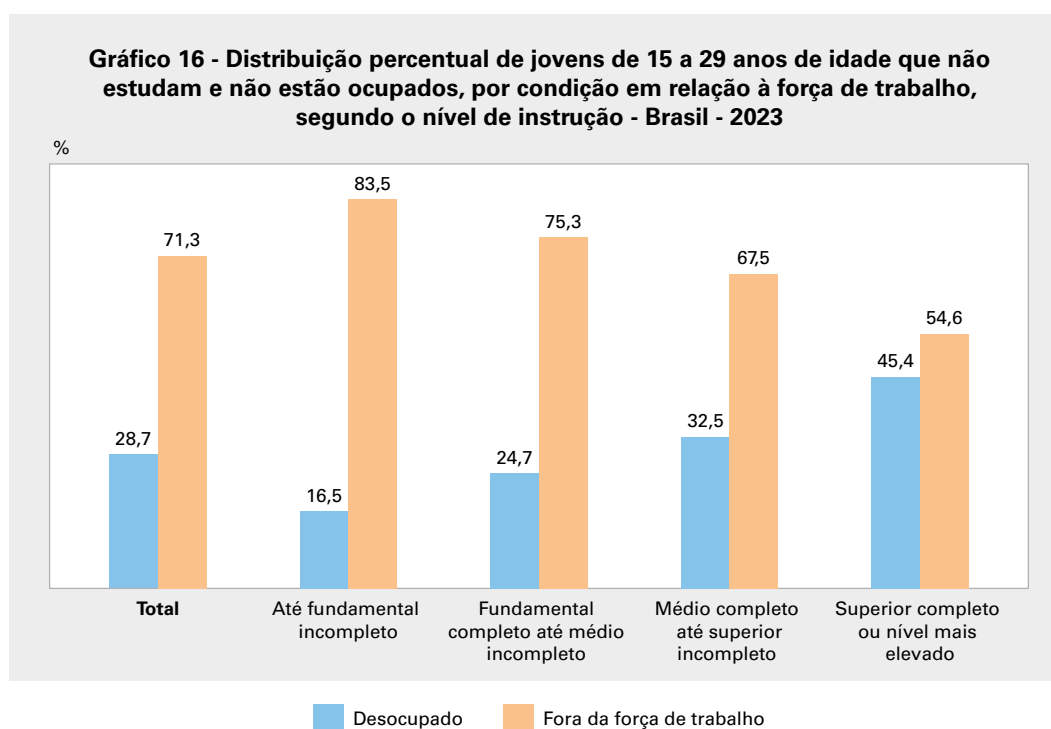
Em 2023, considerando por sexo, entre as mulheres jovens que não estudavam e não estavam ocupadas, 76,5% estavam fora da força de trabalho, enquanto entre os homens, eram 61,7%, uma diferença de 14,8 pontos percentuais, demonstrando a maior dificuldade que elas possuem para ir em busca de uma colocação no mercado de trabalho, em decorrência, principalmente, de afazeres domésticos e tarefas de cuidados com parentes. Portanto, distintos papéis de gênero na sociedade também influenciam a razão pela qual os jovens se encontram na situação de não estudar e não estar ocupado. (Tabela 1.45). Considerando por sexo e cor ou raça, as mulheres jovens pretas ou pardas apresentaram o maior percentual fora força de trabalho em 2023, 76,8%, seguidas das mulheres brancas, 75,4%. Já entre os homens, os de cor ou raça branca apresentaram o menor percentual fora da força de trabalho, 60,6%, mas um valor próximo ao dos homens pretos ou pardos, 62,1%, demonstrando que o maior impeditivo concerne desigualdades por gênero nesse caso. Observa-se, assim, que os homens possuem mais condições do que as mulheres para estar na condição de desocupado, quer dizer em busca de uma ocupação no mercado de trabalho (Gráfico 15 e Tabela 1.45).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

Outra característica que influencia na possibilidade do jovem que não estuda e que não está ocupado estar desocupado ou fora da força de trabalho é o seu nível de instrução. De acordo com as informações apresentadas no Gráfico 16, quanto menor o nível de instrução, maior é o percentual de jovens fora do mercado de trabalho. Enquanto entre os que tinham até ensino fundamental incompleto, 83,5% estavam fora da força de trabalho e somente 16,5% desocupados, entre os jovens com ensino superior completo, o percentual fora da força de trabalho foi de 54,6% e 45,4% de desocupados.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

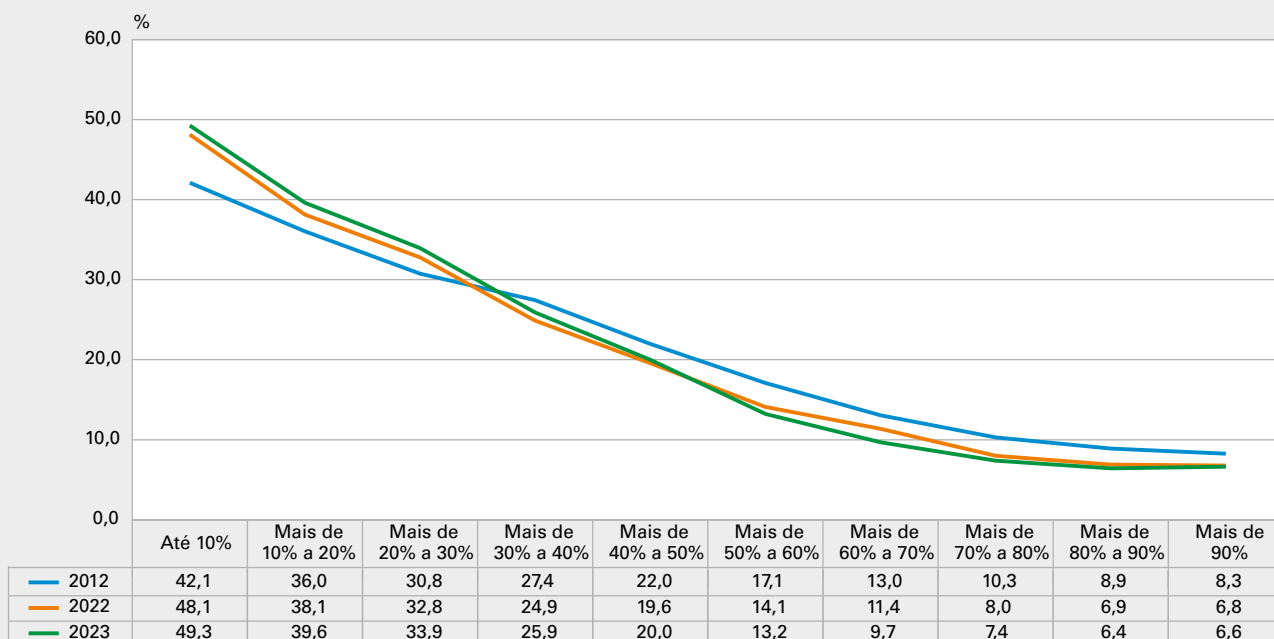
Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

Classes de rendimento domiciliar *per capita*

Analisando por classes de rendimento, a taxa de jovens que não estudam e que não estão ocupados apresenta diferenças significativas. A taxa tem relação inversa com a classe de rendimento domiciliar *per capita*. Quanto menor a classe de rendimento, maior tende ser a taxa de jovens fora do sistema de ensino e do mercado de trabalho. Em 2023, a taxa média foi de 21,2%, variando de 6,6% para os jovens nos domicílios com os 10% maiores rendimentos (mais de 90%) a 49,3% para os jovens dos domicílios da classe dos 10% menores rendimentos (até 10%) (Gráfico 17 e Tabela 1.49). Ou seja, a taxa dos jovens que não estudam e que não estão ocupados nos domicílios com 10% menores rendimentos foi em 2023 mais que o dobro da média e 7,5 vezes maior do que os da classe com os 10% maiores rendimentos. Essa diferença foi maior do que a observada em 2022, quer dizer, sete vezes.

Os dados de 2023, na comparação com o ano anterior, apontam que houve redução nas taxas de jovens nessa condição entre os jovens dos domicílios com rendimento domiciliar *per capita* situados nas classes a partir de mais de 50% a 60% e aumento nas taxas para os jovens nos domicílios abaixo dessa classe, sinalizando que os jovens na condição de não estudar e não trabalhar no ano possuem menor condição financeira ou são mais pobres do que os de 2022.

Na comparação com 2012, observa-se um aumento da taxa entre os jovens dos domicílios das três menores classes de rendimentos domiciliar *per capita*. Entre os jovens dos domicílios da classe até 10%, por exemplo, a taxa entre 2012 e 2023 passou de 42,1% para 49,3% (mais 7,2 pontos percentuais). Ou seja, metade dos jovens dos domicílios mais pobres não estudavam e não estavam ocupados, em 2023.

Gráfico 17 - Taxa de jovens que não estudam e não estão ocupados, segundo as classes de rendimento domiciliar *per capita* - Brasil - 2012/2023

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas em 2012 e 2023 e de quintas visitas em 2022.

Os resultados mostrados apontaram, portanto, para um perfil de jovem que não estuda e que não está ocupado mais concentrado em mulheres da cor ou raça preta ou parda, que estavam mais fora da força de trabalho do que desocupadas, que o nível de instrução interfere na condição do jovem na força de trabalho e que as taxas eram mais elevadas entre os jovens dos domicílios mais pobres, em 2023, na comparação com o ano anterior.

Padrão de vida e distribuição de rendimentos

A análise de distribuição de rendimentos em um país é um importante meio para se compreender as condições de vida de uma população, que também incluem outras dimensões apresentadas nos demais capítulos desta publicação. A relevância desse tema, que já vem sendo tratado pela Síntese de Indicadores Sociais, em capítulo específico de sua divulgação desde 2012, está na necessidade de construção de indicadores que possam subsidiar o monitoramento e análise de políticas públicas nacionais. Da mesma forma, a temática da distribuição de renda vem sendo adotada de forma mais abrangente através das agendas internacionais de desenvolvimento, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda 2030, promovida pelas Nações Unidas (United Nations), que estabelecem objetivos e metas específicos para a redução da pobreza e desigualdade de renda.

O presente capítulo apresenta uma análise da distribuição dos rendimentos no Brasil no período de 2012 a 2023, fornecendo subsídios para o estudo de dimensões centrais na determinação das condições de vida da população brasileira: as desigualdades de rendimentos e a pobreza monetária. São apresentados indicadores internacionalmente utilizados por agências multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial (World Bank) e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), que são fontes importantes de consulta para estudiosos e formuladores de políticas que atuam na temática distributiva e têm efeitos sobre a desigualdade e a pobreza.

Da mesma forma que nas três últimas edições da Síntese de Indicadores Sociais (Síntese [...], 2021, 2022, 2023), o presente capítulo trata de analisar os efeitos de programas de transferência de renda

sobre os indicadores de rendimento, desigualdade e pobreza monetária, bem como, procura mostrar como esses indicadores foram impactados pela dinâmica do mercado de trabalho, na medida em que a renda do trabalho é a principal componente do rendimento domiciliar *per capita*, o que vincula a análise aqui realizada ao capítulo **Estrutura econômica e mercado de trabalho**, desta publicação.

A próxima seção apresenta uma breve análise das transferências condicionadas de renda no Brasil recente, ressaltando algumas características relacionadas à decomposição do rendimento dos domicílios pelas suas principais fontes. Em seguida é apresentada análise de indicadores de rendimento, e suas desagregações por sexo e cor ou raça, e de desigualdade, como o índice de Gini, o índice de Palma e distribuições por décimos. A quarta seção traz informações sobre as linhas de pobreza monetária e sua incidência sobre distintos grupos populacionais, Grandes Regiões e situação no mercado de trabalho. Por fim, a última seção procura trazer indicadores de condições de moradia, à luz das medidas de pobreza, estabelecidas pelo Banco Mundial.

Transferências condicionadas de renda: características e impactos sobre a estrutura do rendimento domiciliar¹⁸ no período pós-pandemia de COVID-19

O advento da pandemia de COVID-2019 mobilizou uma série de políticas voltadas à mitigação de seus impactos sobre as condições de vida da população brasileira. Dentre estas se encontram as políticas de transferência condicionadas de renda, que ganharam maior centralidade na agenda nacional de políticas públicas, com mudanças no desenho de alguns programas, crescente volume de recursos e expansão do público-alvo beneficiado. Como aponta a Nota técnica divulgada pelo Banco Mundial (World Bank), em 2019 os gastos com programas de transferência de renda no Brasil consumiram 0,5% do Produto Interno Bruto - PIB, passando a 4% em 2020, com a introdução de políticas emergenciais de transferência de renda, e se estabilizando em 1,2% em 2022, com a edição do Programa Auxílio Brasil (Silva *et al.*, 2023).

Em 2023, após três anos marcados pela vigência do Programa Auxílio Emergencial – e suas edições – e do Auxílio Brasil, o Programa Bolsa Família foi retomado, com novo desenho e novos valores. O programa foi instituído pela Medida Provisória n. 1.164, de 02.03.2023, depois transformada na Lei n. 14.601, de 19.06.2023, tendo como um de seus principais objetivos garantir uma renda familiar no valor mínimo de R\$ 600,00 a todas as famílias beneficiadas, valor que poderia ser ampliado a depender da característica da família¹⁹. Para serem elegíveis aos benefícios do programa as fa-

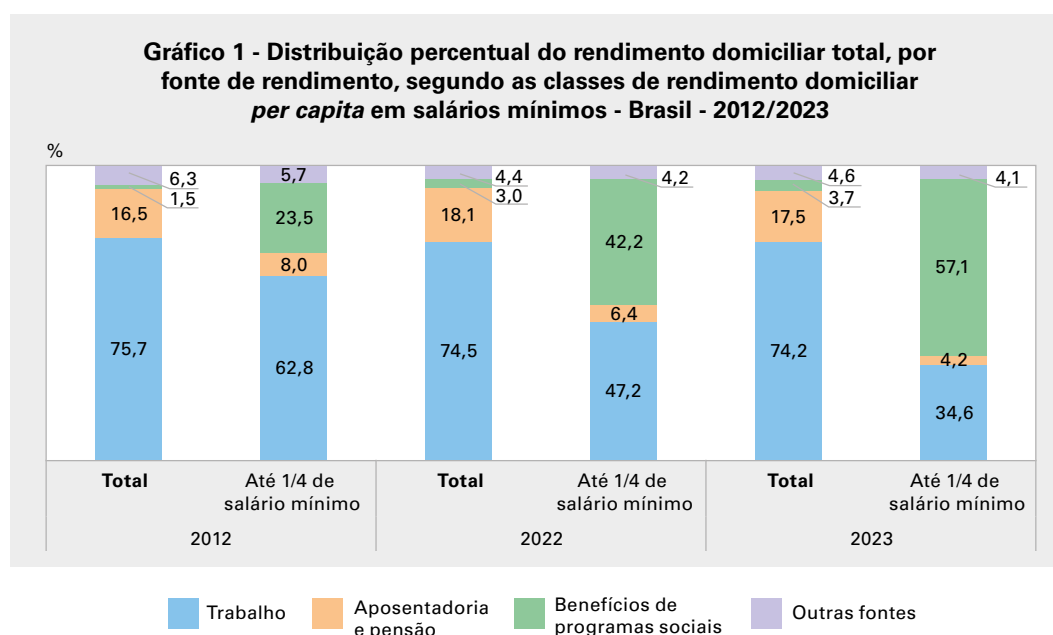
¹⁸ Para o cálculo do rendimento total e do rendimento domiciliar *per capita* não foram considerados os rendimentos das pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

¹⁹ Os benefícios do programa se dividem em quatro tipos: i) benefício de renda e cidadania: um valor de R\$ 142,00 são pagos a cada integrante da família beneficiada; ii) benefício complementar: destinado às famílias beneficiadas que não atingiram os R\$ 600,00 com o benefício de renda e cidadania. O benefício garante a complementação da renda até os R\$ 600,00; iii) benefício primeira infância: é concedido um valor de R\$ 150,00 a cada criança de 0 a 7 anos de idade (incompletos), nas famílias beneficiadas pelo programa; iv) benefício variável familiar: pagos às famílias que tenham, em sua composição, gestantes, nutrizes, crianças entre 7 e 12 anos de idade (incompletos), adolescentes entre 12 e 18 anos de idade (incompletos). O valor é de R\$ 50,00 por pessoa que atenda a esses critérios, na família.

mílias deveriam estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico e terem renda familiar *per capita* de até R\$ 218,00.

A ampliação dos valores transferidos, benefícios médios e público-alvo do Programa Bolsa Família, quando comparado com sua versão original²⁰, parece ter consolidado a maior centralidade dos programas de transferência condicionadas de renda neste período pós-pandemia, que teve início com a introdução do Auxílio Emergencial, em 2020. Como registrado nas últimas edições da Síntese de Indicadores Sociais (Síntese [...], 2021, 2022, 2023), houve maiores impactos desses programas sobre os indicadores de desigualdade de renda e pobreza monetária, além da ampliação da participação desses programas na composição da renda dos domicílios com os menores rendimentos.

Esta última tendência pode ser observada no Gráfico 1, que mostra a decomposição do rendimento domiciliar segundo classes de rendimento domiciliar total. Em 2012, início da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, do IBGE, os benefícios de programas sociais foram responsáveis por 23,5% da renda daqueles domicílios com rendimento domiciliar *per capita* de até ¼ de salário mínimo, passando para 42,2% em 2022 e 57,1% em 2023. Para o total dos domicílios, a participação em 2012 e 2023 foi de, respectivamente, 1,5% e 3,7% (Tabela 2.6²¹).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas em 2012 e 2023 de quintas visitas em 2022.

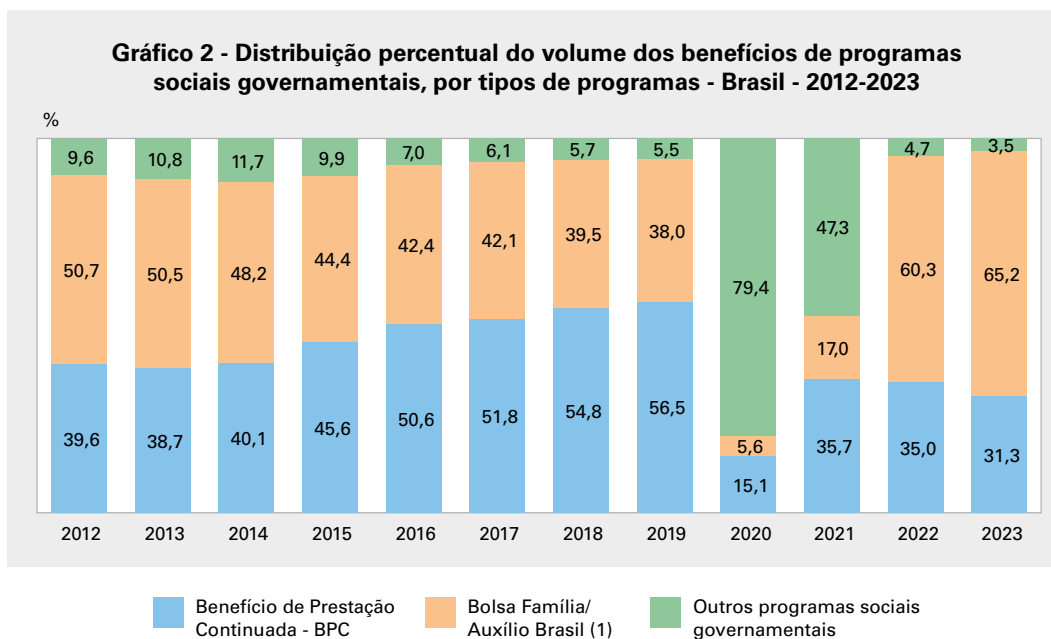
2. Benefícios de programas sociais incluem: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC, Auxílio Emergencial e outros programas sociais governamentais.

²⁰ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda do governo federal do Brasil, instituído pela Medida Provisória n. 132, de 20.10.2003, convertida na Lei Federal n. 10.836, de 09.01.2004. Sua criação unificou e ampliou os vários programas de auxílio de renda que vigoravam até então, como o Bolsa Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio Gás. O programa adotava duas medidas para concessão dos benefícios: para famílias em situação de extrema pobreza e de pobreza, com valores monetários definidos para cada uma das medidas. Dentre os benefícios, pode-se destacar: benefício básico para famílias em situação de extrema pobreza; benefício variável para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza; benefício variável para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 e 12 anos de idade, 12 e 15 anos de idade e 16 e 17 anos de idade (Brasil, 2004)

²¹ As tabelas complementares (por exemplo, Tabela 2.X) pertencem ao plano tabular da publicação e estão disponibilizadas na página da Síntese de Indicadores Sociais, no portal do IBGE na Internet.

A renda do trabalho, por sua vez, que era responsável por 62,8% do rendimento dos domicílios com renda domiciliar de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, em 2012, sofreu redução ao longo da série, chegando a 34,6% em 2023, o que aponta para uma menor relação entre a determinação da renda deste grupo e a dinâmica do mercado de trabalho. O peso da renda do trabalho na composição do rendimento domiciliar total se manteve acima dos 70% nos anos analisados.

Em relação à participação de cada programa social na estrutura das transferências condicionadas de renda no País, as informações da PNAD Contínua mostram que houve mudanças mais intensas a partir de 2020²², com o expressivo crescimento do peso dos outros programas sociais governamentais no volume total de benefícios de programas sociais, que chegou a 79,4% em 2020, em virtude da implementação dos benefícios emergenciais de transferência de renda, que são captados nesta categoria. Com a redução do volume de benefícios do Auxílio Emergencial, em 2021 a participação das outras transferências governamentais caiu para menos de 50% do total, mas ainda se manteve em patamares acima do verificado para o período anterior à pandemia do novo coronavírus. Somente em 2022, os outros programas sociais governamentais retornaram para padrões anteriores a 2020, o que se deve à finalização dos programas emergenciais de transferência de renda e crescimento do volume destinado ao Programa Auxílio Brasil, que passou a responder por 60,3% do total dos programas sociais governamentais. A retomada do Programa Bolsa Família, em 2023, elevou ainda mais o peso deste programa, que chegou a 65,2% do total (Gráfico 2 e Tabela 2.10).



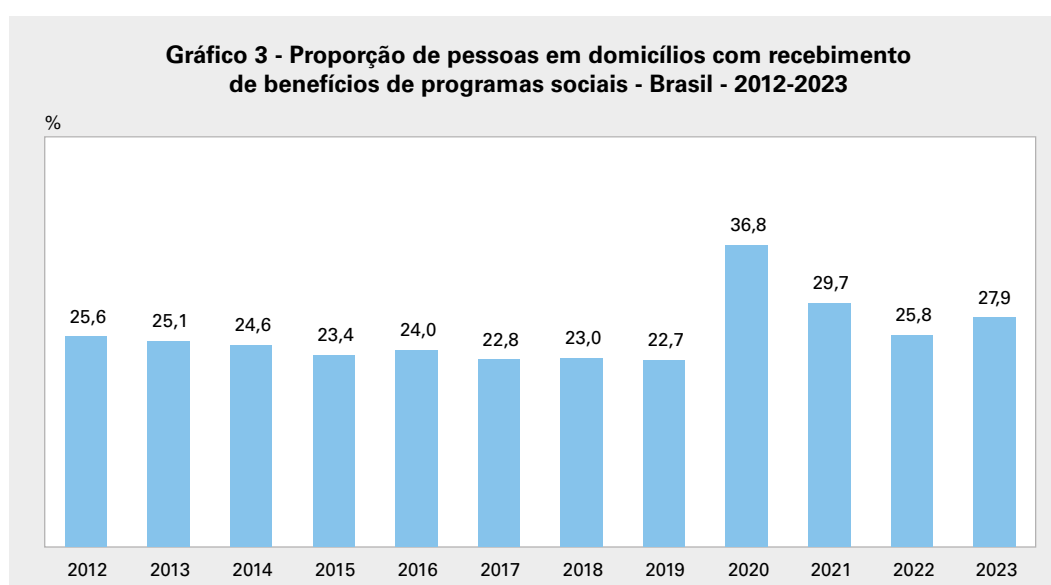
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e 2023 e quintas visitas de 2020 a 2022.

(1) O Programa Auxílio Brasil foi introduzido em novembro de 2021 e vigorou até março de 2023.

²² Ao longo de praticamente toda a série da PNAD Contínua, o Benefício de Prestação Continuada - BPC e o Programa Bolsa Família foram responsáveis por cerca de 90% de todos os programas sociais, com crescimento progressivo do peso do BPC no rendimento domiciliar *per capita* e consequente queda do Bolsa Família, que passou de 50,7% do total, em 2012, para 38,0%, em 2019 (Gráfico 2 e Tabela 2.10). Vale registrar que, embora haja uma importante diferença na cobertura de ambos os programas (pela PNAD Contínua 2019, 13,5% dos domicílios particulares permanentes recebiam Bolsa Família e 3,7% recebiam BPC), o valor do BPC era de um salário mínimo, e o valor médio do Bolsa Família era inferior a R\$ 200,00, o que impactou o peso de cada benefício na renda total. Como resultado, o rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nos domicílios que recebiam o Programa Bolsa Família era cerca da metade do rendimento médio domiciliar *per capita* de domicílios com beneficiários do BPC (IBGE, 2022).

Em relação ao recebimento destes benefícios, o Gráfico 3 mostra que, entre 2012 e 2019, houve tendência de redução na proporção de pessoas que vivem em domicílios com recebimento de benefícios de programas sociais, passando de 25,6% em 2012 para 22,7% em 2019. Em 2020, essa proporção registrou forte aumento, chegando a 36,8%, o que se deve à implementação dos programas emergenciais de transferência de renda, que beneficiaram não apenas aqueles domicílios com maiores vulnerabilidades sociais, mas também aqueles que sofreram perdas temporárias de renda, devido aos efeitos da pandemia de COVID-19²³. Houve queda nos dois anos seguintes, mas novo crescimento em 2023, quando a proporção chegou a 27,9%. Apesar dessas oscilações no período pós-pandemia, a proporção de pessoas que vivem em domicílios com recebimento de benefícios de programas sociais atingiu um nível superior aos anos anteriores a 2020.



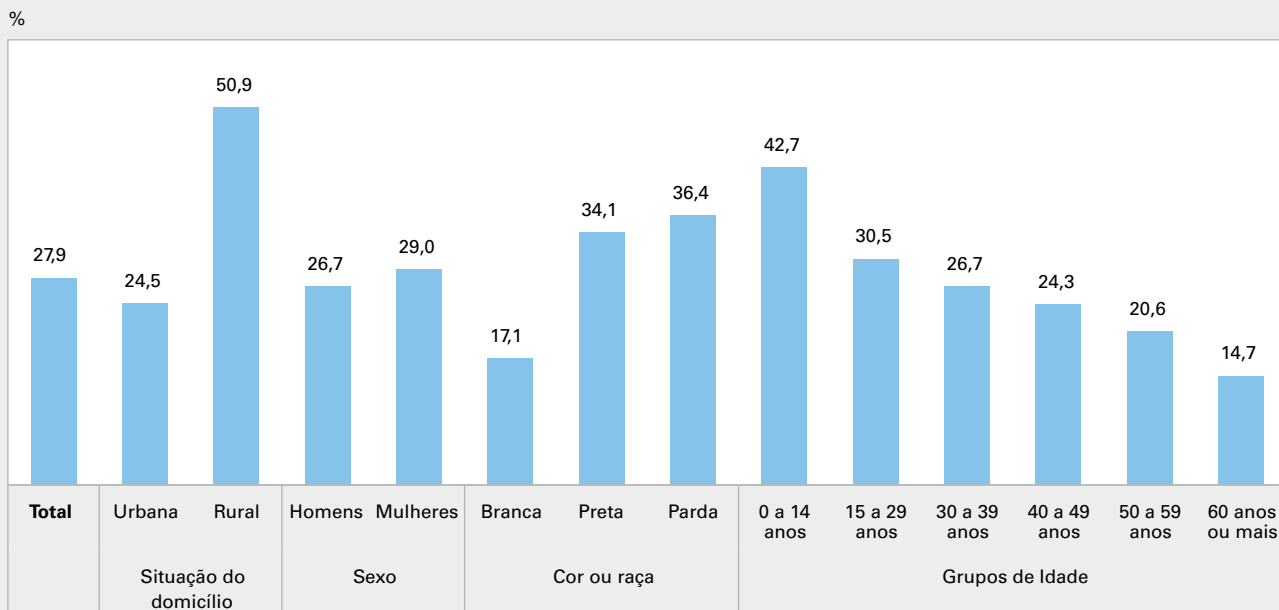
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e 2023 e quintas visitas de 2020 a 2022.

2. Benefícios de programas sociais incluem: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC, Auxílio Emergencial e outros programas sociais governamentais.

Em 2023, cerca de 51% das pessoas em áreas rurais viviam em domicílios que recebiam benefícios de programas sociais, proporção que cai para 24,5% nas áreas urbanas. No recorte por sexo, verifica-se maior proporção de mulheres (29,0%) em relação aos homens (26,7%). A análise por cor ou raça também revela diferenças, com maior percentual de pessoas pretas (34,1%) e pardas (36,4%), quando comparado com pessoas brancas (17,1%). Entre as pessoas com 0 a 14 anos, 42,7% viviam em domicílios com benefícios de programas sociais, proporção que cai a medida em que aumenta a faixa etária, chegando a 14,7% entre as pessoas com 60 anos ou mais de idade (Gráfico 4 e Tabela 2.12).

²³ Destaca-se, nesse sentido, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Lei n. 14.020, de 06.07.2020), cujo objetivo foi reduzir o impacto da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho formal, a partir da manutenção dos vínculos empregatícios dos trabalhadores. Esse programa era composto por duas frentes: a) a redução da jornada de trabalho com a preservação da renda, com o valor do benefício variando conforme o acordo estabelecido de redução da jornada de trabalho; e b) suspensão do contrato de trabalho com pagamento de seguro-desemprego. Em ambos os casos, haveria a negociação entre empregador e empregado para a definição do valor a ser pago.

Gráfico 4 - Proporção de pessoas em domicílios com recebimento de benefícios de programas sociais, segundo as características selecionadas - Brasil - 2023

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Notas: 1. Dados consolidados de quintas visitas em 2023.

2. Benefícios de programas sociais incluem: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC, Auxílio Emergencial e outros programas sociais governamentais.

Embora os benefícios de programas sociais tenham adquirido maior relevância na composição do rendimento das famílias mais vulneráveis no período pós-pandemia, o rendimento domiciliar continua sendo fortemente influenciado pela dinâmica do mercado de trabalho. Como mencionado anteriormente, a renda do trabalho foi responsável por mais de 70% do rendimento total dos domicílios de 2012 a 2023, seja em períodos de maior ou menor dinamismo econômico (Tabela 2.6). Em 2023, assim como no ano anterior, o mercado de trabalho brasileiro registrou expansão, com crescimento do emprego e, especificamente, em 2023, com crescimento da renda média do trabalho, que chegou a aumentar 7,1% em relação a 2022. Se neste último ano a base da estrutura de distribuição de renda foi impactada pela maior abrangência dos benefícios do Programa Bolsa Família, o comportamento do mercado de trabalho teve efeitos positivos, principalmente, sobre a renda dos décimos superiores de rendimento. O resultado da conjunção entre os programas de transferência de renda com o maior dinamismo do mercado de trabalho produziu efeitos sobre os indicadores de desigualdade de renda e pobreza monetária em 2023.

Rendimento médio, mediano e frações do rendimento

O rendimento médio domiciliar *per capita*, em 2023, foi o maior da série histórica da PNAD Contínua, chegando a R\$ 1 848 para o total da população brasileira. As Regiões Sudeste (R\$ 2 237), Centro Oeste (R\$ 2 202) e Sul (R\$ 2 167) apresentaram os rendimentos mais elevados, representando, aproximadamente, o dobro do rendimento domiciliar *per capita* da Região Nordeste (R\$ 1 146) e acima do observado para a Região Norte (R\$ 1 302). Esse padrão de diferença nos patamares de rendimento domiciliar *per capita* não sofreu alterações estruturais desde 2012, embora o rendimento da Região

Nordeste (14,5%) e, principalmente, da Região Norte (18,9%) tenham registrado uma variação positiva maior do que as demais Regiões, e à média nacional (13,7%), entre o início e o final da série (Tabela 1 e Tabela 2.1).

Entre 2022 e 2023, o rendimento domiciliar *per capita* registrou aumento de 11,5% no Brasil, com maior ampliação nas Regiões Centro Oeste (13,8%) e Norte (13,5%), seguido pela Região Sudeste (12,9%). As Regiões Nordeste (8,7%) e Sul (8,0%) tiveram aumento abaixo da média do País. Em 2023, o rendimento domiciliar *per capita* das Regiões Norte e Nordeste foram equivalentes a, respectivamente, 58,2% e 51,2% do rendimento domiciliar *per capita* da Região Sudeste e a 70,5% e 62,0% da média nacional.

Tabela 1 - Rendimento domiciliar *per capita* médio e mediano das pessoas, com indicação da variação entre períodos, segundo as Grandes Regiões - 2012-2023

Grandes Regiões	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> das pessoas (R\$/mensal)												Variação 2023/2022 (%)	Variação 2023/2012 (%)
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
Médio														
Brasil	1 626	1 680	1 727	1 673	1 651	1 658	1 719	1 744	1 668	1 551	1 658	1 848	11,5	13,7
Norte	1 095	1 099	1 113	1 091	1 011	1 049	1 133	1 069	1 092	984	1 148	1 302	13,5	18,9
Nordeste	1 000	1 044	1 099	1 091	1 042	1 061	1 052	1 098	1 108	969	1 054	1 146	8,7	14,5
Sudeste	1 972	2 031	2 092	2 009	2 027	1 984	2 106	2 132	2 005	1 891	1 982	2 237	12,9	13,5
Sul	1 980	2 050	2 084	2 018	1 979	2 046	2 068	2 119	1 984	1 889	2 006	2 167	8,0	9,5
Centro-Oeste	1 899	1 979	1 980	1 902	1 858	1 942	1 965	1 957	1 856	1 750	1 935	2 202	13,8	16,0
Mediano														
Brasil	965	1 017	1 064	1 035	988	1 000	1 024	1 054	1 034	927	1 041	1 177	13,0	21,9
Norte	624	637	676	655	606	631	646	634	715	609	716	817	14,0	31,0
Nordeste	588	619	657	646	622	636	633	641	684	581	651	705	8,2	19,8
Sudeste	1 200	1 238	1 263	1 232	1 229	1 234	1 267	1 280	1 251	1 173	1 259	1 360	8,0	13,3
Sul	1 300	1 376	1 410	1 400	1 343	1 377	1 359	1 426	1 367	1 297	1 351	1 490	10,4	14,6
Centro-Oeste	1 114	1 195	1 216	1 168	1 150	1 188	1 232	1 259	1 212	1 088	1 249	1 332	6,6	19,5

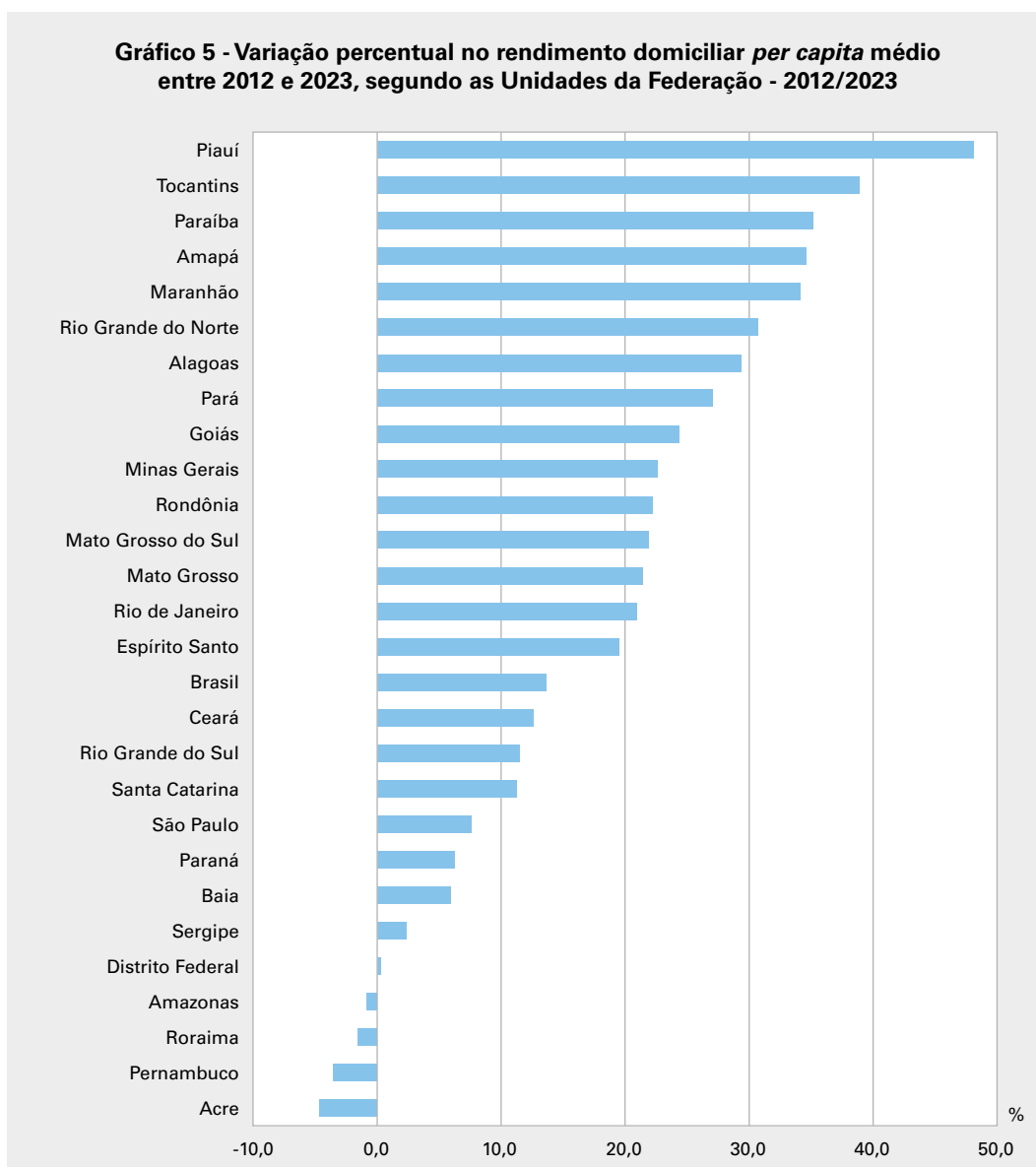
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e 2023 e quintas visitas de 2020 a 2022.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2023.

Em 2023, os Estados do Maranhão (R\$ 969), Acre (R\$ 1 074) e Pernambuco (R\$ 1 099) apresentaram os menores rendimentos domiciliares *per capita* dentre as Unidades da Federação. Já o Distrito Federal (R\$ 3 215), São Paulo (R\$ 2 414) e Rio de Janeiro (R\$ 2 305) foram as Unidades da Federação com os maiores rendimentos (Tabela 2.1).

Das 10 Unidades da Federações com as maiores variações no rendimento médio domiciliar *per capita* entre 2012 e 2023, oito são das Regiões Norte e Nordeste, com destaque para os Estados do Piauí (48,1%), Tocantins (38,9%), Paraíba (35,2%) e Amapá (34,6%). Por sua vez, parte das Unidades da Federação com as menores variações também se encontram nessas duas Regiões, sendo que o Acre (-4,6%), Pernambuco (-3,5%), Roraima (-1,5) e Amazonas (-0,8%), registraram variações negativas (Gráfico 5 e Tabela 2.1).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas em 2012 e 2023.

A média tem por característica ser influenciada por valores extremos, o que, em um contexto de distribuição muito desigual dos rendimentos, acaba elevando o rendimento médio no Brasil por influência dos altos rendimentos nos estratos superiores. A mediana remete a um indicativo mais próximo à realidade de grande parte da população brasileira, equivalendo ao meio da distribuição, ou seja, o rendimento mediano domiciliar *per capita* é aquele correspondente ao que até metade da população tem acesso. No Brasil, o rendimento domiciliar *per capita* mediano equivalia a 63,7% do rendimento médio e foi de R\$ 1 177, em 2023, inferior, portanto, ao valor do salário mínimo nacional vigente naquele ano (R\$ 1 320). Nas Regiões Norte e Nordeste, o rendimento mediano era de, respectivamente, R\$ 817 e R\$ 705, ficando abaixo das demais Regiões.

A análise do período de 2012 a 2023 mostra, em contraste, crescimento superior do rendimento mediano domiciliar *per capita* dessas duas Regiões, com destaque

para a Norte, com variação de 31,0%, seguido pela Nordeste, com variação de 19,8%. A Região Centro Oeste também registrou crescimento significativo (19,5%), seguida pelas Regiões Sul (14,6%) e Sudeste (13,3%). Os Estados do Maranhão (R\$ 655), Acre (R\$ 660) e Amazonas (R\$ 691) foram aqueles com os menores rendimentos medianos em 2023 e Distrito Federal (R\$ 1 722), Santa Catarina (R\$ 1 640) e Rio Grande do Sul (R\$ 1 507) aqueles com os maiores rendimentos medianos. Também na comparação entre 2012 e 2023, as maiores variações foram registradas nos Estados de Tocantins (57,8%), Amapá (54,4%) e Maranhão (35,5%) e as menores, nos Estados de Roraima (7,8%), Acre (9,4%) e São Paulo (9,8%) (Tabela 1).

A análise do rendimento médio segundo as classes de rendimento domiciliar *per capita* por décimos da população mostra que sua variação difere a depender da classe observada. Entre 2022 e 2023, o crescimento do rendimento entre as pessoas que se encontravam entre os 10% com menores rendimentos foi maior do que o verificado nas demais classes, com crescimento de 22,9%, chegando ao valor de R\$ 210 em 2023 ante R\$ 171 em 2022. As pessoas do segundo décimo, mais de 10% a 20%, registraram variação de 13,7%, entre os dois últimos anos, com um valor de R\$ 450 em 2023 ante R\$ 396 em 2022 (Tabela 2 e Tabela 2.5).

No outro extremo, entre os 10% com maiores rendimentos, na classe de mais de 90%, houve crescimento de 12,4% no rendimento médio domiciliar *per capita*, atingindo R\$ 7 581 em 2023. Essas pessoas ganharam 36 vezes mais do que os situados no primeiro décimo. Em 2022, essa diferença chegou a 40 vezes, o que mostra uma redução na desigualdade de rendimentos considerando a razão entre essas duas classes de rendimento. Ainda assim, o indicador revela a forte desigualdade de renda existente no País.

Tabela 2 - Rendimento domiciliar *per capita* médio das pessoas, com indicação da variação entre períodos, segundo as classes de rendimento domiciliar por décimos da população - Brasil - 2012/2023

Classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i> por décimos da população	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> médio das pessoas (R\$/mensal)			Variação anual 2023/2022 (%)	Variação acumulada 2023/2012 (%)
	2012	2022	2023		
Total	1 626	1 658	1 848	11,5	13,7
Até 10%	156	171	210	22,9	34,4
Mais de 10% a 20%	359	396	450	13,7	25,3
Mais de 20% a 30%	515	571	633	10,9	23,1
Mais de 30% a 40%	673	733	815	11,1	21,0
Mais de 40% a 50%	861	930	1 038	11,6	20,6
Mais de 50% a 60%	1 091	1 170	1 290	10,2	18,2
Mais de 60% a 70%	1 341	1 401	1 549	10,6	15,5
Mais de 70% a 80%	1 756	1 824	2 014	10,4	14,7
Mais de 80% a 90%	2 540	2 635	2 897	9,9	14,0
Mais de 90%	6 961	6 745	7 581	12,4	8,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

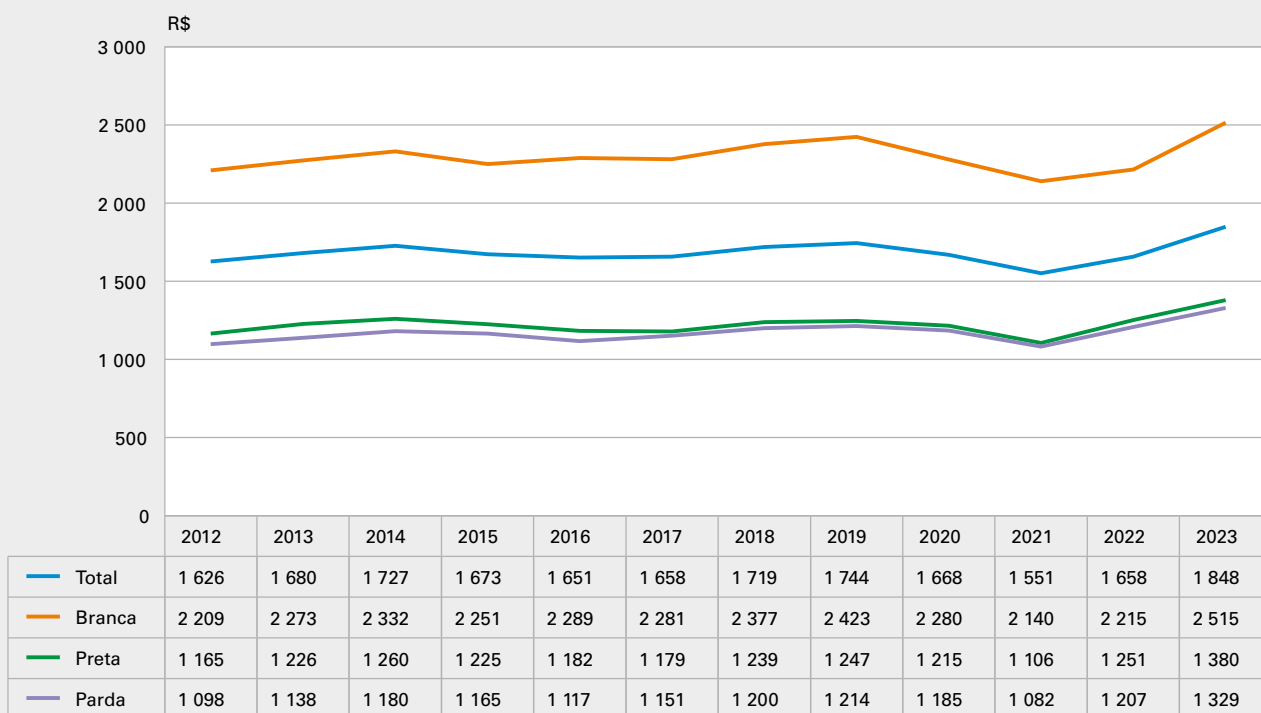
Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas em 2012 e 2023 e quintas visitas em 2022.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2023.

Considerando o período de 2012 a 2023, houve crescimento de 34,4% do rendimento das pessoas que se encontram entre os 10% com menores rendimentos, o maior dentre todas as classes, e acima do verificado para o total nacional, que foi de 13,7%. Todas as demais classes também registraram crescimento, que foi maior nas classes com menores rendimentos, e menor naquelas com os maiores rendimentos, chegando a 8,9% entre as pessoas que fazem parte dos 10% com maiores rendimentos.

O rendimento domiciliar *per capita* médio da população preta e parda, ao longo do período compreendido entre 2012 e 2023, permaneceu cerca de metade do observado para a população branca. Esse rendimento foi de R\$ 1 380, em 2023, para a população preta; de R\$ 1 329, para a parda; e de R\$ 2 515 para a branca. Embora sem mudanças estruturais ao longo da série, o rendimento domiciliar *per capita* das pessoas pretas e pardas teve variação de 18,5% e 21,1%, de 2012 a 2023, maior, portanto, do que o verificado para as pessoas brancas (13,9%). Por outro lado, de 2022 a 2023 ocorreu o inverso, com maior variação do rendimento das pessoas brancas (13,5%) em relação as pessoas pretas (10,3%) e pardas (10,1%) (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Evolução do rendimento domiciliar *per capita* médio, por cor ou raça - Brasil - 2012-2023



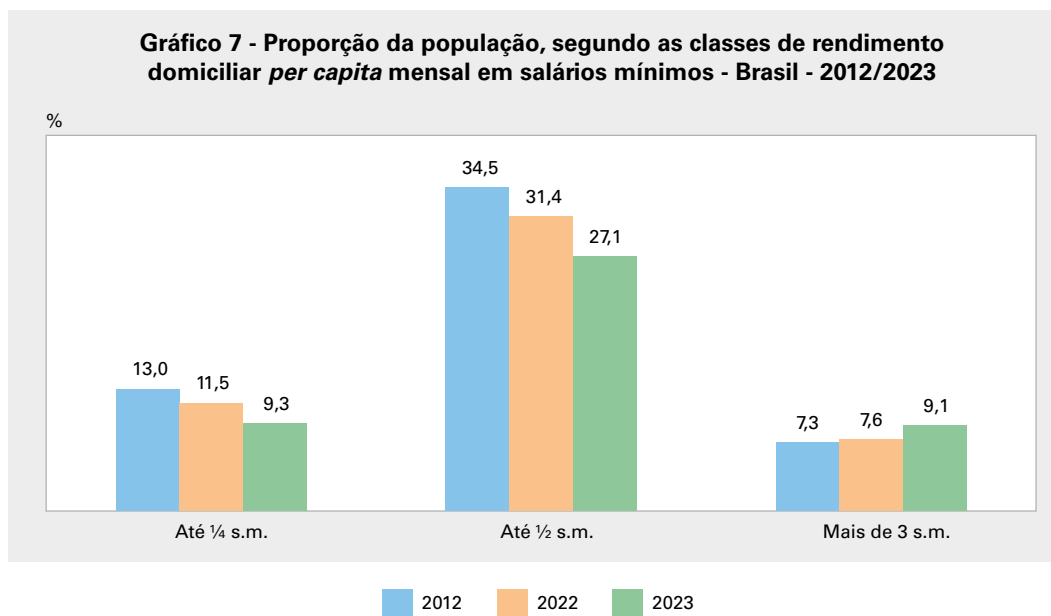
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e 2023 e quintas visitas de 2020 a 2022.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2023.

Analisar o rendimento segundo sua distribuição por classes de salário mínimo é uma outra forma de avaliar a incidência da desigualdade na sociedade brasileira, quando se consideram recortes específicos. Nesse sentido, 9,3% da população brasileira em 2023, em torno de 20,0 milhões de pessoas, viviam com até o valor de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita* mensal (R\$ 330) e 27,1%, aproximadamente 58,5 milhões

de pessoas, com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* (cerca de R\$ 660). Essas proporções estão abaixo do observado em 2012, que apresentava uma concentração maior de pessoas vivendo com até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita* (13,0%) e 34,5% com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* (Gráfico 7 e Tabela 2.8).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas em 2012 e 2023 e quintas visitas em 2022.

No outro extremo da distribuição, houve aumento da proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* superior a três salários mínimos *per capita* (R\$ 3 960), que chegou a 9,1% (19,6 milhões de pessoas) da população, em 2023. Em 2012 a proporção era de 7,3%, próximo ao registrado em 2022 (7,6%).

Distribuição de rendimentos

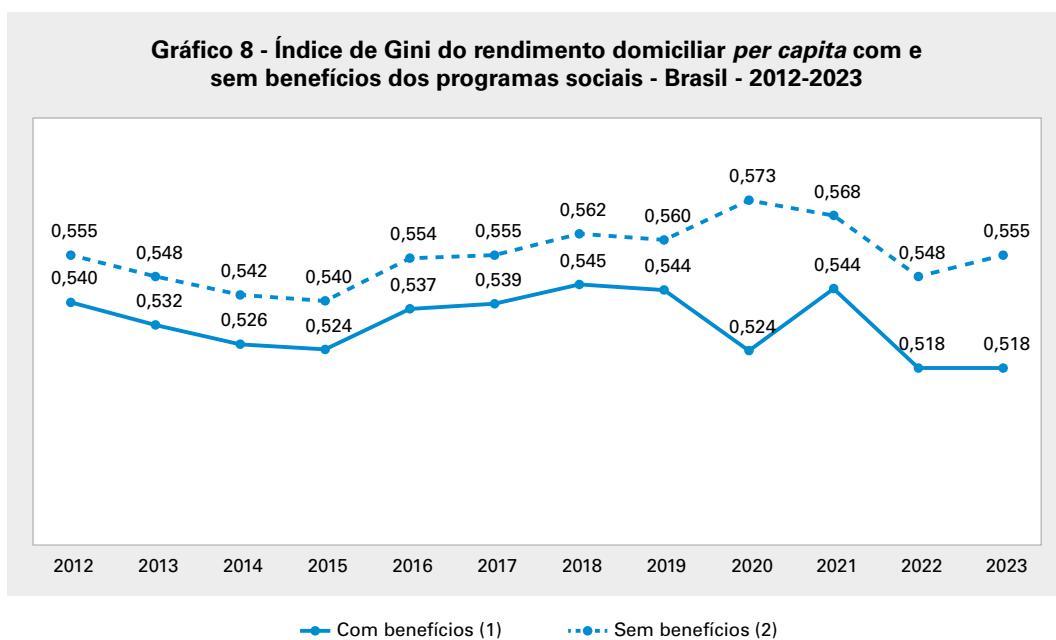
A análise do rendimento domiciliar *per capita* mostra variações a depender da desagregação utilizada. As Regiões Norte e Nordeste, por exemplo, possuem rendimentos abaixo das demais Regiões brasileiras, assim como a população preta ou parda apresenta rendimentos em cerca de metade daquele da população branca. Tais diferenças mostram que existem desigualdades na distribuição dos rendimentos, cuja origem remonta a aspectos histórico-estruturais da sociedade brasileira.

Os indicadores que medem essas desigualdades apresentam características e diferenças entre si, a depender do objetivo da análise. Há indicadores, como o índice de Gini, que utiliza toda a estrutura distributiva para calcular a desigualdade que resulta em um único valor, que varia conforme o nível de concentração de rendimento. Outros indicadores são utilizados quando se pretende calcular a desigualdade a partir de alguns estratos da distribuição de rendimentos como, por exemplo, as razões entre os décimos ou quintos de rendimento e o coeficiente de Palma. Por fim, a distribuição da massa de rendimentos por décimos ou quintos de rendimento também fornece um quadro dessas desigualdades.

O índice de Gini é um dos principais indicadores que medem as desigualdades na distribuição de rendimentos, sendo utilizado para balizar políticas públicas de diferentes países. A construção deste indicador prevê a utilização de toda a informação disponível sobre rendimentos de uma população, considerando a distribuição como um todo e sintetizando-a em um único valor que varia de 0 a 1, sendo 0 a situação de perfeita igualdade na distribuição dos rendimentos e 1, de perfeita desigualdade, onde todo o rendimento estaria concentrado nas mãos de uma única pessoa.

O Gráfico 8 mostra a evolução, entre 2012 e 2023, do índice de Gini e o compara com um exercício hipotético que simula esse mesmo índice sem que sejam considerados os efeitos dos benefícios de programas sociais. Em 2012, o Gini com os benefícios sociais era de 0,540, recuou até 2015, quando atingiu o menor valor da série, 0,524, registrando crescimento entre 2016 (0,537) e 2018 (0,545), e estabilidade em 2019 (0,544). Em 2020, houve novo recuo com a introdução dos benefícios emergenciais de transferência de renda (0,524). Houve posterior aumento em 2021 (0,544), com o mercado de trabalho enfraquecido e redução dos benefícios sociais emergenciais, e nova queda em 2022, com a retomada parcial do mercado de trabalho e novo incremento dos benefícios sociais, quando atingiu o menor valor da série (0,518).

Em 2023, o índice de Gini manteve o valor de 2022, o que indica que não houve redução da desigualdade de rendimento nesse último ano, considerando a distribuição como um todo. Tal comportamento se deve, muito provavelmente, ao maior dinamismo do mercado de trabalho em 2023, que impactou mais fortemente o rendimento dos décimos de renda mais elevados, pois eles possuem maior peso da renda do trabalho. Por atuarem mais na base da estrutura de rendimentos, os efeitos dos benefícios de programas sociais impediram que o índice de Gini aumentasse, já que sem esses benefícios, ele teria passado de 0,548 para 0,555 (Gráfico 8 e Tabelas 2.13 e 2.14).

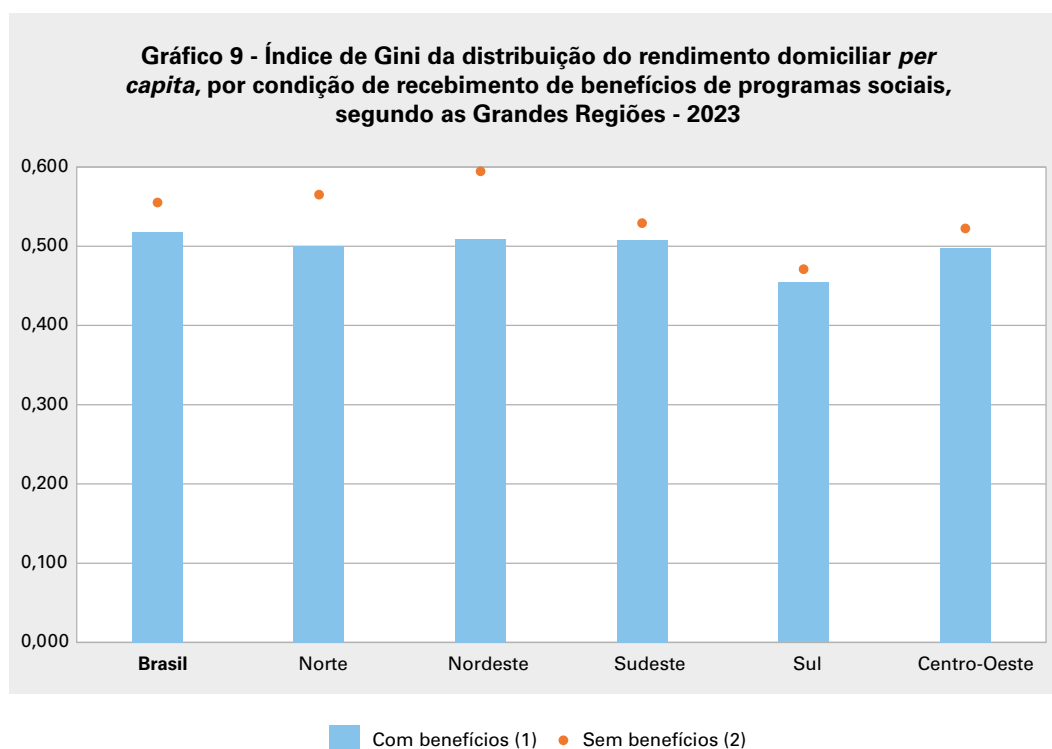


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e 2023 e quintas visitas de 2020 a 2022.

(1) Benefícios de programas sociais incluem: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC, Auxílio Emergencial, entre outros programas sociais governamentais. (2) Exercício simulado com rendimento domiciliar *per capita* sem a presença de benefícios de programas sociais.

Em 2023, o índice de Gini para o Brasil seria 7,2% maior sem os benefícios de programas sociais, passando de 0,518 para 0,555. Nas Regiões Norte e Nordeste, os impactos da ausência de benefícios seriam maiores, chegando a, respectivamente, 12,9% e 16,8%, com o Gini passando de 0,500 para 0,565, na Região Norte, e de 0,509 para 0,595, na Nordeste. Já nas Regiões Sudeste e Sul, os efeitos da ausência de benefícios de programas sociais seriam menores, chegando a, respectivamente, 4,2% e 3,7%, com o Gini passando de 0,508 para 0,529, na Região Sudeste, e de 0,454 para 0,471, na Sul (Gráfico 9; Tabelas 2.13 e 2.14).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

(1) Benefícios de programas sociais incluem: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC, Auxílio Emergencial, entre outros programas sociais governamentais. (2) Exercício simulado com rendimento domiciliar *per capita* sem a presença de benefícios de programas sociais.

Para além da análise mais sintética apresentada pelo índice de Gini, a desigualdade econômica pode ser avaliada por meio de razões entre décimos, acumulados ou não, da distribuição de rendimentos. Um exemplo é a razão ou índice de Palma, indicador popularizado pelos estudos do economista chileno Gabriel Palma, cujos estudos procuraram comprovar que as maiores variações se encontram nos extremos da distribuição de rendimento, enquanto o meio da distribuição é marcado por maior estabilidade (Cobham, 2013; Palma, 2011). Em outras palavras, Palma argumenta que as mudanças na desigualdade são determinadas, sobretudo, pelas mudanças nas parcelas de renda correspondentes aos 10% mais ricos e aos 40% mais pobres, enquanto a população nos décimos intermediários detém uma parcela estável do rendimento nacional, independentemente do País. Com base nessa proposição, o índice de Palma de concentração de renda é uma medida da captura da renda total do décimo com maiores rendimentos sobre a captura dos 40% com menores rendimentos.

No Brasil, em 2023, a renda total apropriada pelos 10% com maiores rendimentos era 3,6 vezes maior que o total de renda apropriado pelos 40% com menores rendimentos. Não houve variação em relação a 2022, reforçando os resultados apresentados pelo índice de Gini que apontam para a manutenção dos níveis de desigualdade de rendimento entre os dois últimos anos. Em relação a 2012, por sua vez, quando o índice chegou a 4,08, houve redução de 11,8%, quando comparado ao valor de 2023, o que se deve ao crescimento de 8,7% da renda apropriada pelos 40% com menores rendimentos e redução de 4,1% da renda entre aqueles 10% com maiores rendimentos (Tabela 3 e Tabela 2.15).

Tabela 3 - Distribuição do rendimento domiciliar *per capita*, por classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento e Índice de Palma - Brasil - 2012-2023

Ano	Distribuição do rendimento domiciliar <i>per capita</i> , por classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento (%)			Índice de Palma (C/A)
	Até 40% (A)	Mais de 40% a 90% (B)	Mais de 90% (C)	
2012	10,5	46,7	42,8	4,08
2013	10,8	47,0	42,2	3,91
2014	11,1	47,3	41,6	3,76
2015	11,1	47,6	41,3	3,73
2016	10,5	47,1	42,4	4,05
2017	10,4	47,1	42,5	4,11
2018	10,1	46,8	43,1	4,27
2019	10,1	47,0	42,8	4,23
2020	11,2	47,2	41,6	3,71
2021	10,0	47,3	42,7	4,26
2022	11,3	48,0	40,7	3,60
2023	11,4	47,6	41,0	3,60
Varição anual (%)				
2023/2022	1,0	(-) 1,0	0,9	0,0
Varição acumulada (%)				
2023/2012	8,7	1,8	(-) 4,1	(-) 11,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e 2023 e das quintas visitas de 2020 a 2022.

Esses dois indicadores oferecem uma análise mais consolidada da desigualdade de rendimentos, apontando tendências e permitindo uma maior articulação com a dinâmica socioeconômica do País. De forma complementar, apresenta-se a seguir uma análise mais detalhada da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* total do Brasil, considerando a parcela de rendimento correspondente a cada décimo de população. Em 2023, os 10% com menores rendimentos detinham 1,1% do rendimento domiciliar *per capita* total, o décimo seguinte (de 10% a 20% da população com menores rendimentos) se apropriava de 2,4% e assim por diante até o último décimo (mais de 90% da população ou os 10% com maiores rendimentos), ao qual correspondia 41,0% nesse mesmo ano. A soma de todos os percentuais apropriados por cada décimo soma 100% do rendimento domiciliar *per capita* total em cada ano (Tabela 4 e Tabela 2.5).

Tabela 4 - Distribuição do rendimento domiciliar total, segundo as classes de rendimento domiciliar *per capita* por décimos da população - Brasil - 2012/2023

Classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i> por décimos da população	Rendimento domiciliar total (%)		
	2012	2022	2023
Total	100,0	100,0	100,0
Até 10%	1,0	1,0	1,1
Mais de 10% a 20%	2,2	2,4	2,4
Mais de 20% a 30%	3,2	3,4	3,4
Mais de 30% a 40%	4,2	4,4	4,4
Mais de 40% a 50%	5,3	5,6	5,6
Mais de 50% a 60%	6,7	7,1	7,0
Mais de 60% a 70%	8,2	8,5	8,4
Mais de 70% a 80%	10,8	11,0	10,9
Mais de 80% a 90%	15,6	15,9	15,7
Mais de 90%	42,8	40,7	41,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

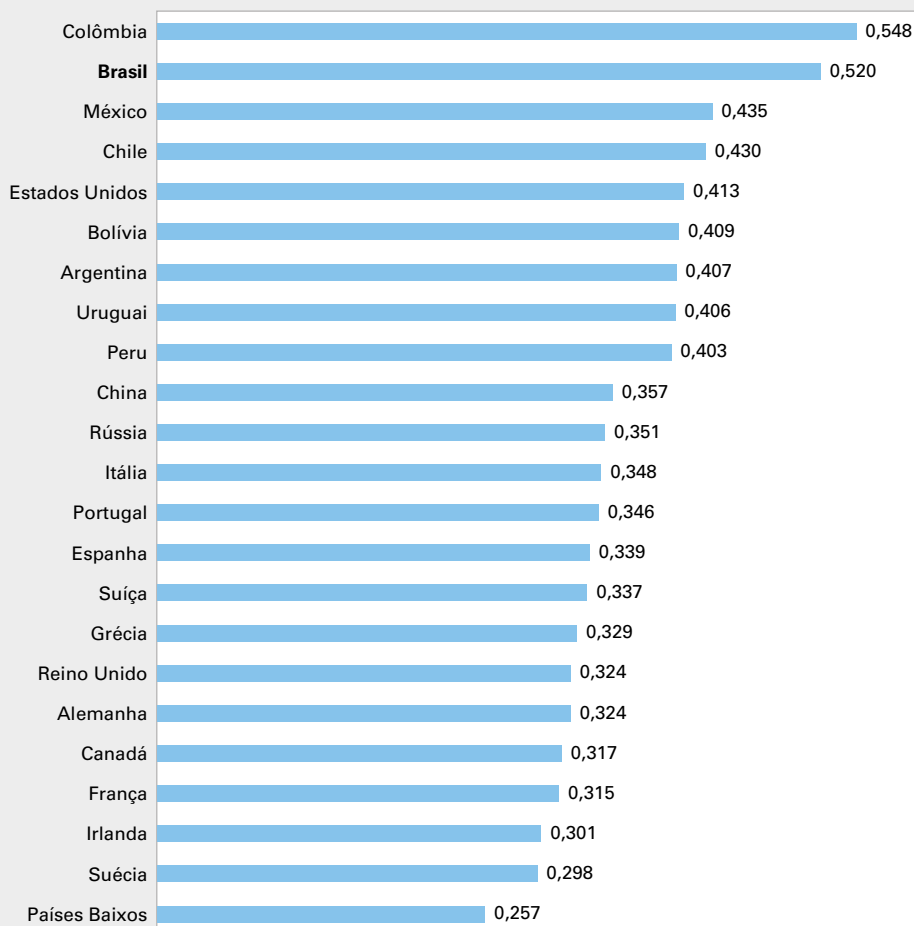
Nota: Dados consolidados de primeiras visitas em 2012 e 2023 e das quintas visitas em 2022.

As informações da Tabela 4 mostram que houve estabilidade na distribuição dos rendimentos entre 2022 e 2023. Considerando um período mais longo, entre 2012 e 2023, houve redução da apropriação do rendimento pelos 10% com maiores rendimentos, passando de 42,8% para 41,0%, acompanhado por aumentos decimais nas demais classes de rendimento domiciliar *per capita*. Apesar da variação do rendimento domiciliar *per capita* ao longo da série histórica, como apontado na seção anterior e que incluem os impactos dos benefícios de programas sociais sobre os décimos com os menores rendimentos, a estrutura de distribuição de renda no País variou pouco ao longo dos anos. Este comportamento acaba por se refletir nos indicadores de desigualdade de rendimento que, embora tenham sofrido redução entre o início e o final da série, ainda se encontram em níveis elevados, se comparado com outros países.

Como exemplo, o Gráfico 10 apresenta o índice de Gini para diferentes países, a partir da base de dados harmonizada pelo Banco Mundial²⁴. Dentre os 22 países selecionados²⁵ o Brasil é o que apresenta o maior Gini, após a Colômbia, seguido pelos demais países latino-americanos e os Estados Unidos, que possuem padrões mais desiguais de distribuição de rendimentos. Ainda assim, com exceção da Colômbia, o indicador para nenhum desses países chegou próximo ao nível do Brasil, que passou de 0,500. Entre os países com os menores índices de Gini estão os Países Baixos, Suécia e Irlanda, com valores próximos a 0,300.

²⁴ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: <https://wdi.worldbank.org/table/1.3#>.

²⁵ A seleção dos países seguiu três critérios: a) países com padrões de desenvolvimento semelhantes ao Brasil, localizados na América Latina; b) países com sistemas de proteção social desenvolvidos e com menores níveis de desigualdade de rendimento; c) países com renda média semelhante ao Brasil, como China e a Rússia.

Gráfico 10 - Índice de Gini com ano de referência da última informação disponível, segundo os países selecionados

Fonte: Distribution of income or consumption. In: World Bank. World development indicators. Washington, DC, [2022]. tab. 1.3. Disponível em: <http://wdi.worldbank.org/table>. Acesso em: out. 2024.

Notas: 1. Informações referentes a 2019: Canadá.

2. Informações referentes a 2020: Suíça e Alemanha, Rússia.

3. Informações referentes a 2021: Países Baixos, Suécia, Irlanda, França, Reino Unido, Grécia, Espanha, Portugal, Itália, Bolívia, Rússia e China.

4. Informações referentes a 2022: Peru, Uruguai, Argentina, Chile, México, Brasil, Colômbia e Estados Unidos.

5. O resultado do Gini apresentado pelo Banco Mundial para o Brasil neste gráfico difere um pouco do apresentado no Gráfico 8 desta publicação, o que se deve ao provável tratamento nos dados feito pelo Banco para que haja harmonização dos índices entre os países.

A estabilidade registrada nos indicadores de desigualdade de renda, entre os dois últimos anos, pode estar relacionada a dois fatores: em primeiro lugar pelo crescimento da renda do trabalho, em 2023, cujos impactos foram mais expressivos sobre a renda dos décimos com os maiores rendimentos, em especial das pessoas entre os 10% com os maiores rendimentos, que têm na renda do trabalho a principal componente de estruturação de seus rendimentos.

Em segundo lugar, pelo efeito do Programa Bolsa Família sobre a renda dos décimos com os menores rendimentos, que acabou por impedir um aumento da desigualdade de rendimento, ao garantir o acesso ao benefício de transferência de

renda às pessoas em maior situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, com maiores restrições de acesso ao mercado de trabalho. A maior variação da renda domiciliar *per capita* dos 10% com menores rendimentos em relação aos demais décimos de rendimento reforça esse ponto.

Se, por um lado, não houve redução na desigualdade de rendimento entre os últimos dois anos, por outro, os efeitos dos programas de transferência de renda – especialmente o Bolsa Família – sobre o rendimento da população mais vulnerável contribuíram para a continuidade da redução da extrema pobreza e pobreza monetárias, iniciada em 2022. A próxima seção detalha esse ponto.

Linhas de pobreza monetária e as populações consideradas pobres no Brasil

A pobreza monetária refere-se unicamente à insuficiência de rendimentos das famílias para a provisão de seu bem-estar. Em sociedades capitalistas e altamente urbanizadas, o nível de recursos monetários que uma família dispõe torna-se um importante meio de obtenção de bens e serviços capazes de conferir qualidade de vida. Nesse contexto, é considerado pobre aquele que não possui rendimentos suficientes para manutenção de sua subsistência de acordo com algum critério monetário estabelecido. As pessoas são, então, classificadas em relação às chamadas linhas de pobreza, podendo estar abaixo (pobres) ou acima delas (não pobres).

A pobreza multidimensional, por sua vez, é definida a partir da restrição de acesso a dimensões consideradas fundamentais para que um indivíduo não seja considerado pobre em uma determinada sociedade. Para sua mensuração podem ser adotadas uma combinação de indicadores monetários (como acesso ao rendimento do trabalho, aposentadoria e pensão, programas sociais etc.) e não monetários, podendo ser considerados, como exemplo, o acesso à educação, saúde, saneamento, moradia, tecnologia etc. A definição dos indicadores, assim como do peso de cada dimensão no resultado obtido depende da metodologia utilizada e podem envolver – ou não – a adoção de indicadores monetários.

Esta seção traz uma análise centrada em indicadores de pobreza monetária, em que se procura mensurar o número de pessoas pobres, definidas como aquelas que se encontram abaixo de um determinado limite de renda (no caso o rendimento domiciliar *per capita*). Como o Brasil não possui uma linha oficial de pobreza, a Síntese de Indicadores Sociais tem produzido algumas linhas como forma de mostrar que a proporção de pobres varia de acordo com o critério adotado.

São explorados quatro tipos de linhas, sendo três absolutas e uma relativa:

- Linhas de pobreza construídas a partir de dólares diários, consagradas no nível internacional a partir de diversos estudos feitos pelo Banco Mundial;
- Linhas construídas a partir de proporções do salário mínimo, tradicionalmente usadas para balizar critérios de inclusão em programas sociais como, por exemplo, abaixo de $\frac{1}{4}$ e até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* para, respectivamente, conceder o Benefício de Prestação Continuada - BPC e para realizar a inscrição das famílias no Cadastro Único do Governo Federal - CadÚnico;

- Linhas de referência para concessão do benefício do Programa Bolsa Família; e
- Linhas adotadas principalmente por países desenvolvidos que consideram a contabilização da pobreza a partir de uma medida relativa.

Para fins de comparação internacional, o Banco Mundial definiu três linhas de pobreza cujos valores dependem dos níveis de renda dos países. A linha de extrema pobreza está fixada atualmente em US\$ 2,15 por dia em termos de paridade de poder de compra (purchasing power parity - PPC), a preços internacionais de 2017 e ancorada nas estimativas de pobreza dos países mais pobres do mundo²⁶. Esta medida vem sendo utilizada para o monitoramento da extrema pobreza dos países, a partir do indicador 1.1.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Considerando que quanto maior o nível de renda média dos países, maior deve ser a linha de pobreza para que essa mantenha correspondência com o nível de rendimento médio (ou padrão de vida médio) daquela população, o Banco Mundial elaborou estudos com objetivo de definir novas medidas de pobreza (Feres; Villatoro, 2013; Inchauste *et al.*, 2014; Jolliffe; Prydz, 2016). Nesse sentido, a partir de 2017 foram adicionadas as medidas de US\$ 3,20 e US\$ 5,50 por dia, sendo a primeira direcionada a países de renda média-baixa e a última para países de renda média-alta, como o Brasil (Ferreira; Sanchez-Páramo, 2017; Fanton; Serajuddin, 2016)²⁷. Posteriormente, em 2022, estas medidas foram atualizadas, seguindo a atualização do PPC de 2011 para 2017, com as duas linhas passando para, respectivamente, US\$ 3,65 e US\$ 6,85 por dia (Jolliffe *et al.*, 2022).

As linhas de pobreza administrativas são aquelas criadas com objetivo de identificação do público beneficiário de programas sociais. No caso brasileiro, os principais programas são o BPC e o Bolsa Família, mas o CadÚnico também tem grande relevância, pois é a base para identificação da população elegível para recebimento de programas sociais. Quando foi criado, o programa Bolsa Família baseou suas medidas para o recebimento de benefícios nos parâmetros adotados pelo BPC e o CadÚnico, mas por não contar com um fator definido para a correção em seus valores (como a inflação ou o salário mínimo), estes acabaram por descolar dos valores dos demais programas. Em novembro de 2021, o Bolsa Família foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil, em que foram feitas modificações nos valores das linhas e critérios de elegibilidade. Em março de 2023 o Programa Bolsa Família foi retomado, com a definição de uma só linha de elegibilidade para participação no programa, no valor *per capita* de até R\$ 218 mensais. Mesmo com as mudanças o valor da linha de elegibilidade ainda se encontra abaixo dos valores estabelecidos para o BPC e para o CadÚnico.

As linhas de pobreza relativas são utilizadas principalmente por países com rendimento mais elevado, uma melhor estrutura distributiva, além de baixos níveis de desigualdade. Nesse cenário, que é o caso de alguns países desenvolvidos, especialmente europeus, as medidas absolutas de pobreza cedem espaço para aquelas

²⁶ Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/353811645450974574/pdf/Assessing-the-Impact-of-the-2017-PPPs-on-the-International-Poverty-Line-and-Global-Poverty.pdf>. A taxa de câmbio medida em PPC permite comparar o valor real das moedas em determinado ponto do tempo por meio de uma pesquisa de preços de bens e serviços em diversos lugares do mundo. Assim, é possível saber quanto custam cestas de produtos equivalentes em cada país e comparar custos de vida.

²⁷ Para informações mais detalhadas sobre as Linhas do Banco Mundial (US\$ PPC), consultar o endereço: <https://povertydata.worldbank.org/poverty/home>. É importante destacar que a linha de US\$ 6,85 é utilizada pelo Brasil para o monitoramento da pobreza nacional a partir do ODS 1.2.1.

que procuram definir o número de pobres em relação a estrutura de rendimentos dos países, o que a torna mais aderente ao contexto social que pretende analisar. A proporção de pessoas abaixo de 50% do rendimento mediano é utilizada como medida de pobreza pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, enquanto, Serviço de Estatística da União Europeia (Statistical Office of the European Union - EUROSTAT), esse valor é um pouco superior, chegando a 60%.

A Tabela 5 resume as principais linhas de pobreza, todas tendo por base o rendimento domiciliar *per capita*. O público-alvo potencial do Programa Bolsa Família (pessoas com rendimento abaixo de R\$ 218) era de 9,9 milhões de pessoas em 2023. Se tomarmos em consideração a linha recomendada internacionalmente para o Brasil (US\$ 6,85 PPC), o total de pobres supera 58,9 milhões de pessoas no mesmo ano. Cabe ressaltar que as linhas de extrema pobreza ainda apontavam, em 2023, para um contingente entre 9,5 milhões pessoas pela linha de US\$ 2,15 e de 20,0 milhões de pessoas pela medida do BPC. Por sua vez, a metade do valor do rendimento mediano remete ao Indicador 10.2.1²⁸ dos ODS, que monitora a proporção da população que vive abaixo desse valor, com desagregações para sexo, grupos de idade e pessoas com deficiência (United Nations [...], 2020). Por essa medida, 46,8 milhões de pessoas estariam na pobreza em 2023, abaixo do quantitativo estabelecido pelo valor de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (58, 4 milhões), que é mais próximo do valor da linha de US\$ 6,85 PPC (Tabela 2.18 e 2.22)

Tabela 5 - Linhas de pobreza monetária com respectivos usos, valores nominais mensais *per capita*, total e proporção de pessoas consideradas pobres - Brasil - 2023

Linha de pobreza	Referência/uso	Valor nominal mensal <i>per capita</i> em 2023 (R\$)	Pobres	
			Total (1 000 pessoas)	Proporção (%)
Extrema pobreza				
US\$ 2,15 PPC 2017/dia (1)	Linha do Banco Mundial para países de renda baixa	209	9 494	4,4
$\frac{1}{4}$ salário mínimo	Linha de concessão do BPC	330	20 049	9,3
Pobreza				
Bolsa Família	Linha de elegibilidade ao programa Auxílio Brasil	218	9 981	4,6
US\$ 3,65 PPC 2017/dia (1)	Linha do Banco Mundial para países de renda média-baixa	354	22 226	10,3
50% da mediana	Medida de pobreza relativa utilizada pela OCDE	588	46 854	21,7
$\frac{1}{2}$ salário mínimo	Cadastro Único do Governo Federal	660	58 450	27,1
US\$ 6,85 PPC 2017/dia (1)	Linha do Banco Mundial para países de renda média-alta	665	58 989	27,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC) para consumo privado, R\$ 2,33 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

²⁸ Para informações mais detalhadas sobre o Indicador 10.2.1 dos ODS, consultar o endereço: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo10/indicador1021>.

A Tabela 6 mostra as variações nos indicadores de pobreza e extrema pobreza pelas linhas do Banco Mundial para anos selecionados, considerando que são os indicadores definidos para o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030. A referida tabela também mostra se os aumentos e reduções foram estatisticamente significativos. Entre 2022 e 2023, houve redução da extrema pobreza (linha US\$ 2,15 PPC), com queda de 1,5 ponto percentual, atingindo 4,4% da população neste último ano. Em termos absolutos, representou uma redução de 3,1 milhões de pessoas extremamente pobres. O mesmo comportamento foi verificado para a pobreza (linha US\$ 6,85 PPC), que registrou queda entre os dois últimos anos da série, chegando a uma proporção de 27,4% de pobres em 2023, 4,3 pontos percentuais inferior a 2022, o que implicou uma redução de 8,7 milhões de pessoas pobres (Tabela 2.18 e 2.22).

Tabela 6 - Proporção de pessoas, por classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas, taxas de crescimento e significância da diferença, segundo as Grandes Regiões - 2012/2023

Grandes Regiões	Proporção de pessoas (%)				Diferença em pontos percentuais			Situação segundo a significância da diferença (nível de significância 5%) (1)		
	2012	2014	2022	2023	2012/2023	2014/2023	2022/2023	2012/2023	2014/2023	2022/2023
Até US\$ 2,15 PPC 2017 (2)										
Brasil	6,6	5,2	5,9	4,4	(-) 2,2	(-) 0,8	(-) 1,5	↓	↓	↓
Norte	11,2	9,1	8,0	6,0	(-) 5,3	(-) 3,2	(-) 2,0	↓	↓	↓
Nordeste	14,2	10,8	11,8	9,1	(-) 5,1	(-) 1,7	(-) 2,7	↓	↓	↓
Sudeste	3,0	2,5	3,3	2,5	(-) 0,5	0,0	(-) 0,8	↓	→	↓
Sul	2,1	1,6	2,5	1,7	(-) 0,4	0,1	(-) 0,8	↓	→	↓
Centro-Oeste	2,3	2,1	2,8	1,8	(-) 0,5	(-) 0,3	(-) 1,0	→	→	↓
Até US\$ 6,85 PPC 2017 (2)										
Brasil	34,7	30,8	31,6	27,4	(-) 7,3	(-) 3,5	(-) 4,3	↓	↓	↓
Norte	51,9	48,1	46,2	38,5	(-) 13,4	(-) 9,7	(-) 7,7	↓	↓	↓
Nordeste	56,3	50,6	51,0	47,2	(-) 9,2	(-) 3,5	(-) 3,8	↓	↓	↓
Sudeste	23,9	20,9	23,0	18,4	(-) 5,5	(-) 2,5	(-) 4,6	↓	↓	↓
Sul	19,4	16,1	17,1	14,8	(-) 4,6	(-) 1,3	(-) 2,3	↓	↓	↓
Centro-Oeste	26,1	22,8	21,3	17,8	(-) 8,3	(-) 5,0	(-) 3,5	↓	↓	↓

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas em 2012, 2014 e 2023 e de quintas visitas em 2022.

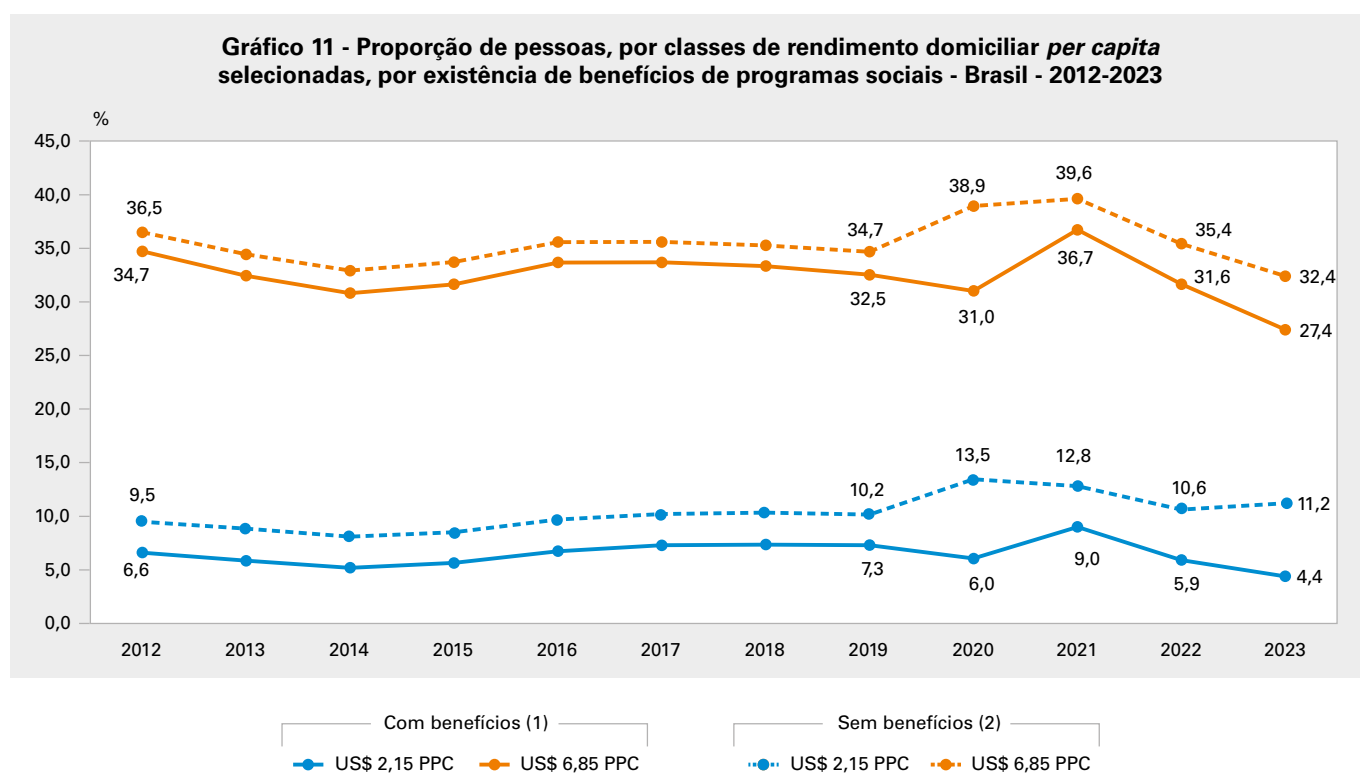
2. Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) As indicações de significância estatística para as variações das estimativas desta tabela, representadas graficamente pelas setas, são determinadas por testes de hipóteses acerca dos parâmetros ($p < 0,05$). Ver: Lila e Freitas (2007). (2) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC) para consumo privado, R\$ 2,33 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

O aumento dos valores médios dos benefícios concedidos pelo Programa Bolsa Família, em 2023, quando comparado com o Auxílio Brasil 2022, certamente teve impactos sobre a manutenção da trajetória de redução da pobreza e da extrema pobreza em 2023. Além dos programas sociais, o maior dinamismo do mercado de trabalho, como analisado no capítulo **Estrutura econômica e mercado de trabalho**, também contribuiu para essa tendência, especialmente na redução da pobreza, que é

mais impactada pela renda do trabalho, se comparado com os extremamente pobres, que possuem maior participação de benefícios de programas sociais (Tabela 2.24).

O Gráfico 11 mostra que, na hipótese de não existirem os benefícios de programas sociais, a extrema pobreza teria subido, passando de 10,6%, em 2022, para 11,2%, em 2023, o que mostra o impacto desses programas sociais governamentais. Já a pobreza teria mantido a trajetória de queda, passando de 35,4% para 32,4%, refletindo o maior peso da renda do trabalho na determinação do rendimento deste grupo. O Gráfico 11 também mostra que, na hipótese de não existirem os referidos programas, a extrema pobreza teria sido 6,8 pontos percentuais maior do que com a existência destes programas, levando o percentual de 4,4% para 11,2%. Com relação à pobreza, os impactos da ausência dos benefícios de programas sociais governamentais teriam sido menores, com uma proporção de pobres 5,0 pontos percentuais maior do que o efetivamente registrado, passando de 27,4% para 32,4%, em 2023.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e 2023 e das quintas visitas de 2020 a 2022.

2. Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

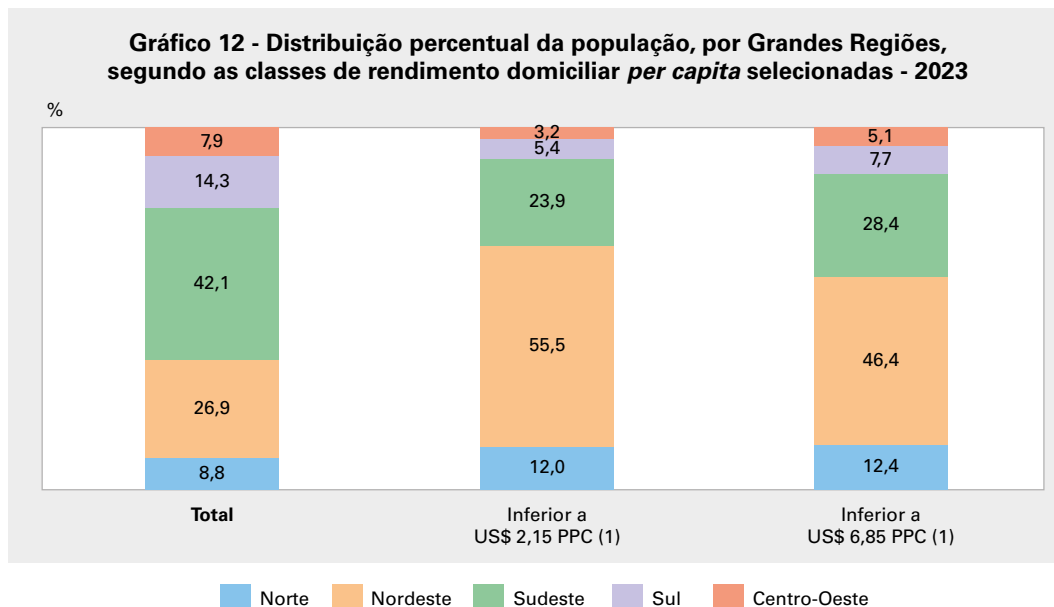
3. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,33 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

(1) Benefícios de programas sociais incluem: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC, Auxílio Emergencial e outros programas sociais governamentais. (2) Exercício simulado com rendimento domiciliar *per capita* sem a presença de benefícios de programas sociais.

Distribuição espacial da pobreza e extrema pobreza

Entre 2022 e 2023, houve redução da extrema pobreza em todas as Grandes Regiões do País, com maior impacto nas Norte e Nordeste, cujas quedas foram de, respectivamente, 2,0 e 2,7 pontos percentuais. Nas demais Regiões, a redução da extrema pobreza foi mais suave, chegando a 0,8 pontos percentuais nas Regiões Sudeste e Sul, e 1,0 ponto percentual na Centro-Oeste (Tabela 6 e Tabela 2.18). A proporção de pobres no País, medida pela linha de US\$ 6,85 por dia, teve na Região Norte a maior redução dentre as Grandes Regiões, com a proporção de pobres caindo de 46,2% para 38,5%, o que representou uma queda de 7,7 pontos percentuais entre os dois últimos anos²⁹. Em seguida, vieram as Regiões Sudeste e Nordeste. A pobreza nesta última Região caiu de 51,0% da população em 2022, para 47,2% em 2023. A proporção de pobres na Região Sul foi a menor do País em 2023, chegando a 14,8%, cerca de 2,3 pontos percentuais inferior a 2022 (Tabela 6 e Tabela 2.18).

A queda da extrema pobreza e da pobreza nas Regiões Norte e Nordeste não reduziu estruturalmente a participação destas Regiões no total de pobres do País em 2023, que se manteve elevada. Em 2023, a Região Nordeste detinha 26,9% do total populacional do País, mas 55,5% das pessoas consideradas extremamente pobres pela linha de US\$ 2,15 e 46,4% das consideradas pobres pela linha de US\$ 6,85. A Região Sudeste, a mais populosa do Brasil, com 42,1% da população, respondia por 23,9% dos extremamente pobres e 28,4% dos pobres do País (Gráfico 12 e Tabela 2.18).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Notas: 1. Exclui-se as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

2. Dados consolidados de primeiras visitas em 2023.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC) para consumo privado, R\$ 2,33 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

²⁹ A Região Norte foi a região com o maior crescimento da renda do trabalho entre 2022 e 2023, que chegou a 11,2%, acima da média nacional (7,1%). Como a renda do trabalho é parcela importante da renda das pessoas abaixo da linha de pobreza (US\$ 6,85), a maior redução da pobreza nessa Região certamente contou com o efeito do maior dinamismo do mercado de trabalho.

Em relação à situação do domicílio, os resultados mostram que tanto a extrema pobreza quanto a pobreza são mais elevadas nos domicílios situados em áreas rurais em comparação aos domicílios urbanos. Enquanto nos primeiros 9,9% da população é considerada extremamente pobre, nas áreas urbanas o percentual de pessoas é de 3,6%. Já com relação à pobreza, a proporção de pobres em domicílios rurais chegou a 48,9% em 2023, ao passo que nos domicílios urbanos esse percentual foi de 24,2% (Tabela 2.17).

Perfis de população por nível de rendimento

A PNAD Contínua fornece informações sobre o perfil da população pobre, o que permite analisar, com maior profundidade, como a pobreza incide sobre grupos específicos. Considerando as linhas de extrema pobreza (US\$ 2,15 PPC 2017) e pobreza (US\$ 6,85 PPC 2017), a Tabela 7 caracteriza cada perfil selecionado (absolutos e incidência), assim como a distribuição da população pobre nesses perfis, comparando com a população total. Cabe apontar, primeiramente, que a desagregação por sexo não revelou diferenças significativas, na distribuição de homens e mulheres, entre os extremamente pobres, que se mantiveram semelhantes à distribuição da população, com a incidência de extrema pobreza mantendo-se igualmente próxima (4,3% dos homens e 4,5% das mulheres). A diferença foi maior na pobreza, que atingiu proporção maior de mulheres (28,4%) em comparação aos homens (26,3%).

As diferenças se mostraram mais significativas na análise por cor ou raça, pois pessoas pretas e pardas, juntas, representavam mais de 70% dos pobres e extremamente pobres enquanto representaram 56,5% do total da população. Essas diferenças também se mantiveram nas taxas de pobreza e extrema pobreza: 4,7% das pessoas de cor ou raça preta e 6,0% das pardas eram extremamente pobres em 2023 (contra 2,6% entre brancos) e 30,8% e 35,5% eram pobres (contra 17,7% de brancos) (Tabela 7 e Tabela 2.17).

Tabela 7 - Pessoas, total, distribuição percentual e incidência em cada grupo, por classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as características selecionadas de domicílios e pessoas - Brasil - 2023

Características selecionadas de domicílios e pessoas	Pessoas							
	Total (1 000)	Distribuição percentual (%)	Por classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i>					
			Inferior a US\$ 2,15 PPC 2017 (1)			Inferior a US\$ 6,85 PPC 2017 (1)		
			Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual (%)	Incidência em cada grupo (%)	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual (%)	Incidência em cada grupo (%)
Total	215 547	100,0	9 494	100,0	4,4	58 989	100,0	27,4
Sexo								
Homens	105 343	48,9	4 539	47,8	4,3	27 728	47,0	26,3
Mulheres	110 204	51,1	4 955	52,2	4,5	31 260	53,0	28,4
Cor ou raça (2)								
Branços	91 294	42,4	2 354	24,8	2,6	16 141	27,4	17,7
Pretos	22 806	10,6	1 074	11,3	4,7	7 025	11,9	30,8
Pardos	98 878	45,9	5 928	62,4	6,0	35 092	59,5	35,5
Grupos de idade								
0 a 14 anos	43 716	20,3	3 203	33,7	7,3	19 593	33,2	44,8
15 a 29 anos	48 501	22,5	2 219	23,4	4,6	14 478	24,5	29,9
30 a 39 anos	33 990	15,8	1 357	14,3	4,0	9 002	15,3	26,5
40 a 49 anos	31 014	14,4	1 176	12,4	3,8	7 200	12,2	23,2
50 a 59 anos	24 765	11,5	883	9,3	3,6	4 930	8,4	19,9
60 anos ou mais	33 560	15,6	656	6,9	2,0	3 786	6,4	11,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas.

2. Excluídas pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC) para consumo privado, R\$ 2,33 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes. (2) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

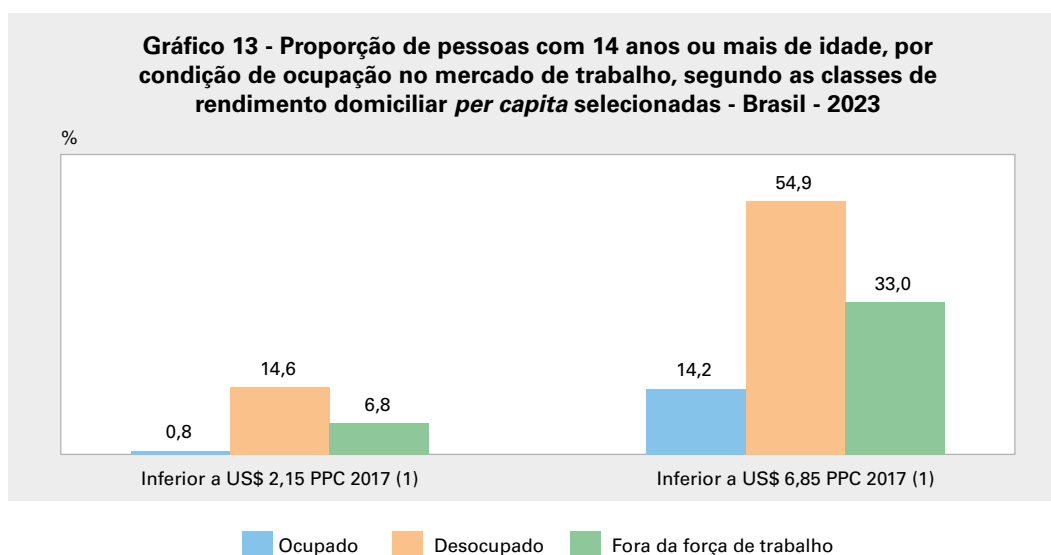
Verificou-se que a pobreza, considerando a renda domiciliar *per capita*, atinge mais as pessoas de 0 a 14 anos de idade, tendência que também é observada internacionalmente. Entre essas, 7,3% eram extremamente pobres e 44,8% pobres, proporção superior ao verificado para a população com 60 anos ou mais de idade – com 2,0% e 11,3%, respectivamente.

A menor incidência de pobreza entre a população com 60 anos ou mais de idade está relacionada ao recebimento de aposentadorias e pensões por parte deste grupo populacional, cujos valores são em grande parte corrigidos pelo salário mínimo, o que é uma forma de proteção contra a perda de poder aquisitivo. Assim, na hipótese da não existência desses benefícios previdenciários, a extrema pobreza (US\$ 2,15) passaria de 2,0% para 36,9% e a pobreza (US\$ 6,85) passaria de 11,3% para 56,1% (Tabela 2.28).

Além do perfil sociodemográfico, a PNAD Contínua permite mensurar o quantitativo de trabalhadores considerados pobres e extremamente pobres, ou seja, pessoas que estão ocupadas, mas pertencem a domicílios cujo rendimento domiciliar *per capita* se encontra abaixo das medidas monetárias do Banco Mundial. Os trabalhadores pobres, ou *working poor*, vêm sendo pauta de estudos por parte de organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO), que vincula a existência de pessoas ocupadas em situação de extrema pobreza e pobreza a baixa qualidade das ocupações (The Working [...], 2019). Da mesma forma, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabelece que a população ocupada seja uma das desagregações para o indicador internacional de extrema pobreza (United Nations, 2020).

O Gráfico 13 traz um quadro mais amplo sobre a pobreza no mercado de trabalho, ao considerar não apenas a população ocupada, mas também a desocupada e as pessoas fora da força de trabalho, ambas com 14 anos ou mais de idade. Entre as pessoas ocupadas, menos de 1% foram consideradas extremamente pobres (US\$ 2,15) em 2023, enquanto entre os desocupados a proporção chegou a 14,6% e a 6,8% entre aqueles fora da força de trabalho. Por sua vez, a proporção de ocupados pobres (US\$ 6,85) foi de 14,2%, abaixo do verificado para os desocupados (54,9%) e aqueles fora da força de trabalho (33,0%).

Os indicadores mostram que há pobreza entre a população ocupada, o que provavelmente está relacionado a maior vulnerabilidade dos respectivos postos de trabalho. Por outro lado, o acesso à renda do trabalho é condição importante para garantir que os níveis de pobreza e extrema pobreza das pessoas ocupadas sejam menores do que aqueles registrados para os desocupados e para as pessoas fora da força de trabalho.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas.

2. Excluídas pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

3. Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC) para consumo privado, R\$ 2,33 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes. (2)

Entre a população ocupada, a baixa proporção de extremamente pobres (US\$ 2,15) não permite que se faça uma diferenciação clara entre os grupos tratados, o que é possível fazer no caso da pobreza (US\$ 6,85). Os maiores níveis de pobreza estão entre aqueles que não possuem instrução ou têm até o ensino fundamental incompleto (27,0%), e menor entre aqueles que apresentam ensino superior completo (2,1%). A pobreza também é maior entre os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (23,4%) e por conta própria (18,8%), quando comparado com os trabalhadores com carteira assinada (9,1%). Da mesma forma, a pobreza é maior entre os trabalhadores no setor da agropecuária (33,1%) e em serviços domésticos (25,3%) e menor no setor de administração pública, saúde e serviços sociais (6,0%) (Tabela 8 e Tabela 2.29).

Tabela 8 - Pessoas com 14 anos ou mais de idade, ocupadas, por classes de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as características selecionadas - Brasil - 2023

Características selecionadas	Pessoas com 14 anos ou mais de idade, ocupadas, por classes de rendimento	
	Inferior a US\$ 6,85 PPC 2017 (1)	
	Total (1000 pessoas)	Proporção (%)
Total	14 336	14,2
Nível de instrução (2)		
Sem instrução ou fundamental incompleto	5 438	27,0
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	3 049	21,7
Ensino médio completo ou superior incompleto	5 315	12,3
Ensino superior completo	489	2,1
Posição na ocupação		
Empregado com carteira de trabalho assinada (3)	3 690	9,1
Empregado sem carteira de trabalho assinada (4)	4 950	23,4
Militar ou Funcionário Público Estatutário	227	3,0
Conta Própria	4 816	18,8
Empregador	122	2,8
Trabalhador Auxiliar familiar	531	37,3
Grupos de atividades (5)		
Agropecuária	2 698	33,1
Indústria	1 507	11,7
Construção	1 566	21,1
Comércio e reparação	2 632	13,8
Adm. pública, educação, saúde e serv. sociais	1 081	6,0
Transporte, armazenagem e correio	673	12,2
Alojamento e alimentação	1 011	18,2
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	869	6,9
Serviços domésticos	1 531	25,3
Outros serviços	759	14,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas.

2. Exclusive as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3. Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

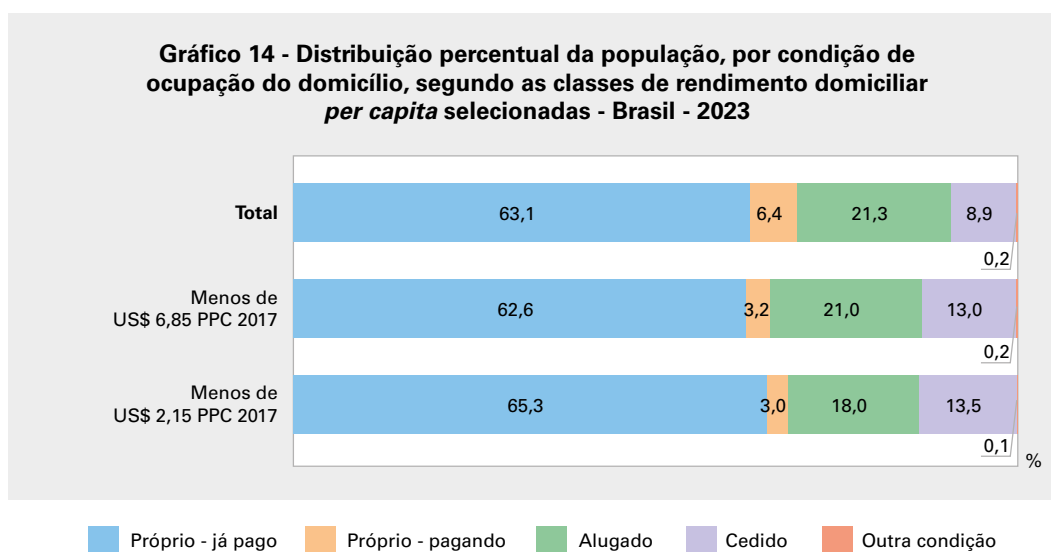
(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 2,3273771 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes. (2) Exclusive pessoas com menos de 15 anos de idade. (3) Inclusive trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada. (4) Inclusive trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada. (5) Não são apresentados resultados para atividades mal definidas.

Condições de moradia da população em situação de pobreza ou extrema pobreza

A incidência de pobreza e extrema pobreza monetária na população brasileira mostra-se bastante relacionada à ocorrência de precariedades e vulnerabilidades nas condições de moradia.

Analisando a condição de ocupação dos domicílios, nota-se que em 2023 a condição predominante era a residência em domicílios próprios, que se mostrou majoritária em todas as classes de renda. A proporção da população residindo em domicílios próprios³⁰ atingia 69,5% no conjunto da população brasileira e de 65,8% na população em situação de pobreza (com rendimentos abaixo da linha de US\$ 6,85 por dia), enquanto era de 68,3% na população em extrema pobreza (com rendimentos abaixo da linha de US\$ 2,15 por dia) (Gráfico 14 e Tabela 3.1).

A residência em domicílios cedidos, situação que pode indicar algum grau de vulnerabilidade dos ocupantes, mostrou-se mais comum entre a população em situação de extrema pobreza (13,5%) do que entre a população em situação de pobreza (13,0%) e no conjunto da população brasileira (8,9%). O oposto ocorre com a residência em domicílios alugados, situação em que se encontravam 21,3% da população, 21,0% dos pobres e 18,0% dos extremamente pobres.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

Ressalta-se que a condição de ocupação alugado tem registrado uma proporção crescente, ao longo da série histórica da PNAD Contínua, tanto no conjunto da população como na população em situação de pobreza. Em 2016, primeiro ano em que a pesquisa investigou as condições de moradia da população, 17,3% da população brasileira residia em domicílios alugados, proporção que era de 11,8% entre a população com rendimento abaixo da linha de US\$ 2,15 por dia – proporções respectivamente 4,0 pontos percentuais e 6,3 pontos percentuais inferiores aos valores registrados em 2023.

³⁰ Inclusive domicílios na condição próprio - pagando, isto é, em financiamento.

Embora a ocorrência de condição de domicílio próprio seja semelhante entre a população em situação de pobreza monetária e fora dela, a população com menores rendimentos enfrenta uma maior informalidade da propriedade do domicílio. Um elemento investigado pela PNAD Contínua que se relaciona à informalidade da propriedade é a existência de documentação de propriedade do domicílio. No conjunto da população brasileira, em 2023, 9,0% das pessoas residiam em domicílios próprios sem documentação da propriedade. Já na população com rendimentos abaixo da linha de US\$ 6,85 por dia essa proporção foi de 15,9%, e na população com rendimentos abaixo da linha de US\$ 2,15 o valor registrado foi de 19,6% - mais do que o dobro da proporção verificada na população em geral (Gráfico 15 e Tabela 3.18).

A informalidade da propriedade da moradia tem se reduzido desde 2019, ano em que pela primeira vez a PNAD Contínua aplicou esse quesito. Naquele ano, 11,6% da população brasileira residia em domicílios próprios sem documentação da propriedade, proporção que atingia 19,9% entre a população em situação de pobreza e 27,8% entre a população em situação de extrema pobreza.

O ônus excessivo com aluguel, situação em que o aluguel mensal iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar, também se mostrou muito mais frequente, em 2023, entre a população em situação de extrema pobreza (11,2%) e entre a população em situação de pobreza (10,0%) do que no total da população brasileira (5,1%) (Gráfico 2 e Tabela 3.21). Relativamente a 2016, a incidência de ônus excessivo com aluguel registrou alta expressiva entre a população em extrema pobreza, aumentando em 4,4 pontos percentuais – de 6,7% em 2016 para os 11,2% registrados em 2023).

Na temática da estrutura física dos domicílios, a PNAD Contínua permite investigar a proporção da população residindo em domicílios com paredes externas construídas com materiais não duráveis³¹. Em 2023, essa situação era relativamente rara, atingindo apenas 0,8%. Entre a população em situação de pobreza, porém, esse percentual foi de 1,6% e, entre a população em situação de extrema pobreza, de 2,6% (Gráfico 2 e Tabela 3.4).

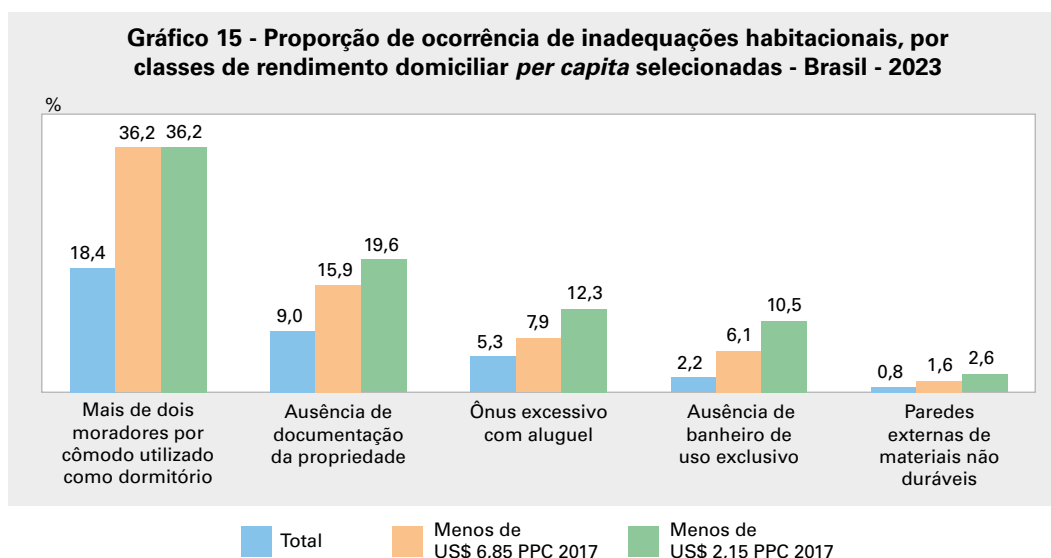
Outra informação relacionada à estrutura física dos domicílios levantada pela PNAD Contínua é o número total de cômodos e número de cômodos utilizados como dormitório pelos moradores. Uma inadequação domiciliar que pode ser aferida a partir dessa informação é o número elevado de moradores por dormitório, uma situação que pode trazer restrições a privacidade e conforto dos moradores.

Em 2023, 18,4% da população brasileira residia em domicílio com mais de dois moradores por dormitório. A proporção era quase o dobro (36,2%) quando considerada apenas a população em situação de pobreza ou extrema pobreza. (Gráfico 2 e Tabela 3.8).

A pobreza e a extrema pobreza também se mostram consideravelmente relacionada a ausência de banheiro de uso exclusivo dos moradores nos domicílios – isto é, a ausência, no domicílio, de um cômodo com privada e instalações para banho e que não seja, no cotidiano, compartilhado com moradores de outros domicílios.

Entre a população com rendimentos abaixo da linha de US\$ 2,15 por dia, 10,5% das pessoas residiam, em 2023, em domicílios sem banheiro de uso exclusivo. Já entre a população com rendimentos abaixo da linha de US\$ 6,85 por dia, essa proporção era de 6,1%. No conjunto da população brasileira, esse índice era de 2,2%.

³¹ Para esse fim, foram considerados como materiais duráveis, alvenaria com revestimento ou taipa com revestimento, alvenaria sem revestimento e a madeira apropriada para construção (aparelhada); e não duráveis, a taipa sem revestimento, madeira aproveitada e outros materiais.

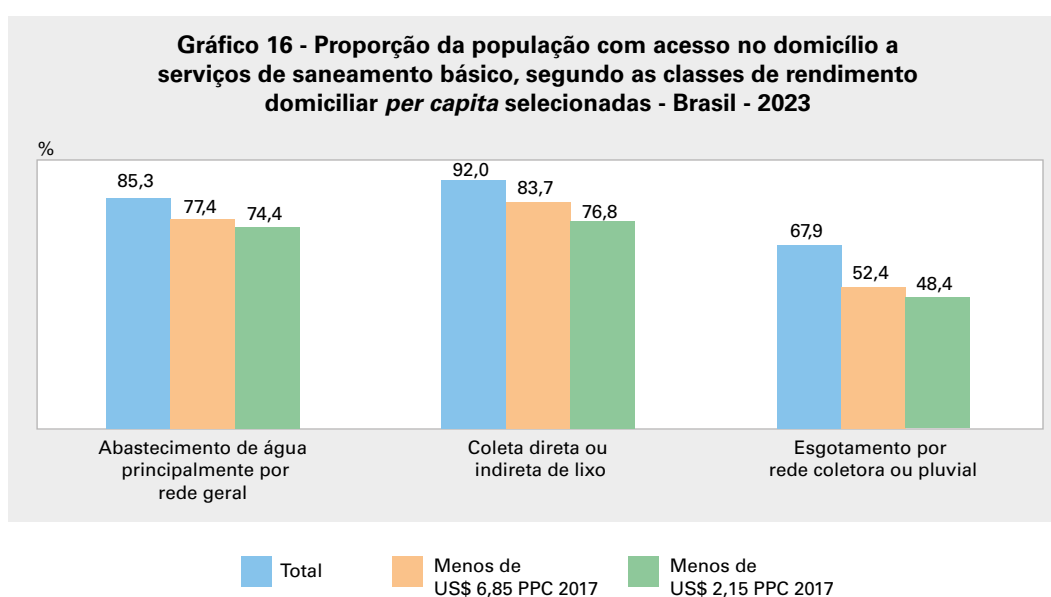


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

A população em situação de pobreza e extrema pobreza também registrou, em 2023, piores resultados quanto ao atendimento do domicílio pelos serviços de saneamento básico. Tanto em relação ao esgotamento sanitário por rede geral, ao abastecimento de água por rede geral e a coleta direta ou indireta de lixo, a população com rendimentos abaixo da linha de US\$ 2,15 por dia apresentou proporções de acesso inferiores às verificadas entre a população com rendimento de US\$ 6,85 por dia, que por sua vez eram inferiores às verificadas no conjunto da população.

A diferença mais acentuada se verificou no esgotamento sanitário. Em 2023, 67,9% da população brasileira residia em domicílios com esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial, ou fossa ligada à rede. Entre os extremamente pobres, porém, essa proporção era de apenas 48,4%, e entre os pobres, de 52,4% (Gráfico 16 e Tabela 3.14).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

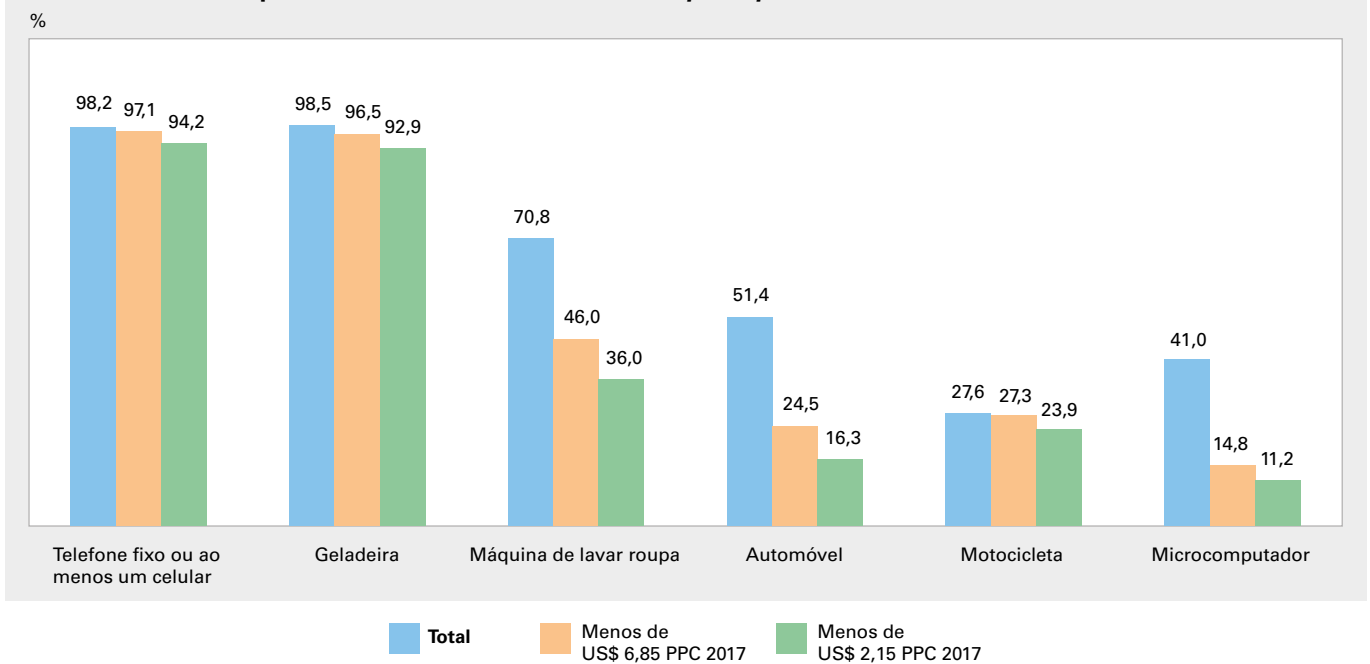
Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

Situação semelhante se verifica quando é analisada a presença de alguns bens no domicílio. O Gráfico 4 mostra a proporção da população brasileira residindo em domicílios com a presença de seis bens. Para todos os bens analisados, a proporção de presença no domicílio verificada para o conjunto da população brasileira era maior do que a verificada entre a população pobre ou extremamente pobre.

Em 2023, 5,8% da população com rendimento abaixo da linha de US\$ 2,15 por dia viviam em domicílios sem telefone fixo ou celular, e 7,1% viviam em domicílios sem geladeira. No conjunto da população brasileira, essas proporções eram de 1,8% e 1,5%, respectivamente (Gráfico 17 e Tabela 3.24).

A diferença mais expressiva, entre o conjunto da população brasileira e a população em extrema pobreza monetária, em pontos percentuais, verificou-se na posse de automóvel. Em 2023, 51,4% da população brasileira residia em domicílios com automóvel. Entre a população com rendimento abaixo da linha de US\$ 2,15 por dia, essa proporção era de 16,3% – uma diferença de 35,1 pontos percentuais. Já a proporção da população abaixo da linha de US\$ 6,85 por dia em domicílios com posse de automóvel era cerca da metade (24,5%) do total da população.

Gráfico 17 - Proporção da população com presença de bens no domicílio, por classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas - Brasil - 2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

No período de 2016 a 2023, a PNAD Contínua registrou aumento da presença da maioria dos bens investigados, tanto para o total da população como para a população em situação de pobreza ou extrema pobreza. O bem a apresentar o comportamento mais dinâmico foi a máquina de lavar roupa: em sete anos, a proporção da população brasileira residindo em domicílios com máquina de lavar roupa avançou 7,3 pontos percentuais, indo de 63,5% em 2016 para 70,8% em 2023. Entre a população em situ-

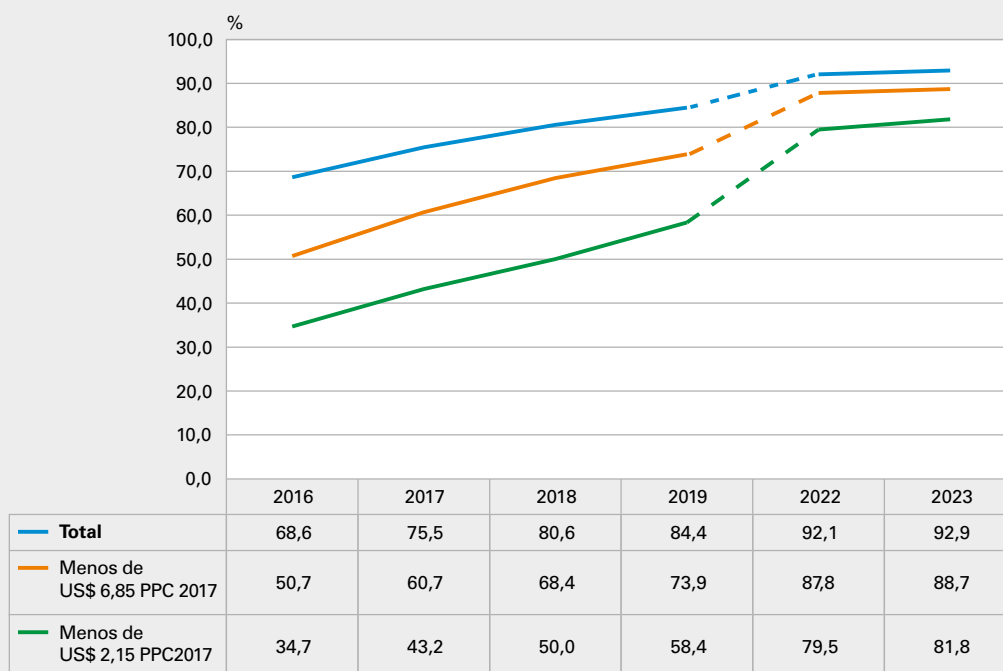
ação de extrema pobreza, o avanço na proporção de presença da máquina de lavar roupa no mesmo período foi ainda mais notável, 12,6 pontos percentuais, indo de 23,4% em 2016 para 36,0% em 2023.

Na direção inversa, o microcomputador foi o único bem entre os analisados nesta publicação cuja presença nos lares brasileiros declinou. Em 2016, 48,7% dos brasileiros e 12,5% dos brasileiros extremamente pobres residiam em domicílios com microcomputador, proporções que haviam declinado em 2023 para 41,0% e 11,2%, respectivamente.

Outra característica que apresentou grande dinamismo na série histórica da PNAD Contínua foi o acesso domiciliar à Internet. Em sete anos, de 2016 a 2023, o acesso domiciliar à Internet avançou 24,3 pontos percentuais no conjunto da população brasileira, passando de 68,6% para 92,9% (Gráfico 18 e Tabela 3.24). Entre a população com rendimentos abaixo da linha de US\$2,15 por dia, a evolução foi ainda mais acentuada: a proporção de acesso passou de 34,7% em 2016 para 81,8% em 2023, um salto de 47,1 pontos percentuais. Apesar da rápida ampliação, ainda restavam, entre a população em extrema pobreza, 18,2% sem acesso domiciliar à Internet em 2023, proporção que era mais do que o dobro do verificado no conjunto da população brasileira (7,1%).

Em termos absolutos, 15,2 milhões de brasileiros viviam em 2023 em domicílios sem acesso à Internet. Desse total, 1,7 milhões (11,3%) estavam abaixo da linha de extrema pobreza, e outros 4,9 milhões (32,3%) estavam acima da linha de extrema pobreza, porém abaixo da linha de pobreza.

Gráfico 18 - Proporção da população com acesso à Internet no domicílio, por classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas - Brasil - 2016/2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

Educação

O presente capítulo é dedicado à análise de aspectos da realidade educacional brasileira, especialmente no que tange às desigualdades que permeiam o acesso e a permanência no sistema de ensino, assim como o estudo do nível educacional alcançado pela população brasileira, à luz das agendas nacional e global.

A principal fonte de dados é o módulo anual de Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, do IBGE, cujas informações passaram a ser coletadas no segundo trimestre do ano civil, a partir de 2016. Como consequência da pandemia de COVID-19, houve suspensão temporária da aplicação do módulo ampliado de Educação nos anos de 2020 e 2021. Assim, a série histórica, disponibilizada no plano tabular referente a esse capítulo, compreende os anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2022 e 2023. A análise recorre também por fontes produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, como os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, além de dados provenientes de publicações internacionais. A principal publicação internacional citada é o *Education at a glance* (2023), relatório anual, elaborado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), que reúne dados e indicadores educacionais dos países-membros e parceiros.

Os parâmetros que nortearam as análises foram as estratégias e metas acordadas, nacional e internacionalmente, por meio do Plano Nacional de Educação - PNE e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O PNE, institucionalizado pela Lei n. 13.005, de 25.06.2014, estabelece 20 metas nacionais para a educação, com vigência até 2024 (Brasil, 2014b), o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. Assim, o PNE passou a ser considerado o documento articulador do Sistema Nacional de Educação - SNE, servindo também de base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais³². A Agenda 2030 e seus Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável - ODS foram aprovados, em 25 de setembro de 2015, pelos 193 Estados-Membros das Nações Unidas (United Nations). O ODS 4, específico sobre educação, estabelece 10 metas que buscam assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos³³.

O capítulo está dividido em três tópicos: o primeiro apresenta indicadores de frequência e atraso escolar, ao passo que o segundo focaliza a distribuição dos estudantes nas redes pública e privada de ensino; e o terceiro traz indicadores de nível de instrução e analfabetismo da população brasileira.

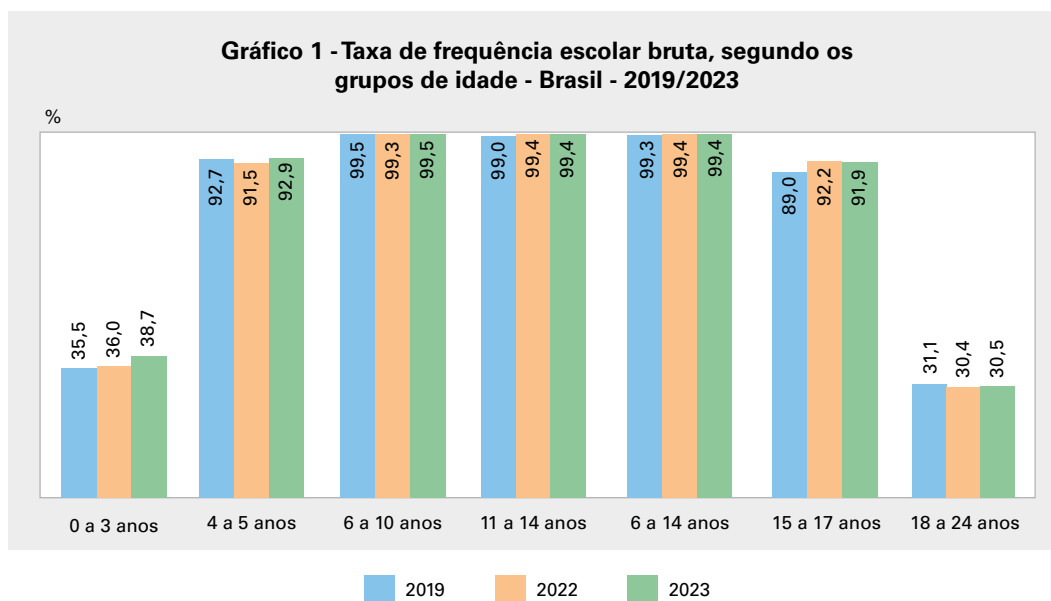
Frequência e atraso escolar

Os dados coletados pelo módulo anual de Educação da PNAD Contínua indicam que a expansão do acesso ao ensino retoma a trajetória de crescimento entre 2022 e 2023 para os grupos de idade mais novos, diferentemente da passagem de 2019 (ano anterior à pandemia de COVID-19) a 2022, quando o único grupo etário que manteve trajetória de crescimento da frequência escolar foi o de 15 a 17 anos, passando de 89,0% para 92,2% de 2019 a 2022. Assim, a tendência de expansão do acesso ao ensino é retomada de 2022 a 2023 para crianças de 0 a 3, passando de 36,0% para 38,7%, e de 4 a 5 anos de idade, de 91,5% para 92,9%. Esses resultados indicam que o retrocesso causado pela pandemia do novo coronavírus na garantia de acesso à escola foi revertido em 2023, mais de três anos depois dos primeiros casos de COVID-19 no Brasil. Os grupos de idade formados por crianças de 6 a 14 anos mantiveram a frequência escolar próxima da universalização nos três anos analisados. Por sua vez, a frequência escolar das faixas etárias de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos mantiveram-se estáveis, estatisticamente, no período de 2022 a 2023. (Gráfico 1 e Tabela 4.1³⁴).

³² Para informações mais detalhadas sobre o Plano Nacional de Educação - PNE, consultar o endereço: <https://pne.mec.gov.br/17-cooperacao-federativa/31-base-legal>

³³ Para informações mais detalhadas sobre ODS 4, consultar o endereço: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda>

³⁴ As tabelas complementares (por exemplo, Tabela 4.1) pertencem ao plano tabular da publicação e estão disponibilizadas na página da Síntese de Indicadores Sociais, no portal do IBGE na Internet.

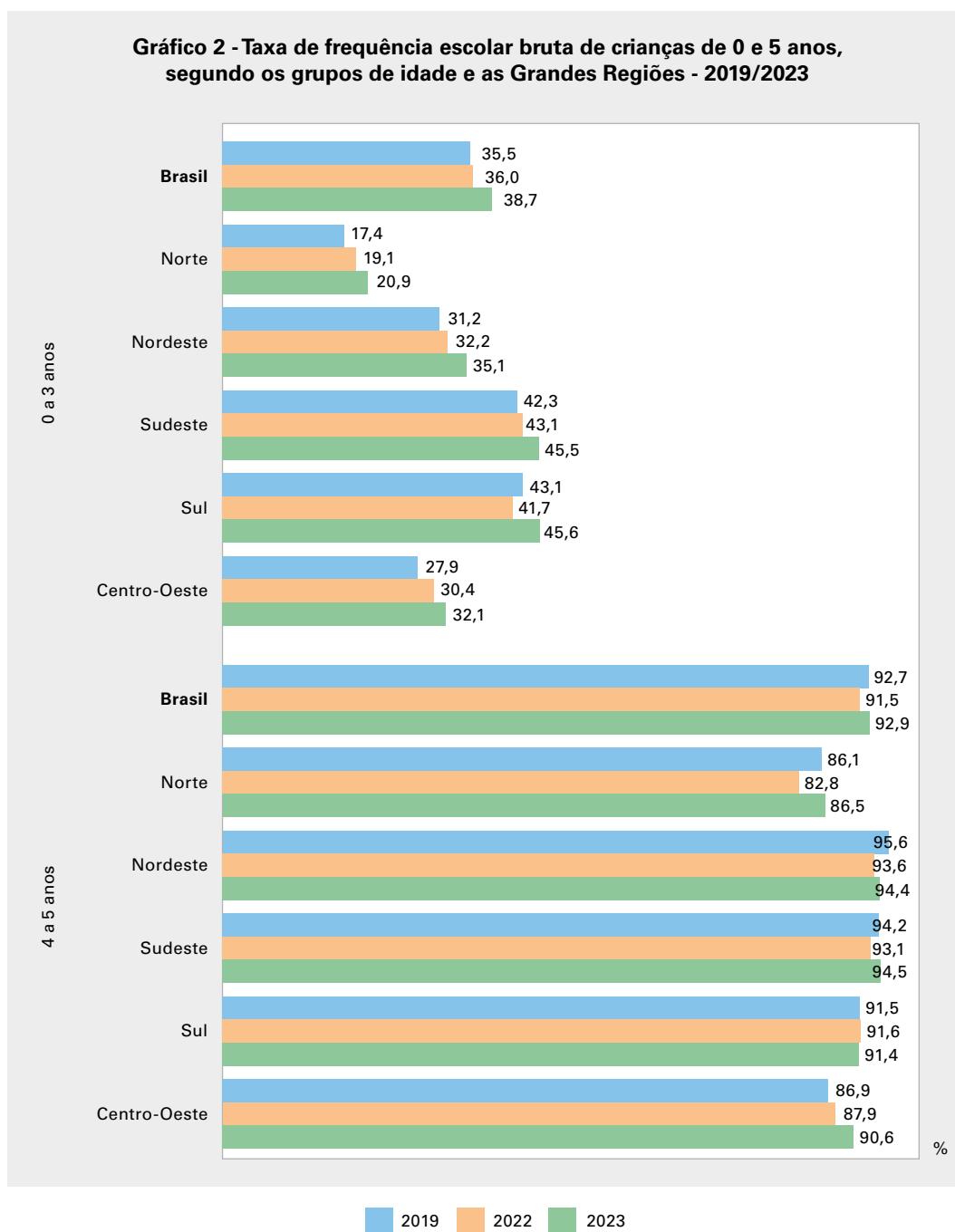


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2023.

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

Como consequência, o País voltou a avançar no cumprimento da Meta 1 do PNE, no período de 2022 a 2023, que estabelece como objetivo a ser alcançado até 2024, a universalização da educação infantil³⁵ na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e o atendimento de, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos (BRASIL, 2014b). O maior acréscimo em pontos percentuais na frequência escolar das crianças de 0 a 3 anos ocorreu na Região Sul, 3,9 pontos percentuais, com crescimento de 41,7%, em 2022, para 45,6% em 2023. Essa Região, juntamente com a Região Sudeste (45,5%), apresentaram os maiores percentuais de crianças de 0 a 3 anos de idade, na escola, enquanto as Regiões Norte e Nordeste seguiram com os menores percentuais, 20,9% e 35,1%, respectivamente (Gráfico 2 e Tabela 4.2). No mesmo período, verificou-se que as crianças de 4 a 5 anos de idade residentes da Região Norte foram as que tiveram maior incremento em pontos percentuais, 3,7 pontos percentuais na sua frequência escolar, passando de 82,8% para 86,5%, percentual ainda aquém do verificado nas demais Grandes Regiões.

³⁵ O sistema educacional brasileiro está legalmente organizado em dois níveis: educação básica e superior. A educação básica, por sua vez, divide-se em três níveis: educação infantil, que compreende formalmente a faixa de 0 a 5 anos de idade; ensino fundamental, de 6 a 14 anos de idade; e ensino médio, de 15 a 17 anos de idade.

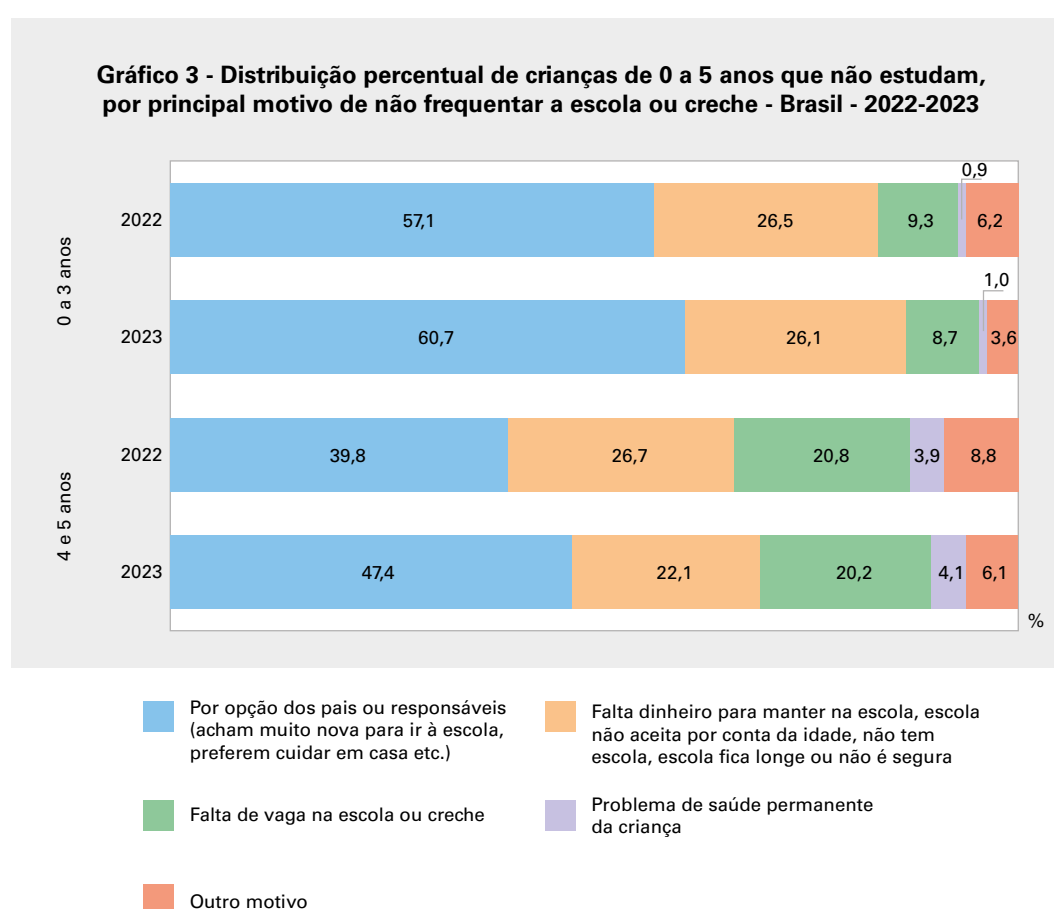


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2023.

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

Juntamente com o aumento da frequência escolar nas faixas etárias que compõem a educação infantil, observaram-se mudanças, entre 2022 e 2023, nos principais motivos apresentados para não frequentar instituição de ensino no grupo das crianças de 0 a 3 e de 4 a 5 anos de idade (Gráfico 3 e Tabela 4.19). Houve aumento no percentual de crianças de 0 a 5 anos de idade, que não frequentava escola por opção dos pais ou responsáveis, motivo mais frequente, que passou a representar 60,7% para as crianças de 0 a 3 anos e 47,4% para as crianças de 4 a 5 anos em 2023, comparado a 57,1% e 39,8% dos casos nessas faixas etárias, respectivamente, em 2022. Portanto,

houve queda no percentual dos demais motivos, incluindo o percentual daqueles que não frequentavam escola por falhas na oferta de educação básica, tais como: falta de vagas; falta de escolas; escola não aceita a criança em função da idade, distância excessiva ou insegurança da escola; e condições financeiras insuficientes dos pais ou responsáveis para manter a criança na escola, como falta de dinheiro para pagar mensalidade, transporte, material escolar etc. Somados, em relação às crianças de 0 a 3 anos de idade, esses motivos caíram de 35,8% (9,3% por falta de vaga, somado a 26,5% dos demais), em 2022, para 34,7% (8,7% por falta de vaga, somado a 26,1% dos demais), em 2023. Em relação às crianças de 4 a 5 anos de idade, esses motivos somados passaram de 47,5% (20,8% por falta de vaga, somado a 26,7% dos demais), em 2022, para 42,3% (20,2% por falta de vaga, somado a 22,1% dos demais), em 2023.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022-2023.

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

É interessante observar que a principal diferença entre as duas faixas etárias no que concerne aos principais motivos para não frequentar escola está no elevado percentual relacionado à vontade dos pais em não colocar crianças de 0 a 3 anos na educação infantil comparado com o mesmo motivo para as crianças de 4 e 5 anos. Isso faz com que o percentual atribuído à falta de vagas nas escolas para as crianças de 4 a 5 anos, idade de frequência escolar obrigatória na educação básica, fique maior do que o mesmo percentual para a faixa de 0 a 3 anos, 20,2% comparado à 8,7%, respectivamente. Contudo, em termos absolutos, 8,7% das crianças de 0 a 3 anos de

idade que não frequentam escola totalizavam 598,2 mil crianças, enquanto 20,2% das crianças de 4 e 5 anos de idade que não frequentam escola representavam quase 89,3 mil crianças em 2023. Esses números deveriam se aproximar daqueles que constam nos cadastros de espera das redes municipais, em que os pais buscaram ativamente matricular as crianças e não conseguiram por falta de vagas. Caso levemos em consideração todos os motivos relacionados a falhas de cobertura, teríamos 34,7% de 2,4 milhões de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos e 42,2% ou 187 mil de crianças de 4 a 5 anos fora da escola, mas que poderiam estar frequentando educação infantil, caso as condições materiais, de transporte, de proximidade, de vagas e de segurança fossem garantidas às famílias. A queda observada na categoria outros motivos entre 2022 e 2023 para as duas faixas etárias ocorreu provavelmente fruto da redução de razões relacionadas à pandemia de COVID-19.

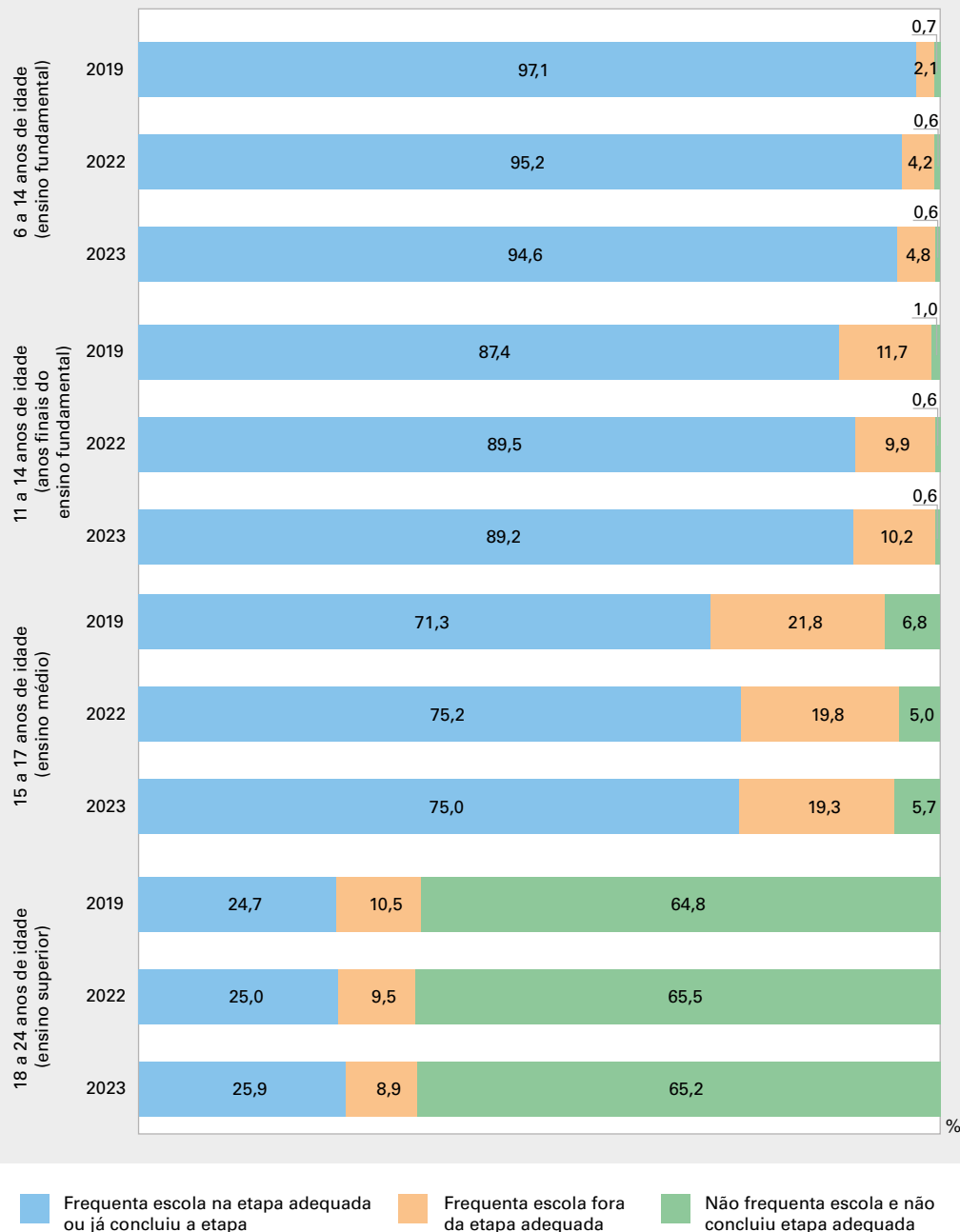
A taxa de frequência escolar bruta considera apenas a frequência à escola em qualquer nível – ainda que não seja adequado àquela faixa etária, ou seja, é um indicador que mede o acesso à escola e não o atraso escolar. Uma forma de medir a frequência à escola na etapa adequada é por meio da taxa ajustada de frequência escolar líquida (TAFEL), que representa a proporção de pessoas que frequentam a etapa de ensino adequado à sua faixa etária ou que já a haviam concluído, de acordo com a organização do sistema educacional brasileiro.

Os indicadores de adequação idade-etapa mostram que o Brasil não retornou aos patamares anteriores ao da pandemia de COVID-19 entre os anos de 2019 e 2023 para o grupo das crianças de 6 a 14 anos de idade no ensino fundamental, cuja TAFEL se reduziu de 97,1%, em 2019, para 95,2%, em 2022, e 94,6% em 2023. A queda acumulada de 2,5 pontos percentuais desse indicador entre 2019 e 2023 impediu que o País atingisse o cumprimento da Meta 2 do PNE, que estabelece uma TAFEL de 95% para o ensino fundamental. Esse indicador é usado para monitorar a universalização do acesso ao ensino fundamental de nove anos de estudo para toda a população de 6 a 14 anos de idade. Já a separação das etapas do ensino fundamental permite verificar que a queda da TAFEL se deu somente na população de 6 a 10 anos de idade que deveriam frequentar os anos iniciais do ensino fundamental, passando de 95,6% de adequação idade-etapa para 90,8% de 2019 para 2023. Essa redução, por sua vez, é explicada pelo aumento de crianças de 6 a 10 anos de idade frequentando escola fora da etapa adequada, ou seja, na educação pré-escola, etapa obrigatória da educação infantil. Esse percentual passou de 3,8% para 8,7% no período analisado, ou seja, mais do que o dobro do valor inicial (2,3 vezes maior). Por sua vez, para a faixa etária de 11 a 14 anos que deveria frequentar os anos finais da educação infantil, observou-se estabilidade na TAFEL entre 2022 e 2023 (Gráfico 4 e Tabela 4.7).

A TAFEL no ensino médio aumentou de 71,3% para 75,0%, fazendo com que a evasão escolar antes do término do ensino médio entre os jovens de 15 a 17 anos de idade, caísse de 6,8% para 5,7%, entre 2019 e 2023. Entretanto, esse indicador para o ensino médio permaneceu distante dos 85% até 2024 preconizados na Meta 3 do PNE e sem variação significativa desse indicador entre 2022 e 2023. A TAFEL para a população de 18 a 24 anos, no ensino superior, aumentou de 24,7% em 2019 para 25,9% em 2023, contudo, permanecendo igualmente aquém dos 33% almejados até 2024 pela Meta 12 do PNE³⁶ e sem variação significativa de 2022 a 2023 (Gráfico 4 e Tabela 4.8).

³⁶ Para informações mais detalhadas sobre as Metas do Plano Nacional de Educação - PNE, consultar o endereço: https://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php.

Gráfico 4 - Distribuição percentual da adequação idade-etapa para pessoas entre 6 e 24 anos de idade, segundo os grupos de idade e o nível de ensino - Brasil - 2019/2023



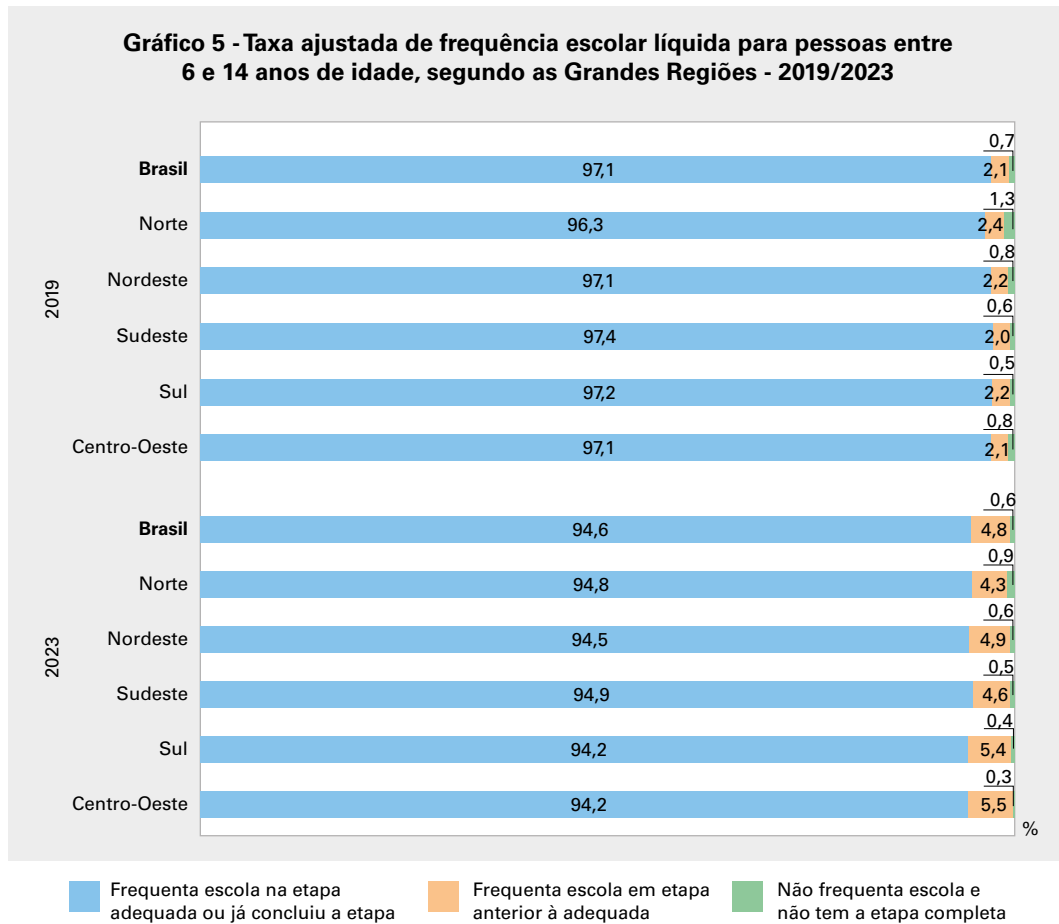
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2023.

Notas: 1. Dados referentes ao 2º trimestre.

2. Taxa ajustada de frequência escolar líquida (TAFEL), proporção de pessoas que frequentam a etapa de ensino adequado à sua faixa etária ou que já a haviam concluído

A queda da TAFEL das crianças de 6 a 10 anos se refletiu, como esperado, na piora da adequação idade-etapa das pessoas de 6 a 14 anos de idade, isto é, o percentual de crianças dessa faixa etária que frequentam ou já concluíram o ensino fundamental, em todas as Grandes Regiões do País, que deixaram de cumprir a Meta 2 do PNE,

apresentando valores de TAFEL abaixo de 95% em 2023. As maiores quedas em ponto percentual ocorreram nas Regiões Sul, 3,0 pontos percentuais e Centro-Oeste, 2,9 pontos percentuais, que passaram de 97,2% e 97,1% de adequação idade-etapa no ensino fundamental em 2019, respectivamente, para 94,2% e 94,2% em 2023 (Gráfico 5 e Tabela 4.7). Praticamente todas as Grandes Regiões dobraram o percentual de crianças de 6 a 14 anos frequentando escola na etapa anterior à adequada, ou seja, na educação infantil.

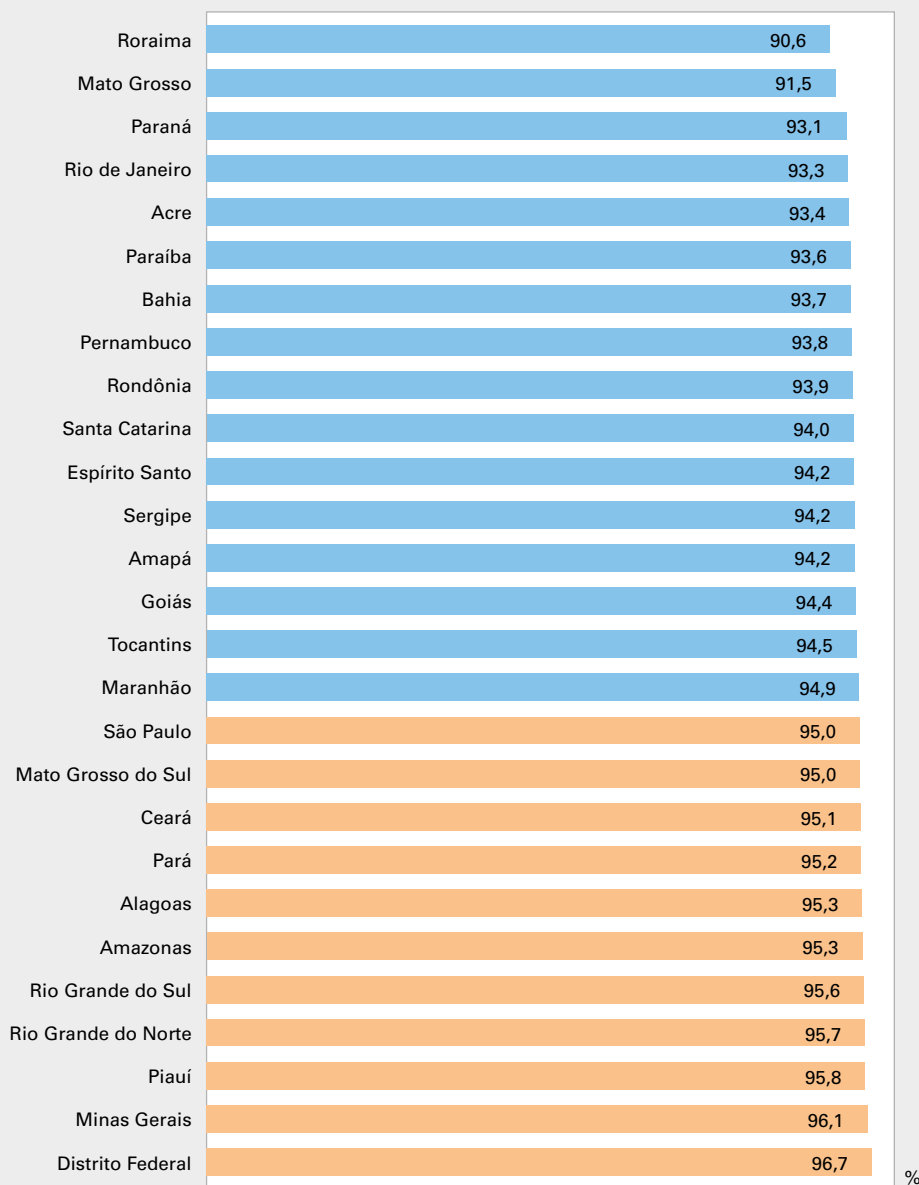


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2023.

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

Em relação às Unidades da Federação, em 2019, somente Roraima não havia atingido a Meta 2 do PNE, com a TAFEL para pessoas de 6 a 14 anos de idade de 93,7%. Por sua vez, em 2023, 15 das 27 Unidades da Federação deixaram de cumprir essa meta: Roraima (90,6%); Mato Grosso (91,5%); Paraná (93,1%); Rio de Janeiro (93,3%); Acre (93,4%); Paraíba (93,6%); Bahia (93,7%); Pernambuco (93,8%); Rondônia (93,9%); Santa Catarina (94,0%); Espírito Santo (94,2%); Sergipe (94,2%); Amapá (94,2%); Goiás (94,4%); Tocantins (94,5%); e Maranhão (94,9%) (Gráfico 6 e Tabela 4.3).

Gráfico 6 - Taxa ajustada de frequência escolar líquida para pessoas entre 6 e 14 anos de idade, segundo as Unidades da Federação - 2023



■ Percentual abaixo da Meta 2 do PNE ■ Percentual acima da Meta 2 do PNE

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

A provável consequência dos efeitos acumulados da pandemia de COVID-19, que levou à queda da frequência escolar das crianças de 4 a 5 anos entre 2019 e 2022 e da queda da adequação idade-etapa no ensino fundamental ainda verificada em 2023, foi a piora ou estagnação nos resultados de desempenho em português e matemática medidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB³⁷, e consequentemente, da nota média padronizada dessas duas disciplinas. Em todos os níveis da educação básica, a trajetória de melhora verificada entre 2015 e 2019 na nota média padronizada no SAEB não foi verificada entre 2019 e 2023. Na medida em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB³⁸ incorpora tanto os resultados do SAEB a partir da nota média padronizada, quanto da taxa de aprovação, observou-se que, em 2023, somente os anos iniciais do ensino fundamental se mantiveram acima do valor almejado pela Meta 7 do PNE (6,0), um resultado já alcançado em 2019. Os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio terminaram 2023 com IDEB de 5,0 e de 4,3, respectivamente, ainda distantes da meta de 5,5 e de 5,2, para esses níveis. Ainda que a trajetória de crescimento tivesse mantido o ritmo dos anos anteriores à pandemia de COVID-19, isto é, de 2015 a 2019, essas metas não teriam sido alcançadas em 2023 (Quadro 1).

Quadro 1 - Nota média padronizada de Português e Matemática no SAEB e IDEB, segundo os níveis de ensino da educação básica - Brasil - 2015/2023

Níveis de ensino	Ano	Nota média padronizada de Português e Matemática no SAEB	IDEB
Anos iniciais do ensino fundamental (Meta IDEB = 6)	2015	5,9	5,5
	2019	6,2	5,9
	2023	6,1	6,0
Anos finais do ensino fundamental (Meta IDEB = 5,5)	2015	5,2	4,5
	2019	5,5	4,9
	2023	5,3	5,0
Ensino médio (Meta IDEB = 5,2)	2015	4,5	3,7
	2019	4,8	4,2
	2023	4,7	4,3

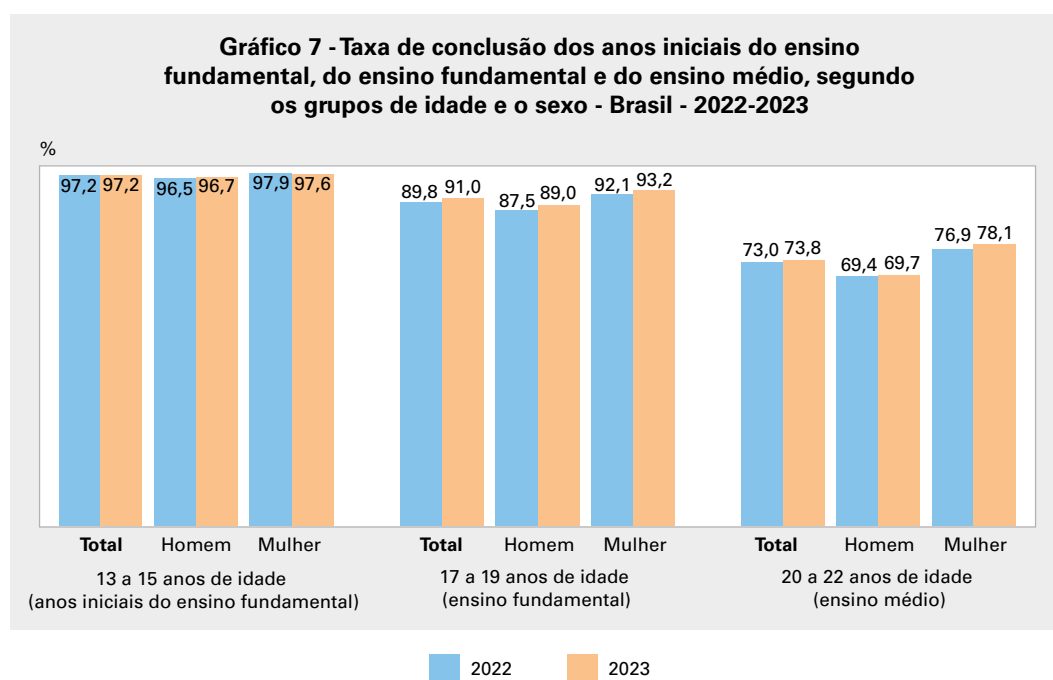
Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Planilhas do IDEB: taxa de aprovação, notas do SAEB, IDEB e projeções. Brasília, DF: INEP, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: ago. 2024.

Nota: A metodologia de cálculo da nota média padronizada de português e matemática do SAEB e do IDEB estão disponíveis da Nota Informativa do IDEB 2023, no endereço: https://download.inep.gov.br/ideb/nota_informativa_ideb_2023.pdf.

³⁷ O Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB é um conjunto de avaliações externas em larga escala, que permite ao INEP realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. A avaliação é feita por meio de testes e questionários, aplicados, a cada dois anos, na rede pública e em uma amostra da rede privada. Para informações complementares sobre o SAEB, consultar o endereço: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>.

³⁸ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O IDEB é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no SAEB. Para informações complementares sobre o IDEB, consultar o endereço: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>.

Por sua vez, correção do fluxo escolar das últimas décadas continua proporcionando impacto positivo nas taxas de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, relacionadas ao indicador 4.1.2 da meta 4.1 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 4, que almeja, até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. As taxas de conclusão medem a proporção de pessoas com idade de 3 a 5 anos acima da esperada, para a frequência ao último ano do nível selecionado, que completaram esse nível. No caso dos anos iniciais do ensino fundamental, representa a proporção de pessoas de 13 a 15 anos de idade que concluíram os anos iniciais do ensino fundamental. No caso do ensino fundamental, representa a proporção de pessoas de 17 a 19 anos de idade que concluíram o ensino fundamental. E a taxa de conclusão do ensino médio representa a proporção de pessoas de 20 a 22 anos de idade que concluíram o ensino médio. Entre 2022 e 2023, a taxa de conclusão dos anos iniciais do ensino fundamental se manteve em 97,2%, enquanto a taxa de conclusão do ensino fundamental passou de 89,8% para 91,0%, e a taxa de conclusão do ensino médio passou de 73,0% para 73,8%. Essa última taxa apresentou a maior diferença por sexo em 2023 na medida em que os homens atingiram 69,7% enquanto as mulheres 78,1%, 8,5 pontos percentuais acima da dos homens (Gráfico 7).

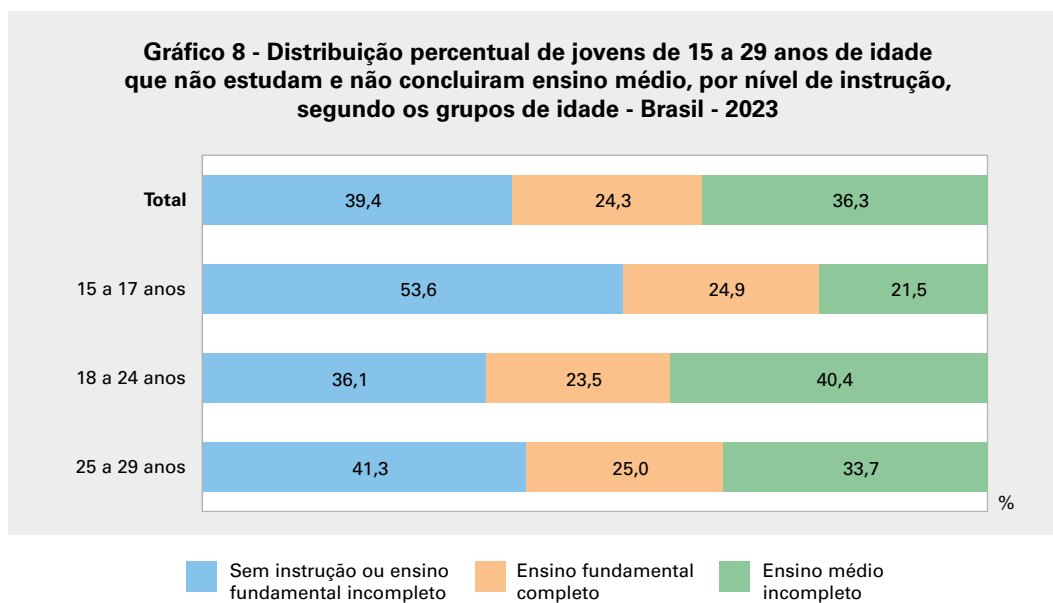


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022-2023.

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

Embora se verifique um aumento da conclusão da educação básica obrigatória a cada geração de brasileiros, ingressar no ensino médio ainda é um desafio para uma parcela dos jovens de 15 a 29 anos. Em 2023, cerca de 9,1 milhões de jovens dessa faixa etária já haviam abandonado a escola sem concluir a educação básica. Desse total, 515 mil tinham de 15 a 17 anos; 4,5 milhões tinham de 18 a 24 anos; e 4,1 milhões, de 25 a 29 anos (Tabela 4.17). Entre os jovens de 15 a 29 anos que deixaram a educação

básica incompleta, a maioria (63,7%) não chegou a atingir o ensino médio incompleto, sendo que 39,4% não concluíram o ensino fundamental e 24,3% concluíram esse nível. A maioria dos jovens de 15 a 17 anos que abandonaram a escola sem concluir a educação básica obrigatória não havia concluído o ensino fundamental (53,6%) e 24,9% concluíram somente esse nível; portanto, 78,5% não possuíam sequer o ensino médio incompleto. Em relação aos jovens de 18 a 24 anos de idade, grupo que poderia ter concluído o ensino médio, 59,6% abandonaram a escola com nível de instrução abaixo do ensino médio incompleto (Gráfico 8 e Tabela 4.16).

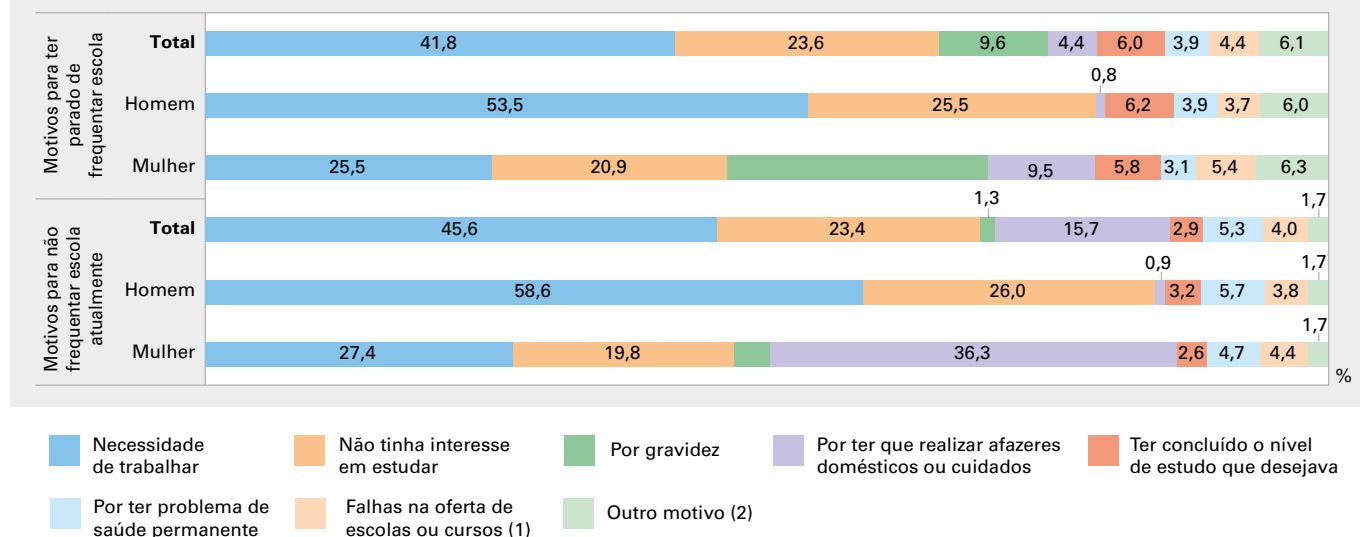


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

Os principais motivos apresentados para o abandono escolar antes da conclusão da educação básica obrigatória (Tabela 4.17), isto é, do ensino médio, e para não frequentar escola atualmente (Tabela 4.18) apresenta uma composição marcadamente diferente por sexo entre os jovens de 15 a 29 anos de idade. Os principais motivos com percentuais mais discrepantes em relação a ter parado de estudar e não frequentar, quando se segmenta por sexo, foram gravidez e por ter que realizar afazeres domésticos ou cuidar de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência. No caso do abandono escolar das mulheres, em 2023, esses dois motivos somaram 32,7%, (23,1% por gravidez e 9,5% por afazeres domésticos e cuidados), superando motivos como necessidade de trabalhar (25,5%) e falta de interesse (20,9%). Entre os principais motivos apontados para não frequentar atualmente escola, entre as mulheres, os dois motivos totalizam 39,5% (3,1% por gravidez e 36,3% por afazeres domésticos e cuidados), superando motivos como necessidade de trabalhar (27,4%) e falta de interesse (19,8%). Entre os homens, necessidade de trabalhar apresenta os maiores percentuais, tanto como principal motivo para ter parado os estudos (53,5%), quanto para não frequentar atualmente escola (58,6%). O percentual atribuído aos afazeres domésticos e cuidados foi residual para os homens nos dois casos, 0,8% para ter parado e 0,9% para não frequentar (Gráfico 9, Tabela 4.17 e Tabela 4.18).

Gráfico 9 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não concluíram o ensino médio, por principais motivos para não frequentar escola atualmente e para ter parado de frequentar escola, segundo o sexo - Brasil - 2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

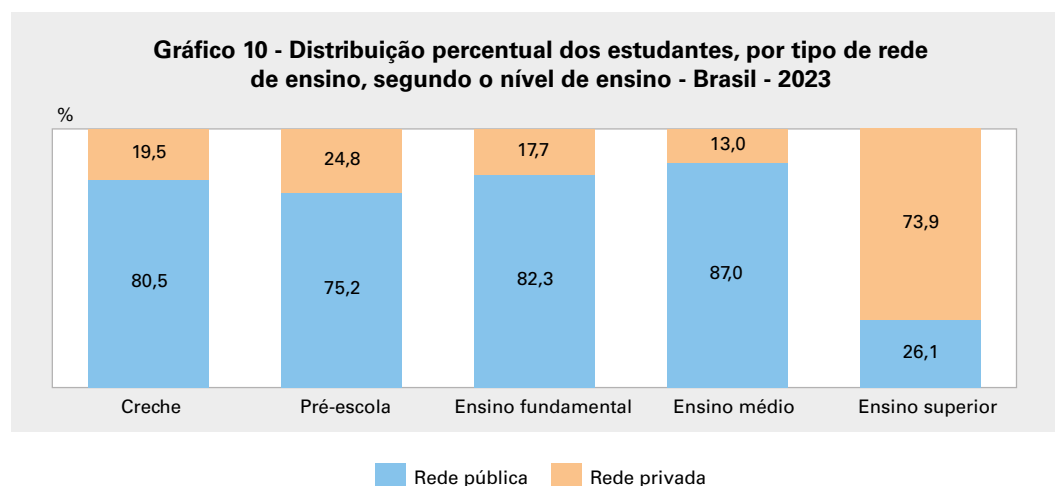
Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

(1) Não tinha escola na localidade ou esta ficava distante; faltava vaga na escola ou não tinha o turno letivo desejado; faltava dinheiro para pagar mensalidade, transporte, material escolar etc.; a escola não era adaptada para pessoa com deficiência. (2) Desistiu por não aprender ou por excesso de repetência ou outro motivo.

Redes de ensino

Nos três níveis da educação básica (infantil, fundamental e médio) há amplo predomínio da rede pública, seguindo o preceito constitucional de garantia de educação básica gratuita pelo Estado, a partir dos 4 anos de idade. No ensino superior, a situação se inverte. Em 2023, o percentual de estudantes que frequentavam instituições públicas na educação infantil na creche, na pré-escola, ensino fundamental e médio era de 80,5%, 75,2%, 82,3%, 87,0%, respectivamente. Somente no ensino superior, a rede privada atendeu a maioria dos estudantes de graduação (73,9%) (Gráfico 10 e Tabela 4.5).

Gráfico 10 - Distribuição percentual dos estudantes, por tipo de rede de ensino, segundo o nível de ensino - Brasil - 2023

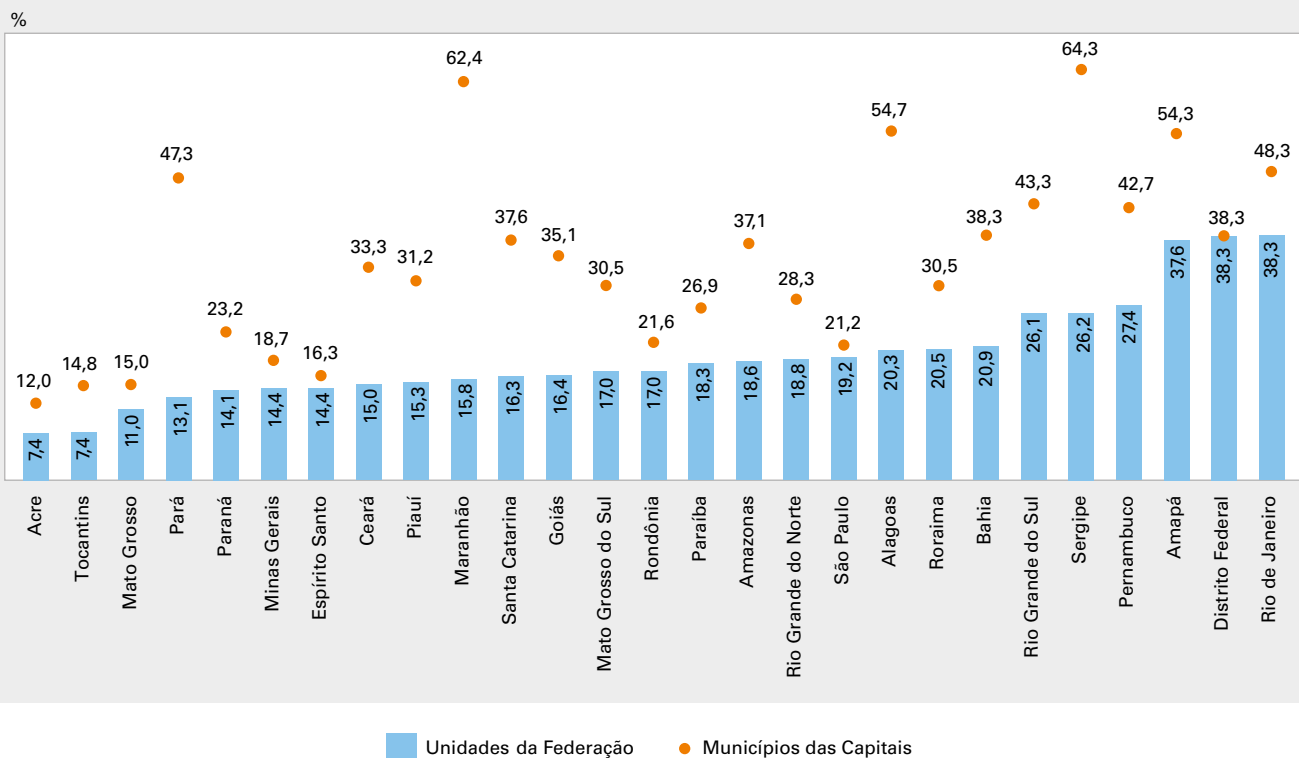


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

A participação na rede privada, de modo geral, está associada a rendimentos mais elevados nas três etapas da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. É interessante observar que todos os Municípios das Capitais apresentam maior proporção de estudantes da educação básica na rede privada, especialmente da creche, destacada a seguir, em comparação com as respectivas Unidades da Federação, refletindo, entre outros fatores, maior capacidade de seus moradores para arcar com os custos do ensino privado (Gráfico 11 e Tabela 4.6). Enquanto Rio de Janeiro e Distrito Federal eram as Unidades da Federação com as maiores proporções de crianças frequentando creche na rede privada em 2023 (38,3%), Acre e Tocantins eram as Unidades da Federação com as menores proporções (7,4%). Entre as capitais com as maiores proporções de crianças frequentando creche na rede privada em 2023 estão: São Luís (62,4%) e Aracaju (64,3%). Por sua vez, as capitais com as menores proporções foram: Rio Branco (12,0%) e Palmas (14,8%). Além disso, há desigualdades consideráveis entre a Unidade da Federação e seu respectivo Município da Capital nas proporções de crianças na creche privada. Novamente, São Luís (Maranhão) e Aracaju (Sergipe) apresentavam as maiores discrepâncias dessas proporções, atingindo um diferencial de 46,6 e 38,1 pontos percentuais, respectivamente, em comparação com as mesmas proporções de suas Unidades da Federação. Esses diferenciais representavam 4,0 e 2,5 vezes mais estudantes, respectivamente, frequentando a rede privada da educação infantil nas Capitais comparados à proporção desses estudantes na totalidade das respectivas Unidades da Federação.

Gráfico 11 - Percentual de crianças que frequentam creche na rede privada, segundo as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais - 2023

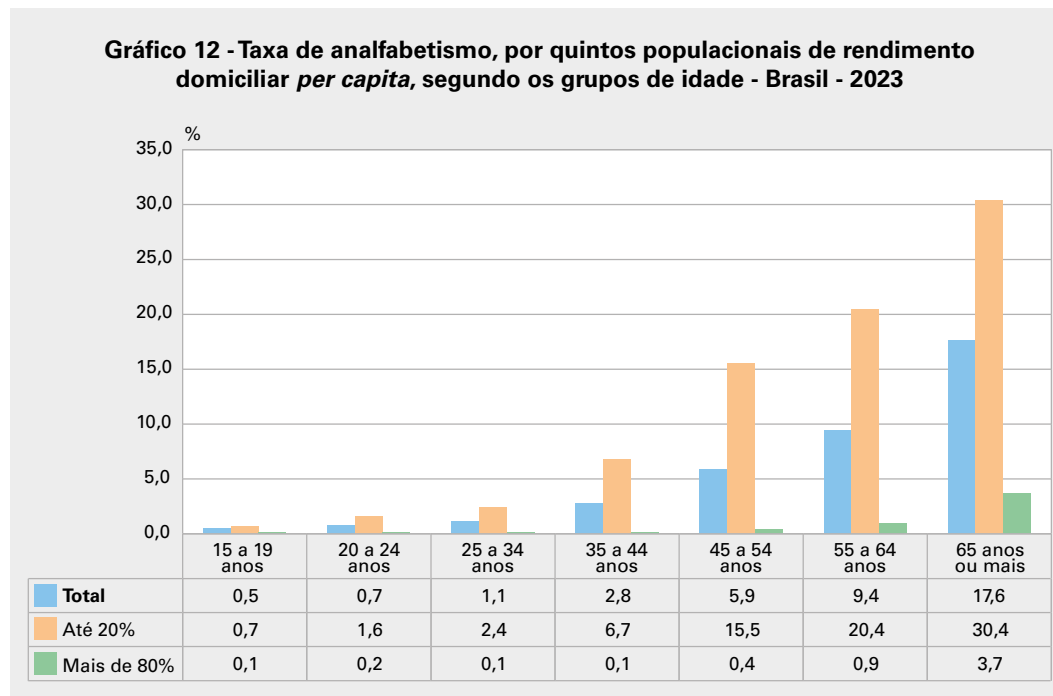


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

Taxa de analfabetismo e nível de instrução

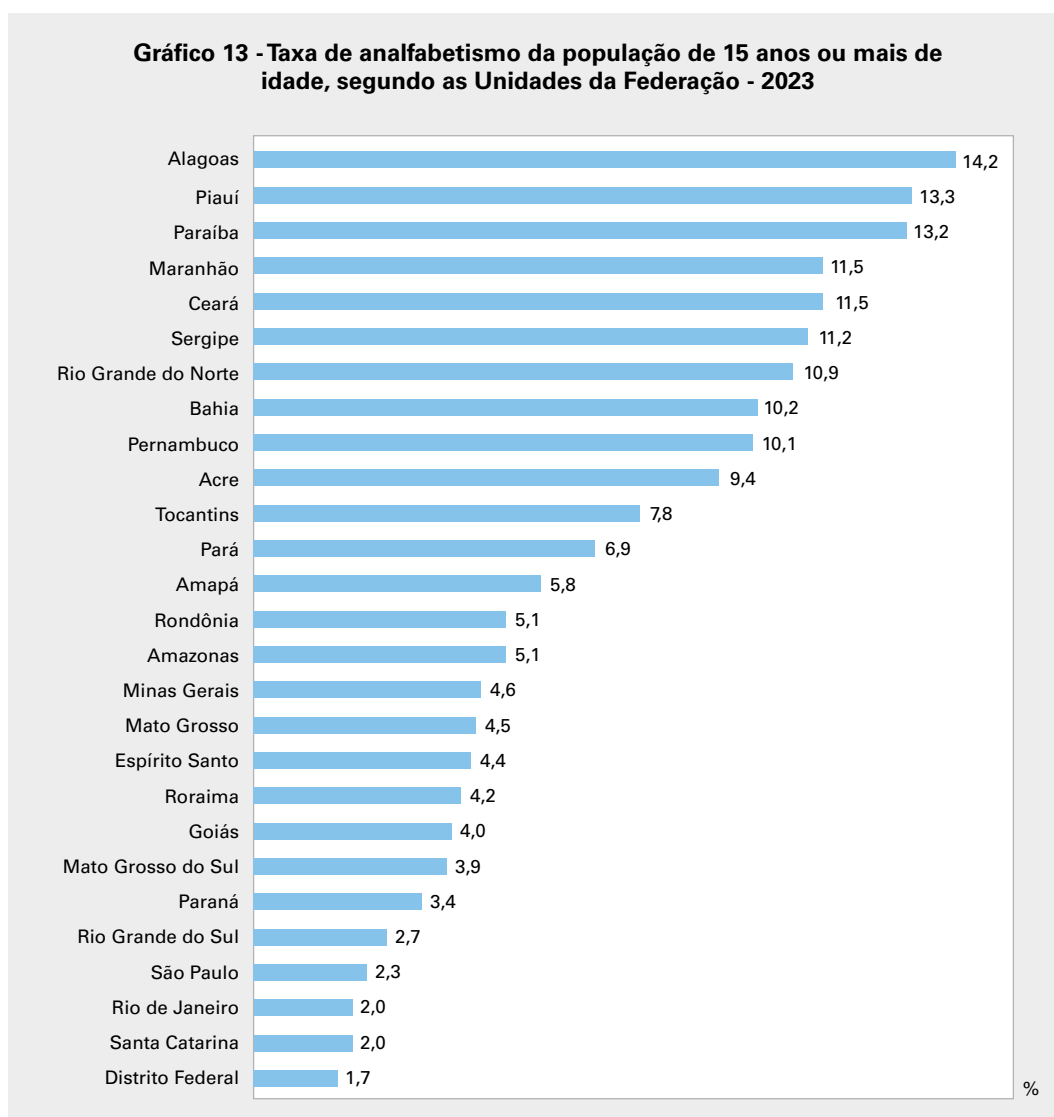
O Plano Nacional de Educação - PNE estabelece, em sua Meta 9, o objetivo de erradicar o analfabetismo na população com 15 anos ou mais até 2024. Em 2023, segundo a PNAD Contínua, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais era de 5,4%, representando uma queda de 0,7 ponto percentual em relação ao dado verificado em 2019 (6,1%). Essa redução gradual é esperada, uma vez que os analfabetos se concentram nas faixas etárias mais velhas, e a taxa de analfabetismo entre os mais jovens (de 15 a 19 anos) já se encontrava abaixo de 1,0%, em 2016. Apesar de a tendência geral das faixas etárias mais velhas apresentarem maior taxa de analfabetismo, a relação entre idade e analfabetismo não é a mesma em diferentes grupos populacionais. O Gráfico 12 mostra a taxa de analfabetismo registrada para cada faixa etária, para o total da população e para os quintos populacionais de menor (até 20%) e maior rendimento domiciliar *per capita* (mais de 80%) em 2023. Nota-se que, no quinto de maior rendimento, a taxa de analfabetismo dos quatro primeiros grupos etários, até 54 anos de idade, foi menor que 0,5%, e praticamente a mesma. Nesse quinto populacional, a taxa de analfabetismo só superou 1,0% no grupo de 65 anos de idade ou mais. Por outro lado, na população pertencente ao quinto de menor rendimento, embora a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 a 19 anos de idade tenha sido inferior a 1,0%, ela atingiu 1,6% já na faixa etária seguinte (de 20 a 24 anos de idade) e subiu rapidamente nas faixas etárias posteriores, até atingir 30,4% no grupo de 65 ou mais anos (Gráfico 12 e Tabela 4.15).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

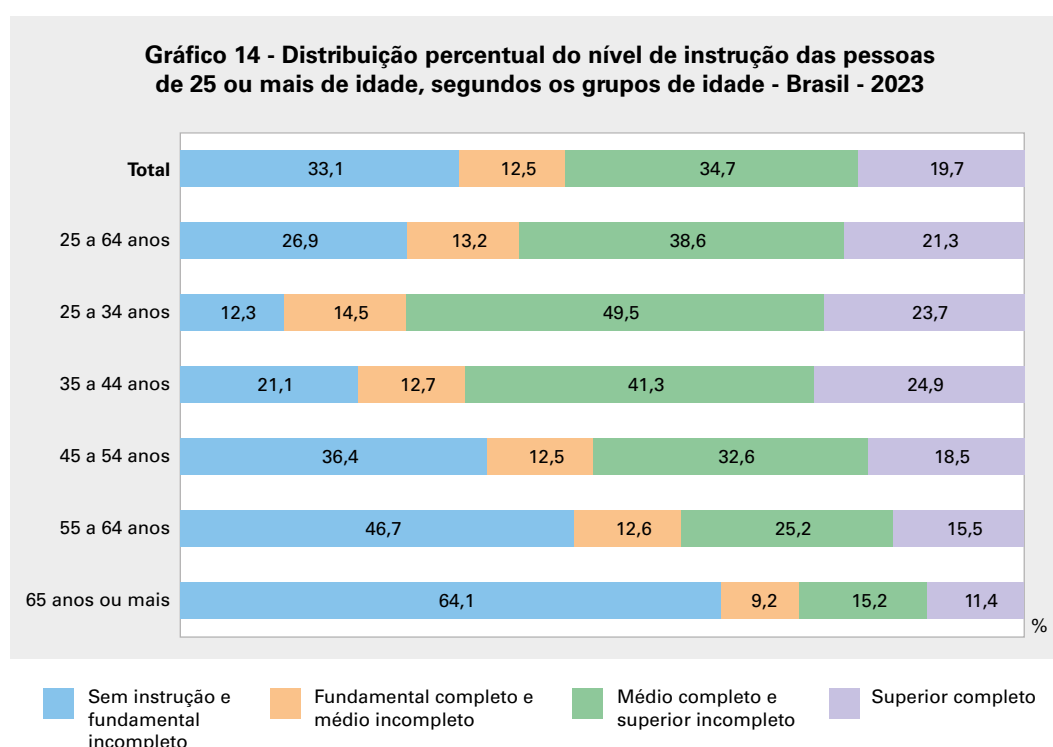
Além disso, o acesso ao direito à alfabetização não ocorreu na mesma época em todas as regiões do País, que apresenta forte desigualdade regional nas taxas de analfabetismo, com destaque para a Região Nordeste. Essa Região apresentou em 2023 taxa de analfabetismo duas vezes maior do que a média nacional (5,4%), com 11,2% das pessoas de 15 anos ou mais de idade sem saber ler e escrever sequer um bilhete simples (Tabela 4.13). São justamente as Unidades da Federação da Região Nordeste que apresentaram as maiores taxas de analfabetismo, sendo que Alagoas e Piauí atingiram as maiores taxas do País com 14,2% e 13,3%, respectivamente. Por sua vez, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Distrito Federal tiveram as menores taxas de analfabetismo em 2023, com 2,0%, para as duas primeiras Unidades da Federação e 1,7%, para a última (Gráfico 13 e Tabela 4.14).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

Assim como a taxa de analfabetismo, o nível de instrução alcançado pela população adulta de um País é um legado do investimento em educação feito em décadas passadas. Segundo os dados do módulo ampliado de Educação da PNAD Contínua 2023, o percentual de pessoas com 25 anos ou mais anos de idade que não haviam concluído a educação básica obrigatória, direito constitucional assegurado pelo Estado brasileiro a todos os cidadãos, era de 45,6%, sendo que 33,1% não haviam concluído o ensino fundamental, e 12,5% não haviam concluído o ensino médio. Somente 19,7% das pessoas dessa faixa etária haviam concluído o ensino superior, e 34,7% completaram o ensino médio (Gráfico 14 e Tabela 4.10).



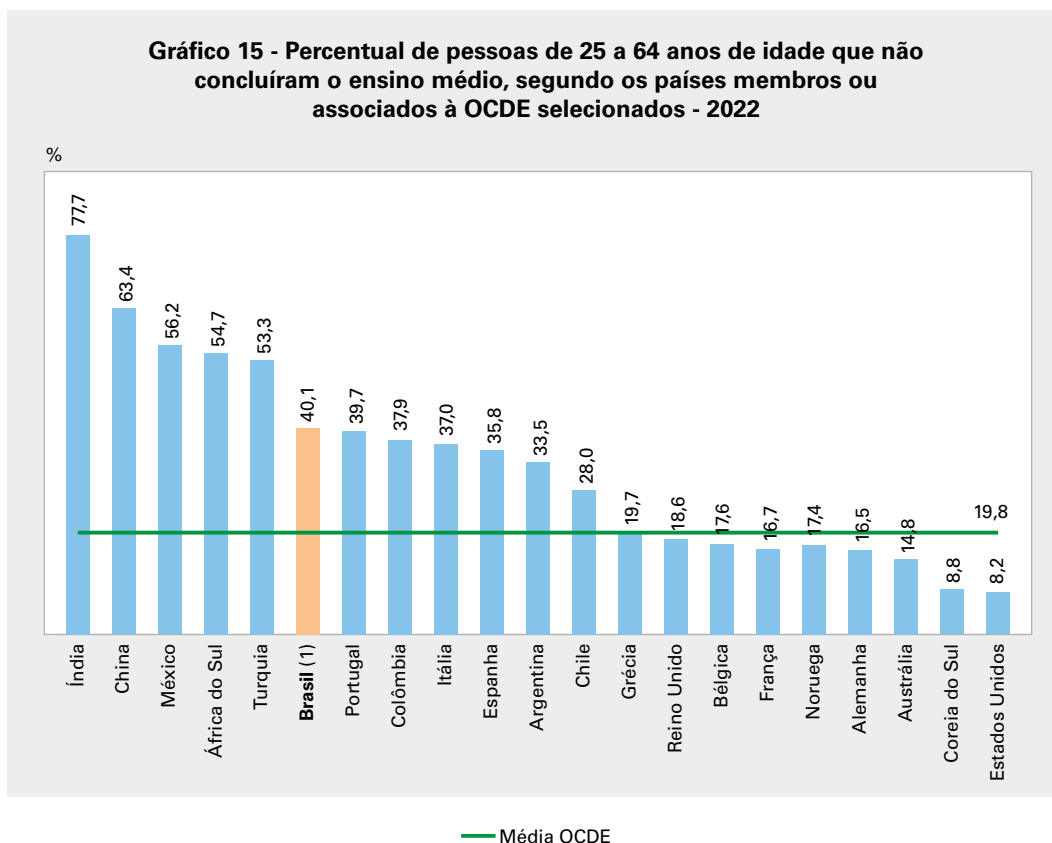
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

A proporção, no Brasil, de 40,1% das pessoas de 25 a 64 anos de idade que não haviam concluído a escolaridade básica obrigatória em 2023, isto é, o ensino médio, foi mais do que o dobro dessa proporção para o mesmo grupo etário na média dos países da OCDE em 2022 (19,8%³⁹), divulgado no relatório *Education at a glance 2023: OECD indicators* (2023). Esse resultado coloca o Brasil com o percentual de pessoas sem ensino médio acima de países latino-americanos, como Colômbia (37,9%), Argentina (33,5%) e Chile (28,0%) (Gráfico 15). Limitando-se a comparação ao grupo etário mais novo, de 25 a 34 anos de idade que não haviam concluído o ensino médio, o País continuava, em 2023, com um percentual duas vezes maior que o da média dos países membros da OCDE em 2022, isto é, 26,8%, para o Brasil, em comparação com 13,8%⁴⁰, para a média da OCDE.

³⁹ Para informações mais detalhadas, consultar a tabela completa no endereço: <https://stat.link/qj6opr>.

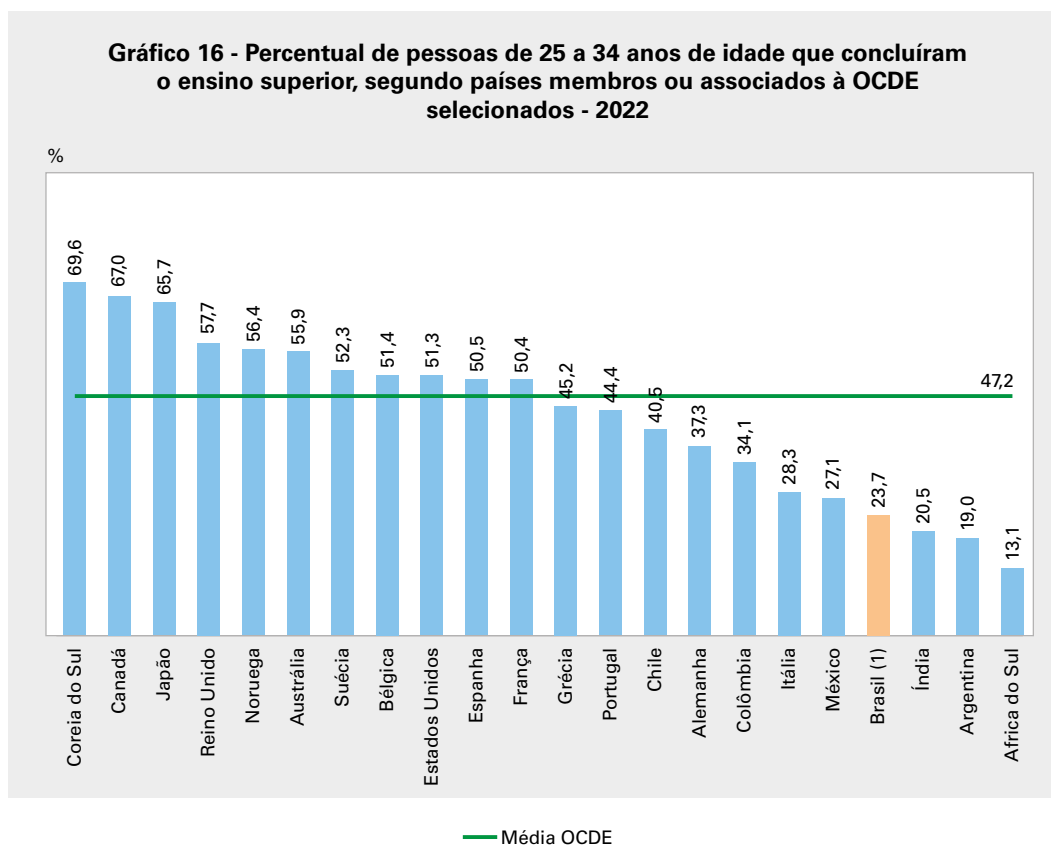
⁴⁰ Para informações mais detalhadas, consultar a tabela completa no endereço: <https://stat.link/zke5wq>.



Fonte: Education at a glance 2023: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/e13bef63-en>. Acesso em: out. 2024.

(1) Dado referente ao 2º trimestre da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023, do IBGE.

O atraso histórico na expansão do sistema de ensino brasileiro também se reflete no baixo percentual de pessoas de 25 a 64 anos de idade que concluíram o ensino superior. Enquanto a média dos países da OCDE, em 2022, era de 40,4%, a média brasileira, em 2023, era cerca da metade da média da OCDE: 21,3%. Ainda que a faixa etária mais nova de 25 a 34 anos de idade tenha atingido um percentual maior de pessoas com ensino superior no Brasil em relação ao total da população de 25 anos ou mais de idade, com 23,7% em 2023, o resultado permaneceu a metade do divulgado para a média dos países da OCDE, em 2022, na mesma faixa etária: 47,2%. O percentual brasileiro (23,7%) estava abaixo de países latino-americanos, como: México (27,1%), Colômbia (34,1%) e Chile (40,5%) (Gráfico 16).

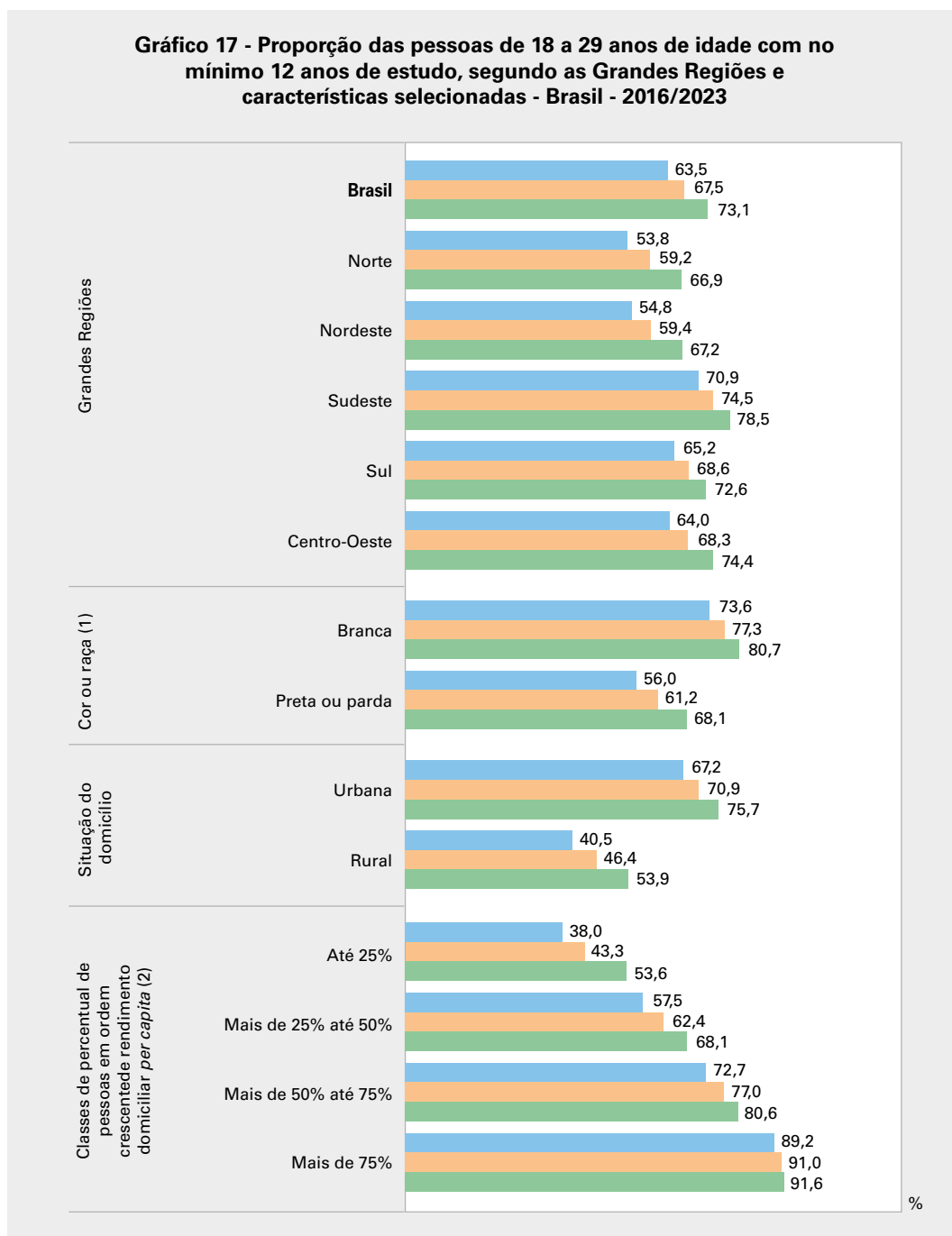


Fonte: Education at a glance 2023: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/e13bef63-en>. Acesso em: out. 2024.

(1) Dado referente ao 2º trimestre da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023, do IBGE.

Finalmente, a Meta 8 do PNE tem como objetivo elevar o nível de instrução de jovens com idade de 18 a 29 anos para, no mínimo, 12 anos de estudo até 2024, reduzindo as desigualdades regionais, por cor ou raça, entre moradores de áreas urbanas e rurais e para as pessoas pertencentes aos 25% com menores rendimentos (situação de pobreza). Em 2023, a proporção de jovens dessa faixa etária que concluíram, no mínimo, 12 anos de estudo foi de 73,1%, ou seja, 5,6 pontos percentuais acima da mesma proporção medida em 2019, e 9,6 pontos percentuais a mais que a medida em 2016, mas ainda longe dos 100% almejados pela Meta 8. Houve redução das disparidades regionais, ainda que a Região Norte permanecesse com a menor proporção em 2023 (66,9%), e a Região Sudeste com a maior (78,5%). As maiores discrepâncias permanecem entre os residentes nas áreas rurais, onde cerca de metade dos jovens de 18 a 29 anos atingiram, no mínimo, 12 anos de estudo (53,9%), em comparação com aqueles residentes em áreas urbanas (75,7%) e entre os jovens pertencentes aos 25% da população com os menores rendimentos (53,6%), e aqueles do grupo de mais de 75% com os maiores rendimentos (91,6%) (Gráfico 17 e Tabela 4.12).

Gráfico 17 - Proporção das pessoas de 18 a 29 anos de idade com no mínimo 12 anos de estudo, segundo as Grandes Regiões e características selecionadas - Brasil - 2016/2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023.

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça. (2) Excluídas pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

Condições de saúde

O presente capítulo tem por objetivo articular a situação social da população e sua saúde⁴¹ no contexto pós-pandêmico de COVID-19, no qual se aumenta a percepção de prioridade do tema. O argumento mais amplo, reconhecido na literatura, é que pessoas em desvantagem social apresentam diferenciais de exposição e de vulnerabilidade⁴² aos riscos à saúde, como consequência das suas condições de vida. Entre esses fatores de vulnerabilidade, a pobreza é o mais evidente, e é caracterizada por insegurança alimentar, renda e escolaridade baixas, ausência de garantia de acesso a medidas de higiene básica, habitações inadequadas e por exposição a condições mais perigosas ou estressantes de trabalho. Outros fatores que ampliam as inequidades em termos de saúde e acesso a tratamentos são as transformações nos perfis de morbidade e na dinâmica populacional. Observa-se, ainda, crescente incorporação tecnológica, que resulta em sistemas de saúde mais complexos e o acesso desigual a esses tratamentos também constitui elemento de vulnerabilidade. Em particular, soma-se à vulnerabilidade em saúde, fatores biológicos e programáticos/institucionais cuja interação com questões sociais e ambientais aumenta, ou reduz, o risco ou a proteção de um indivíduo ou grupo populacional a determinada doença⁴³.

⁴¹ Para informações mais detalhadas sobre conceitos e fontes, consultar Glossário e Anexos desta publicação.

⁴² A vulnerabilidade compreende as características e as circunstâncias de um indivíduo, uma comunidade, sistema ou bem que os tornam suscetíveis aos efeitos danosos de uma ameaça e seus diversos aspectos, portanto, surgem de fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais (Castro-Nunes; Ribeiro, 2022).

⁴³ Em março de 2005, a Organização Mundial da Saúde - OMS criou a Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde (Commission on Social Determinants of Health - CSDH), com o objetivo de promover, em âmbito internacional, uma tomada de consciência sobre a importância dos determinantes sociais na situação de saúde de indivíduos e populações e sobre a necessidade do combate às inequidades em saúde por eles geradas (Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde, 2008).

Pretende-se contribuir aqui com análises sobre a ocorrência, ou não, de alterações estruturais em alguns indicadores relacionadas à saúde. Em primeiro lugar, avaliar os impactos da pandemia de COVID-19 sobre a condição de saúde dos brasileiros e sobre a disponibilidade de recursos para a população. Em segundo, indicar em que medida foram efetivas e permanentes algumas ações do Estado para a promoção de equidade social sobre indicadores de saúde selecionados.

Há, portanto, que se recuperar alguns elementos que compõem o contexto econômico e social do período em foco – de 2019 a 2023. Importante ressaltar que, em 5 de maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO) declarou o fim da Emergência de Saúde Pública da pandemia de COVID-19 em todo o planeta. O anúncio ocorreu mais de três anos depois que a pandemia foi decretada pela entidade, em 2020, quando o quadro era de explosão do número de casos e mortes pelo vírus. O Brasil declarou o fim do estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, causado pela pandemia, em 22 de abril de 2022. Portanto, quase um ano antes do anúncio feito pela OMS referido anteriormente.

Outro fato relevante foi o início da vacinação da população contra a COVID-19. Alguns países deram início no final de 2020⁴⁴, o Brasil começou em 17 de janeiro de 2021 dando prioridade para pessoas idosas ou com comorbidades, povos originários e profissionais de saúde, entre outros (Brasil, 2021f; Observatório COVID-19, 2022). Além dos marcadores temporais citados, deve-se acrescentar à avaliação de contexto considerações sobre a dinâmica populacional retratada pelo Censo Demográfico 2022, levantado pelo IBGE, que indica o envelhecimento dos brasileiros. Outros fatores são o nível de rendimento, a distribuição da renda e o grau de pobreza da população, que estão conectados às condições de mercado de trabalho e se refletem na segurança alimentar da população.

Contexto econômico e social

Envelhecimento da população

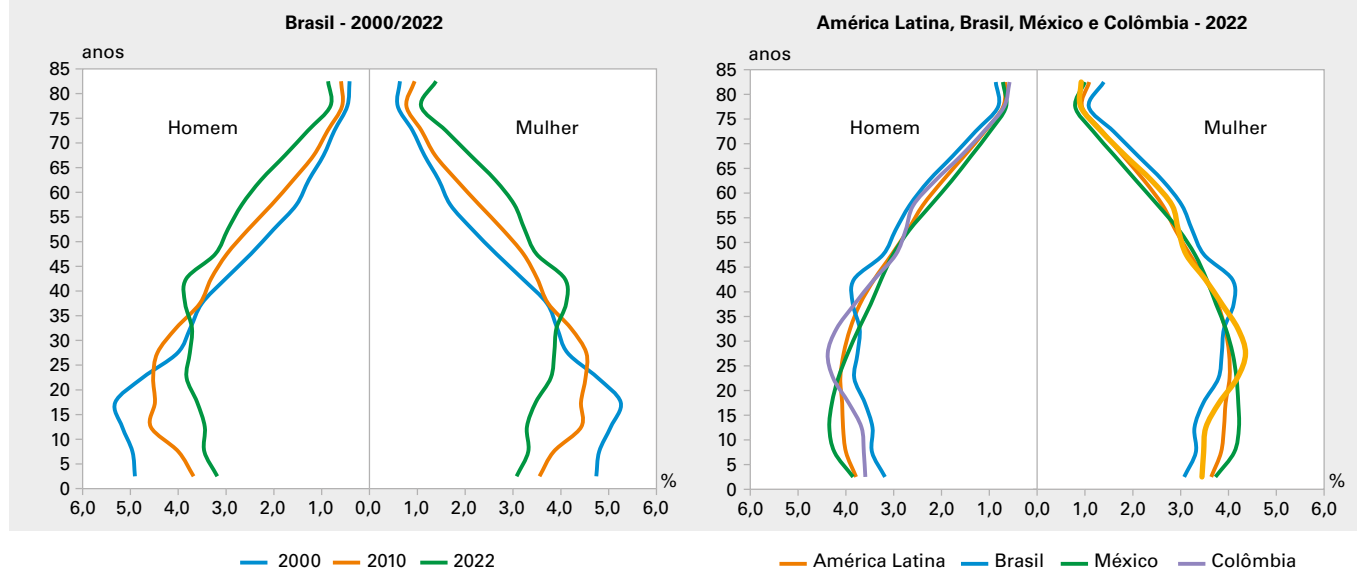
É possível, a partir das estatísticas populacionais dos três últimos Censos Demográficos no Brasil, identificar o envelhecimento da população. No ano de 2000, o grupo de idade com maior participação foi de 15 a 19 anos, correspondendo a 10,6% da população (5,3% de homens e 5,3% de mulheres). Em 2010, o grupo de maior participação foi o de 20 a 24 anos de idade, que totalizava 9,0% com 4,5% para ambos os sexos. Em 2022, o maior percentual foi da população de 35 a 39 anos de idade, que alcançou 8,0%, subdividido em 3,9% para homens e 4,1% para mulheres (Tabela 5.1 e Gráfico 1)⁴⁵.

Além de estar mais envelhecido em relação ao passado, o Brasil apresentou população mais idosa na comparação com o total populacional da América Latina, México e Colômbia em 2022. Censos na região assinalam que o percentual da população acima de 60 anos de idade correspondeu a 13,4% na América Latina; 12,2% no México; 12,6% na Colômbia; e 15,8% no Brasil. De tal forma que se pode aferir a ocorrência de pressões para alteração dos serviços de saúde ofertados, sendo a demanda de uma população mais envelhecida, portanto, mais intensa e diversa daquela de uma população mais jovem.

⁴⁴ A Rússia foi o primeiro país a registrar a vacina Sputnik em agosto de 2020 e iniciou a vacinação na última quinzena de novembro. Na Europa, a primeira dose seria aplicada na Inglaterra algumas semanas depois, no início de dezembro (Síntese [...], 2022, p. 100).

⁴⁵ As tabelas complementares (por exemplo, Tabela 5.X) pertencem ao plano tabular da publicação e estão disponibilizadas na página da Síntese de Indicadores Sociais, no portal do IBGE na Internet.

Gráfico 1 - Pirâmides etárias do percentual da população dos Censos Demográficos - América Latina e países selecionados - 2000/2022



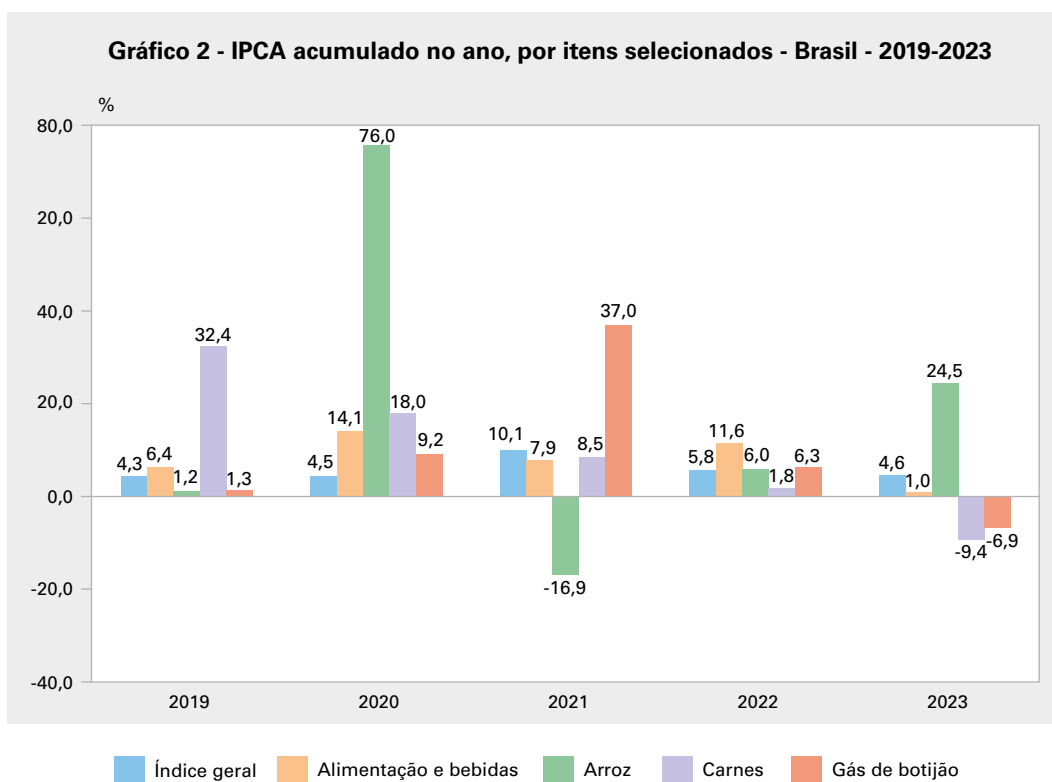
Fontes: 1. IBGE, Censo Demográfico 2020/2022. 2. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, World Population Prospects 2022.

A renda, a ocupação, o sexo, a cor ou raça, o nível educacional e o lugar onde as pessoas vivem são algumas das dimensões sociais, demográficas e espacial que afetam a saúde das pessoas. A evolução estatística dessas dimensões foi tratada ao longo desta publicação. No presente capítulo, ressalta-se dois outros elementos discutidos no período 2019-2023 que são: processo inflacionário; e segurança alimentar e avaliação do estado nutricional.

Processo inflacionário

Como o principal acesso da população a alimentos é realizado via mercado, a evolução da renda média e das condições do mercado de trabalho são fatores determinantes do nível de segurança alimentar, dado que o ato de se alimentar depende, essencialmente, do poder aquisitivo da pessoa (Hoffmann, 1995). Afora a situação do mercado de trabalho, o processo inflacionário também contribuiu para pressionar a renda do trabalho e afetou mais severamente a população com rendimentos mais baixos, pois foi concentrada em itens de alimentação⁴⁶. A variação acumulada em dezembro do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA Geral, entre 2019 e 2023, apresentou a trajetória 4,3%, 4,5%, 10,1%, 5,8% e 4,6%, sendo 2021 o ano de maior variação (Gráfico 2). Entre os subítemes do IPCA Alimentação e bebidas, o arroz e a carne ganharam destaque. Em 2020, o arroz alcançou inflação de 76,0% e a carne, 18,0% (Índice [...], 2024). Outro subitem mencionado naquela conjuntura foi o gás de botijão, que acelerou até 2022 (alcançando 37,0%) seguindo trajetória de desaceleração. Em dezembro de 2023, houve deflação anual da carne (-9,4%) e do botijão (-6,9%).

⁴⁶ Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2017-2018, o arroz possuía a maior participação (22,1%) na cesta de alimentos da população de baixa renda (até R\$ 1 908) (Pesquisa [...], 2020).



Fonte: IBGE, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA 2019-2023.

Segurança alimentar e avaliação do estado nutricional

Outros dois indicadores que possuem relação direta com o estado de saúde da população, são os de segurança alimentar e de avaliação do estado nutricional⁴⁷. Para uma investigação sobre essas questões, estão disponíveis as pesquisas realizadas pelo IBGE que incluem módulo sobre Segurança Alimentar com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA⁴⁸ e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN⁴⁹, do Ministério da Saúde.

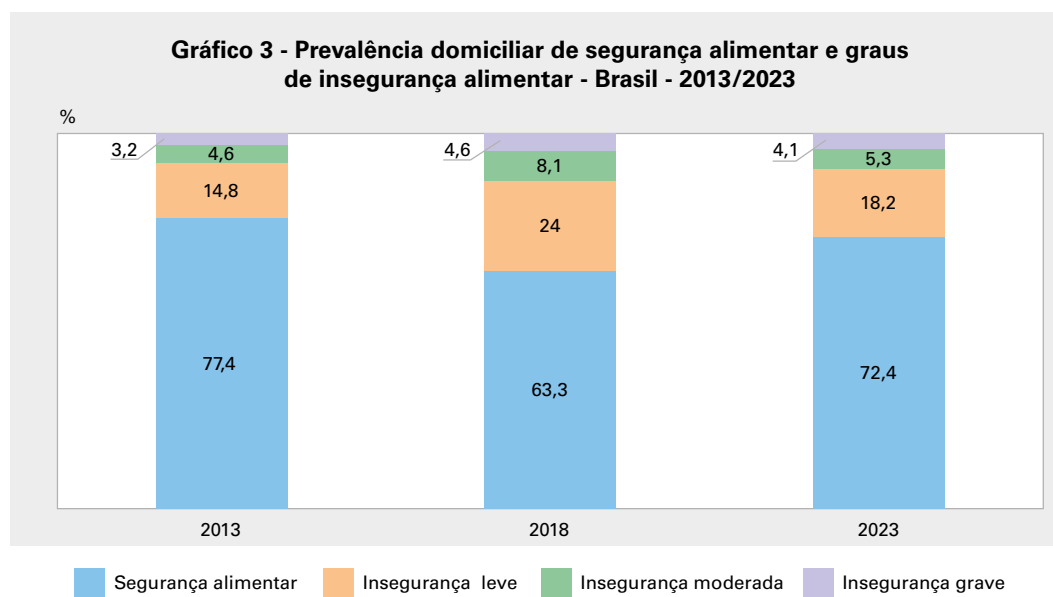
A evolução da segurança alimentar, segundo a EBIA aplicada nas investigações realizadas pelo IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua – aponta que, em 2013, a proporção de domicílios com insegurança alimentar leve foi estimada em 14,8%, com insegurança alimentar mo-

⁴⁷ No Brasil, a alimentação é um direito social reconhecido no Art. 6º da Constituição Federal (Brasil, 2024). No âmbito do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, criada em 1999 e republicada em 2011, tem como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional e a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e à nutrição. É de competência do Sistema Único de Saúde - SUS formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição por meio do Art. 16 da Lei n. 8.080, de 19.09.1990 (Brasil, 1990). Por isso, alimentação e nutrição constam no Plano Nacional de Saúde 2023-2027 no item promoção da saúde no contexto da atenção primária à saúde (Brasil, 2024b, p. 67).

⁴⁸ Elaborada pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Universidade de Brasília - UnB, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA.

⁴⁹ Para informações mais detalhadas sobre a cobertura populacional do SISVAN, consultar Brasil (2024d) e Silva *et al.* (2022). Em 2023, a cobertura de crianças de até 10 anos de idade foi de 56,1% e da população adolescente, de 21,1%. População-alvo é a atendida pelo Sistema de Atenção Básica do SUS com indicação clínica de acompanhamento da situação nutricional (Brasil, 2017).

derada, 4,6% e, com insegurança alimentar grave, 3,2%. Em comparação com 2018, estimado pela POF 2017-2018, o quadro se alterou com redução da proporção de domicílios com segurança alimentar para 63,3% e aumento importante dos domicílios com insegurança alimentar leve, 24,0%. Isto é, quando se iniciou a pandemia de COVID-19, a insegurança alimentar dos domicílios brasileiros já havia aumentado nos anos imediatamente anteriores. Em 2023, de acordo a PNAD Contínua, estimou-se 72,4% dos domicílios em segurança alimentar, 18,2% em insegurança alimentar leve, 5,3% em moderada e 4,1% em grave (Ferreira, 2024) (Gráfico 3).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2019, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023 (dados referentes ao 4º trimestre).

A desnutrição⁵⁰, medida pelo SISVAN, foi mais severa no grupo de idade de 0 a 4 anos (Tabela 1). Entre 2019 e 2023, a desnutrição reduziu de 5,6% para 5,0%, no grupo de idade de 0 a 19 anos, identificando-se que no grupo de idade de 0 a 4 anos houve um crescimento, entre 2020 e 2021, de 6,1% para 6,5%. O excesso de peso, ao revés, registrou níveis maiores entre 2019 (31,8%) e 2023 (31,7%). De 0 a 19 anos, ilustrativamente, registrou elevação, saindo de 29,3% para 30,8%. Apresentou também para todos os grupos de idade maiores percentuais no ano de 2021. Os dados apontam piora da segurança alimentar dos indivíduos com 5 anos ou mais especialmente pelo excesso de peso.

⁵⁰ O estado nutricional reflete o equilíbrio entre a ingestão e a demanda (necessidade) de nutrientes de um indivíduo. A desnutrição compreende uma das categorias de classificação do estado nutricional. Essa classificação inclui geralmente a relação entre altura e peso, embora a nota técnica do SISVAN inclui aleitamento materno, peso ao nascer, perímetro da cintura, perímetro da panturrilha, peso pré-gestacional e data da última menstruação. Isso porque, para cada público-alvo (criança menor de 2 anos; criança de 2 a 9 anos; adolescente; adulto; idosos; gestante) há uma combinação distinta de critérios antropométricos e de condição geral da saúde. A desnutrição em particular é uma doença e uma série de distúrbios que abrangem as consequências patofisiológicas da baixa ingestão, de jejum prolongado (inanição) e/ou da injúria (Brasil, 2008, 2016).

Tabela 1 - Proporção de pessoas de até 19 anos de idade, por estado de nutrição e grupos de idade - Brasil - 2019-2023

Ano	Proporção de pessoas, por estado de nutrição e grupos de idade (%)							
	Desnutrição				Excesso de peso			
	0 a 19 anos	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	0 a 19 anos	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos
2019	5,6	6,9	5,7	4,3	29,3	31,8	28,1	28,0
2020	5,2	6,1	5,6	3,9	32,8	34,1	31,8	31,9
2021	5,3	6,5	5,4	4,1	33,3	33,3	33,9	32,7
2022	5,2	6,0	5,3	4,2	31,5	32,1	31,3	31,2
2023	5,0	5,5	5,2	4,2	30,8	31,7	29,3	31,2

Fonte: INSTITUTO DESIDERATA. *Panorama da Obesidade em Crianças e Adolescentes*: dados oficiais do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan no período de 2015 até 2024. Rio de Janeiro, [2024]. Disponível em: <https://panorama.obesidadeinfantil.org.br/>. Acesso em: nov. 2024.

Ciclo de vida

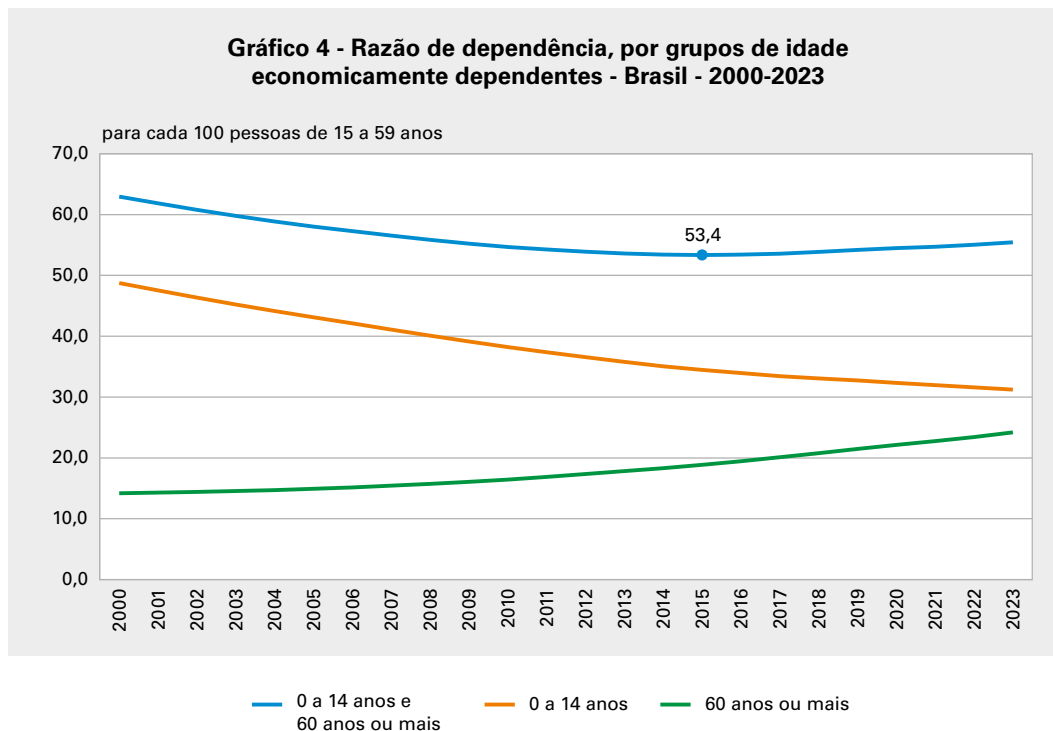
Dentre as estatísticas relacionadas aos nascimentos, destaca-se que o número de nascimentos no Brasil caiu nas últimas décadas, com reflexo na taxa de fecundidade total (TFT). Em 2000, a TFT foi de 2,3 filhos por mulher em idade fértil, quer dizer entre 15 e 49 anos (Tabela 2). Nos anos seguintes, apresentou a seguinte trajetória: 2,0 filhos em 2003, 1,7 em 2019 e 1,6 em 2023. Portanto, a TFT, de acordo com a projeção base 2022, caiu abaixo da taxa de reposição (2,1) em 2003, quando atingiu 2,0 e manteve-se em queda até o ano de 2023 (IBGE, 2024b).

A razão de dependência é uma outra importante estatística para medir a participação relativa do segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos e os de 60 anos e mais) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade). Sob o ponto de vista da economia, um período de bônus demográfico significa que um país tem mais força de trabalho do que pessoas inativas. Teoricamente, o contingente populacional inativo deveria ser sustentado pela parcela da população produtiva. Trata-se, portanto, de indicador para sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional.

No Brasil, no período de 2000 a 2023, a razão de dependência dos indivíduos menores de 15 anos caiu e a razão dos indivíduos acima de 60 anos aumentou, ambas continuamente (Gráfico 4). O impacto dessas trajetórias sobre a razão de dependência total apresenta dois movimentos distintos. O primeiro é a queda do indicador até 2014 para 53,4 por 100 indivíduos entre 15 e 59 anos de idade e permanece nesse patamar até 2016. A partir de 2016, a razão de dependência total apresenta elevação. Em 2019, atingiu 54,2 e, em 2023, 55,4.

Esse quadro compreende a combinação da redução dos níveis de fecundidade e o aumento da participação dos indivíduos acima de 60 anos na população. Isto é, a queda da fecundidade leva à diminuição das taxas de natalidade, implicando o decréscimo do contingente de indivíduos menores de 15 anos na população. A população acima de 60 anos, portanto, experimenta a elevação de sua participação relativa, combinada ao aumento absoluto do seu volume. Apesar do denominador

ainda aumentar pela incorporação de coortes provenientes de épocas de alta fecundidade, esse crescimento é cada vez menor. Assim, a partir de 2017, o Brasil passou a ter uma razão de dependência crescente.



Fonte: IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade 2000-2070, Revisão 2024.

Nota: Indicadores implícitos.

Outra estatística que se relaciona ao crescimento da população acima de 60 anos no Brasil foi o aumento da expectativa de vida ao nascer – e_0 (em anos) (Tabela 2). Em 2000, a e_0 total alcançou 71,1 anos e experimentou crescimento contínuo até 2019, acumulando variação de 7,2%. Com a chegada da pandemia de COVID-19, em 2020, a e_0 reduziu em 1,9% em relação a 2019 (registrando 74,8 anos). A redução se repetiu em 2021 em um patamar maior que a do ano anterior de 2,7% (72,8 anos), voltando a crescer, em 2022, em 3,7% (75,4 anos) e, em 2023, 1,2% (76,4 anos).

Na desagregação por sexo, encontra-se o comportamento estrutural diferenciado da esperança de vida de homens e de mulheres. Em geral, homens possuem indicador menor do que as mulheres. Nos indicadores implícitos da Projeção da População por Sexo e Idade, Revisão 2024, encontra-se aumento da e_0 para ambos os sexos com redução da diferença entre mulheres e homens entre 2000 e 2023. Em 2000, a expectativa de vida das mulheres (75,1 anos) era 11,5% maior do que a dos homens (67,3) ou a diferença foi 7,8 anos. Para 2019, projetou-se e_0 para os homens igual a 72,8 anos e, para mulheres, 79,6, ou seja, a diferença entre as expectativas é 6,8 anos em favor das mulheres (ou 9,3% maior); em 2021, estimou-se e_0 igual a 69,3 anos para homens e, para as mulheres, 76,4; e, por último, em 2023, os homens alcançaram 73,1 anos para e_0 e as mulheres, 79,7.

Tabela 2 - Indicadores implícitos da projeção da população - Brasil - 2000/2023

Anos	Taxa de fecundidade total	Expectativa de vida (e_0) em anos			Diferença entre mulher e homem	Diferença em relação a 2019		
		Total	Homem	Mulher		e0_T	e0_H	e0_M
2000	2,3	71,1	67,3	75,1	7,8	(-) 5,1	(-) 5,5	(-) 4,5
2003	2,0	72,6	68,8	76,5	7,7	(-) 3,6	(-) 4,0	(-) 3,1
2019	1,7	76,2	72,8	79,6	6,8	0,0	0,0	0,0
2020	1,7	74,8	71,2	78,5	7,3	(-) 1,4	(-) 1,7	(-) 1,1
2021	1,6	72,8	69,3	76,4	7,2	(-) 3,4	(-) 3,6	(-) 3,2
2022	1,6	75,4	72,1	78,8	6,7	(-) 0,8	(-) 0,7	(-) 0,8
2023	1,6	76,4	73,1	79,7	6,6	0,2	0,2	0,1

Fonte: IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade 2000-2070, Revisão 2024.

Tradicionalmente, a expectativa de vida ao nascer é influenciada pela redução na taxa de mortalidade infantil, pela cobertura vacinal, pela incidência de comorbidades e pela taxa de mortalidade por grupos de idade. Dessas variáveis, será destacada a mortalidade neste estudo.

Mortalidade

Os indicadores de mortalidade usualmente são usados na avaliação das condições de saúde da população, tendo em vista que o óbito está relacionado ao estilo de vida individual e às circunstâncias sociais nas quais os indivíduos estão inseridos. Assim, as causas mais frequentes permitem apontar os problemas de saúde na população mais comuns e avaliar a efetividade das ações preventivas das comorbidades e de suas possíveis sequelas.

No Brasil, o Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM⁵¹, do Ministério da Saúde, fornece informações, a partir dos dados contidos na declaração de óbito, sobre características do indivíduo, causas do óbito e local de residência. Os dados de mortalidade são organizados pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, também conhecida como Classificação Internacional de Doenças - CID-10 (Classification of Diseases and Related Health Problems - ICD)⁵², publicada pela OMS.

Número de óbitos e taxa de crescimento

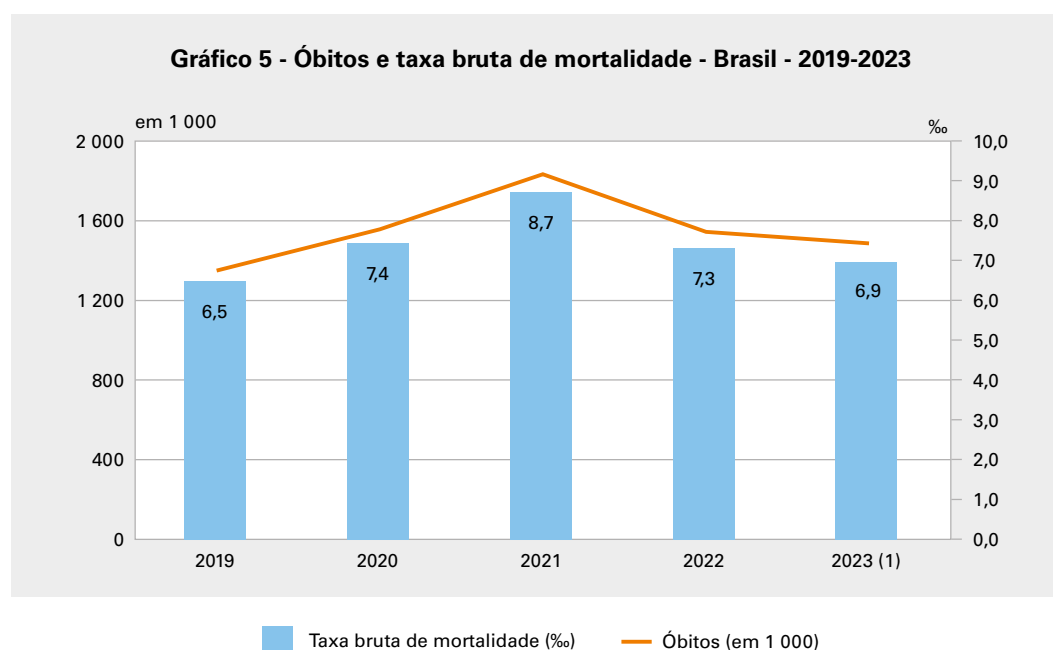
Em 2019, ocorreram 1,3 milhão de óbitos no Brasil. Nos anos de pandemia de COVID-19, atingiu-se 1,6 milhão em 2020, 1,8 milhão em 2021 e, em 2022 e 2023, 1,5 milhão em cada ano. Durante a pandemia, o crescimento anual em 2020 foi de 15,3% e, em 2021, de 17,7%. Em 2022, reduziu 15,7% e, em 2023, reduziu 5,2%. Analisando-se o período anterior à pandemia (2010 a 2019), o crescimento médio anual foi de 1,0% (Síntese [...], 2022). O crescimento entre 2019 e 2023 foi de 8,4% e a variação média anual dos

⁵¹ Para informações mais detalhadas sobre o monitoramento da mortalidade por doenças de acordo com a Classificação Internacional de Doenças - CID-10, consultar: BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Painel de Monitoramento da Mortalidade CID-10*. Brasília, DF, [2024]. Disponível em: <http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-demonstracao/mortalidade/cid10/>. Acesso em: set. 2024.

⁵² Para informações mais detalhadas sobre a CID-10, consultar o endereço: <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>.

óbitos nesse período foi de 2,0%. Isto é, a taxa de crescimento anual média nos 20 anos antes da pandemia (1,0%) aumentou a média entre 2019 e 2023 (2,0%).

A taxa de mortalidade bruta no Brasil de 2019 a 2023 aponta o impacto da pandemia do novo coronavírus na saúde da população com crescimentos expressivos dessa estatística em 2020 e 2021. Obtida pelo número de óbitos dividida pela população, essa taxa aumentou de 6,5 para 6,9 para cada mil habitantes entre 2019 e 2023, ou seja, crescimento de 6,5%, sem perder de vista os picos no período pandêmico (7,4 e 8,7 em 2020 e 2021, respectivamente) (Gráfico 5 e Tabela 5.3).

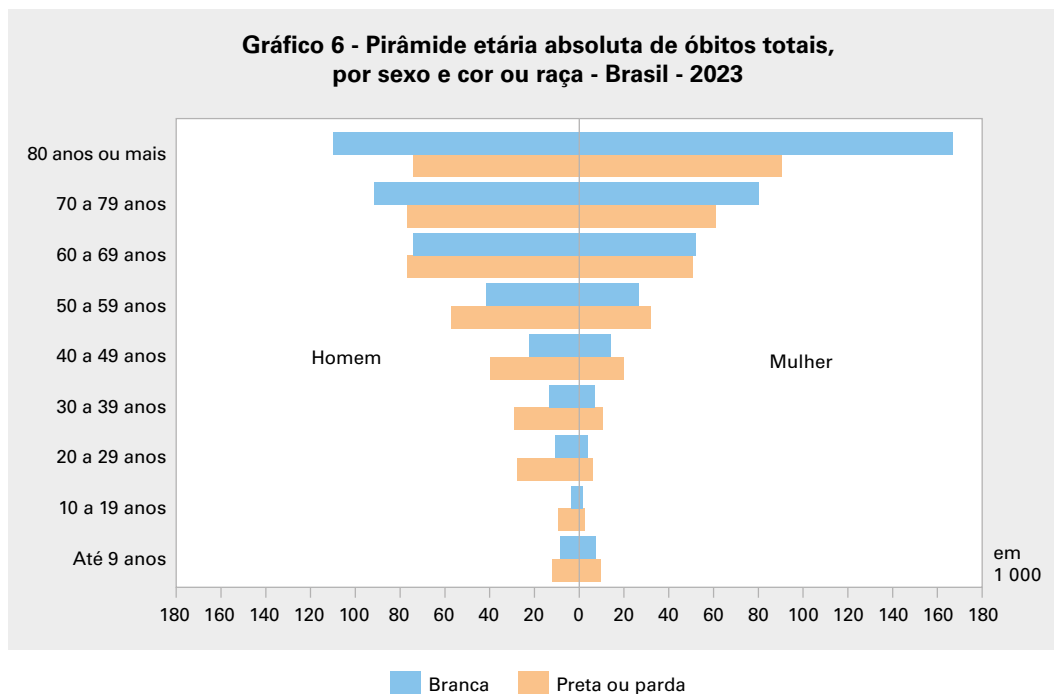


Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Painel de Monitoramento da Mortalidade CID-10.
(1) Dados preliminares.

Desagregação de número de óbitos por sexo, cor ou raça e grupos de idade

Os dados disponíveis no SIM permitem a desagregação dos óbitos segundo sexo, cor ou raça e grupos de idade (Gráfico 6). Na comparação das pirâmides etárias dos óbitos desagregadas por sexo e cor ou raça, observa-se que, em 2023, há um retorno ao padrão de 2019, após os movimentos incomuns causados pelo aumento da mortalidade por COVID-19. Esse padrão é a morte de homens pretos ou pardos mais jovens, que são maioria até 69 anos (17,3% do total de óbitos em 2023). Até 9 anos, as mulheres pretas ou pardas são as segundas que mais morrem (0,7%); e, a partir de 10 anos, em segundo lugar, constam os homens brancos até 69 anos (11,3% do total de óbitos). Assim, a partir dos 10 anos, as mulheres pretas ou pardas são as terceiras (de 10 a 59 anos, 4,1%) e morrem, portanto, mais cedo que as brancas. Essas últimas passam a ter mais óbitos que as primeiras acima dos 60 anos de idade, predominando a partir dos 80 anos ou mais. Acima dos 60 anos, os percentuais de óbitos segundo sexo e cor ou raça foram, em 2023, na seguinte ordem: mulher branca (20,5%), homem branco

(18,9%), homem preto ou pardo (15,6%) e mulher preta ou parda (11,6%). Assim, a velhice brasileira se reafirma como branca e, acima dos 80 anos, feminina.



Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Painel de Monitoramento da Mortalidade CID-10.

Nota: Dados preliminares.

A respeito da evolução dos números (Tabela 3), observa-se que, no primeiro ano da pandemia de COVID-19, 2020, os maiores crescimentos foram observados entre mulheres e homens pretos ou pardos (17,7% e 20,5%, respectivamente). Há variação atípica em 2021, e os maiores aumentos foram para mulheres (24,1%) e homens brancos (22,9%). Na média dos anos da pandemia (2020 e 2021), os homens apresentaram taxa de crescimento anual médio (16,7%) maior do que a das mulheres (16,3%). Entre os homens, os brancos apresentaram maior crescimento no número de óbitos (18,1%) e os pretos ou pardos o menor (15,5%). Há diferença desse resultado em relação à variação anual média de 2019 a 2023, período no qual o maior crescimento foi das mulheres pretas ou pardas (3,0%), seguidas dos homens pretos ou pardos (2,7%) e das mulheres brancas (2,2%). A menor taxa anual média nesse período foi dos homens brancos (1,4%).

Tabela 3 - Óbitos e taxas de variação, por sexo e cor ou raça - Brasil - 2019-2023

Ano	Óbitos								
	Total			Homem			Mulher		
	Total	Branca	Preta ou parda	Total	Branca	Preta ou parda	Total	Branca	Preta ou parda
Valores absolutos (1 000)									
2019	1 349,8	686,5	617,2	745,5	355,8	364,9	603,7	330,6	252,2
2020	1 556,8	764,7	736,6	874,2	403,6	439,7	682,0	361,1	296,8
2021	1 832,6	944,2	829,5	1 015,4	496,0	486,6	816,6	448,1	342,7
2022	1 544,3	787,4	713,5	844,9	403,0	418,4	698,7	384,3	294,9
2023 (1)	1 463,5	736,7	689,3	802,0	376,3	405,2	661,0	360,3	284,0
Taxa de variação (%)									
2020/2019	15,3	11,4	19,3	17,3	13,4	20,5	13,0	9,2	17,7
2021/2020	17,7	23,5	12,6	16,2	22,9	10,7	19,7	24,1	15,5
2022/2021	(-) 15,7	(-) 16,6	(-) 14,0	(-) 16,8	(-) 18,8	(-) 14,0	(-) 14,4	(-) 14,2	(-) 13,9
2023/2022	(-) 5,2	(-) 6,4	(-) 3,4	(-) 5,1	(-) 6,6	(-) 3,2	(-) 5,4	(-) 6,2	(-) 3,7
2023/2019	8,4	7,3	11,7	7,6	5,8	11,0	9,5	9,0	12,6
Taxa de variação anual média (%)									
2020-2021	16,5	17,3	15,9	16,7	18,1	15,5	16,3	16,4	16,6
2022-2023	(-) 10,6	(-) 11,7	(-) 8,8	(-) 11,1	(-) 12,9	(-) 8,7	(-) 10,0	(-) 10,3	(-) 9,0
2019-2023	2,0	1,8	2,8	1,8	1,4	2,7	2,3	2,2	3,0

Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Painel de Monitoramento da Mortalidade CID-10.

(1) Dados preliminares.

Principais causas de óbito

As estatísticas sobre causas de óbito, em 2020 e 2021, mostraram padrão atípico, resultante da pandemia de COVID-19, que vitimou aproximadamente 637,2 mil brasileiros nesses dois anos. Na Tabela 4, observa-se que a ordem da participação percentual (*ranking*) das causas de óbito, segundo grupos da CID-10⁵³, é igual para 2019 e 2023. Além disso, ressalta-se que, em 2019, o somatório da participação dessas 10 primeiras causas e o grupo Outras doenças por vírus (que inclui B34.2 - Infecção por coronavírus de localização não especificada) corresponderam a 66,1% do total de óbitos. Em 2023, igual conjunto de doenças selecionadas representaram 65,0%.

Do crescimento de 8,4% dos óbitos totais, na comparação 2019 e 2023, o grupo Outras doenças por vírus corresponderam a segunda maior composição absoluta da taxa de crescimento⁵⁴ (0,8 ponto percentual), atrás somente do grupo Neoplasias [tumores] malignas(os) (1,3 ponto percentual). Juntos, esses dois grupos alcançaram, em 2023, aproximadamente 2,0 pontos percentuais da taxa de variação de óbitos. Em suma, ainda que se tenha saído da pandemia de COVID-19, verificou-se um acréscimo

⁵³ Para informações mais detalhadas sobre a CID-10, consultar o endereço: <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>.

⁵⁴ A composição da taxa corresponde à participação dos resultados dos grupos de causas na formação da taxa global.

de mortes de 10,4 mil por Outras doenças por vírus – 10,1 mil referente à Infecção por coronavírus de localização não especificada, correspondendo à variação de 5 936,4% na comparação de 2019 com 2023.

Tabela 4 - Óbitos, segundo as causas de morte selecionadas, por grupo CID-10 - Brasil - 2019-2023

Causas de morte selecionadas, por grupo CID-10	Óbitos									
	2019		2020		2021		2022		2023 (1)	
	Absoluto	Ranking	Absoluto	Ranking	Absoluto	Ranking	Absoluto	Ranking	Absoluto	Ranking
Total	1 349 801		1 556 824		1 832 649		1 544 266		1 463 546	
(C00-C97) Neoplasias [tumores] malignas(os) do lábio, cavidade oral e faringe	231 038	1°	224 829	1°	230 764	2°	238 623	1°	248 892	1°
(I20-I25) Doenças isquêmicas do coração	117 549	2°	109 556	3°	115 689	3°	120 658	2°	117 192	2°
(I60-I69) Doenças cerebrovasculares	101 074	3°	98 843	4°	103 054	4°	107 322	3°	104 450	3°
(J09-J18) Influenza [gripe] e pneumonia	84 205	4°	68 249	7°	68 187	9°	89 680	4°	87 339	4°
(V01-X59) Acidentes	64 744	6°	66 131	8°	69 646	7°	71 715	7°	71 851	5°
(I30-I52) Outras formas de doença do coração	62 145	7°	59 253	10°	66 744	10°	72 051	6°	69 426	6°
(E10-E14) Diabetes mellitus	66 711	5°	75 712	5°	78 258	5°	75 838	5°	69 103	7°
(I10-I15) Doenças hipertensivas	53 796	9°	65 146	9°	68 529	8°	67 691	8°	62 195	8°
(R95-R99) Causas mal definidas e desconhecidas de mortalidade	61 506	8°	75 400	6°	77 924	6°	66 603	9°	59 999	9°
(J40-J47) Doenças crônicas das vias aéreas inferiores	49 694	10°	39 497	12°	39 112	12°	52 912	11°	50 230	10°
(B25-B34) Outras doenças por vírus	173	121°	213 331	2°	425 329	1°	66 260	10°	10 443	24°

Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Painel de Monitoramento da Mortalidade CID-10.

(1) Dados preliminares.

Dentre os 11 grupos com maior participação no total de causas de óbito, entre 2019 e 2023, o segundo maior crescimento foi a de Doenças hipertensivas (de 53,8 mil para 62,2 mil, ou 15,6%), seguida por Outras formas de doenças do coração (de 62,1 mil para 69,4 mil, ou 11,7%). Ainda há outras duas categorias relacionadas às doenças do coração que são Doenças isquêmicas do coração e Doenças cerebrovasculares; juntos esses grupos de doenças compreenderam 24,1% (353,3 mil) dos óbitos totais em 2023 (1,5 milhão). Em cada um desses grupos CID-10 de doenças do aparelho circulatório, as principais categorias foram Infarto agudo do miocárdio (I21), Acidente vascular cerebral (I64), Insuficiência cardíaca (I50) e Hipertensão essencial (primária) (I10). Tendo em vista a proporção dessas doenças, nas tabelas complementares que acompanham este estudo, optou-se por apresentar as estatísticas de mortalidade dos seguintes códigos: (I10-I15) Doenças hipertensivas; (I20-I25) Doenças isquêmicas do coração; (I50) Insuficiência cardíaca; e (I60-I69) Doenças cerebrovasculares. Esses códigos selecionados totalizam 315,3 mil óbitos no ano de 2023 ou 21,5% do total (Tabela 5.2).

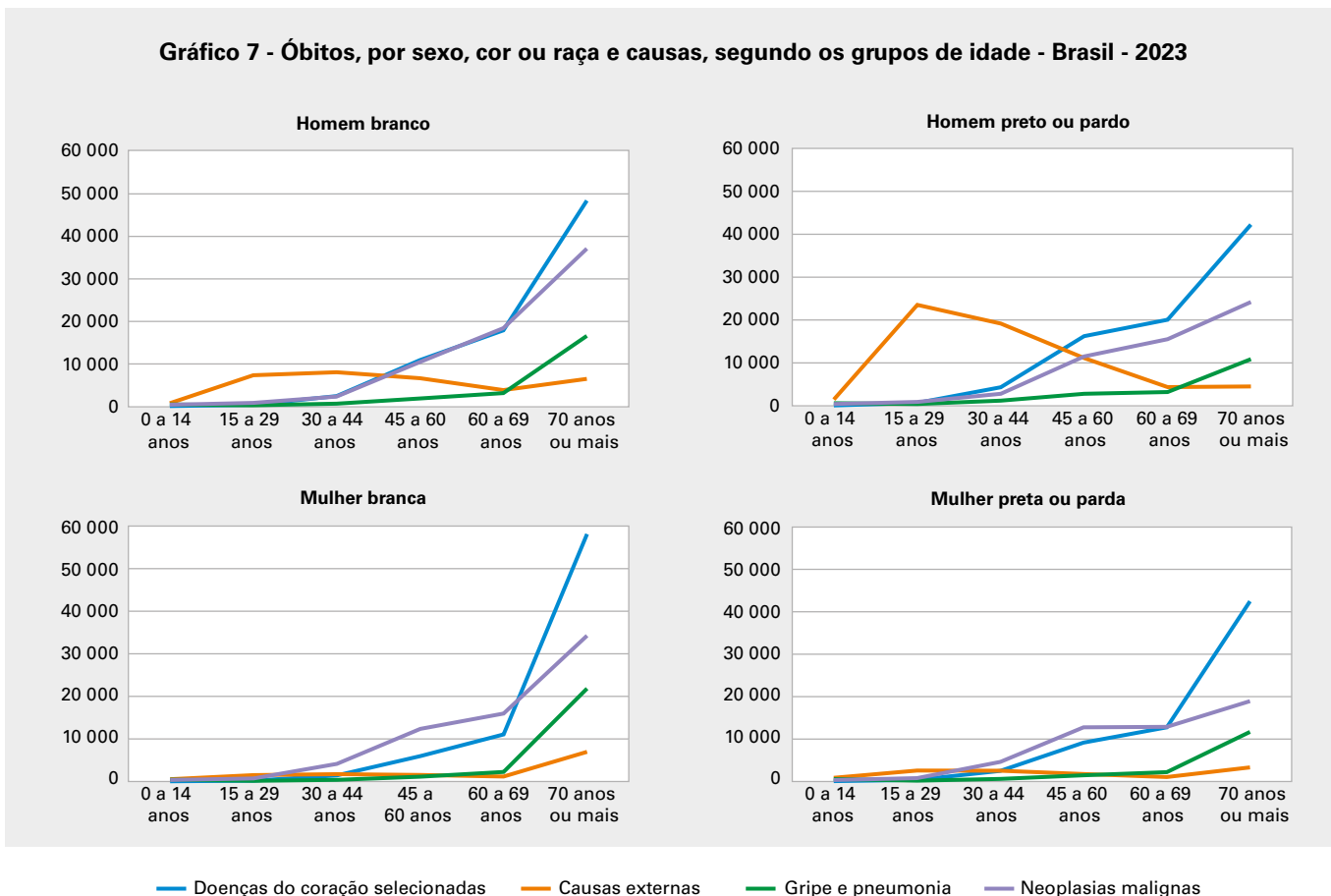
Neoplasias [tumores] malignas(os), também conhecida como câncer, é uma doença caracterizada pelo crescimento descontrolado e anormal de células malignas. Entre esses tumores, destacam-se os de órgãos digestivos selecionados como estômago (C16), cólon (C18), pâncreas (C25), fígado (C22) e esôfago (C15); dos brônquios e dos pulmões (C34); da mama (C50); e da próstata (C61). Juntos esses tumores corresponderam a 53,0% (ou 131,9 mil) dos 248,9 mil óbitos por Neoplasias [tumores] malignas(os) (C00-C97) em 2023.

Na abertura dos dados de 2023 por sexo, considerando as causas de óbito selecionadas para a tabulação do presente estudo, identifica-se a diferença de estrutura entre homens e mulheres (Tabela 5.4). Homens jovens morrem majoritariamente por Acidentes, agressões e lesões autoprovocadas intencionalmente (CID-10 categorias V01-Y98) até 44 anos de idade, equivalendo a 61,4 mil mortes em 2023. A partir dos 45 anos, o número de óbitos por causas externas desacelera e os homens morrem, principalmente, por doenças do coração (159,4 mil) e por câncer (120,1 mil) que seguem como as duas principais causas de óbito. Entre as causas de óbito das mulheres, por sua vez, também predominam nos grupos etários até 29 anos as causas externas (5,6 mil), porém em nível menor do que dos homens que para esses grupos de idade apresentam seis vezes o valor feminino. Outra diferença estrutural nas causas de mortalidade é a predominância do câncer entre mulheres de 30 e 69 anos (64,1 mil). Em segundo lugar, consta as doenças cardíacas (43,8 mil) e passa a constar como primeira causa a partir dos 70 anos (103,1 mil). Destaca-se também a crescente importância da gripe como causa de óbitos a partir dos 70 anos para homens e mulheres.

Na divisão por sexo e cor ou raça no ano de 2023, as diferenças mais marcantes foram encontradas entre os homens brancos e os pretos ou pardos. O número de óbitos por causas externas apresentou-se, até 44 anos, para pretos ou pardos, 2,7 vezes o valor do número de óbitos de brancos (44,2 mil e 16,1 mil, nessa ordem). Outra diferença que se pode apontar é a participação das doenças do coração em relação ao câncer entre pessoas de 30 a 69 anos de idade. Os homens brancos possuíam níveis semelhantes, 31,2 mil para doenças do coração e 31,2 mil para câncer. Os pretos ou pardos registraram 40,6 mil para doenças do coração e 29,9 mil para câncer, ou seja, 36,0% maior. No caso das mulheres,

ocorreu de maneira diversa. As brancas alcançaram número de óbitos por câncer maior do que as pretas ou pardas. Entre as mulheres de 30 a 69 anos de idade, 32,4 mil brancas e 30,2 mil pretas ou pardas morreram por câncer. Nas doenças cardíacas, as mulheres brancas registraram 18,4 mil e as pretas ou pardas, 24,5 mil (Gráfico 7 e Tabela 5.4).

Gráfico 7 - Óbitos, por sexo, cor ou raça e causas, segundo os grupos de idade - Brasil - 2023



Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Painel de Monitoramento da Mortalidade CID-10.

Nota: Dados preliminares.

Neoplasias [tumores] malignas(os) (câncer)

Como dito anteriormente, o número de óbitos por câncer, denominado pela CID-10 como Neoplasias [tumores] malignas(os), cresce proporcionalmente ao avanço da idade e, da mesma maneira, o número de diagnósticos. Em 2023, ocorreram diagnósticos em 2,35 de cada mil brasileiros (Tabela 5). Entre os mais velhos (70 anos ou mais), a incidência foi de 9,51%. Nesse grupo de idade, 7,99% brasileiros faleceram por câncer e 58,7% dos casos diagnosticados, em 2023, encontravam-se em tratamento. Diferentemente dos outros indicadores, a relação entre pacientes em tratamento e o número de casos, ambos em 2023, não mostrou relação linear com a idade. O maior percentual (60,5%) foi do grupo de idade de 60 a 69 anos e o menor, entre 15 e 29 anos (48,0%).

Tabela 5 - Diagnósticos e tratamentos de câncer, por indicadores selecionados, segundo os grupos de idade - Brasil - 2023

Grupos de idade	População (1 000 000)	Diagnósticos e tratamentos de câncer, por indicadores selecionados				
		Casos novos (1 000)	Casos novos/população (%)	Taxa de mortalidade específica (%)	Casos novos e tratamentos em 2023 (1 000)	Tratamentos/casos novos (%)
Total	211,7	498,1	2,35	..	291,9	58,6
0 a 14 anos	42,5	7,5	0,18	0,038	4,3	57,8
15 a 29 anos	47,7	18,7	0,39	0,071	9,0	48,0
30 a 44 anos	49,4	60,3	1,22	0,288	33,6	55,7
45 a 59 anos	39,1	135,0	3,45	1,232	80,3	59,5
60 a 69 anos	18,3	136,8	7,48	3,508	82,7	60,5
70 anos ou mais	14,7	139,8	9,51	7,992	82,0	58,7

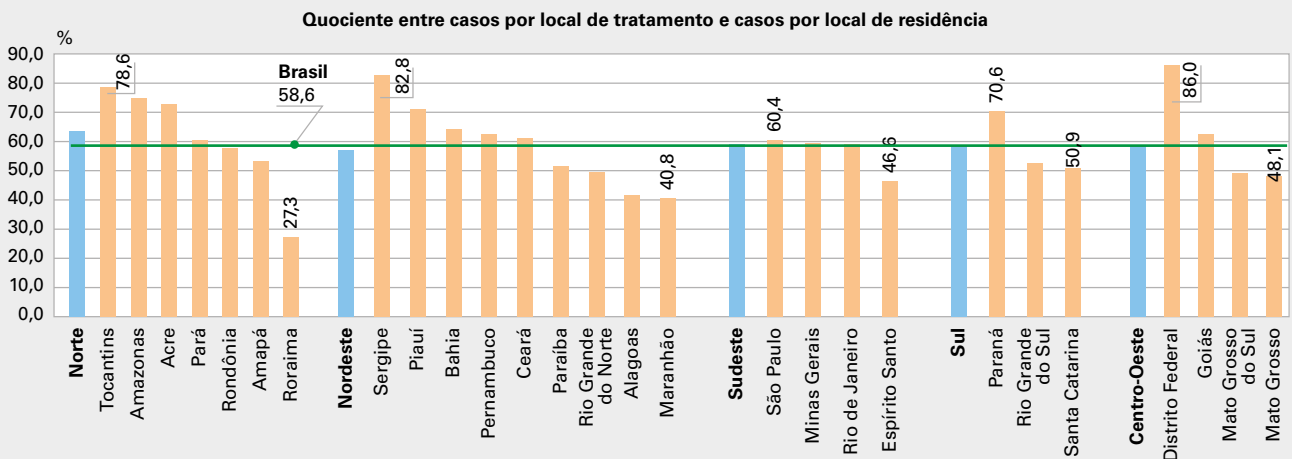
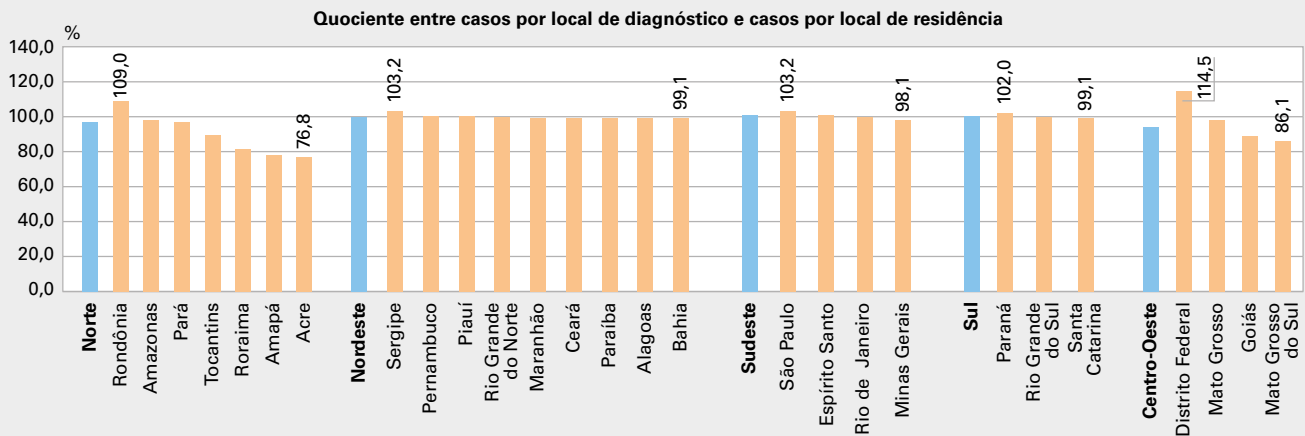
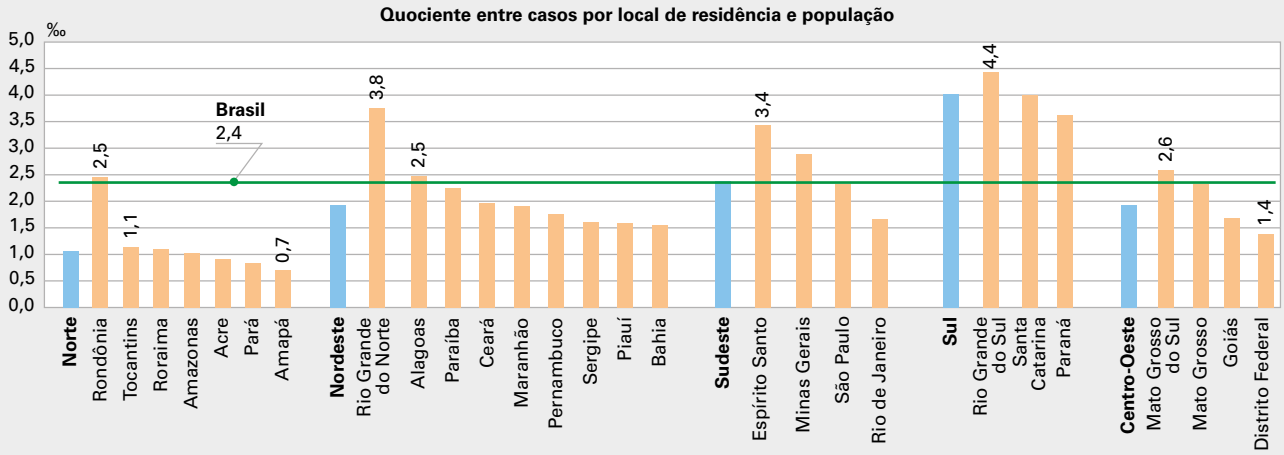
Fontes: 1. Ministério da Saúde, Painel-Oncologia, 2023. 2. IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade 2000-2070, Revisão 2024.

Quando se calcula para as Unidades da Federação o quociente entre os números de casos novos segundo lugar da residência e a população, despontam diferenças geográficas. Chama a atenção o alto percentual de novos casos em todas as Unidades da Federação da Região Sul, tendo o Rio Grande do Sul o maior quociente no Brasil em 2023 (4,44‰ habitantes), tendo em vista que a média do País foi de 2,35‰. Salienta-se, também, as discrepâncias dentro das Regiões. No Norte, Rondônia registrou a maior razão (2,46‰) e em segundo lugar Tocantins (1,14‰) e a menor razão do Brasil foi encontrada no Amapá (0,70‰); no Nordeste, Rio Grande do Norte teve o maior quociente (3,75‰) e o segundo, Alagoas (2,48‰); no Sudeste, maiores valores foram encontrados no Espírito Santo (3,43‰); e, no Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul (2,59‰).

Quando se avalia a relação entre o lugar de diagnóstico e o local de residência, as assimetrias são relativamente menores. Sublinha-se que em cada Região há Unidades da Federação que realizam mais diagnósticos do que o número de casos de câncer na população residente em comparação às demais. Destacaram-se Rondônia com 109,0%, ou 9,0% a mais, de diagnósticos em relação ao número de casos de câncer na população; Sergipe e São Paulo, ambos com 103,2%; Paraná, 102,0%; e Distrito Federal, 114,5%.

Por último, há a relação entre o número de pessoas com início de tratamento em 2023 e o número de pessoas com diagnóstico no mesmo ano. Como já mencionado, 58,6% dos novos casos de câncer são tratados no mesmo ano no total Brasil. Na desagregação por Unidades da Federação, o Gráfico 8 realça o Distrito Federal com 86,0% dos tratamentos iniciados em 2023 e Roraima, com 27,3%. Assim como no indicador anterior, as Unidades da Federação com maiores percentuais, em suas respectivas Regiões, foram: Sergipe (82,8%), São Paulo (60,4%), Paraná (70,6%) e Distrito Federal. Ressalva-se a Região Norte, na qual a Unidade da Federação com maior percentual de início de tratamento de novo caso foi Tocantins, com 78,6%, por ser a única acima da média nacional, embora conte com a Unidade da Federação, Amapá, com menor proporção.

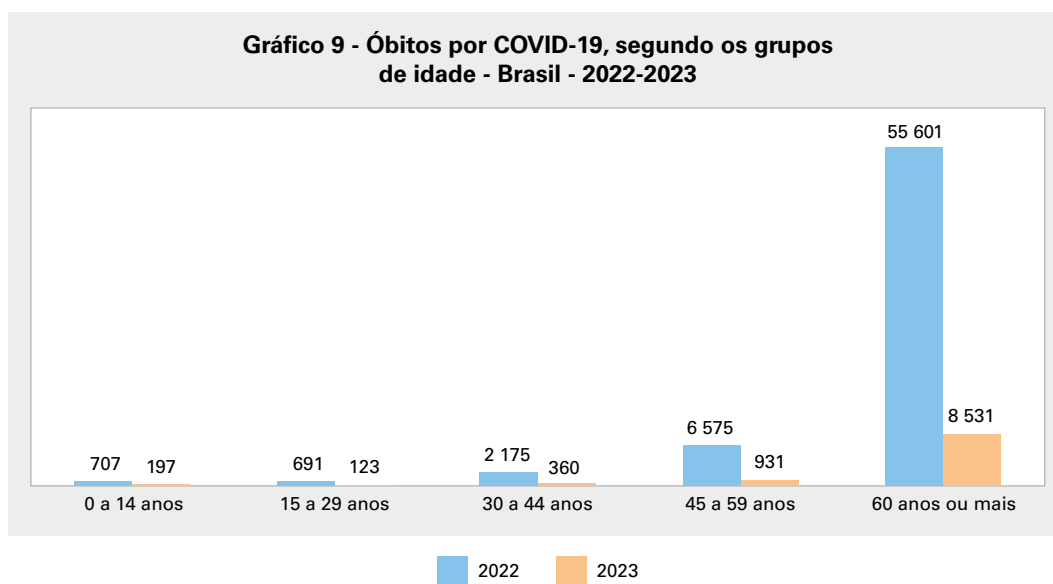
Gráfico 8 - Indicadores dos casos de câncer, por locais de residência, diagnóstico e tratamento - Brasil - 2023



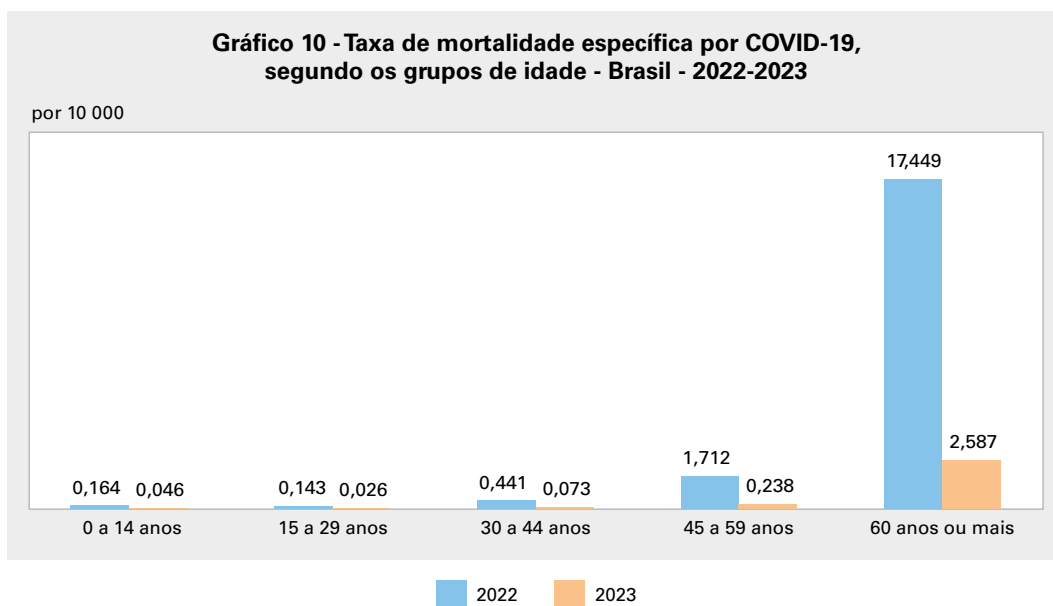
Fontes: 1. Ministério da Saúde, Painel-Oncologia, 2023. 2. IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade 2000-2070, Revisão 2024.

Mortalidade por COVID-19

Sobre a mortalidade por Infecção por coronavírus de localização não especificada (CID-10 34.2), os pontos a enfatizar são os 65,8 mil óbitos ocorridos em 2022 e a permanência em 2023 de aproximadamente 10,0 mil óbitos por esta causa que, em 2019, não existia. Para se ter uma referência de comparação, em 2022, registraram-se mais óbitos por COVID-19 (4,3% do total) do que por Doenças crônicas das vias aéreas inferiores (CID-10 J40-J47, 52,9 mil ou 3,4% do total). Em 2023, apesar da significativa redução, manteve-se como importante causa, correspondendo a 97,1% dos óbitos registrados no grupo Outras doenças por vírus (CID-10 B25-B34).



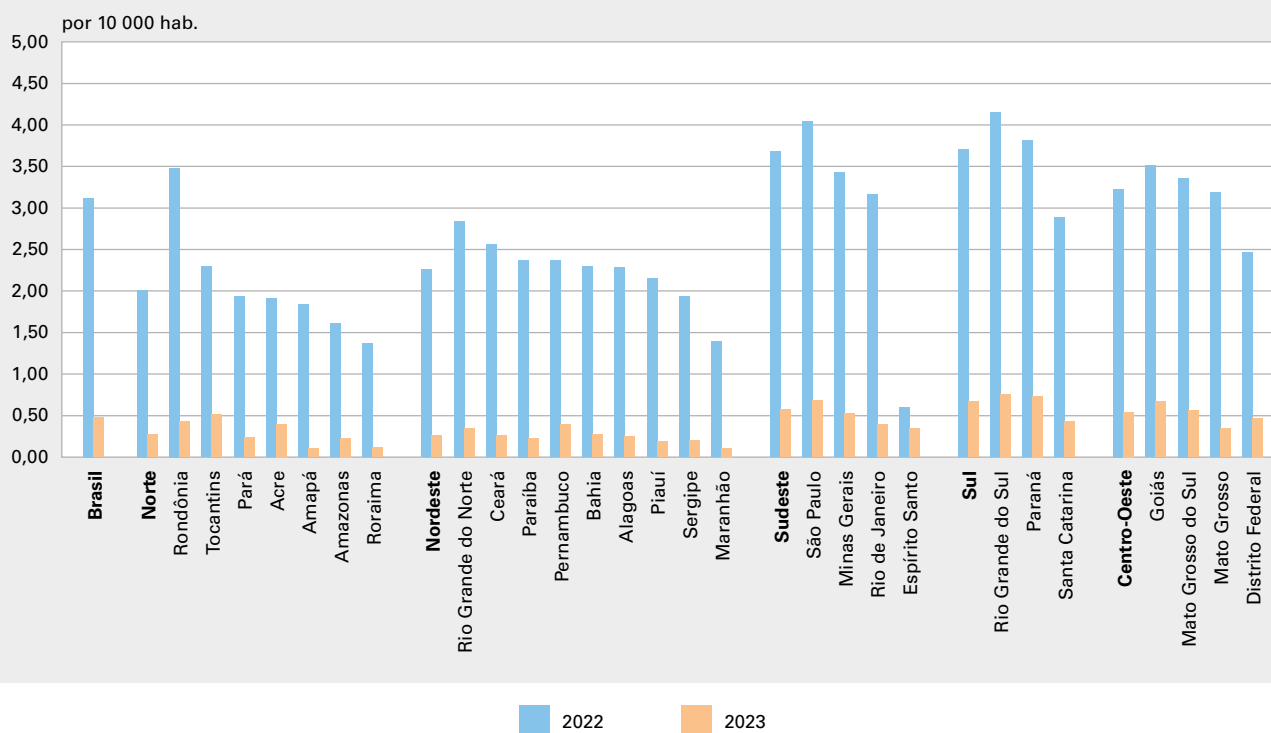
Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM.



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM.

Na desagregação por grupos de idade, a maior redução de mortalidade, entre 2022 e 2023, foi para as pessoas com 60 anos ou mais. Em 2022, nesse grupo, a taxa de mortalidade específica por COVID-19 registrou 17,45 por 10 mil e, no ano seguinte, 2,59, ou seja, 14,8% da taxa do ano anterior. Entre as Unidades da Federação, destacaram-se o Rio Grande do Sul (-3,4), e São Paulo (-3,4) e Paraná (-3,1) com as maiores diferenças absolutas nas taxas (para escala de 10 mil), e também mantiveram as maiores taxas brutas de mortalidade nos dois anos em foco. O Rio Grande do Sul alcançou 4,15 por 10 mil, em 2022, e 0,76 por 10 mil, em 2023; São Paulo, por sua vez, 4,04 por 10 mil e 0,69 por 10 mil, nessa ordem; e, por último, o Paraná chegou a 3,82 por 10 mil e 0,74 por 10 mil, respectivamente.

Grafico 11 - Taxa bruta de mortalidade por COVID-19, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2022-2023



Fontes: 1. Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM. 2. IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade 2000-2070, Revisão 2024.

Infraestrutura e oferta de serviços de saúde

O bem-estar e a saúde da população dependem de diversos fatores, como as condições do ambiente em que o indivíduo está inserido, que pode expô-lo a riscos, poluição, dentre outros. Questões genéticas e pré-disposições, hábitos de vida, além de questões econômico-financeiras também concernem às necessidades de saúde dos indivíduos e interagem com o potencial de acesso a bens e serviços de saúde. Ademais, a existência de infraestrutura, recursos materiais e humanos também são fundamentais para atender às necessidades de saúde da população.

Nesse sentido, ao longo do presente tópico foram utilizados dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, do Ministério da Saúde, do período entre 2019 e 2023, que reúne informações acerca da estrutura e dos recursos materiais e humanos disponíveis no País. Muitos indicadores foram divulgados a partir da média nacional, ressaltando-se também que a análise do indicador nacional pode distorcer desigualdades regionais, que são marcadas em termos de infraestrutura⁵⁵.

Nessa discussão é relevante, portanto, ter em conta a população atendida por esses recursos. A Constituição Federal do Brasil, de 1988, no Art. 196, reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado e garante acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 2024a). Assim, toda a população brasileira é atendida pelo Sistema Único de Saúde - SUS, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde. Há uma parcela da população que também recorre a serviços de saúde na iniciativa privada, sendo a maior parte de beneficiários de planos de saúde, em um total de 31,4 milhões de acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS⁵⁶. Assim sendo, em 2023, havia 180,3 milhões de brasileiros que só possuíam acesso a atendimento de saúde pelo SUS, ou seja, 85,2% da população; a outra parcela – beneficiários de planos de saúde – compreendiam 14,8% e possuíam dupla cobertura. Ressalva-se que o número de beneficiários de planos de saúde, no período entre 2019 (24,7 milhões) e 2023, apresentou crescimento anual médio de 6,2%. Em 2019, o total de beneficiários de planos correspondiam a 11,9% da população.

Nesta edição da Síntese de Indicadores Sociais, optou-se por ter foco nas informações de disponibilidade de leitos, equipamentos e recursos humanos, uma vez que as causas com maiores contribuições no crescimento de 8,4% de óbitos, entre 2019 e 2023, no País estão relacionadas ao câncer e à COVID-19. Na sequência, analisa-se o quantitativo de tomógrafos, embora o plano tabular traga estatísticas sobre outros equipamentos. Por fim, foram examinados os recursos humanos, representados por médicos e outros profissionais de saúde.

Leitos hospitalares

Leitos hospitalares correspondem ao quantitativo de camas destinadas à internação de um paciente no hospital que podem ser de internação ou complementares. Apresentam-se, no presente tópico, as estatísticas dos leitos hospitalares de internação e complementares. Pode-se obter o quantitativo de leitos de internação em ambientes hospitalares considerando-se as categorias de leitos cirúrgicos, clínicos, obstétricos, pediátricos, hospital dia e outras especialidades⁵⁷. Os leitos complementares, por sua vez, são os destinados a pacientes que necessitam de assistência especializada, tais como: as unidades de isolamento, isolamento reverso e as unidades de terapia intensiva (UTI) e semi-intensiva. Ambas as categorias, internação e complementares, podem ser desagregadas pelo tipo de atendimento pelo SUS e não SUS⁵⁸.

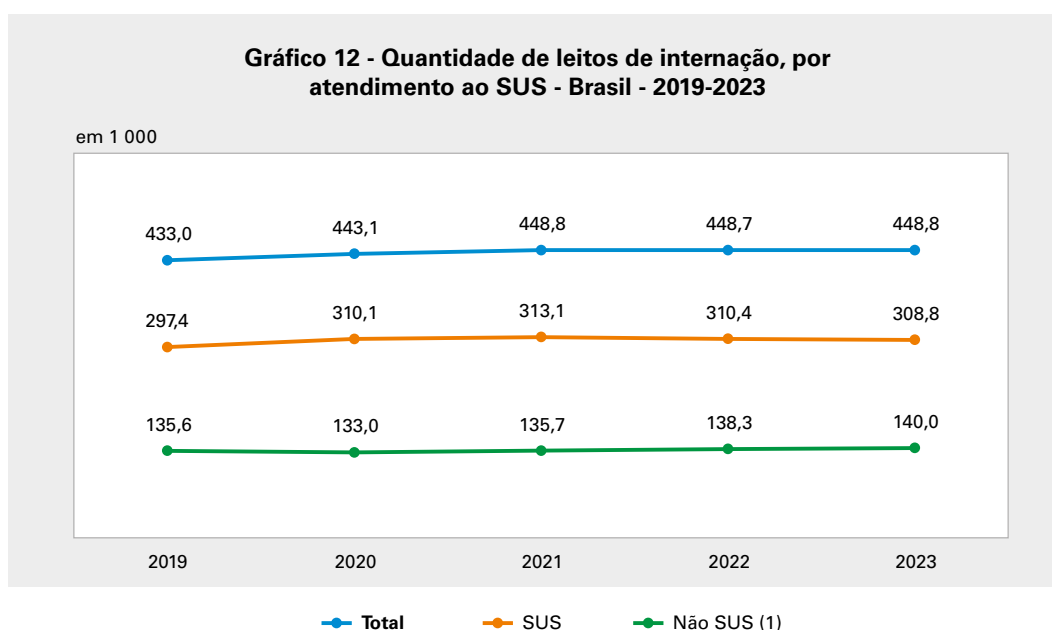
⁵⁵ As Tabelas 5.8 a 5.57, que constam do plano tabular completo da publicação, apresentam dados por Grandes Regiões e Unidades da Federação.

⁵⁶ Optou-se por utilizar como população-alvo de serviços privados de saúde somente os beneficiários de planos, pois a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, levantada pelo IBGE, estimou, para o ano de 2019, que 3,4% da população (ou 7,1 milhões) não possuía plano e costumava procurar serviços de saúde em consultórios ou clínicas particulares.

⁵⁷ Os leitos de observação não são considerados leito hospitalar.

⁵⁸ Consideram-se leitos não disponíveis ao SUS o resultado da subtração dos leitos SUS do total de leitos existentes.

O Gráfico 12 indica que o número de leitos de internação cresceu entre 2019 e 2021, passando de 433,0 mil para 448,8 mil leitos, permanecendo estável nesse patamar a partir de então. Sendo esse crescimento causado pelo aumento anual de leitos disponíveis ao SUS, até 2021. O período de 2021 a 2023 apresentou redução dos leitos ofertados pelo SUS, embora o patamar se mantenha maior que no ano de 2019 (de 313,1 mil para 308,8 mil) e aumento dos leitos não disponíveis ao SUS (de 135,7 mil para 140,0 mil). Na comparação de ponta a ponta na série, o aumento do número total de leitos foi de 3,7%, subdividindo-se em 3,8%, para leitos SUS, e 3,3%, para leitos não SUS. Assim, em 2023, os leitos SUS participaram com 68,8% do total e, os leitos não SUS, 31,2%.



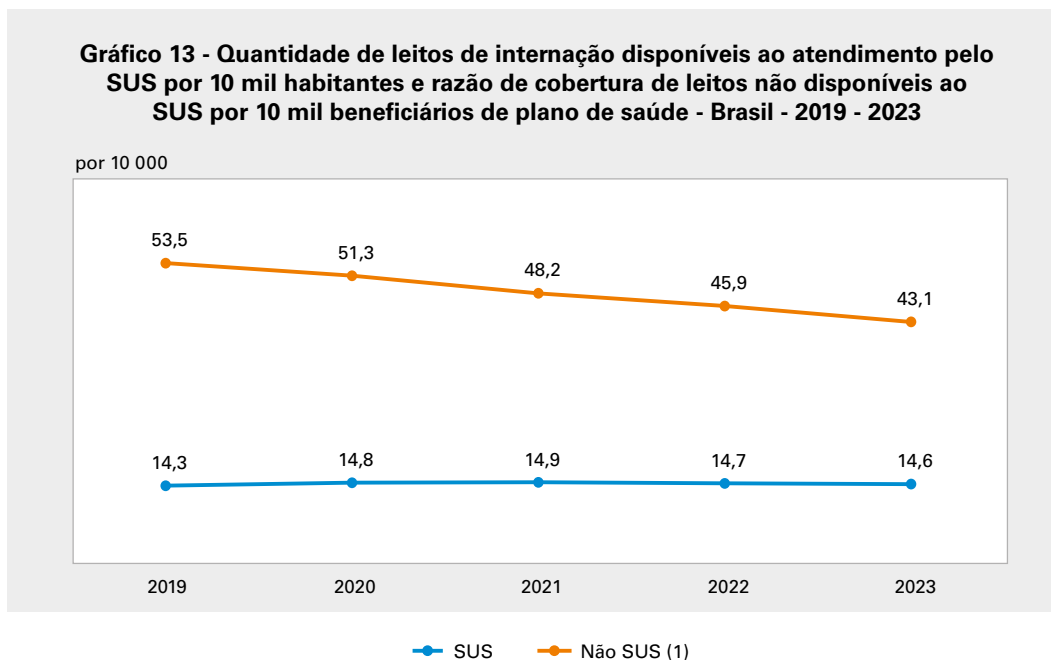
Fonte: Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

(1) Os leitos Não SUS representam o resultado da subtração dos leitos SUS pelo total de leitos existentes.

À avaliação da oferta total de recursos em números absolutos agrega-se a análise do indicador vinculado ao tamanho da população, pois essa disponibilidade pode estar aquém do crescimento populacional (ou da população-alvo). Para isso, são utilizados os indicadores leitos disponíveis ao SUS por 10 mil habitantes e o de leitos não SUS segundo 10 mil beneficiários de planos de saúde (ou razão de cobertura).

No indicador leitos de internação SUS, houve aumento entre 2019 e 2021, pois eram 14,3 por 10 mil habitantes em 2019 e 14,9 em 2021 (Gráfico 13), ou seja, variação de 4,2%. Cotejando 2021 e 2023, o número de leitos de internação SUS por 10 mil habitantes reduziu-se para 14,6, tendo em vista a desativação de leitos que foram abertos durante a pandemia para atendimento da população por meio de várias iniciativas como hospitais de campanha, abertura de hospitais fechados e/ou aumento de leitos nos hospitais já existentes (COSTA *et al.*, 2020; MOURA; NEMER, 2024). Essa trajetória correspondeu a um decréscimo de 2,1%. Entre 2019 e 2023, observou-se

crescimento de 2,0% dos leitos SUS. O Gráfico 13 mostra também que o número de leitos de internação não SUS por 10 mil beneficiários era de 53,5 leitos em 2019 e passou a 43,1 leitos em 2023, com uma sequência de quedas que totalizaram decréscimo de 19,3%.

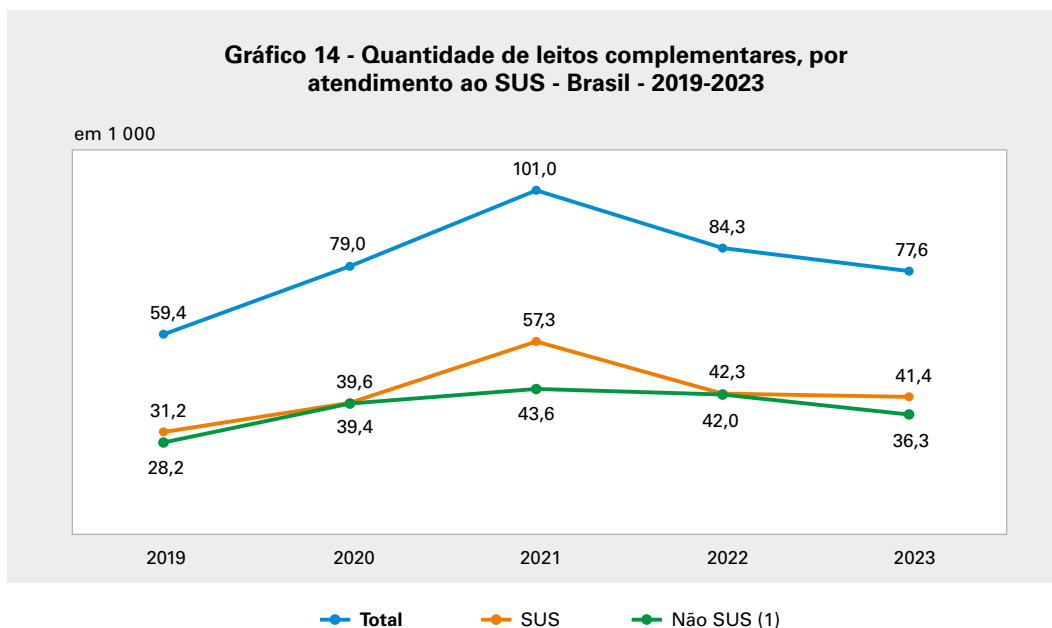


Fontes: 1. Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES. 2. Agência Nacional de Saúde Suplementar, Sistema de Informações de Beneficiários - SIB. 3. IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade 2000-2070, Revisão 2024.

(1) Os leitos Não SUS representam o resultado da subtração dos leitos SUS pelo total de leitos existentes.

Outro ponto a ser discutido é a desigualdade de distribuição desses leitos no território. Os valores observados nas Unidades da Federação apresentaram-se discrepantes, variando, para os leitos de internação SUS entre 10,4 por 10 mil habitantes em Sergipe e cerca de 21,0 por 10 mil em Rondônia. Para os leitos não SUS, o menor e o maior indicadores foram observados, respectivamente, no Amazonas, com 15,1 por 10 mil, e Roraima, 100,3 por 10 mil beneficiários de planos de saúde.

Em relação aos leitos complementares (Gráfico 14), houve um aumento de 2019 a 2021 (de 59,4 mil para 101,0 mil), correspondendo à variação positiva de 70,0%. Entre 2021 e 2023, registrou-se redução para 77,6 mil ou de 23,1%. A maior parcela dos leitos disponíveis nesse período esteve relacionada diretamente ao enfrentamento da pandemia de COVID-19. Entretanto, ainda em 2023, na comparação com 2019, o número de leitos complementares cresceu 30,7%. Os dois tipos de atendimento – SUS e não SUS – apresentaram crescimento nesse período. Dessa variação, sobretudo os leitos complementares SUS alcançaram o maior aumento, saindo de 31,2 mil em 2019 para 41,4 mil em 2023, ou seja, variação de 17,1%, com a maior oferta registrada em 2021 (57,3 mil). Observou-se 28,2 mil leitos não SUS em 2019 e 36,3 mil leitos em 2023, equivalendo a crescimento de 13,6%.



Fonte: Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

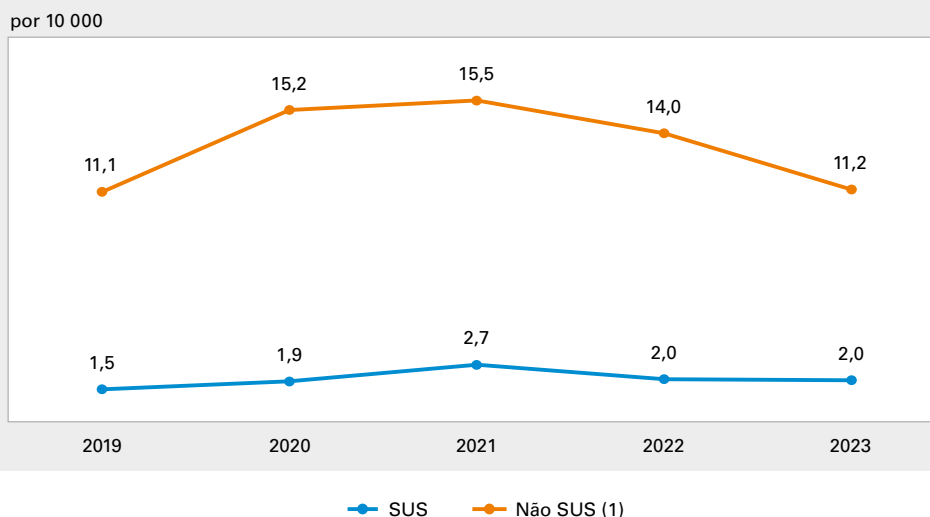
Nota: Leitos complementares de internação são aqueles destinados a pacientes que necessitam de assistência especializada exigindo características especiais, tais como: unidades de isolamento, isolamento reverso e unidades de terapia intensiva (UTI) e semi-intensiva.

(1) Os leitos Não SUS representam o resultado da subtração dos leitos SUS pelo total de leitos existentes.

Na análise incorporando a população-alvo, beneficiários de planos de saúde, o Gráfico 15 indica o crescimento da disponibilidade de leitos complementares tanto SUS quanto não SUS em relação a suas populações-alvo para enfrentamento da COVID-19 e posterior redução a partir de 2022. A oferta de leitos de UTI, em particular, regularmente apresenta fortes lacunas frente à demanda e, para o atendimento dos casos graves de COVID-19, o seu número precisou ser rapidamente aumentado.

Em 2019, o ano de referência, estavam disponíveis 1,5 leitos SUS por 10 mil habitantes e os leitos não SUS compreendiam 11,1 por 10 mil beneficiários. Em 2021, ocorreu aumento para 2,7 leitos SUS por 10 mil habitantes e não SUS, 15,5 por 10 mil beneficiários, correspondendo a incremento de 81,7% dos leitos SUS e 39,3% dos leitos não SUS, em relação a 2019. Em 2023, os leitos SUS reduziram-se para 2,0 por 10 mil habitantes e os não SUS para 11,2. Na comparação com 2021, houve redução de 28,4% dos leitos SUS e de 27,9% para não SUS. Relativamente a 2019, os leitos complementares SUS cresceram 30,1% e a razão de cobertura de leitos não disponíveis pelo SUS, 0,5%.

Gráfico 15 - Quantidade de leitos complementares disponíveis ao atendimento pelo SUS por 10 mil habitantes e razão de cobertura de leitos não disponíveis ao SUS por 10 mil beneficiários de plano de saúde - Brasil - 2019-2023



Fontes: 1. Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES. 2. Agência Nacional de Saúde Suplementar, Sistema de Informações de Beneficiários - SIB. 3. IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade 2000-2070, Revisão 2024.

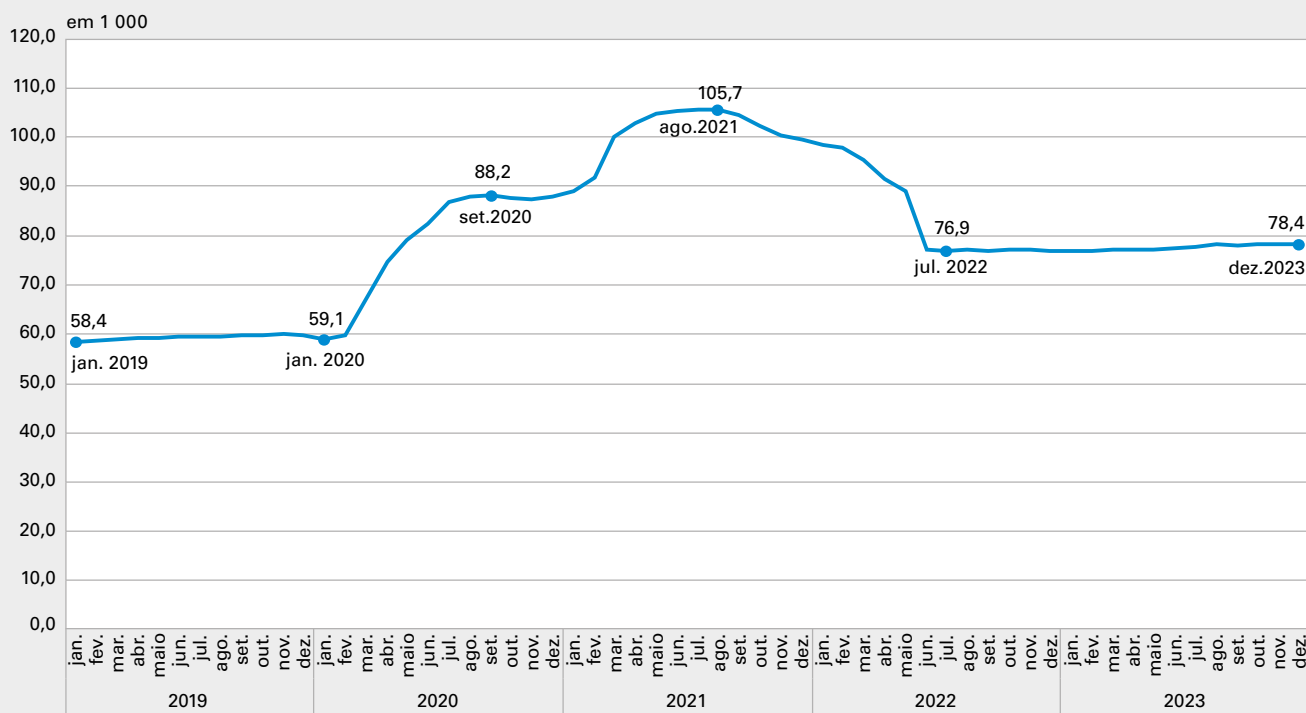
Nota: Leitos complementares de internação são aqueles destinados a pacientes que necessitam de assistência especializada exigindo características especiais, tais como: unidades de isolamento, isolamento reverso e unidades de terapia intensiva (UTI) e semi-intensiva.

(1) Os leitos Não SUS representam o resultado da subtração dos leitos SUS pelo total de leitos existentes.

Quanto à desigualdade de distribuição desses leitos no território, observa-se variação dos leitos complementares pelo SUS de 1,5 por 10 mil habitantes no Piauí e de 2,7, no Espírito Santo em 2023. Em relação aos leitos complementares não SUS, a razão de cobertura encontrou-se, em 2023, no intervalo do maior valor no Acre, 37,6 por 10 mil beneficiários de planos de saúde, e do menor no Ceará, 6,3 por 10 mil.

Há de se considerar, no entanto, que houve criação, em 2020 e 2021, de leitos de internação e leitos complementares para atender à pandemia de COVID-19 e com critérios menos estritos, tais como em hospitais de campanha e outras adaptações e, desde meados de 2021, o número de leitos começou a cair. O Gráfico 16 mostra a quantidade de leitos complementares mês a mês entre janeiro de 2019 (58,4 mil leitos) e agosto de 2021 (105,7 mil leitos – o maior valor encontrado)⁵⁹. De agosto de 2021 até julho de 2022 (76,9 mil), há redução mensal média do número de leitos complementares em 2,9%, seguida de aumento discreto (variação média mensal de 0,1%) até dezembro de 2023 (78,4 mil). Assim, a redução do número de leitos complementares parou em patamar mais alto, com aumento de janeiro de 2020 a julho de 2022 de 30,2%.

⁵⁹ Para informações mais detalhadas, consultar: BRASIL. Ministério da Saúde. Recursos físicos: hospitalar: leitos complementares: Brasil. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES*. Brasília, DF, [2024]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/leitutibr.def>. Acesso em: out. 2024.

Gráfico 16 - Quantidade de leitos complementares por mês - Brasil - jan/2019-dez/2023

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES.

Notas: 1. Leitos complementares de internação: São leitos de internação destinados a pacientes que necessitam de assistência especializada exigindo características especiais, tais como: as unidades de isolamento, isolamento reverso e as unidades de tratamento intensiva e semi-intensiva.

2. Os leitos Não SUS representam o resultado da subtração dos leitos SUS pelo total dos leitos existentes.

Tomógrafos⁶⁰

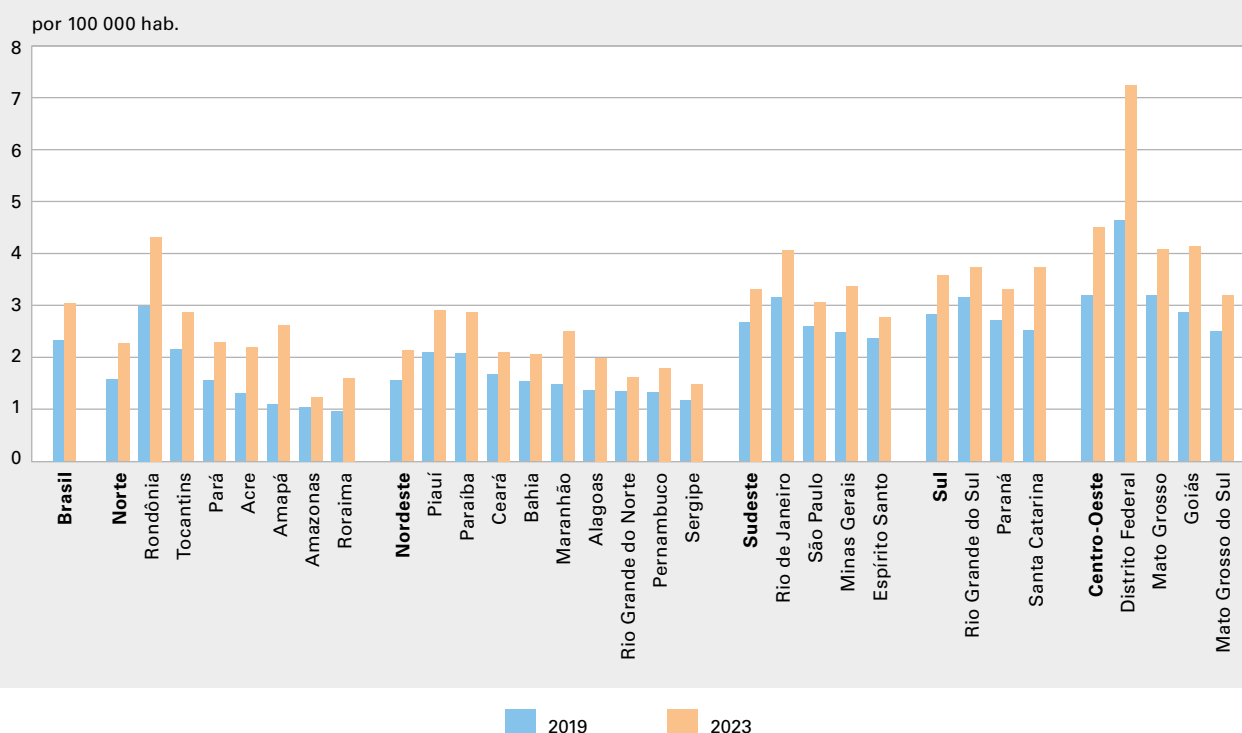
O tomógrafo é um equipamento importante para diagnosticar e auxiliar no tratamento de uma série de doenças e condições de saúde, como acidentes vasculares cerebrais, aneurismas, pneumonias, neoplasias, entre outros. Mostrou-se também muito relevante durante a pandemia de COVID-19 e a falta desse equipamento em funcionamento em muitos estabelecimentos de saúde explicitou lacunas para o acesso a tratamentos necessários para debelar a crise de saúde pública pela qual o País passou.

O número de tomógrafos, segundo o CNES, era de 4 853, em 2019, e, em 2023, 6 425 unidades, o que representou crescimento de 32,4%. A taxa por 100 mil habitantes cresceu de 2, em 2019, para 3, em 2023, na média Brasil (Gráfico 17). Ao mesmo tempo, diferenças regionais permanecem relevantes, oito Unidades da Federação continuaram com a mesma média por 100 mil habitantes no período em foco. Para Amazonas e Sergipe, o indicador manteve-se em 1 por 100 mil; para Pará, Ceará e Bahia, o indicador foi 2 por 100 mil em 2019 e 2023; e, em São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, o indicador permaneceu em cerca de 3 por 100 mil. As demais Unidades

⁶⁰ Em Amaral *et al.* (2017), destaca-se a importância da acessibilidade geográfica na provisão de serviços de saúde. Os autores enfatizam que, além de oferecer serviços de saúde de qualidade, é crucial garantir que os pacientes possam acessar esses serviços de maneira oportuna e a um custo razoável. Para isso, é necessário considerar uma rede de provisão geograficamente equilibrada, avaliando a "fricção espacial" no acesso aos serviços e analisando a distribuição espacial dos centros de saúde, recursos e profissionais em relação à distribuição da população.

da Federação, em 2023, apresentaram aumento de 1 tomógrafo por 100 mil habitantes nas médias de 2019, exceto Amapá com acréscimo de 2 tomógrafos e Distrito Federal com acréscimo de 3, aproximadamente. Ressalta-se que o Distrito Federal possuía a maior taxa, em 2019, e aumentou sua distância com relação as demais Unidades da Federação obtendo o maior crescimento de tomógrafos por 100 mil habitantes.

Gráfico 17 - Número de tomógrafos por 100 mil habitantes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2019/2023



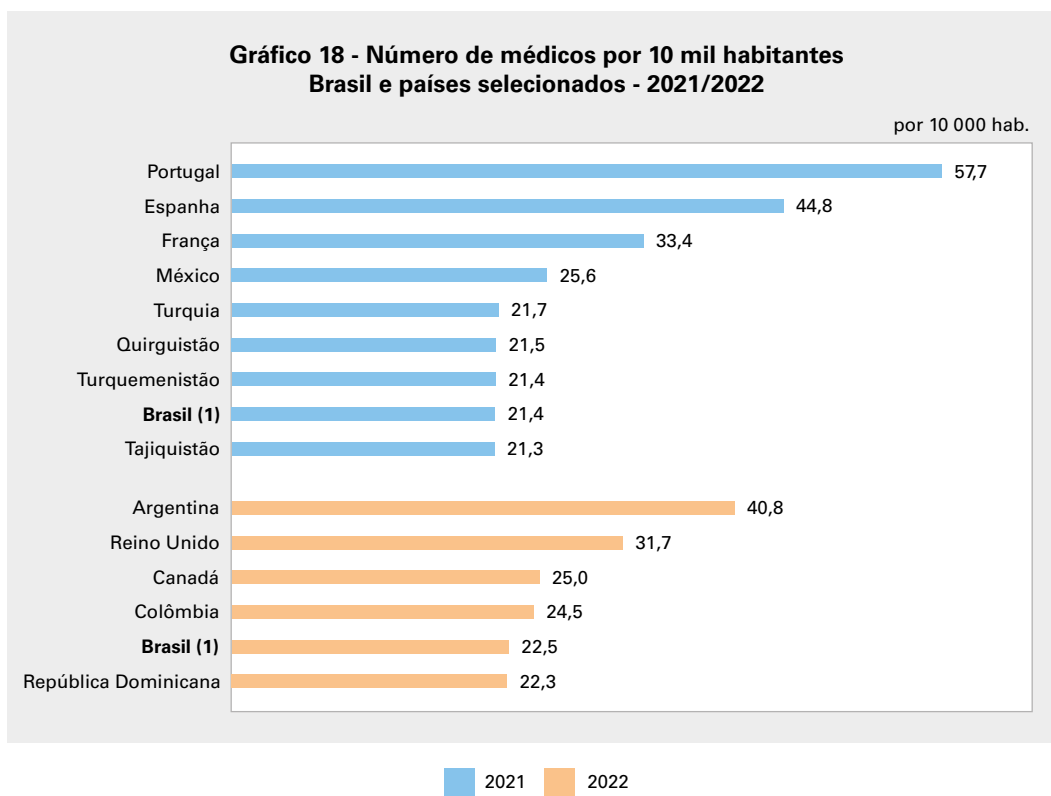
Fontes: 1. Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES. 2. IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade 2000-2070, Revisão 2024.

Na avaliação da distribuição dos tomógrafos no território, registra-se que, em 2019, Amazonas e Roraima apresentaram a menor razão de cobertura com aproximadamente 1 tomógrafo por 100 mil habitantes e o Distrito Federal apresentou a maior, com 5,0. Em 2023, a menor relação número de tomógrafo por 100 mil habitantes ficou para o Amazonas (1,2) e a mais alta permaneceu com o Distrito Federal (7,2).

Todas as Unidades da Federação apresentaram crescimentos desiguais na razão de cobertura dos tomógrafos, por isso é relevante verificar se a desigualdade da distribuição aumentou ou diminuiu após as compras realizadas para diagnósticos durante a pandemia de COVID-19. Para fazer essa avaliação, calculou-se o índice de Gini (Nishi, 2010) para os anos de 2019 (0,479) e 2023 (0,485) na cobertura de tomógrafos por Unidades da Federação. Na comparação dos índices constata-se incremento de 1,2%, ou seja, aumento pequeno na desigualdade da distribuição pelas Unidades da Federação.

Profissionais de saúde

Diferentemente da quantidade de leitos, que pode variar de modo significativo no curto prazo, o aumento do número de profissionais de saúde exige mais tempo – correspondente ao período de sua formação. Além de médicos, merecem destaque, sobretudo no atendimento básico, outros profissionais de saúde como enfermeiros e técnicos. A disponibilidade de profissionais de saúde em relação à população é importante porque a oferta desse serviço somente ocorre na presença de pessoa qualificada para tal. E sua importância se reflete na adoção desse indicador para monitoramento da Meta 3.c, parte do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 3 (Saúde e bem-estar) da Agenda 2030, promovida pelas Nações Unidas (United Nations). A formação do profissional de saúde ainda está ligada a uma profusão de especializações e, tendo em vista o envelhecimento da população, é necessário observar quais especialidades estão disponíveis para atendimento das comorbidades de maior incidência.



Fontes: 1. UNITED NATIONS. Country profiles: Argentina, Canada, Colombia, Dominican Republic, France, Great Britain, México, Portugal, Spain. In: UNITED NATIONS. Statistics Division. *SDG Indicators*. New York, 2024. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/dataportal/countryprofiles/>. Acesso em: out. 2024. 2. IBGE. *Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: out. 2024.

A razão de médicos por 10 mil habitantes compreende um dos indicadores de monitoramento da Meta 3.c que determina “aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento” (Nações Unidas, 2015, p. 22). Na comparação internacional, realizada com os últimos dados disponíveis para os países selecionados, observa-se, a partir dos indicadores ODS 3 da Agenda 2030, promovida pelas Nações Unidas, que o Brasil possuía razão de 22,5 médicos por 10 mil

habitantes, em 2022, e estava em patamar entre o Canadá (25,0 por 10 mil habitantes) e a República Dominicana (22,3 por 10 mil habitantes). Países com estatísticas acima do Brasil foram, em 2022, Argentina (40,8 por 10 mil habitantes), Reino Unido (31,7) e Colômbia (24,5). Com estatísticas de 2021, estiveram acima do indicador brasileiro, México (25,6 por 10 mil habitantes), França (33,4), Portugal (57,7) e Espanha (44,8). Ressalve-se que o envelhecimento da população aumenta a demanda por serviços de saúde e que o déficit de profissionais tende a ampliar-se nos próximos anos.

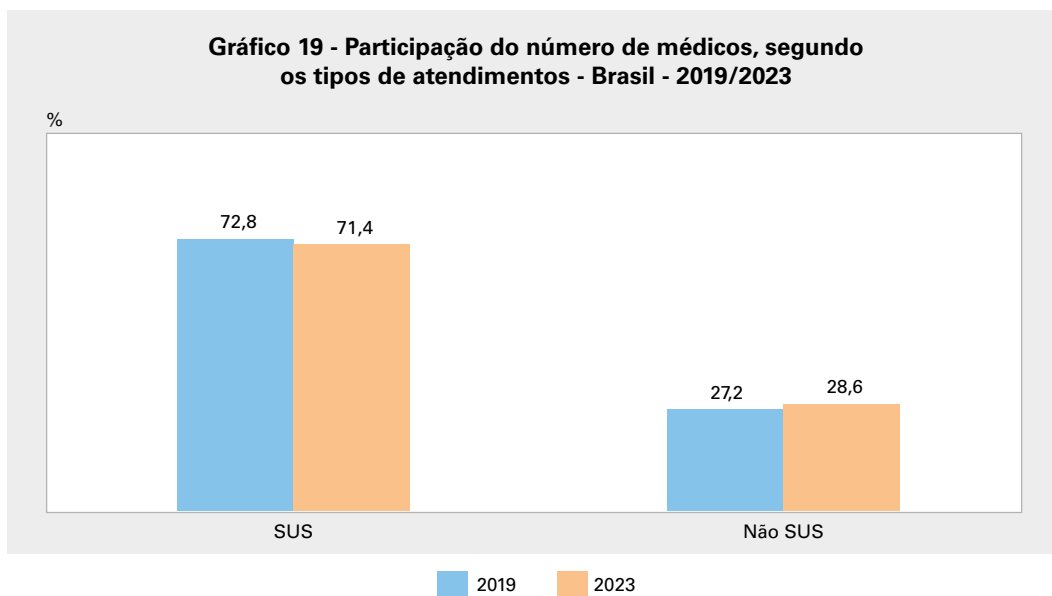
Tabela 6 - Profissionais de saúde, total e por 10 mil habitantes, por categorias - Brasil - 2019-2023

Ano	Profissionais de saúde, por categorias					
	Médicos		Enfermeiros		Técnicos	
	Total	Por 10 mil habitantes	Total	Por 10 mil habitantes	Total	Por 10 mil habitantes
2019	406 708	19,6	260 918	12,6	750 506	36,1
2020	422 588	20,2	287 025	13,7	794 581	38,0
2021	448 897	21,4	322 566	15,4	874 549	41,6
2022	474 115	22,5	340 437	16,1	907 701	43,0
2023	502 586	23,7	363 089	17,2	952 635	45,0

Fontes: 1. Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES. 2. IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade 2000-2070, Revisão 2024.

A análise dos números revela que, em 2019, a partir de dados do CNES, o Brasil possuía 406,7 mil médicos atuantes e, em 2023, 502,6 mil, correspondendo a variação de 23,6%. No caso dos enfermeiros, em 2019, totalizavam 260,9 mil e, em 2023, 363,1 mil com aumento de 39,2%. Por último, os técnicos reuniam 750,5 mil no primeiro ano da série e 952,6 mil no último, com aumento de 26,9%. A trajetória anual desses profissionais no período em foco foi, de modo distinto da disponibilidade de leitos, sempre crescente, não apresentando, portanto, valores mais altos em 2021 – ano com maior número de casos de COVID-19 (Tabela 6). A mesma trajetória observa-se para os indicadores de profissionais por 10 mil habitantes. Havia, no início do período, 20 médicos, 13 enfermeiros e 36 técnicos por 10 mil habitantes. Em 2023, eram 24 médicos, 17 enfermeiros e 45 técnicos, correspondendo a variação de 21,4%, 36,7% e 24,7%, respectivamente.

Como mencionado anteriormente, há a demanda e recomendação internacional de aumento da disponibilidade de profissionais de saúde por habitante. Há também a questão da desigualdade da distribuição desses profissionais entre as diferentes regiões do mundo. No Brasil, soma-se a esse debate, o contexto de construção do SUS a partir da Constituição Federal, de 1988. E o ideário, que fundamentou a criação do SUS, refletiu os princípios doutrinários da universalização, da integralidade, da equidade e da participação social, assim como a diretriz da descentralização como alicerce necessário para superar a fragmentação social, territorial e de comando até então vigente. Na área da saúde, portanto, a regionalização tem o objetivo de promover o uso mais eficiente dos recursos no território, ampliar o acesso e a qualidade da atenção à saúde. E a avaliação da distribuição dos profissionais de saúde no Território Nacional permite monitorar o processo de regionalização da política de saúde que vem se efetivando por meio dos diferentes mecanismos e instrumentos normativos da implementação do SUS (Duarte *et al.*, 2015).



Fonte: Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

Em relação ao número de médicos, segundo algumas especialidades selecionadas e o tipo de atendimento (SUS e não SUS) (Tabela 7), houve aumento em termos absolutos, entre 2019 e 2023, de cerca de 406,7 mil para 502,6 mil, sobretudo pelo atendimento não SUS, que cresceu 29,7% no período, acima do atendimento pelo SUS, que teve crescimento de 21,2%. Dessa forma, a proporção dos médicos que atenderam pelo SUS no total de médicos decresce de 72,8% para 71,4%. Há também diferença segundo especialidades médicas. As maiores proporções de médicos de atendimentos pelo SUS, em 2023, concentraram-se em médico da família, 31,6 mil (ou 98,1% do total de médicos nessa especialidade) e médico clínico, 124,6 mil (ou 77,9%). Os menores estiveram em gastroenterologista, 1,7 mil ou 41,7% do total de médicos) e geriatra, 461 ou 44,5%). Os menores crescimentos de médicos de atendimentos pelo SUS concerniu as especialidades gastroenterologista (5,9%) e cardiologista (6,3%) e os maiores, médico clínico (39,1%) e radiologista (21,5%). A única especialidade que cresceu mais em atendimento SUS que no não SUS, foi a de radiologista que no atendimento não SUS cresceu 20,8%.

Nas estatísticas de número de técnicos de saúde por 10 mil habitantes por Grandes Região, em 2023, a maior taxa foi verificada na Região Sudeste, 51,5, e a menor, na Nordeste, 36,8. Em relação aos médicos, estes tinham a menor taxa no Norte (13,0) e as maiores no Sudeste (29,7) e no Sul (27,1). Ao mesmo tempo, enfermeiros mostraram números mais homogêneos no território, com taxas variando entre 14,6 por 10 mil habitantes no Norte até 18,1 no Sudeste (Gráfico 20).

A avaliação da distribuição dos profissionais de saúde no território pode utilizar o índice de dissimilaridade, indicando a proporção de eventos que deveriam ser redistribuídos para assegurar uma situação igualitária. É um indicador frequentemente utilizado para medir desigualdade em variáveis relacionadas com serviços de saúde, como, por exemplo, para saber qual o número de médicos por habitante que teriam de ser redistribuídos entre as diversas áreas para se atingir a equidade. O índice de dissimilaridade é alto quando há poucas pessoas nos grupos intermediários e existe uma grande parte da população nos grupos socioeconômicos baixos e altos (Nunes *et al.*, 2001; Santos, 2012; Schneider *et al.*, 2002).

Tabela 7 - atendimentos, por tipo, com indicação da variação percentual acumulada, segundo as especialidades selecionadas - Brasil - 2019/2023

Especialidades selecionadas	Atendimentos								
	2019			2023			Variação percentual acumulada 2023/2019 (%)		
	Total	SUS	Não SUS	Total	SUS	Não SUS	Total	SUS	Não SUS
Total	406 771	295 997	110 774	502 586	358 865	143 721	23,6	21,2	29,7
Médico clínico	112 952	89 624	23 328	159 913	124 641	35 272	41,6	39,1	51,2
Pediatra	39 991	29 589	10 402	45 506	32 715	12 792	13,8	10,6	23,0
Médico de família	27 271	26 986	285	31 646	31 037	609	16,0	15,0	113,3
Gineco obstetra	22 232	13 555	8 677	25 179	14 698	10 481	13,3	8,4	20,8
Cardiologista (1)	21 327	12 219	9 109	23 314	12 990	10 324	9,3	6,3	13,3
Anestesista	14 888	12 113	2 775	18 085	13 656	4 429	21,5	12,7	59,6
Radiologista	12 518	7 660	4 858	15 170	9 303	5 866	21,2	21,5	20,8
Ortopedista e traumatologia	12 104	7 750	4 354	14 213	8 510	5 703	17,4	9,8	31,0
Cirurgião geral	10 035	7 800	2 236	11 394	8 505	2 890	13,5	9,0	29,2
Psiquiatra	8 612	5 633	2 979	10 355	6 265	4 090	20,2	11,2	37,3
Neurologistas	7 827	5 175	2 652	9 157	5 800	3 357	17,0	12,1	26,6
Gastroenterologista	3 655	1 580	2 075	4 014	1 673	2 341	9,8	5,9	12,8
Reumatologista	1 454	724	730	1 663	788	875	14,4	8,9	19,9
Geriatra	875	410	464	1 036	461	575	18,4	12,4	23,8

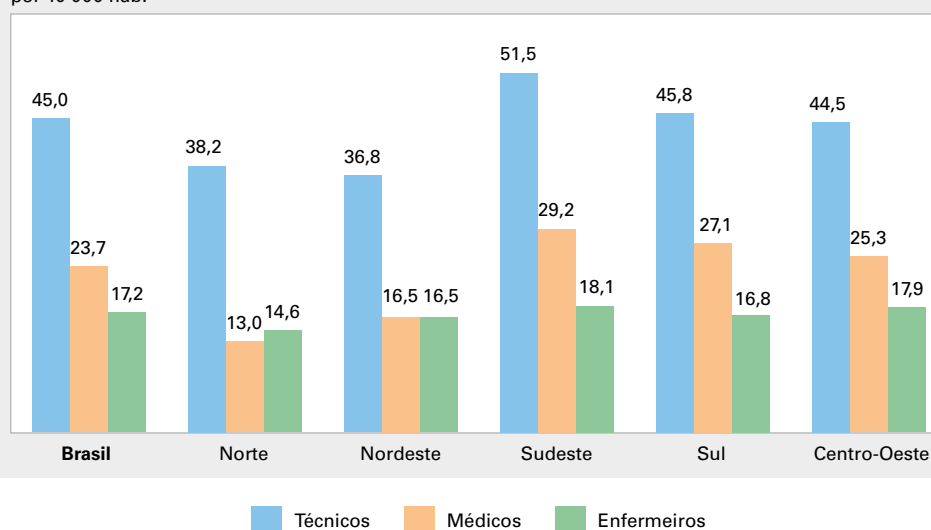
Fonte: Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

Nota: Os valores apresentados se referem à média dos 12 meses de cada ano.

(1) Somatório de Médico Cardiologista Intervencionista, Médico cardiologista e Médico cardiologista. Médico cirurgião cardiovascular.

Gráfico 20 - Quantidade de profissionais de saúde por 10 mil habitantes, por tipo de profissional, segundo as Grandes Regiões - 2023

por 10 000 hab.



Fontes: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES. IBGE. Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação: Estimativas e Projeções: Revisão 2024.

A Tabela 8 apresenta uma estimativa do número de médicos que deveria ser redistribuído para sua realocação equânime no País, ou seja, para que todas as Regiões do Brasil tenham a mesma razão de médicos por habitantes. Assim, de acordo com a diferença entre o número total de médicos atuantes e o número estimado para a equalização da razão de médicos entre as Regiões, caberia, principalmente, ao Sudeste, pela concentração expressiva, redistribuir 47,9 mil médicos entre as demais Regiões, em 2023. O índice relativo de dissimilaridade indica também que caberia ao Sul e ao Centro-Oeste redistribuir médicos para o Norte e o Nordeste, representando no total cerca de 64,1 mil.

Além disso, a Região Sudeste possuía 29 médicos por 10 mil habitantes (ou seja, o maior indicador) com superávit de 47,9 mil. As Regiões Sul e Centro-Oeste também registraram superávit de médicos, 10,4 mil e 2,6 mil, respectivamente, em 2023. A indicação de déficit de médicos no Norte (19,9 mil) e no Nordeste (41,1 mil) e a distância entre o número de médicos por habitantes (13 e 17 por 10 mil habitantes, nessa ordem) e o indicador das outras Regiões, reforça a necessidade de movimentação de médicos do Sudeste, Sul e Centro-Oeste para atendimento dessa demanda.

Em relação aos profissionais de enfermagem (Tabela 9), havia, em 2023, um total de 15,6 mil enfermeiros (índice de dissimilaridade absoluto) que precisariam ser redistribuídos para garantir uma razão equânime entre as Regiões de 17 por 10 mil habitantes, correspondendo a um índice de dissimilaridade relativo de 4,3%. Ressalta-se, por último, peculiar circunstância dessa categoria, qual seja: a Região Centro-Oeste saiu de déficit, em 2019, de 241 enfermeiros para superávit de 1 268, e o Sul apresenta situação inversa, saiu de superávit de 827 para déficit de 1 117.

Para a caracterização por Unidades da Federação das alterações na distribuição de enfermeiros no Brasil, utiliza-se o indicador número de leitos de internação por enfermeiro, considerando-se que quanto menor a quantidade de leitos por enfermeiro menor a carga de trabalho. O Gráfico 21 aponta que houve uma redução desse indicador em todas as Unidades da Federação e, principalmente, que as quatro com mais de 2 leitos por enfermeiro em 2019 – Rondônia (2,4), Goiás (2,5), Pará (2,3) e Piauí (2,1) – registraram as maiores reduções em relação a 2023, correspondendo a variações negativas em torno de 30%.

Tabela 8 - População, número mensal médio de médicos e número de médicos no caso de igualdade, com indicação dos índices de dissimilaridades absoluto e relativo, segundo as Grandes Regiões - 2019/2023

Grandes Regiões e Índices	População		Número mensal médio de médicos				Número de médicos no caso de igualdade		Diferença (1)	
			Total		Por 10 mil habitantes		2019	2023	2019	2023
	2019	2023	2019	2023	2019	2023				
Brasil	207 900 099	211 695 158	406 708	502 586	20	24	406 708	502 586		
Norte	17 970 930	18 535 113	18 904	24 140	11	13	35 156	44 004	(-) 16 252	(-) 19 865
Nordeste	56 272 587	56 970 423	74 046	94 173	13	17	110 084	135 254	(-) 36 038	(-) 41 080
Sudeste	87 386 818	88 387 852	215 574	257 785	25	29	170 952	209 842	44 622	47 943
Sul	30 066 296	30 903 366	66 184	83 815	22	27	58 818	73 368	7 366	10 447
Centro-Oeste	16 203 468	16 898 404	31 999	42 674	20	25	31 698	40 119	301	2 555
Índice de dissimilaridade										
Absoluto									56 414	64 133
Relativo (%)									13,87	12,76

Fontes: 1. Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES. 2. IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade 2000-2070, Revisão 2024.

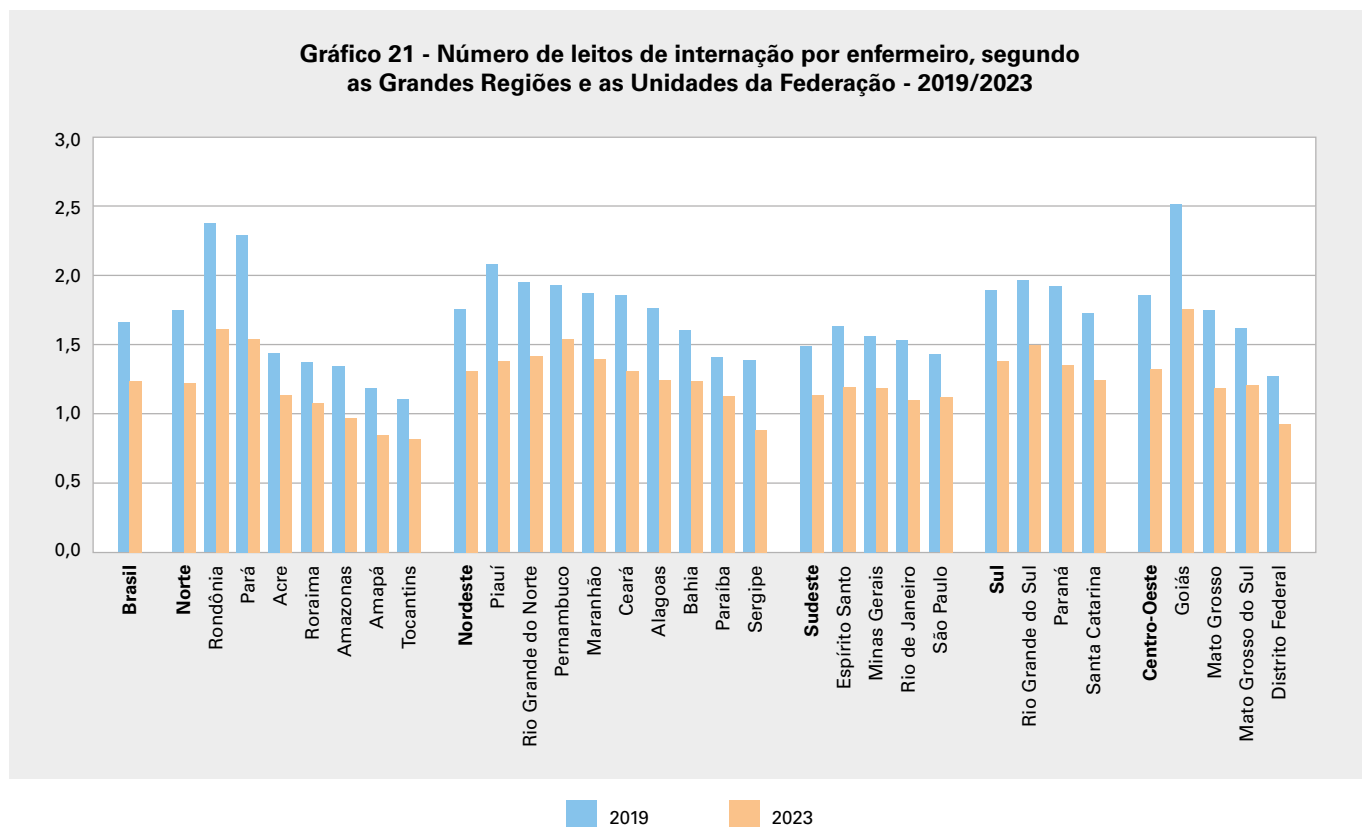
(1) Os valores negativos representam déficits.

Tabela 9 - População, número mensal médio de enfermeiros e número de enfermeiros no caso de igualdade, com indicação dos índices de dissimilaridades absoluto e relativo, segundo as Grandes Regiões - 2019/2023

Grandes Regiões e Índices	População		Número mensal médio de enfermeiros				Número de enfermeiros no caso de igualdade		Diferença (1)	
			Total		Por 10 mil habitantes		2019	2023	2019	2023
	2019	2023	2019	2023	2019	2023				
Brasil	207 900 099	211 695 158	260 918	363 089	13	17	260 918	363 089		
Norte	17 970 930	18 535 113	17 918	27 082	10	15	22 554	31 790	(-) 4 636	(-) 4 709
Nordeste	56 272 587	56 970 423	64 984	93 839	12	16	70 623	97 713	(-) 5 639	(-) 3 873
Sudeste	87 386 818	88 387 852	119 361	160 029	14	18	109 672	151 598	9 689	8 431
Sul	30 066 296	30 903 366	38 561	51 887	13	17	37 734	53 004	827	(-) 1 117
Centro-Oeste	16 203 468	16 898 404	20 095	30 251	12	18	20 336	28 983	(-) 241	1 268
Índice de dissimilaridade										
Absoluto									14 796	15 608
Relativo (%)									5,67	4,30

Fontes: 1. Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES. 2. IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade 2000-2070, Revisão 2024.

(1) Os valores negativos representam déficits.



Fontes: 1. Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES. 2. IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade 2000-2070, Revisão 2024.

A categoria de técnicos e auxiliares na área de saúde (Tabela 5.33) apresentou superávit nas Regiões Sudeste e Sul e déficits nas demais Regiões (Tabela 10). Em termos absolutos, o índice de dissimilaridade foi para 80,4 mil, em 2023, e o índice relativo, 8,4%. O Gini para a categoria profissional de técnicos e auxiliares reduziu de 0,147, em 2019, para 0,128, em 2023, correspondendo a variação negativa de 16,6%.

Tabela 10 - População, número mensal médio de técnicos e número de técnicos no caso de igualdade, com indicação dos índices de dissimilaridades absoluto e relativo, segundo as Grandes Regiões - 2019/2023

Grandes Regiões e Índices	População		Número mensal médio de técnicos				Número de técnicos no caso de igualdade		Diferença (1)	
			Total		Por 10 mil habitantes		2019	2023	2019	2023
	2019	2023	2019	2023	2019	2023				
Brasil	207 900 099	211 695 158	750 506	952 635	36	45	750 506	952 635		
Norte	17 970 930	18 535 113	55 520	70 819	31	38	64 874	83 409	(-) 9 354	(-) 12 589
Nordeste	56 272 587	56 970 423	155 228	209 594	28	37	203 140	256 369	(-) 47 912	(-) 46 775
Sudeste	87 386 818	88 387 852	372 891	455 595	43	52	315 461	397 748	57 431	57 847
Sul	30 066 296	30 903 366	109 886	141 426	37	46	108 537	139 066	1 348	2 360
Centro-Oeste	16 203 468	16 898 404	56 980	75 200	35	45	58 493	76 043	(-) 1 513	(-) 843
Índice de dissimilaridade										
Absoluto									75 945	80 355
Relativo (%)									10,12	8,44

Fontes: 1. Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES. 2. IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade 2000-2070, Revisão 2024.

(1) Os valores negativos representam déficits.

Os resultados obtidos com base nas medidas de desigualdade mostram que permanecem assimetrias geográficas na distribuição dos recursos da saúde no Brasil e sugerem que o sistema está longe de alcançar o objetivo de equidade no acesso. Apesar da permanência na desigualdade da distribuição, há redução gradual e lenta como desdobramento dos investimentos realizados para o enfrentamento da grave pandemia de COVID-19, de tal forma que se deve manter o monitoramento dessa evolução. Outro desafio significativo concerne ao quantitativo dos recursos por habitantes, ou seja, ainda que a desigualdade esteja lentamente reduzindo, o patamar ainda está aquém de experiências em outros países (World Health Organization, 2024).



**Investigações
Experimentais**

Condições de vida segundo estratos geográficos

Desde 2022, sob a rubrica de estatísticas experimentais, são divulgados pelo IBGE indicadores que têm como fonte primária a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo Instituto⁶¹. Esses indicadores, em um total de 24, são disponibilizados para 146 estratos geográficos de Municípios⁶² que, desenvolvidos também pelo IBGE, objetivam conferir maior granularidade espacial às informações investigadas pela pesquisa e permitem estimativas com precisão estatística que ultrapassa o limite do Município da Capital, até então o menor recorte territorial considerado em um levantamento por amostragem domiciliar⁶³.

Cabe destacar que as estimativas ora divulgadas devem ser usadas com cautela, pois são estatísticas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. Ademais, como se faz para a totalidade dos indicadores que integram a Síntese de Indicadores Sociais e o seu respectivo plano tabular, cumpre informar que caso os recortes apresentem altos coeficientes de variação (acima de 30%), eles são conferidos, realizando-se os ajustes eventualmente necessários.

⁶¹ Esses indicadores são divulgados no Painel da PNAD Contínua, no endereço: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>.

⁶² A Tabela 6.1 apresenta os resultados para os estratos geográficos de Municípios no período de 2012 a 2023. As tabelas complementares (por exemplo, Tabela 6.X) pertencem ao plano tabular da publicação e estão disponibilizadas na página da Síntese de Indicadores Sociais, no portal do IBGE na Internet. Em anexo ao plano tabular, constam também uma lista dos Municípios que fazem parte de cada um dos 146 estratos e os cartogramas constantes no capítulo (em formato PDF).

⁶³ Informações metodológicas sobre a estratificação da pesquisa e o cálculo das estimativas para o recorte de estratos de Municípios estão disponibilizadas no endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101933.pdf>.

Com vistas a explorar, de forma abrangente, as condições de vida da população, são estudados, no presente capítulo, sete indicadores experimentais a partir de estratos geográficos de Municípios da PNAD Contínua. Os indicadores abordam as seguintes dimensões de análise: trabalho, rendimentos, condições de moradia e educação, também presentes em outros capítulos deste volume. São eles:

- Nível de ocupação das pessoas de 14 anos de idade ou mais;
- Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos de idade ou mais;
- Proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* abaixo de US\$ 6,85 por dia em paridade do poder de compra (PPC);
- Proporção de pessoas vivendo em domicílios com esgotamento por rede coletora ou pluvial;
- Proporção de pessoas vivendo em domicílios com máquina de lavar roupa;
- Proporção de pessoas vivendo em domicílios com acesso à Internet; e
- Proporção de pessoas de 18 a 29 anos de idade com no mínimo 12 anos de estudo.

Os estratos geográficos de Municípios mostram desigualdades territoriais variadas, segundo os indicadores selecionados, bem como no interior das Unidades da Federação. A análise se dá a partir de cartogramas, com dados de 2023, classificados por quatro categorias de cores: azul claro e azul escuro, que representam os 50% menores valores; e amarelo (50% a 75%) e laranja (75% a 100%), que apresentam os quartos com valores mais altos. Os recortes feitos para os estratos foram aplicados para as Unidades da Federação⁶⁴, de forma a comparar com as mesmas categorias.

Os Cartogramas 1 e 2 foram gerados com indicadores relacionados ao mercado de trabalho e revelam como o nível de ocupação e a taxa de desocupação têm comportamentos distintos no território.

O Cartograma 1 mostra que o nível de ocupação, que para Brasil era de 57,6%, em 2023, tendeu a ser menor na Região Nordeste, inclusive em muitas de suas Capitais, quando comparado com partes da Norte e as outras Regiões. Os menores valores foram encontrados nos seguintes estratos: Agreste do Rio Grande do Norte, com 37,6%; Litoral e Baixada Maranhense, com 38,9%; Litoral Sul e Agreste de Alagoas, com 41,0%; e Leste Maranhense, também com 41,0% (Tabela 6.1). Os estratos no quarto mais alto da distribuição (com nível de ocupação entre 62,6% e 70,3%) correspondiam às Capitais da Região Centro-Oeste – a exceção de Brasília (Distrito Federal) –, na totalidade de Mato Grosso do Sul, em partes das Regiões Sul e Sudeste e no Sudeste Paraense.

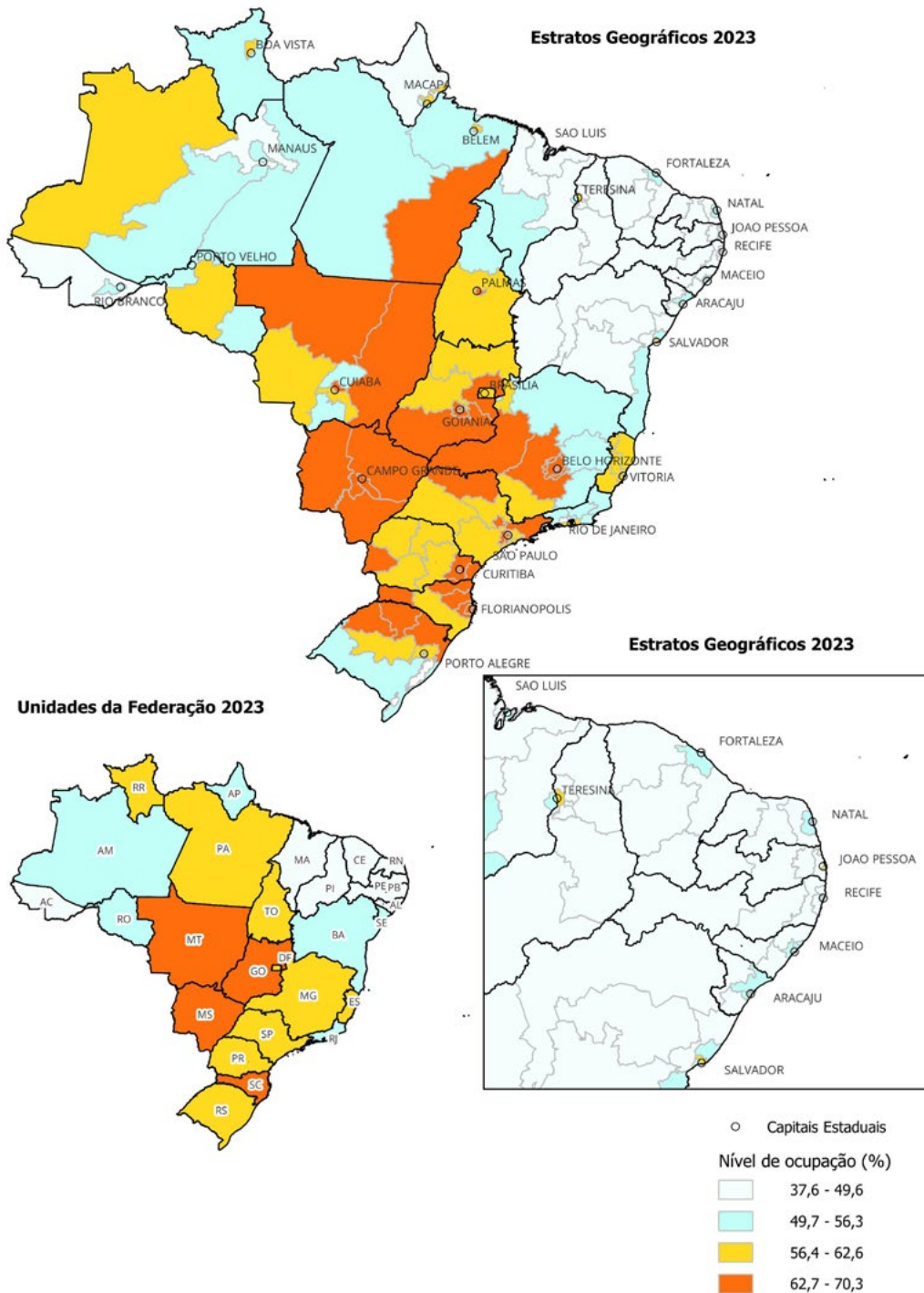
Diferenças marcadas quanto ao nível de ocupação dentro das Unidades da Federação também são apresentadas no Cartograma 1. Em todas as Grandes Regiões, há Unidades da Federação com estratos dentro de três categorias diferentes, como foi o caso, por exemplo, de Amazonas, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em relação a Minas Gerais, por exemplo, a taxa para a Unidades da Federação de 61,1% está no terceiro quarto da distribuição (entre 50% e 75%, de maiores va-

⁶⁴ A Tabela 1, ao final deste capítulo, traz estimativas para os indicadores por Unidades da Federação.

lores), sendo que apenas dois estratos dentre os 10 que compõem essa Unidade da Federação estavam nessa faixa: Integrada de Brasília em Minas Gerais, com 56,5% e Sul de Minas Gerais, com 61,7% (Tabela 1 e Tabela 6.1).

O Cartograma 2 mostra a taxa de desocupação, em 2023, que, como para o nível de ocupação, também apresentou maiores valores para as Capitais em comparação com o interior, sinalizando mercados de trabalho mais dinâmicos. Diferentemente do nível de ocupação, há alta taxa de desocupação em Capitais, Regiões Metropolitanas e no interior das Regiões Norte e Nordeste. As maiores taxas foram encontradas em: Santana (AP), com 20,5%; Amapá Exceto Macapá e Santana, com 19,6%; Entorno Metropolitano de Recife (PE), com 17,8%; Entorno Metropolitano de Salvador (BA), com 17,5%; e Recife (PE), com 16,1%, ante o valor de 7,8% para Brasil. Destaca-se também o Distrito Federal (DF) e seu entorno, com altas taxas. Os menores valores foram observados nas Regiões Sul e Centro-Oeste, na maioria dos estratos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, assim como do Paraná e Santa Catarina. Em contraste, há altas taxas na Bahia (com todos os estratos no quarto mais alto da distribuição com valores entre 10,1% e 20,5%) e no Rio de Janeiro, com todos os estratos entre os 50% com maiores taxas. No Rio de Janeiro, por exemplo, três estratos tinham taxas acima de 10,0% ante uma média nacional de 7,8%: Arco Metropolitano de Duque de Caxias (RJ), com 13,9%; Arco Metropolitano de Nova Iguaçu (RJ), com 15,5%; e Lagos do Rio de Janeiro, com 10,3% (Tabela 1 e Tabela 6.1).

Cartograma 1 - Nível de ocupação das pessoas de 14 anos de idade ou mais segundo Estratos Geográficos e Unidades da Federação - 2023



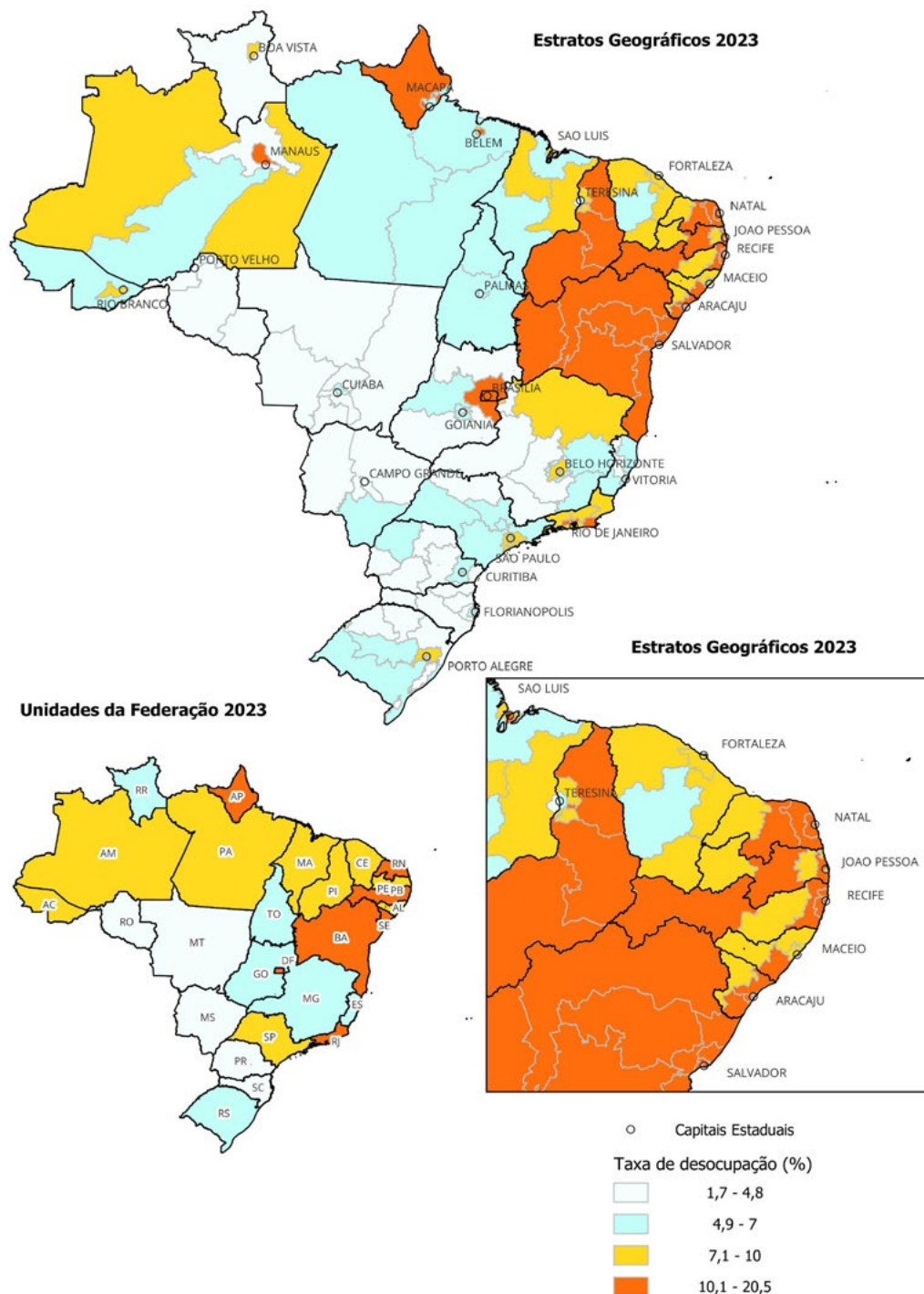
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. A caracterização da distribuição dos 146 estratos de Municípios é realizada por quartis. Em razão desse critério, é possível que o cartograma por Unidades da Federação não tenha unidades contempladas em cada classe.

3. Contém estatísticas classificadas como experimentais e devem ser usadas com cautela, pois são estimativas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. São desenvolvidas e publicadas visando envolver os usuários partes interessadas para avaliação de sua relevância e qualidade.

Cartograma 2 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos de idade ou mais segundo Estratos Geográficos e Unidades da Federação - 2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. A caracterização da distribuição dos 146 estratos de Municípios é realizada por quartis. Em razão desse critério, é possível que o cartograma por Unidades da Federação não tenha unidades contempladas em cada classe.

3. Contém estatísticas classificadas como experimentais e devem ser usadas com cautela, pois são estimativas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. São desenvolvidas e publicadas visando envolver os usuários e partes interessadas para avaliação de sua relevância e qualidade.

Além dos indicadores sobre mercado de trabalho, explorou-se um indicador de pobreza monetária sob o recorte por estratos. Em 2023, no Brasil, 27,4% da população tinha rendimento domiciliar *per capita* abaixo de US\$ 6,85 PPC 2017 por dia⁶⁵ (Tabela 2.25), valor esse definido pelo Banco Mundial (World Bank) para a linha de pobreza de países com renda média-alta e expresso no Indicador 1.1.2 - Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural)⁶⁶, do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 1 (Erradicação da pobreza), da Agenda 2030, promovida pelas Nações Unidas⁶⁷.

Pode-se ver no Cartograma 3 que a pobreza pela linha de US\$ 6,85 concerniu, em 2023, maiores proporções nos estratos que abarcam Arcos Metropolitanos e o interior das Regiões Norte e Nordeste. Os estratos com maiores valores foram: Vale do Rio Purus (AM), com 66,6%; Litoral e Baixada Maranhense, com 63,8%; e Entorno Metropolitano de Manaus (AM), com 62,3%, acima da média nacional, com 27,4% (Tabela 1 e Tabela 6.1).

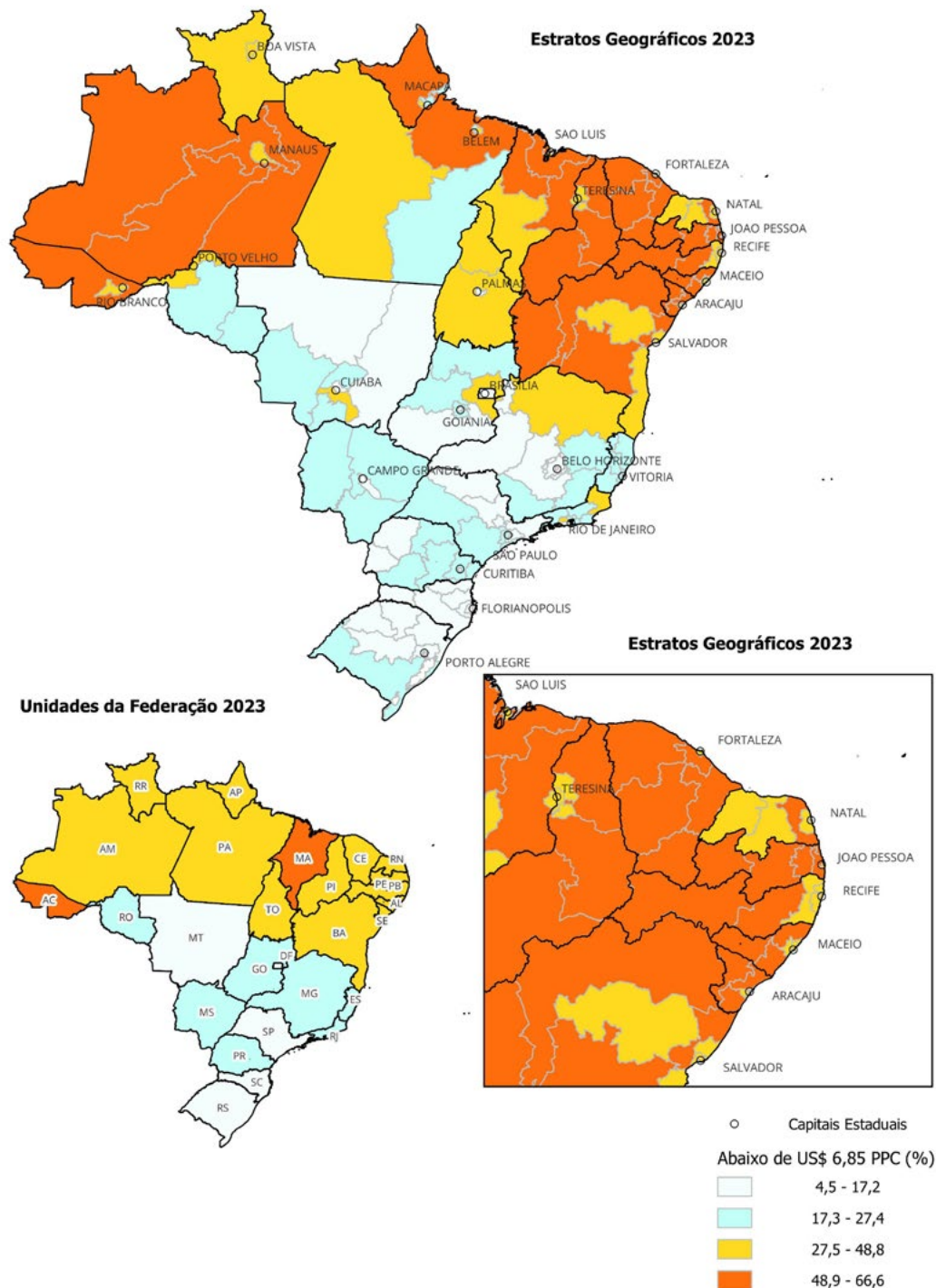
Em outras Grandes Regiões, destacam-se também regiões de entorno de Cuiabá (MT), Brasília (DF) e Rio de Janeiro (RJ) - Capital com proporções de pobres na terceira faixa do quartil (entre 27,4% e 48,8% de pobres, segundo a linha de US\$ 6,85): Entorno Metropolitano de Cuiabá (MT), com 29,9%; Integrada de Brasília em Goiás, com 27,6%; e Arco Metropolitano de Nova Iguaçu (RJ), com 33,9%. O detalhamento por estratos permite ver a desigualdade regional, uma vez que os dados por Unidades da Federação colocaram todas das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste dentro dos 50% menores valores encontrados (cores azuis no cartograma).

⁶⁵ Aproximadamente R\$ 665 mensais.

⁶⁶ A pobreza pela linha de US\$ 2,15, também presente na Agenda 2030, apresentava estratos com baixos efetivos populacionais em 2023, e por isso não pôde ser explorada aqui em razão de ter pouca confiabilidade estatística para muitos recortes. Há informação desagregada disponível por Unidades da Federação na Tabela 2.18.

⁶⁷ Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador121>.

Cartograma 3 - Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita abaixo de US\$ 6,85 PPC segundo Estratos Geográficos e Unidades da Federação - 2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. A caracterização da distribuição dos 146 estratos de Municípios é realizada por quartis. Em razão desse critério, é possível que o cartograma por Unidades da Federação não tenha unidades contempladas em cada classe.

3. Excluiu-se pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

4. Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

5. Contém estatísticas classificadas como experimentais e devem ser usadas com cautela, pois são estimativas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. São desenvolvidas e publicadas visando envolver os usuários e partes interessadas para avaliação de sua relevância e qualidade.

Em termos de condições de moradia, são explorados três indicadores: pessoas vivendo em domicílios com esgotamento por rede coletora ou pluvial, relacionado ao direito à moradia adequada (United Nations, 1991); pessoas vivendo em domicílios com máquina de lavar (importante bem durável que auxilia nas tarefas domésticas, muitas vezes relegadas às mulheres); e pessoas vivendo em domicílios com acesso à Internet, que se relaciona ao direito à comunicação⁶⁸.

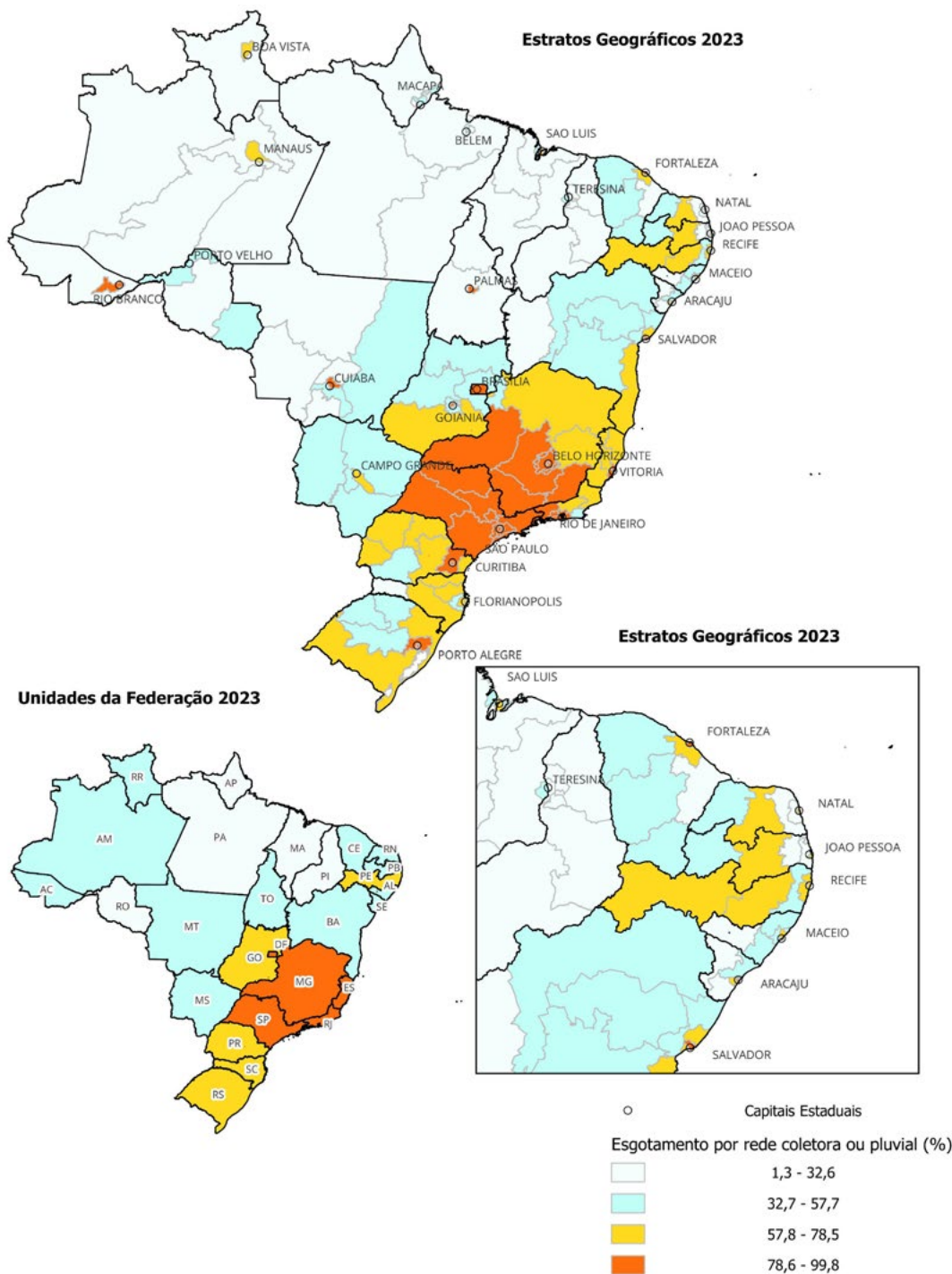
Vale explorar um dos grandes desafios que persistem para a melhoria das condições de vida no Brasil, o acesso a esgotamento sanitário adequado, definido aqui como o acesso domiciliar a esgotamento por rede coletora ou pluvial. Em 2023, 67,9% das pessoas viviam em domicílios com esse tipo de esgotamento sanitário. Tal como mostrado no Cartograma 4, há grande desigualdade no território e se vê estratos entre aqueles com os 50% piores indicadores em 2023 (quer dizer, até 57,7% das pessoas com acesso a esgotamento adequado) em todas as Grandes Regiões, mas concentradas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive concernindo algumas Capitais: Teresina (Piauí), com 18,1%; Macapá (Amapá), com 33,6%; Porto Velho (Rondônia), com 48,3%; e Belém (Pará), com 52,9%. Há desigualdades também entre regiões populosas, como os Arcos Metropolitanos, por exemplo, com indicadores entre os 50% piores no Entorno Metropolitano de Goiânia, com 46,0%, e Integrada de Brasília em Goiás, com 36,3%. Já outros Arcos Metropolitanos mostraram valores acima de 90%, como o Entorno Metropolitano Oriental (SP - Capital), com 93,9% e o Arco Metropolitano de Nova Iguaçu (RJ), com 93,4%.

O Cartograma 5 mostra que os estratos com os 50% piores indicadores quanto a acesso à máquina de lavar, quer dizer até 73,9% da população vivendo em domicílios com esse bem durável, estavam concentrados nas Regiões Norte e Nordeste, mas também concernindo uma parte de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em todo o Brasil, as Capitais tenderam a apresentar maior acesso à máquina de lavar em comparação com os estratos do Arco Metropolitano ou interior. Os estratos com menores proporções se encontravam no interior das Regiões Norte e Nordeste: Litoral e Baixada Maranhense, com 17,6%; Litoral Norte e Mata de Alagoas, com 22,0%; e Sertão de Alagoas, com 22,9%, ante uma média nacional de 70,8% (Tabela 1 e Tabela 6.1). Ao mesmo tempo, Santa Catarina concentrou os estratos com maiores proporções: Litoral Norte e Planalto Norte Catarinense e Entorno Metropolitano de Florianópolis (SC), ambos com 97,0%, e Florianópolis (SC), com 96,2%.

A proporção da população vivendo em domicílios com acesso à Internet era para o total Brasil de 92,4%. A análise por Unidades da Federação indica valores mínimos de 86,2% para o Maranhão e de 87,0% para o Amazonas em 2023 (Tabela 1). Por sua vez, a observação por estratos indica mínimos abaixo de 75% em estratos da Região Norte, como: Vale do Rio Madeira/Nhamunda (AM), com 71,6%; Acre Exceto Rio Branco, com 73,7%; e Vale do Rio Purus (AM), com 74,6%. As menores proporções estavam no interior da Região Norte e Nordeste, ao mesmo tempo em que outros estratos, dentre as 50% menores proporções, também foram encontrados no interior da Região Sul (fronteira oeste), partes de Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Espírito Santo (Cartograma 6 e Tabela 6.1).

⁶⁸ Para informações mais detalhadas sobre esse indicador, consultar o Art. 4º, do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965, de 23.04.2014), no endereço: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm.

Cartograma 4 - Proporção de pessoas vivendo em domicílios com esgotamento por rede coletora ou pluvial segundo Estratos Geográficos e Unidades da Federação - 2023



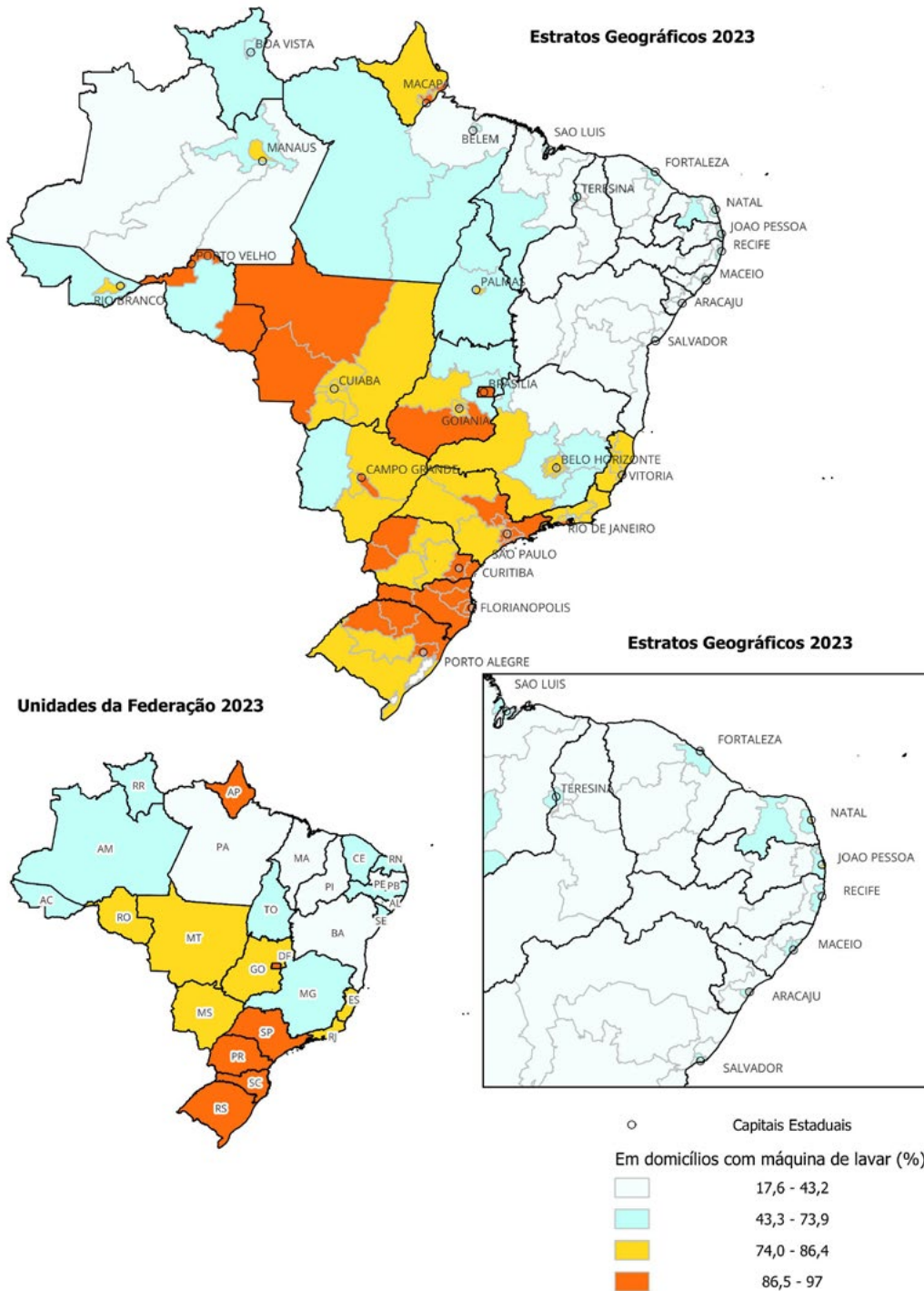
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. A caracterização da distribuição dos 146 estratos de Municípios é realizada por quartis. Em razão desse critério, é possível que o cartograma por Unidades da Federação não tenha unidades contempladas em cada classe.

3. Contém estatísticas classificadas como experimentais e devem ser usadas com cautela, pois são estimativas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. São desenvolvidas e publicadas visando envolver os usuários partes interessadas para avaliação de sua relevância e qualidade.

Cartograma 5 - Proporção de pessoas vivendo em domicílios com máquina de lavar roupa segundo Estratos Geográficos e Unidades da Federação - 2023



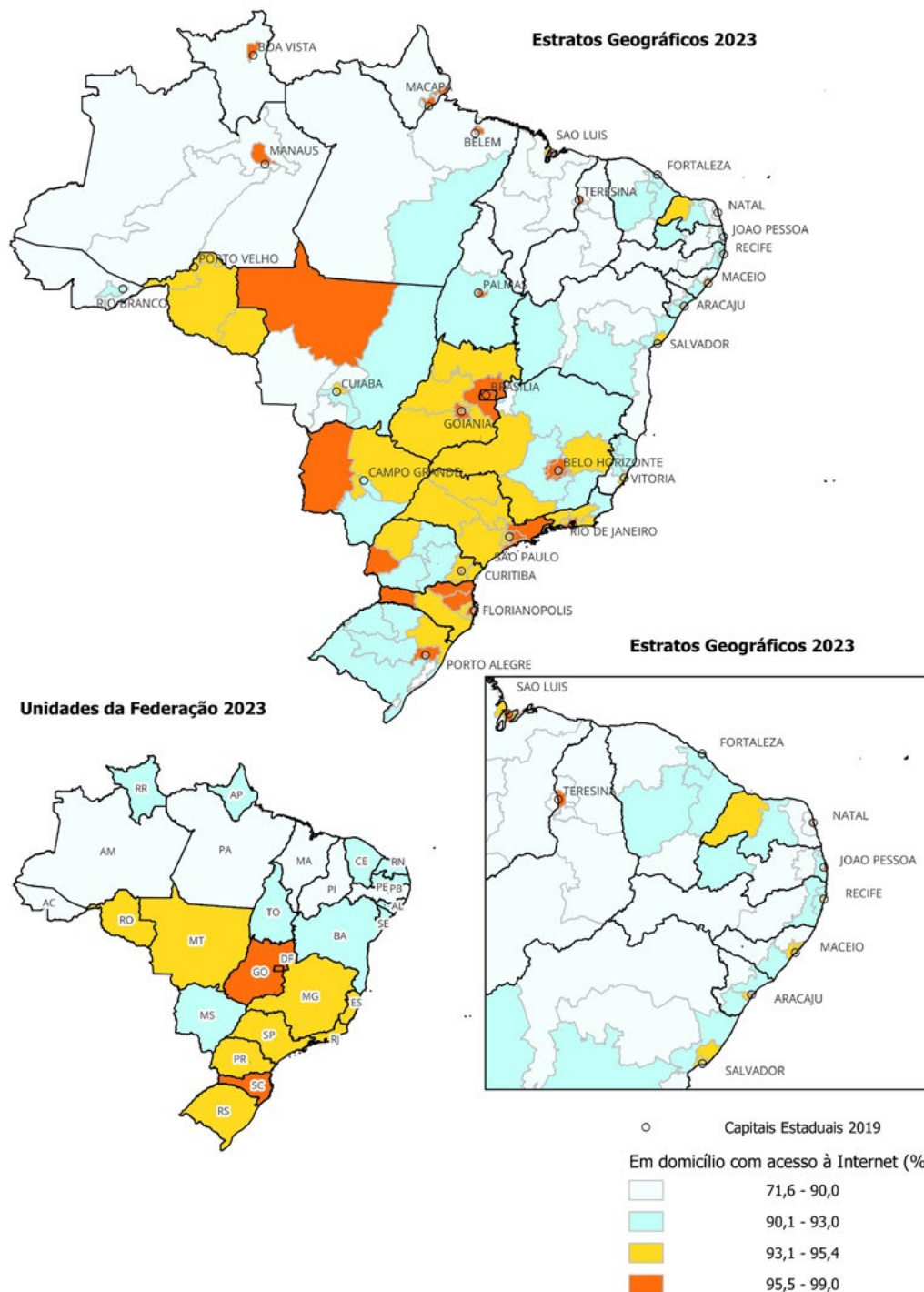
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. A caracterização da distribuição dos 146 estratos de Municípios é realizada por quartis. Em razão desse critério, é possível que o cartograma por Unidades da Federação não tenha unidades contempladas em cada classe.

3. Contém estatísticas classificadas como experimentais e devem ser usadas com cautela, pois são estimativas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. São desenvolvidas e publicadas visando envolver os usuários partes interessadas para avaliação de sua relevância e qualidade.

Cartograma 6 - Proporção de pessoas vivendo em domicílios com acesso à Internet segundo Estratos Geográficos e Unidades da Federação - 2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

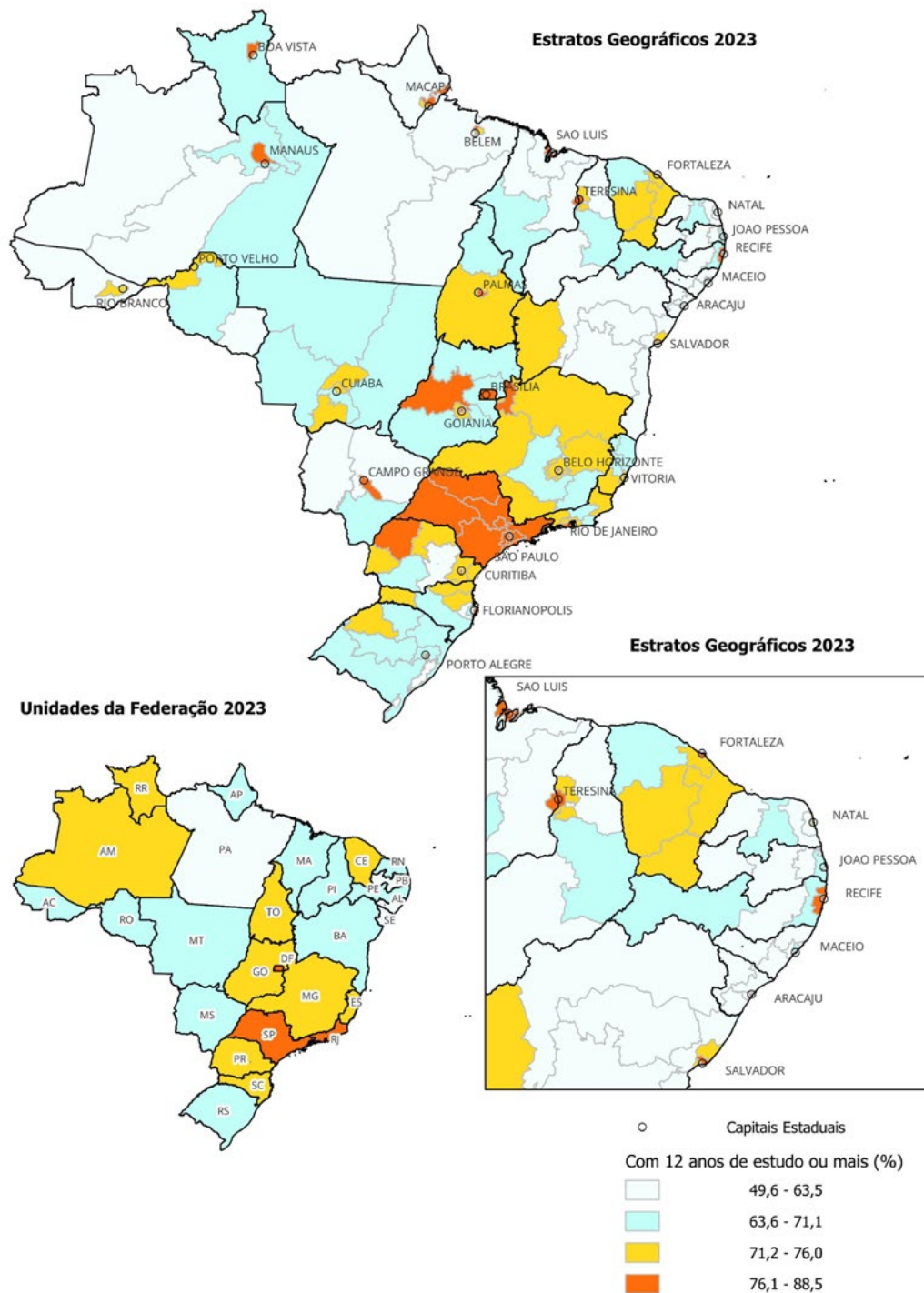
Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. A caracterização da distribuição dos 146 estratos de Municípios é realizada por quartis. Em razão desse critério, é possível que o cartograma por Unidades da Federação não tenha unidades contempladas em cada classe.

3. Contém estatísticas classificadas como experimentais e devem ser usadas com cautela, pois são estimativas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. São desenvolvidas e publicadas visando envolver os usuários partes interessadas para avaliação de sua relevância e qualidade.

No capítulo **Educação**, desta publicação, foi explorada a Meta 8 do Plano Nacional de Educação - PNE, que tem como objetivo elevar o nível de instrução de jovens com idade de 18 a 29 anos para, no mínimo, 12 anos de estudo até 2024, reduzindo as desigualdades regionais, por cor ou raça, entre moradores de áreas urbanas e rurais e para as pessoas com menores rendimentos (situação de pobreza) (Brasil, 2014). Dados de 2023, com 73,1% dos jovens de 18 a 29 anos de idade com 12 anos de estudo ou mais, mostraram avanços em relação ao início da medição, pois eram 63,5% em 2016 (Tabela 4.12). Em termos regionais, 50,0% dos estratos de Municípios apresentavam médias abaixo de 71,1% e estavam bastante espalhados no território, concernindo as cinco Grandes Regiões. Nas categorias com menores valores (até 63,5% de pessoas com menos de 12 anos de estudo), encontraram-se estratos nas Regiões Norte e Nordeste, dois estratos na Região Sul, algumas partes em Mato Grosso do Sul, no Colar Metropolitano de Florianópolis (SC) e no Centro e Sul Oriental do Paraná (Cartograma 7).

Cartograma 7 - Proporção de pessoas de 18 a 29 anos de idade com no mínimo 12 anos de estudo, segundo Estratos Geográficos e Unidades da Federação - 2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Notas: 1. Dados coletados no 2º trimestre para o tema Educação.

2. A caracterização da distribuição dos 146 estratos de Municípios é realizada por quartis. Em razão desse critério, é possível que o cartograma por Unidades da Federação não tenha unidades contempladas em cada classe.

3. Contém estatísticas classificadas como experimentais e devem ser usadas com cautela, pois são estimativas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. São desenvolvidas e publicadas visando envolver os usuários e partes interessadas para avaliação de sua relevância e qualidade.

Tabela 1 - População e indicadores selecionados, segundo as Unidades da Federação - 2023

Unidades da Federação	População (1 000 pessoas)	Indicadores selecionados						
		Nível de ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) (1)	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) (1)	Proporção de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> abaixo de US\$ 6,85 PPC 2017 (%) (1)(2)(3)	Proporção de pessoas vivendo em domicílios com esgotamento por rede coletora ou pluvial (%) (1)	Proporção de pessoas vivendo em domicílios com máquina de lavar roupa (%) (1)	Proporção de pessoas vivendo em domicílios com acesso à Internet (%) (1)	Proporção de pessoas de 18 a 29 anos de idade ou mais com no mínimo 12 anos de estudo (%) (4)
Brasil	215 602	57,6	7,8	27,4	67,9	70,8	92,9	73,1
Rondônia	1 841	55,1	3,2	24,4	28,9	79,8	94,8	67,8
Acre	914	45,7	7,5	51,5	45,3	62,2	82,3	65,6
Amazonas	4 221	55,1	9,9	45,5	45,5	65,5	87,1	71,4
Roraima	610	58,4	6,6	35,5	55,2	68,4	92,2	75,8
Pará	8 902	56,4	7,7	39,2	21,0	41,1	88,3	62,3
Amapá	900	54,5	11,3	32,9	25,7	87,1	92,2	71,0
Tocantins	1 627	60,1	5,8	28,6	33,0	58,1	91,4	74,1
Maranhão	7 192	46,7	7,9	51,2	26,3	35,2	86,2	67,3
Piauí	3 303	47,6	9,8	45,3	13,0	34,8	88,7	69,3
Ceará	9 339	49,0	8,5	48,7	55,5	45,1	90,6	73,5
Rio Grande do Norte	3 612	46,6	10,7	43,5	38,3	51,7	91,7	64,4
Paraíba	4 077	47,6	9,6	47,4	52,6	39,7	91,1	63,1
Pernambuco	9 727	47,3	13,4	47,5	63,9	44,5	89,9	71,1
Alagoas	3 384	47,3	9,2	46,2	42,8	38,9	90,8	62,9
Sergipe	2 376	51,5	11,4	44,1	49,7	43,9	92,3	60,2
Bahia	15 065	50,3	13,2	46,0	55,9	38,1	90,6	64,1
Minas Gerais	21 624	61,1	5,8	19,8	82,7	73,0	93,7	72,4
Espírito Santo	4 190	60,3	5,7	22,8	80,0	79,9	93,5	71,7
Rio de Janeiro	17 644	55,3	10,1	21,0	89,1	84,4	95,2	77,5
São Paulo	47 327	62,3	7,5	16,5	93,8	88,6	95,0	82,4
Paraná	11 738	62,4	4,8	17,3	71,2	88,6	94,1	74,5
Santa Catarina	7 492	65,9	3,4	11,5	60,0	95,9	96,1	72,8
Rio Grande do Sul	11 528	62,2	5,4	14,4	68,3	91,1	94,3	70,3
Mato Grosso do Sul	2 824	64,2	4,7	19,3	56,1	81,9	93,0	69,7
Mato Grosso	3 590	64,7	3,3	17,2	39,2	83,0	93,4	69,5
Goiás	7 388	64,7	5,8	18,4	59,3	81,4	95,7	74,9
Distrito Federal	3 168	61,8	10,1	15,4	90,1	89,2	97,5	82,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Nota: Contém estatísticas classificadas como experimentais e devem ser usadas com cautela, pois são estimativas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. São desenvolvidas e publicadas visando envolver os usuários e partes interessadas para avaliação de sua relevância e qualidade.

(1) Dados consolidados de primeiras entrevistas. (2) Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. (3) Excluídas pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (4) Dados coletados no 2º trimestre.

Referências

THE 2017 purchasing power parities & SDG 1.1.1. Washington, DC: World Bank, Nov. 2022. 8 p. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/files/meetings/iaeg-sdgs-meeting-13/10c_The-2017-PPPs-and-SDG-1-1-1.pdf. Acesso em: out. 2024.

AMARAL, P. *et al.* Distribuição espacial de equipamentos de mamografia no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - Anpur, v. 19, n. 2, p. 326-341, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n2p326>. Acesso em: out. 2024.

BARBOSA, A. de F. A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento. Orientador: Claudio Salvadori Dedecca. 2003. 374 p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2003.302759>. Acesso em: out. 2024.

BARR, N. *The economics of the welfare state*. 2nd ed. Stanford: Stanford University Press, 1993. 495 p.

BAUER, R. A. (ed.). *Social indicators*. Cambridge [Estados Unidos]: MIT Press, [1966]. 357 p. (Technology, space and society). Preparado pela American Academy of Arts and Sciences for the National Aeronautics and Space Administration.

BIELSCHOWSKY, R. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. *Revista Cepal*, Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal, p. 183-191, maio 2010. Número

especial em português. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/37817>. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, [2024a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Emenda Constitucional n. 123, de 14 de julho de 2022. Altera o Art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis [...] expande o Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei n. 14.284, de 29 de dezembro de 2021; e institui auxílio para entes da Federação financiarem a gratuidade do transporte público. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 133, p. 1-2, 15 jul. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc123.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Decreto n. 10.316, de 7 de abril de 2020. Regulamenta a Lei n. 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 67-B, p. 10-11, 7 abr. 2020a. Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Decreto n. 10.661, de 26 de março de 2021. Regulamenta a Medida Provisória n. 1.039, de 18 de março de 2021, que institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 58-C, p. 1-3, 26 mar. 2021a. Edição especial. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.661-de-26-de-marco-de-2021-310836042>. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Decreto n. 10.852, de 8 de novembro de 2021. Regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória n. 1.061, de 9 de agosto de 2021. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 209-A, p. 1-5, 8 nov. 2021b. Edição extra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10852.htm. Acesso em: nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 182, p. 18055-18059, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1,

Brasília, DF, ano 141, n. 7, p. 1, 12 jan. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 150, p. 1-4, 6 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 77, p. 1-3, 24 abr. 2014a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, p. 1-7, 26 jun. 2014b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Lei n. 14.020, de 6 de julho de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda: dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública [...]; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, ano 158, n. 128, p. 1-5, 7 jul. 2020b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14020.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Lei n. 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis n. 10.696, de 2 de julho de 2003, n. 12.512, de 14 de outubro de 2011, e n. 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 246, p. 1-5, 30 dez. 2021c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Lei n. 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 115, p. 13, 20 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Medida Provisória n. 1.045, de 27 de abril de 2021. Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) no âmbito das

relações de trabalho. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 78, p. 2-5, 28 abr. 2021d. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1045.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Medida Provisória n. 1.061, de 9 de agosto de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 150, p. 5-9, 10 ago. 2021e. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1061.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição. *Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan*: nota técnica: acompanhamento. Brasília, DF, 2016. 5 p. Nota técnica 10/2016. Disponível em: https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/public/file/NT_cadastro_acompanhamento.pdf. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano Nacional de Saúde 2024-2027*. Brasília, DF, 2024b. 288 p. Disponível em: <https://digisusgmp.saude.gov.br/storage/conteudo/W2jOMcLWqx1wLMZMqx7Y6MMVFCjxGgR1WzGlcOqC.pdf>. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Recursos físicos: hospitalar: leitos complementares: Brasil. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES*. Brasília, DF, [2024c]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/leiutibr.def>. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Saiba mais sobre os grupos prioritários para a vacinação contra a Covid-19*. Brasília, DF, 2021f. Notícia de 29 jan. 2021 (atualizada em 9 nov. 2022). Disponível em: www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/janeiro/saiba-mais-sobre-os-grupos-prioritarios-para-a-vacinacao-contra-a-covid-19. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. *Manual operacional para uso do sistema de vigilância alimentar e nutricional - Sisvan*. Versão 3.0. Versão preliminar. Brasília, DF, 2017. 39 p. Disponível em: <http://sisaps.saude.gov.br/sisvan/public/file/ManualDoSisvan.pdf>. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. *Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan na assistência à saúde*. Brasília, DF, 2008. 61 p. (Série B. Textos básicos de saúde). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/vigilancia-alimentar-e-nutricional/arquivos/protocolos-do-sistema-de-vigilancia-alimentar-e-nutricional-sisvan>. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Relatório de cobertura do estado nutricional dos indivíduos acompanhados por período, fase do ciclo da vida e índice. In: BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. *Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan*. Brasília, DF, 2024d. Relatórios de produção. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriogestao/index>. Acesso em: set. 2024.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Painel de Monitoramento da Mortalidade CID-10*. Brasília, DF, [2024e]. Disponível em: <http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-demonitoramento/mortalidade/cid10/>. Acesso em: set. 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento. *Plansab: Plano Nacional de Saneamento Básico*. Brasília, DF, 2019. 239 p. Documento em revisão submetido à apreciação dos Conselhos Nacionais de Saúde, Recursos Hídricos e Meio Ambiente. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab/arquivos/Versao_Conselhos_Resoluo_Alta_Capa_Atualizada.pdf. Acesso em: out. 2024.

CASTRO-NUNES, P. de; RIBEIRO, G. da R. Equidade e vulnerabilidade em saúde no acesso às vacinas contra a COVID-19. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud - OPS, v. 46, p. 1-6, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.31>. Acesso em: out. 2024.

CHEN, S.; RAVALLION, M. How did the world's poorest fare in the 1990s? *The Review of Income and Wealth*, Oxford: Blackwell; Ottawa: International Association for Research in Income and Wealth - IRAIW, v. 47, n. 3, p. 283-300, Sept. 2001. Disponível em: <http://www.roiw.org/2001/283.pdf>. Acesso em: out. 2024.

CHILDHOOD poverty in Latin America and the Caribbean. Washington, DC: World Bank Group, 2016. 4 p. Acima do título: Poverty and inequality monitoring: Latin America and the Caribbean. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/556441468196194868/pdf/106573-BRI-PUBLIC.pdf>. Acesso em: out. 2024.

COBHAM, A. *Palma vs Gini: measuring post-2015 inequality*. London: Center for Global Development - CGD, 2013. Disponível em: <https://www.cgdev.org/blog/palma-vs-gini-measuring-post-2015-inequality>. Acesso em: out. 2024.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (Brasil). *As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008. 215 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/bwb4z/pdf/comissao-9788575415917.pdf>. Acesso em: out. 2024.

CORRÊA, V. P.; SANTOS, C. H. dos. Modelo de crescimento brasileiro e mudança estrutural: avanços e limites. In: CORRÊA, V. P. (org.). *Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. cap. 1, p. 17-55. (Projetos para o Brasil). Disponível em: https://fpabramo.org.br/forum2013/wp-content/uploads/2014/04/Vanessa_Petrelli.pdf. Acesso em: out. 2024.

COSTA, D. C. A. R. *et al.* Oferta pública e privada de leitos e acesso aos cuidados à saúde na pandemia de Covid-19 no Brasil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes, v. 44, p. 232-247, dez. 2020. Número especial 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E415>. Acesso em: nov. 2024.

DEDECCA, C. S.; JUNGBLUTH, A.; TROVÃO, C. J. B. M. A queda recente da desigualdade: relevância e limites. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA*, 36., 2008, Salvador. *Anais [...]*. Niterói: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia - Anpec, 2008. 19 p. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211447120-.pdf>. Acesso em: out. 2024.

DUARTE, L. S. *et al.* Regionalização da saúde no Brasil: uma perspectiva de análise. *Saúde e Sociedade*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Saúde Pública: Associação Paulista de Saúde Pública - APSP, v. 24, n. 2, p. 472-485, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200007>. Acesso em: out. 2024.

EDUCATION at a glance 2022: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2022. 459 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/3197152b-en>. Acesso em out. 2024.

EDUCATION at a glance 2023: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2023. 473 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/e13bef63-en>. Acesso em out. 2024.

ESCLARECIMENTOS sobre o deflacionamento dos rendimentos anuais da PNAD contínua. *In: PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: notas técnicas. Versão 1.15*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Anexo 3, p. 69-70. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: out. 2024.

ESTATÍSTICAS de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 38). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?t=publicacoes>. Acesso em: out. 2024.

FANTOM, N.; SERAJUDDIN, U. *The World Bank's classification of countries by income*. Washington, DC: World Bank Group, 2016. 50 p. (Policy research working paper, 7528). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/23628>. Acesso em: out. 2024.

FERES, J. C.; VILLATORO, P. A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2013. 88 p. (Cadernos de estudos desenvolvimento social em debate, n. 15). Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/caderno-cepal.pdf>. Acesso em: out. 2024.

FERREIRA, F.; SÁNCHEZ-PÁRAMO, C. A richer array of international poverty lines. *In: WORLD BANK. Let's Talk Development: World Bank research findings*. Washington, DC, Oct. 13 2017. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/richer-array-international-poverty-lines>. Acesso em: out. 2024.

FERREIRA, F. H. G. *et al.* *A global count of the extreme poor in 2012: data issues, methodology and initial results*. Washington, DC: World Bank Group, 2015. 65 p. (Policy research working paper, 7432). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/22854>. Acesso em: out. 2024.

FERREIRA, I. Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023. *In: IBGE. Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 25 abr. 2024. Estatísticas sociais, PNAD Contínua. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>. Acesso em: out. 2024.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Publifolha, 2000. 276 p. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

GALBRAITH, J. K. *Inequality: what everyone needs to know*. New York: Oxford University Press, 2016. 211 p.

GLYN, A. Functional distribution and inequality. *In: SALVERDA, W.; NOLAN, B.; SMEEDING, T. M. (ed.). The Oxford handbook of the economic inequality*. Oxford: Oxford University Press, 2009. cap. 5, p. 101-126.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Estudos Avançados - IEA, v. 9, n. 24, p. 159-173, maio/ago. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000200007>. Acesso em: out. 2024.

IBGE. *IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita e o coeficiente de desequilíbrio regional 2020*. Rio de Janeiro, 26 maio 2021a. 2 p. Coeficiente calculado com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, como disposto no Decreto n. 9.291, de 21.02.2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3095/cdr_2020.pdf. Acesso out. 2024.

IBGE. *Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro, 2024a. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: out. 2024.

IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Estimativas para estratos de Municípios na PNAD Contínua*. Rio de Janeiro, 29 abr. 2022. 4 p. Nota técnica 01/2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101933.pdf>. Acesso em: out. 2024.

IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Revisão da série de rendimentos do trabalho da PNAD contínua: identificação e tratamento de rendimentos outliers na série 2012/2019 e revisão de valores repetidos na base de 2014*. Rio de Janeiro, jul. 2019a. [4] p. Nota técnica jul./2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101812.pdf>. Acesso em: out. 2024.

IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Sobre a composição da variável renda domiciliar per capita utilizada na construção e análise da distribuição dos rendimentos na PNAD contínua*. Rio de Janeiro, 16 set. 2019b. 8 p. Nota técnica set./2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101811.pdf>. Acesso em: out. 2024.

IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Sobre os rendimentos de todas as fontes 2020*. Rio de Janeiro, 19 nov. 2021b. 3 p. Nota técnica 05/2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101874.pdf>. Acesso em: out. 2024.

IBGE. *Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade 2000-2070*. Rio de Janeiro, 2024b. Tabelas em formato xls e ods compactados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html>. Acesso em: out. 2024.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais: Brasil: ano de referência 2010*. 3. ed. Rio de Janeiro, 2016. 236 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?edicao=18363&t=notas-tecnicas>. Acesso em: out. 2024.

INCHAUSTE, G. *et al. Understanding changes in poverty*. Washington, DC: World Bank Group, 2014. 171 p. (Directions in development. Poverty). Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/275271468336660502/pdf/Understanding-changes-in-poverty.pdf>. Acesso em: out. 2024.

INDICADORES IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes out./dez. 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2024.

INDICADORES sociais: relatório 1979. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 441 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv8120.pdf>. Acesso em: out. 2024.

ÍNDICE Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. *In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática*. Rio de Janeiro, [2024]. tab. 1737, 7060, 1419. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/tabelas>. Acesso em: out. 2024.

INSTITUTO DESIDERATA. *Panorama da Obesidade em Crianças e Adolescentes: dados oficiais do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan no período de 2015 até 2024*. Rio de Janeiro, [2024]. Disponível em: <https://panorama.obesidadeinfantil.org.br/>. Acesso em: nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo Escolar da Educação Básica 2019/2023: taxas de distorção idade-série*. Brasília, DF: INEP, 2024a. Disponível em: <https://>

www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie. Acesso em: ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse estatística do ENEM 2019-2022*. Brasília, DF: INEP, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>. Acesso em: out. 2024.

JOLLIFFE, D.; PRYDZ, E. B. *Estimating international poverty lines from comparable national thresholds*. Washington, DC: World Bank Group, 2016. 34 p. (Policy research working paper, 7606). Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/837051468184454513/pdf/Estimating-international-poverty-lines-from-comparable-national-thresholds.pdf>. Acesso em: out. 2024.

JOLLIFFE, D. *et al. Assessing the impact of the 2017 PPPs on the international poverty line and global poverty*. Washington, DC: World Bank Group, 2022. 78 p. (Policy research working paper, 9941). Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/353811645450974574/pdf/Assessing-the-Impact-of-the-2017-PPPs-on-the-International-Poverty-Line-and-Global-Poverty.pdf>. Acesso em: out. 2024.

KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. *American Economic Review*, Pittsburgh: American Economic Association - AEA, v. 45, n. 1, p. 1-28, Mar. 1955. Disponível em: <http://piketty.pse.ens.fr/files/Kuznets1955.pdf>. Acesso em: out. 2024.

LILA, M. F.; FREITAS, M. P. S. de. *Estimação de intervalos de confiança para estimadores de diferenças temporais na Pesquisa Mensal de Emprego*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 101 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 22). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Notas_Tecnicas/Documentacao.pdf. Acesso em: out. 2024.

MATTOS, F. A. M. de. Aspectos históricos e metodológicos da evolução recente do perfil distributivo brasileiro. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade, v. 19, n. 2, p. 135-149, abr./jun. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000200011>. Acesso em: out. 2024.

MOURA, A. P. R.; NEMER, L. A evolução dos hospitais de campanha e os desafios da construção temporária no Brasil. *Cadernos UniFOA*, Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda, v. 19, n. 54, p. 1-12, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47385/cadunifoa.v19.n54.5080>. Acesso em: nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio, 2015. 49 p. Adotada pela Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque, em 25 de setembro de

2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: out. 2024.

NISHI, L. F. *Coefficiente de Gini: uma medida de distribuição de renda*. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, Departamento de Ciências Econômicas, 2010. [9] p. Disponível em: https://www.esag.udesc.br/arquivos/id_submenu/63/apostila_gini.pdf. Acesso em: out. 2024.

NUNES, A. *et al. Medindo as desigualdades em saúde no Brasil: uma proposta de monitoramento*. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2001. 221 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9027/1/Medindodesigualdades.pdf>. Acesso em: out. 2024.

OBSERVATÓRIO COVID-19. *Diferenciais de cobertura vacinal segundo grupos etários no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, [2022]. [7] p. Nota técnica. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/notatecnica_obscovid19_coberturavacinal.pdf. Acesso em: out. 2024.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *OECD.Stat*. Paris, [2024]. Disponível em: <https://stats.oecd.org/>. Acesso em: out. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID-10*. 10 ed. rev. São Paulo: Edusp, 2008. Versão em português organizada pelo Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde - OMS para a Classificação de Doenças em Português (Centro Brasileiro de Classificação de Doenças - CBCD). Título original: International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems - ICD (World Health Organization). Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>. Acesso em: out. 2024.

OUTRAS formas de trabalho 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=37526&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2024.

PALMA, J. G. *Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the "inverted-u": the share of the rich is what it's all about*. Cambridge [Reino Unido]: University of Cambridge, Faculty of Economics, 2011. 65 p. (Cambridge working papers in economics - CWPE, 1111). Disponível em: <http://www.econ.cam.ac.uk/research-files/repec/cam/pdf/cwpe1111.pdf>. Acesso em: out. 2024.

PERFIL do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho - OIT, Escritório no Brasil, 2012. 412 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_234424.pdf. Acesso em: out. 2024.

PERSPECTIVAS sociais e de emprego no mundo: tendências para mulheres no mercado de trabalho 2017: desigualdades de gênero no mercado de trabalho: Brasil. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2017. 1 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_558014.pdf. Acesso em: out. 2024.

PESQUISA de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 59 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisade-orcamentos-familiares-2.html?edicao=28708&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2024.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 669 p. Título original: *Le capital au XX^e siècle*. Disponível em: <https://pagotto.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/05/piketty-2014-o-capital-no-sec-xxi.pdf>. Acesso em: out. 2024.

RAVALLION, M.; CHEN, S.; SANGRAULA, P. *Dolar a day revisited*. Washington, DC: World Bank, 2008. 39 p. (Policy research working paper, 4620). Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/350401468157768465/pdf/wps4620.pdf>. Acesso em: out. 2024.

RAVALLION, M.; DATT, G.; VAN DE WALLE, D. Quantifying absolute poverty in the developing world. *The Review of Income and Wealth*, Oxford: Blackwell; Ottawa: International Association for Research in Income and Wealth - IARIW, v. 37, n. 4, p. 345-361, Dec. 1991. Disponível em: <http://www.roiw.org/1991/345.pdf>. Acesso em: out. 2024.

RENDIMENTO de todas as fontes 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=36796&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2024.

SABOIA, J. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho: como entender a aparente contradição? *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Estudos Avançados, v. 28, n. 81, p. 115-125, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000200008>. Acesso em: out. 2024.

SABOIA, J.; HALLAK NETO, J. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000. *Economia e Sociedade*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Instituto de Economia, v. 27, n. 1, p. 265-285, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v27n1art9>. Acesso em: out. 2024.

SANTOS, C. de B. G. dos. *Disparidades na distribuição geográfica de recursos de saúde em Portugal*. Orientadora: Paula Alexandre Correia Veloso Veiga Benesch. 2012. 64 p. Dissertação (Mestrado em Economia e Política da Saúde) – Escola de Economia e Gestão, Universidade do

Minho, Braga, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/20740>. Acesso em: out. 2024.

SCHNEIDER, M. C. *et al.* Métodos de de medición de las desigualdades de salud. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud - OPS, v. 12, n. 6, p. 398-415, 2002. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2002.v12n6/398-414/es>. Acesso em: out. 2024.

SILVA, R. P. C. *et al.* Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional: tendência temporal da cobertura e estado nutricional de adultos registrados, 2008-2019. *Epidemiologia e Serviços de Saúde - RESS: revista do SUS*, Brasília, DF: Secretaria de Vigilância em Saúde, v. 31, n. 1, e2021605, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742022000100019>. Acesso em: out. 2024.

SILVA, T. F. *et al.* *Novo Bolsa Família: desafios e oportunidades para 2023*. Washington, DC: Banco Mundial, 2023. 71 p. Nota técnica n. 1. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099092023174816749/pdf/P17483615d630ad51c469143681b49d12d9a854c8670.pdf>. Acesso em: out. 2024.

SÍNTESE de indicadores sociais 2016: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 138 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=17068>. Acesso em: out. 2024.

SÍNTESE de indicadores sociais 2018: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 39). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=23289&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2024.

SÍNTESE de indicadores sociais 2020: uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 146 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 43). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=29143&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2024.

SÍNTESE de indicadores sociais 2021: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 203 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 44). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=32373&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2024.

SÍNTESE de indicadores sociais 2022: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 151 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 49). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/>

populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=35616&t=publicacoes. Acesso em: out. 2024.

SÍNTESE de indicadores sociais 2023: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 149 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 53). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=38475>. Acesso em: out. 2024.

SISTEMA de Contas Nacionais: Brasil 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. (Contas nacionais, n. 89). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?edicao=35337&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2024.

SOCIETY at a glance 2016: OECD social indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2016. 135 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264261488-en>. Acesso em: out. 2024.

UNITED NATIONS. Committee on Economic, Social and Cultural Rights. *General comment n. 4: the right to adequate housing: art. 11 (1) of the covenant*. Geneva, 1991. [7] p. Adotado na 6th Session of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights - CESCR, realizada em Genebra, em 13 de dezembro de 1991. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/47a7079a1.pdf>. Acesso em: out. 2024.

UNITED NATIONS. Country profiles: Argentina, Canada, Colombia, Dominican Republic, France, Great Britain, México, Portugal, Spain. In: UNITED NATIONS. Statistics Division. *SDG Indicators*. New York, 2024. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/dataportal/countryprofiles/>. Acesso em: out. 2024.

UNITED NATIONS. Statistical Commission. *System of National Accounts 2008*. New York, 2009. 662 p. Preparado sob os auspícios de United Nations, European Commission, International Monetary Fund - IMF, Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD e World Bank. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>. Acesso em: out. 2024.

UNITED NATIONS. *The sustainable development goals report 2020*. New York, 2020. 64 p. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2020/>. Acesso em: out. 2024.

WHAT does NEETs mean and why is the concept so easily misinterpreted? Geneva: International Labour Office - ILO, 2015. 13 p. (Technical brief, n. 1). Elaborado no âmbito do projeto Work4Youth (W4Y), uma parceria entre a Organização Internacional do Trabalho - OIT e a Fundação MasterCard. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_343153.pdf. Acesso em: out. 2024.

THE WORKING poor or how a job is no guarantee of decent living conditions: a study based on ILO's global estimates of employment by economic class. Geneva: International Labor Organization - ILO, 2019. [11] p. (Spotlight on work statistics, n. 6). Disponível em: <https://www.ilo.org/media/409741/download>. Acesso em: out. 2024.

WORLD development report 1990: poverty. Washington, DC: World Bank; Oxford: Oxford University Press, 1990. 260 p. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/8a00844a-9661-539f-9662-cee8b4ffd046/content>. Acesso em: out. 2024.

WORLD employment and social outlook: trends 2017. Geneva: International Labour Office - ILO, 2017. 56 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_541211.pdf. Acesso em: out. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. SDG Target 3.c. Health workforce: substantially increase health financing and the recruitment, [...]. *In*: WORLD HEALTH ORGANIZATION. *GHO*: the global health observatory: data repository. Geneva: WHO, 2024. Disponível em: <https://www.who.int/data/gho/data/themes/topics/indicator-groups/indicator-group-details/GHO/sdg-target-3.c-health-workforce>. Acesso em: out. 2024.

Anexos

1 Notas sobre a PNAD Contínua

2 Grupamentos e divisões de atividades adotadas na PNAD Contínua

3 Notas explicativas da PNAD Contínua tais como utilizadas na Síntese de Indicadores Sociais 2024

4 Notas sobre o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN

5 Notas sobre o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES

6 Notas sobre o Painel de Monitoramento de Tratamento Oncológico - Painel-Oncologia

1 Notas sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua¹

A pesquisa visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como trabalho e outras formas de trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e da comunicação etc.), investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares. Tem como unidade de investigação o domicílio.

A PNAD Contínua foi implantada, experimentalmente, em outubro de 2011 e, a partir de janeiro de 2012, em caráter definitivo, em todo o Território Nacional. Sua amostra foi planejada de modo a produzir resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais, Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE GrandeTeresina, e Municípios das Capitais. Desde sua implantação, a pesquisa, gradualmente, vem ampliando os indicadores investigados e divulgados.

Periodicidade de divulgação das informações:

- Mensal - conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho e somente para o nível geográfico Brasil;
- Trimestral - conjunto de indicadores relacionados à força de trabalho para todos os níveis de divulgação da pesquisa;
- Anual - demais temas permanentes da pesquisa e indicadores complementares à força de trabalho; e
- Variável - outros temas ou tópicos dos temas permanentes a serem pesquisados com maior periodicidade ou ocasionalmente.

Os indicadores mensais utilizam as informações dos últimos três meses consecutivos da pesquisa, existindo, entre um trimestre móvel e o seguinte, repetição das informações de dois meses. Assim, os indicadores da PNAD Contínua produzidos mensalmente não refletem a situação de cada mês, mas, sim, a situação do trimestre móvel que finaliza a cada mês.

Os resultados anuais sobre outros temas ou tópicos são obtidos acumulando-se informações de determinada visita ao longo do ano, ou são concentrados em determinado trimestre. Para fins da presente publicação os indicadores anuais foram obtidos a partir das informações consolidadas das primeiras visitas de cada trimestre, para os anos de 2012 a 2019, e de quintas visitas de 2020 a 2022.

Temas e tópicos suplementares pesquisados em trimestres específicos do ano:

- Educação (2º trimestre); e

¹ O conteúdo destas notas foi extraído da página da PNAD Contínua no portal do IBGE na Internet, onde podem ser consultados os metadados da referida pesquisa e informações metodológicas mais detalhadas, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e..>

- Acesso à televisão e à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal (4º trimestre).

Temas e tópicos pesquisados ao longo do ano em determinada visita:

- Habitação (1ª visita);
- Características gerais dos moradores (1ª visita);
- Informações adicionais da força de trabalho (1ª visita);
- Outras formas de trabalho (afazeres domésticos, cuidados de pessoas, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário) (5ª visita);
- Trabalho de crianças e adolescentes (5ª visita); e
- Rendimentos de outras fontes (1ª e 5ª visitas).

2 Grupamentos e divisões de atividades adotadas na PNAD Contínua

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Agropecuária)

Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados

Produção florestal

Pesca e aquicultura

Indústria geral (Indústria)

Indústrias extrativas

Indústrias de transformação

Eletricidade e gás

Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação

Construção

Construção e incorporação de edifícios

Obras de infraestrutura

Serviços especializados para construção

Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (Comércio e reparação)

Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas

Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas

Transporte, armazenagem e correio

Transporte terrestre

Transporte aquaviário

Transporte aéreo

Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes

Correio e outras atividades de entrega

Alojamento e alimentação

Alojamento

Alimentação

Informação, comunicação e outras atividades profissionais (Informação, financeira e outras atividades profissionais)

Informação e comunicação

Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados

Atividades imobiliárias

Atividades profissionais, científicas e técnicas

Atividades administrativas e complementares

Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (Administração pública, educação, saúde e serviços sociais)

Administração pública, defesa e seguridade social

Educação

Atividades de atenção à saúde humana

Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, inclusive prestadas em residências coletivas e particulares

Serviços de assistência social sem alojamento

Serviços domésticos

Serviços domésticos

Outros serviços

Artes, cultura, esporte e recreação

Atividades de organizações associativas

Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos

Outras atividades de serviços pessoais

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Atividades mal definidas

Atividades mal definidas

3 Notas explicativas da PNAD Contínua tais como utilizadas na Síntese de Indicadores Sociais 2024

Nota sobre estatísticas de rendimento por décimos e outros percentuais da população

Esta nota descreve como os décimos e outros percentuais da população são estabelecidos para o cálculo de estatísticas de rendimento como, por exemplo, o rendimento médio do primeiro décimo da população, com os dados da PNAD Contínua tal como utilizada na Síntese de Indicadores Sociais.

Para a construção dos décimos e outros percentuais, a população é classificada em função dos percentis estimados da renda de interesse (rendimento domiciliar per capita, rendimento efetivo ou habitual do trabalho) e depois dividida em 15 classes (ou grupos) com percentuais da população previamente definidos, como: até 5%, de 5% até 10% e mais de 90% até 95%, cada um contendo aproximadamente 5% da população; até 10%, mais de 10% até 20%, mais de 20% até 30%, mais de 30% até 40%, mais de 40% até 50%, mais de 50% até 60%, mais de 60% até 70%, mais de 70% até 80%, mais de 80% até 90%, mais de 90% até 100%, todas contendo aproximadamente 10% da população; mais de 95% até 99%, contendo aproximadamente 4% da população; e mais de 99% até 100%, contendo aproximadamente 1% da população.

O cálculo dos percentis amostrais, a partir da renda de interesse, busca estimar os parâmetros populacionais que levam à divisão da população-alvo em classes de mesma proporção. Como os rendimentos informados, por vezes, apresentam empates, ou seja, valores que se repetem, nem sempre a divisão reflete exatamente o percentual esperado, mas se mantém próximo do valor-alvo. A estimação dos percentis leva em consideração as informações do desenho amostral de cada pesquisa, como o peso amostral².

Assim, por exemplo, a primeira classe (até 5%) contém indivíduos com os menores rendimentos registrados e a última classe (mais de 99% até 100%) contém os maiores rendimentos registrados. Essas classes podem ser agrupadas em classes maiores, por exemplo, até 20%, mais de 20% até 40% etc. Em seguida, são calculadas as estatísticas de rendimento de cada classe.

Nas tabelas, esses grupos são reportados como classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento ou classes de percentual de domicílios em ordem crescente de rendimento. Cabe mencionar que o conjunto de pessoas considerado nos cálculos varia segundo o conceito de rendimento utilizado. Por exemplo, quando os décimos são baseados no rendimento domiciliar per capita, são considerados apenas os dados dos moradores em domicílios particulares permanentes com condição no domicílio diferente de empregado doméstico, parente de empregados doméstico e pensionista. Quando os décimos são baseados nos rendimentos do trabalho, são considerados apenas os ocupados com rendimento.

² O cálculo foi implementado no software R a partir das funções do pacote Survey.

Passo a passo:

1. Cálculo dos percentis amostrais, considerando o peso amostral, a partir da variável de rendimento desejada; e
2. Classificar as pessoas nas classes de rendimento, definidas dentro dos limites estabelecidos pelos percentis amostrais. Assim, aqueles com rendimento menor ou igual ao percentil 5% são alocados na classe de rendimento 1, dentre os demais, aqueles com rendimento menor ou igual ao percentil 10% são alocados na classe 2, e assim sucessivamente.

Nota sobre o deflacionamento das variáveis de rendimento

O IBGE, por meio desta nota, esclarece o procedimento adotado para atualizar os rendimentos divulgados na Síntese de Indicadores Sociais 2024.

Os indicadores de rendimento são divulgados em termos reais. Para o deflacionamento dos rendimentos nominais, originalmente disponíveis, é utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Esse índice é parte integrante do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC que contempla atualmente 10 Regiões Metropolitanas, cinco Capitais e o Distrito Federal.

Esse procedimento segue a mesma metodologia das divulgações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua segundo o recorte anual, utilizando como deflator médio do ano a média dos deflatores mensais por nível geográfico, conforme pode ser visto no Anexo 3, **Esclarecimentos sobre o deflacionamento dos rendimentos anuais da PNAD Contínua**, das Notas técnicas³ da pesquisa. Os valores dos deflatores podem ser encontrados na documentação dos microdados anuais⁴.

Quanto às classes de salário mínimo, o valor de referência é o salário mínimo nominal de 2023, equivalente a R\$ 1 320,00. Dessa forma, para a construção das classes de salário mínimo, os rendimentos são deflacionados para reais médios de 2023 e as classes são definidas a partir do valor de referência R\$ 1 320,00.

Com relação às classes de rendimento, os valores podem ter sido deflacionados para reais médios de 2023 ou para reais médios do mesmo ano. De forma geral, quando se tem foco nos valores dos rendimentos (em reais), o deflacionamento é feito levando para reais médios do último ano, pois quando o foco é nos percentuais de pessoas ou domicílios dentro dos grupos, o deflacionamento leva para reais médios do mesmo ano. Em cada tabela que faz uso de informações de rendimento, está identificado, no rodapé, o formato do deflacionamento aplicado.

Um caso específico das classes de rendimento é relacionado às classes pelas linhas sugeridas pelo Banco Mundial (World Bank) para medir pobreza monetária. Tais linhas seguem diferentes critérios e calculam a incidência da pobreza a partir de um certo ganho diário em dólares (US\$), definido em 2017, pela paridade de poder de

³ Para informações mais detalhadas, consultar: ESCLARECIMENTOS sobre o deflacionamento dos rendimentos anuais da PNAD contínua. In: PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: notas técnicas. Versão 1.18. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Anexo 3, p. 68-69. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: out. 2024.

⁴ Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Visita/Documentacao_Geral/.

compra (PPC)⁵. Os diversos valores são delineados conforme uma avaliação do corte ideal para capturar a pobreza do país em relação ao resto do mundo, mas também controlando por seu nível de desenvolvimento, sendo eles: US\$ 2,15, US\$ 3,65 e US\$ 6,85 por dia. Na Síntese de Indicadores Sociais, esses valores são convertidos em reais, com o fator de conversão R\$ 2,33 para US\$ 1,00 em 2017, e posteriormente transformados para valores mensais e deflacionados para reais médios do período desejado de acordo com a pesquisa. O intuito ao utilizar essa classificação é comparar de forma adequada os níveis de renda, considerando, por meio da PPC, os diferentes custos de vida dos países, da mesma forma que leva em conta a evolução inflacionária no Brasil.

Na publicação, também são utilizados valores de referência que foram definidos com base nos adotados como qualificação para o Programa Bolsa Família⁶ no ano de 2023 – R\$ 218. Os rendimentos deflacionados foram comparados com os valores de referência citados a fim de calcular os indicadores necessários, contudo, é importante destacar que as classificações geradas não refletem pessoas que são contempladas pelo programa.

Nota sobre o tratamento para rendimento *outlier*

O tratamento dos rendimentos considerados *outliers* realizados foi aplicado à base da PNAD Contínua, seguindo a metodologia elaborada e divulgada na nota técnica divulgada pelo IBGE, em julho de 2019⁷. Essas bases tratadas foram usadas para o cálculo dos indicadores da Síntese de Indicadores Sociais 2024.

Nota sobre a composição da variável renda domiciliar *per capita*

Na PNAD Contínua, a construção da renda domiciliar *per capita* seguiu a metodologia elaborada e divulgada na nota técnica da pesquisa, divulgada pelo IBGE, em setembro de 2019⁸. Durante todo o processo, são desconsideradas as pessoas cuja condição no domicílio era empregado doméstico, parente do empregado doméstico e pensionista.

Um aspecto adicional, que se aplica ao uso da renda domiciliar *per capita*, é a adoção de um truncamento do valor original em quatro casas decimais. Esse truncamento foi adotado como forma de evitar diferenças, que foram observadas, em função do *software* utilizado para o processamento. O truncamento permitiu contornar tais diferenças, que envolviam principalmente o cálculo dos percentis, e não devem impactar significativamente nos demais indicadores.

⁵ Para informações mais detalhadas, consultar: CHILDHOOD poverty in Latin America and the Caribbean. Washington, DC: World Bank Group, 2016. 4 p. Acima do título: Poverty and inequality monitoring: Latin America and the Caribbean. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/556441468196194868/pdf/106573-BRI-PUBLIC.pdf>. Acesso em: out. 2024; e, FERREIRA, F.; SÁNCHEZ-PÁRAMO, C. A richer array of international poverty lines. In: WORLD BANK. *Let's Talk Development: World Bank research findings*. Washington, DC, 2017. Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/developmenttalk/richer-array-international-poverty-lines>. Acesso em: out. 2024.

⁶ Em arco de 2023, o Programa Auxílio Brasil foi substituído pelo Programa Bolsa Família, em vigor desde então.

⁷ Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Revisão da série de rendimentos do trabalho da PNAD contínua: identificação e tratamento de rendimentos outliers* na série 2012/2019 e revisão de valores repetidos na base de 2014. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2019. 4 p. Nota técnica jul./2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: out. 2024.

⁸ Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Sobre a composição da variável renda domiciliar per capita utilizada na construção e análise da distribuição dos rendimentos na PNAD contínua*. Rio de Janeiro: IBGE, 16 set. 2019. 8 p. Nota técnica set./2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: out. 2024.

4 Notas sobre o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN⁹

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN tem por objetivo realizar a gestão das informações de Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN). Trata-se de uma ferramenta para o monitoramento da situação alimentar e nutricional da população atendida nos serviços de Atenção Básica no Brasil. A população alvo é a atendida pelo sistema de atenção básica do Sistema Único de Saúde - SUS com indicação clínica de acompanhamento da situação nutricional (Brasil, 2017).

O SISVAN apresenta como instrumentos de coleta de dados, o Formulário de Cadastro e Acompanhamento Nutricional, o Formulário de Marcadores de Consumo Alimentar e o Mapa Diário de Acompanhamento.

Acompanhamento

Trata-se de procedimento de registro ou localização dos indivíduos com as informações nome, data de nascimento, sexo e Cartão Nacional de Saúde (CNS). O registro do atendimento é realizado pela entrada da data do acompanhamento e do tipo de acompanhamento (estado nutricional e/ou consumo alimentar). Além disso, são informados os dados de estabelecimentos, a partir do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, dados de equipe, cartão SUS do profissional, nome do profissional, Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e, por último a Microárea¹⁰ - que também deve ser vinculada ao CNES da unidade de atendimento.

Acompanhamento do estado nutricional

O registro do acompanhamento do estado nutricional apresenta três blocos de informações, definidos como: Informações nutricionais; Doenças, deficiências e intercorrências; e Vinculações.

⁹ Para informações mais detalhadas sobre o conteúdo dessas notas, bem como seus metadados e informações metodológicas mais detalhadas, consultar: <http://sisaps.saude.gov.br/sisvan/documentos/index>. Nota elaborada com base em: BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan. Brasília, DF, 2016. 5 p. Nota técnica: acompanhamento. Disponível em: https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/public/file/NT_cadastro_acompanhamento.pdf. Acesso em: out. 2024.

¹⁰ Microárea corresponde à delimitação territorial que agrega uma homogeneidade socioeconômica-sanitária, especialmente definida como área de abrangência para atuação e organização da equipe de saúde.

Quanto às informações nutricionais, o sistema apresenta os campos para registro de medidas antropométricas, conforme descrição a seguir:

	Criança < 2 anos	Criança de 2 a 9 anos	Adolescente	Adulto	Idosos	Gestante	Observação
Peso	X	X	X	X	X	X	Medida em quilogramas
Altura	X	X	X	X	X	X	Medida em centímetros
Aleitamento materno	X						Consultar legenda na ficha
Peso ao nascer	X						Medida em gramas, sendo obrigatório um único registro.
Perímetro da cintura				X			Medida em centímetros
Perímetro da panturrilha					X		Medida em centímetros
Peso prégestacional						X	Medida em quilogramas
Data da última menstruação						X	

Fonte: BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan. Brasília, DF, 2016. Nota técnica: acompanhamento. Disponível em:

https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/public/file/NT_cadastro_acompanhaento.pdf. Acesso em: out. 2024.

O bloco de questões sobre doenças, deficiências e intercorrências compreende um conjunto mínimo de condições relatadas pelo indivíduo. Por último, o bloco de vinculações apresenta opções de resposta padronizadas da seguinte forma:

- Tipo de acompanhamento: atendimento na Atenção Básica, Chamada Nutricional e Saúde na Escola;
- Programas vinculados: Programa Bolsa Família, SISVAN e Programa Saúde na Escola - PSE; e
- Grupos: hipertensos e diabéticos.

Acompanhamento do consumo alimentar

Os marcadores do consumo alimentar possibilitam a identificação dos alimentos consumidos no dia anterior e comportamentos que se relacionam à alimentação saudável ou não saudável. O Sisvan carrega o conjunto de questões automaticamente segundo faixa etária do indivíduo acompanhado.

Limitações

A cobertura do SISVAN é limitada. O Ministério da Saúde disponibiliza o total de pessoas acompanhadas pelo sistema no *Relatório de cobertura do estado nutricional dos indivíduos acompanhados por período, fase do ciclo da vida e índice* (Brasil, 2024d). Isso porque a população alvo é a atendida pelo sistema de atenção básica do SUS com indicação clínica de acompanhamento da situação nutricional (Brasil, 2017). Ou seja, trata-se de sistema de registro e acompanhamento de casos atendidos pelo SUS¹¹.

¹¹ Para informações mais detalhadas, consultar: SILVA, R. P. C. *et al.* Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional: tendência temporal da cobertura e estado nutricional de adultos registrados, 2008-2019. *Epidemiologia e Serviços de Saúde - RESS*: revista do SUS, Brasília, DF: Secretaria de Vigilância em Saúde, v. 31, n. 1, e2021605, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742022000100019>. Acesso em: out. 2024.

5 Notas sobre o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES¹²

O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES é o sistema de informação oficial de cadastramento de informações de todos os estabelecimentos de saúde no País, independentemente de sua natureza jurídica ou de integrarem o Sistema Único de Saúde - SUS. Trata-se do cadastro oficial do Ministério da Saúde no tocante à realidade da capacidade instalada e mão de obra assistencial de saúde no Brasil em estabelecimentos de saúde públicos ou privados, com convênio SUS ou não.

O CNES possui as seguintes finalidades:

- Cadastrar e atualizar as informações sobre estabelecimentos de saúde e suas dimensões, como recursos físicos, trabalhadores e serviços;
- Disponibilizar informações dos estabelecimentos de saúde para outros sistemas de informação;
- Ofertar para a sociedade informações sobre a disponibilidade de serviços nos territórios, formas de acesso e funcionamento; e
- Fornecer informações que apoiem a tomada de decisão, o planejamento, a programação e o conhecimento pelos gestores, pesquisadores, trabalhadores e sociedade em geral acerca da organização, existência e disponibilidade de serviços, força de trabalho e capacidade instalada dos estabelecimentos de saúde e territórios.

Faz-se importante distinguir alguns conceitos utilizados no CNES, que podem gerar certa dúvida ao leitor não habituado com os termos. Portanto, são listadas abaixo algumas das variáveis utilizadas:

Tipos de estabelecimento - hospital geral, hospital especializado, hospital dia, Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia - SADT¹³.

Tipos de atendimento - especifica o tipo de atendimento prestado que o estabelecimento executa. Pode ser SUS, particular, plano de saúde público ou plano de saúde privado. Sendo permitida a marcação de mais de uma opção.

Modalidades de atendimento - ambulatorial, internação hospitalar, urgência e Serviços de Apoio de Diagnose e Terapia - SADT¹⁴.

¹² Para informações mais detalhadas sobre o conteúdo dessas notas, bem como seus metadados e informações metodológicas mais detalhadas, consultar a base de dados do CNES, no endereço: <http://cnes.datasus.gov.br/>; e o *Wiki Saúde*; consultar também: https://wiki.saude.gov.br/cnes/index.php/P%C3%A1gina_principal.

¹³ Nesta publicação foram considerados apenas esses quatro tipos. Para informações sobre outros tipos de estabelecimentos existentes no CNES e suas respectivas definições, consultar: TIPO de estabelecimento. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES*. Brasília, DF, [2024]. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/cnes/tipo_estabelecimento.htm. Acesso em: out. 2024.

¹⁴ Nesta publicação foram considerados apenas esses quatro tipos, as outras modalidades existentes no CNES são atividades de vigilância em saúde e regulação entre outros.

A quantidade de estabelecimentos, leitos e profissionais de determinado ano é calculada como a média aritmética dos 12 meses do respectivo ano. Dessa forma, a quantidade de estabelecimentos, leitos ou profissionais pode apresentar números não inteiros, e assim, por questões de arredondamento o total pode divergir do somatório das desagregações. Para calcular taxas por habitante e por usuários de planos de saúde entre 2010 e 2021, foram utilizadas as Projeções da População do Brasil e das Unidades da Federação¹⁵, divulgadas pelo IBGE e o Sistema de Informações de Beneficiários - SIB, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS¹⁶.

¹⁵ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=o-que-e>.

¹⁶ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <https://www.gov.br/ans/pt-br/aceso-a-informacao/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor>.

6 Notas sobre o Painel de Monitoramento de Tratamento Oncológico: Painel-Oncologia¹⁷

Origem dos dados

Os dados disponíveis no Painel de Monitoramento de Tratamento Oncológico - Painel-Oncologia são oriundos do Sistema de Informação Ambulatorial - SIA - através do Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I) e da Autorização de Procedimento de Alta Complexidade (APAC) - do Sistema de Informação Hospitalar - SIH e do Sistema de Informações de Câncer - SISCAN, geridos pelo Ministério da Saúde, através da Secretaria de Assistência à Saúde, em conjunto com as Secretarias Estaduais de Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde, sendo processado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde.

Os registros de procedimentos de diagnóstico e de tratamento realizados pelos serviços de saúde que compõem o Sistema Único de Saúde - SUS são consolidados pelo DATASUS, formando as bases de dados dos procedimentos realizados nos estabelecimentos de saúde públicos ou particulares conveniados ao SUS no Brasil.

O Painel-Oncologia é um instrumento desenvolvido para monitorar a Lei n. 12.732, de 22.11.2012, que estabelece o prazo para o início do tratamento do paciente com neoplasia maligna comprovada.

As informações do Painel-Oncologia se referem ao tempo de início do primeiro tratamento oncológico calculado a partir da informação das datas de diagnóstico e de tratamento registradas no SIA (APAC e BPA-I), SIH e SISCAN. E apresenta os casos diagnosticados através dos exames anatomopatológicos.

A definição de caso foi feita a partir da combinação do Cartão Nacional de Saúde (CNS) com a Classificação Internacional de Doenças - CID-10¹⁸ informada. Sendo assim, um mesmo cartão com CID diferente representa casos diferentes.

Informações de diagnóstico de câncer de colo do útero e de mama estão disponíveis desde 2013 devido ao ano de início de implantação do SISCAN. Para os demais cânceres as informações de diagnóstico oriundas do procedimento diagnóstico "exame anatomopatológico para congelamento/parafina por peça cirúrgica ou por biópsia" (exceto colo uterino e mama) estão disponíveis a partir de maio de 2018, quando passou a ser obrigatório o registro do Cartão Nacional de Saúde e da CID-10 (Portaria SAS n. 643, de 17.05.2018). Contudo, também estão disponíveis informações de casos anteriores a maio de 2018, em que, seguindo as regras definidas para construção do painel, havia informação de diagnóstico registrado na Autorização de Internação Hospitalar (AIH) ou na Autorização de Procedimento de Alta Complexidade (APAC). Assim foi possível calcular o tempo de início do primeiro tratamento a partir de 2013 para estes casos.

¹⁷ Para informações mais detalhadas sobre a Nota técnica, consultar: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/painel_onco/doc/painel_oncologia.pdf

¹⁸ Para informações mais detalhadas sobre a CID-10, consultar o endereço: <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>.

Os dados apresentados no painel referem-se exclusivamente aos usuários que possuem Cartão Nacional de Saúde master.

Descrição das variáveis disponíveis para tabulação

Unidade da Federação da residência - permite selecionar os casos segundo Estado de residência cadastrado no Cartão Nacional de Saúde na data do exame diagnóstico.

Unidade da Federação do diagnóstico - Permite selecionar os casos segundo o Estado do estabelecimento que realizou o diagnóstico.

Unidade da Federação do tratamento - Permite selecionar os casos segundo o Estado do estabelecimento que realizou o tratamento oncológico.

Município da residência - Permite selecionar os casos segundo Município de residência cadastrado no Cartão Nacional de Saúde na data do exame diagnóstico.

Município do diagnóstico - Permite selecionar os casos segundo o Município do estabelecimento que realizou o diagnóstico.

Município do tratamento - Permite selecionar os casos segundo o Município do estabelecimento que realizou o tratamento oncológico.

Diagnóstico - refere-se à neoplasia (CID-10), informada no exame de diagnóstico, agrupada em três categorias: neoplasias malignas (Lei n. 12.732, de 22.11.2012), reúne os códigos de neoplasia maligna (C00-C97) excluindo as duas exceções que constam na referida Lei (códigos C44 e C73); neoplasias *in situ*, reúne os códigos D00-D09; e neoplasias de comportamento incerto ou desconhecido reúne os códigos D37-D48.

Diagnóstico detalhado - refere-se à neoplasia (CID-10) informada no exame de diagnóstico.

Sexo - Permite selecionar os casos segundo o sexo registrado no Cartão Nacional de Saúde.

Faixa etária - Permite selecionar os casos segundo a faixa etária especificada no momento do diagnóstico.

Idade - Permite selecionar os casos segundo a idade especificada no momento do diagnóstico. A idade é calculada a partir da diferença entre a data de diagnóstico e a data de nascimento, esta última registrada no Cartão Nacional de Saúde master.

Ano do tratamento - Refere-se ao ano do tratamento oncológico.

Modalidade terapêutica - Refere-se ao procedimento do primeiro tratamento. Podendo ser cirurgia, quimioterapia, radioterapia e ambos (quimioterapia+radioterapia com a mesma data de tratamento).

Estadiamento - Refere-se ao estadiamento registrado nos tratamentos de quimioterapia, radioterapia e ambos. A cirurgia não possui informação de estadiamento pois este tratamento é recuperado do Sistema de Informação Hospitalar (SIH), que não possui esta informação. A categoria "Não se aplica" se refere aos casos tratados por cirurgia e a categoria "Ignorado" se refere aos casos sem informação de tratamento

Tempo tratamento - Refere-se ao intervalo de tempo, em dias, calculado entre a data do exame diagnóstico e a data do primeiro tratamento. Estratificado em: 0 a

30 dias, 31 a 60 dias, mais de 60 dias e sem informação de tratamento. Nos procedimentos cirúrgicos é possível que o resultado diagnóstico seja posterior ao tratamento (cirurgia). Nesse caso, os mesmos são contabilizados no intervalo de tempo 0 a 30 dias desde que este tempo negativo não seja superior a 90 dias.

Tempo tratamento (detalhado) - Refere-se ao intervalo de tempo, em dias, calculado entre a data do exame diagnóstico e a data do primeiro tratamento. Estratificado em intervalos menores.

Estabelecimento de tratamento - Refere-se ao estabelecimento que informou o primeiro tratamento oncológico.

Estabelecimento de diagnóstico - Refere-se ao estabelecimento que informou o diagnóstico de neoplasia maligna.

Período disponível - Refere-se ao ano do diagnóstico.

Medidas - Refere-se aos casos de neoplasias malignas com informação de diagnóstico e/ou tratamento no SUS. Os casos resultaram de uma chave composta que reuniu o diagnóstico através da CID-10 e o Cartão Nacional de Saúde master.

Glossário

aluguel monetário mensal Valor monetário do aluguel do domicílio particular permanente alugado relativo ao mês de referência da pesquisa.

arranjo domiciliar Conjunto de pessoas residentes no mesmo domicílio.

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

Auxílio Brasil *Ver* Programa Auxílio Brasil

Auxílio Emergencial 2020 Benefício financeiro concedido pelo governo federal, de caráter mensal e temporário, com o objetivo de garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia de COVID-19. O benefício foi, inicialmente, concedido no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), ou no valor de R\$ 1 200,00 (mil e duzentos reais) para a mulher provedora de família monoparental (mãe solteira), conforme disposto no Decreto n. 10.288, de 22.03.2020, que regulamentou a Lei n. 13.979, de 06.02.2020.

Auxílio Emergencial 2021 Benefício financeiro concedido pelo governo federal, instituído por meio da Medida Provisória n. 1.039, de 18.03.2021, regulamentada pelo Decreto n. 10.661, de 26.03.2021, para enfrentamento da emergência de saúde pública durante a pandemia de COVID-19. Com início em abril de 2021, o benefício foi composto de quatro parcelas mensais no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), sendo que, na hipótese de pessoa que mora sozinha, o benefício foi composto de quatro parcelas mensais no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). A mulher provedora de família monoparental (mãe solteira) teve direito a quatro parcelas mensais no valor de R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais).

auxílios emergenciais relacionados à COVID-19 Quaisquer programas de transferência de renda criados, de forma emergencial, como resposta à pandemia de COVID-19, incluindo o Auxílio Emergencial 2020, instituído pela Lei n. 13.982, de 02.04.2020; os benefícios concedidos por meio do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído pela Lei n. 14.020, de 06.07.2020; e outros programas, inclusive estaduais ou municipais.

banheiro de uso exclusivo Cômodo com vaso sanitário e instalações para banho (chuveiro ou banheira), cujo uso não é compartilhado, no cotidiano, com moradores de domicílios vizinhos.

Benefício de Prestação Continuada Benefício previsto na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei n. 8.742, de 07.12.1993), no valor de um salário mínimo por mês, concedido ao idoso de 65 anos ou mais de idade ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. Para ter direito ao benefício, é necessário que o rendimento por pessoa do grupo familiar seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

benefícios de programas sociais Benefícios de programas de transferência monetária de renda que incluem o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada - BPC, e outros programas sociais governamentais, incluindo o Auxílio Emergencial e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, esse apenas em 2020.

Bolsa Família Ver Programa Bolsa Família

bônus demográfico Impulso ao crescimento econômico que pode ocorrer quando um país tem grande contingente populacional em idade ativa.

BPC Ver Benefício de Prestação Continuada

cargo gerencial (ou de direção) Grupo da Classificação Brasileira de Ocupações-Domiciliar - CBO-Domiciliar que inclui as ocupações classificadas no grupo 1: membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, e gerentes. A CBO-Domiciliar é uma adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, elaborada pelo então Ministério do Trabalho e Emprego, para as pesquisas domiciliares do IBGE.

classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento Classificação da população em ordem crescente da renda de interesse (rendimento domiciliar *per capita*, rendimento efetivo ou habitual do trabalho, entre outros). Como exemplo, tem-se a divisão em 15 classes ou grupos percentuais previamente definidos, tais como: até 5%, de 5% até 10%, mais de 90% até 95%, cada um dos quais contendo 5% da população; até 10%, mais de 10% até 20%, mais de 20% até 30%, mais de 30% até 40%, mais de 40% até 50%, mais de 50% até 60%, mais de 60% até 70%, mais de 70% até 80%, mais de 80% até 90%, mais de 90% até 100%, contendo, cada, 10% da população; mais de 95% até 99%, contendo 4% da população; e mais de 99% até 100%, contendo 1% da população. Assim, o primeiro quinto de renda possui

os 20% de unidades com os menores rendimentos, enquanto o último quinto possui os 20% de unidades com os maiores rendimentos. Um outro exemplo é a divisão em décimos de renda, na qual se obtêm 10 grupos, cada um dos quais com 10% das unidades desejadas. Nesse caso, o primeiro décimo de renda possui os 10% de unidades com os menores rendimentos, enquanto o último décimo possui os 10% de unidades com os maiores rendimentos. Em seguida, são calculadas as estatísticas de rendimento de cada classe.

condição de ocupação do domicílio Classificação do domicílio particular permanente, conforme a sua condição de ocupação pelos moradores, em: próprio de algum morador - já pago - para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que estava integralmente pago, independentemente da condição de ocupação do terreno; próprio de algum morador - ainda pagando - para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que não estava integralmente pago, independentemente da condição de ocupação do terreno; alugado - para o domicílio cujo aluguel era, total ou parcialmente, pago por morador; cedido - para o domicílio cedido gratuitamente por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora (parente ou não), ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação. Nessa condição, incluiu-se o domicílio cujo aluguel era integralmente pago, direta ou indiretamente, por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora; ou outra - para o domicílio ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas, como, por exemplo, no caso de invasão.

consumo final das famílias Despesa de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

cor ou raça Característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda ou indígena.

décimos de rendimento Ver classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento

distribuição funcional da renda Repartição da renda gerada no processo produtivo, considerando-se a função desempenhada pelos agentes nesse processo. A ótica da renda do Sistema de Contas Nacionais - SCN, elaborado pelo IBGE, identifica assim a parcela da renda gerada na economia, conforme a destinação: ao trabalho assalariado – remuneração; aos ganhos potenciais do capital – excedente operacional bruto; à parcela mista trabalho/capital que cabe ao trabalho autônomo – rendimento misto bruto; e aos governos – impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação.

divisão em percentis de renda Ver classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento.

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

domicílio cedido Condição de ocupação do domicílio particular permanente que não é de propriedade de nenhum de seus moradores, mas é ocupado por esses sem cobrança de aluguel, ainda que ocorra cobrança de outras taxas, como condomínio, gás, luz etc. Inclui-se, também, nesta categoria o domicílio cujo aluguel é pago diretamente por um não morador do domicílio. O domicílio cedido é classificado em: cedido por familiar, cedido por empregador, ou cedido de outra forma. *Ver também* condição de ocupação do domicílio.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O domicílio particular é classificado em: permanente - localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento ou cômodo); ou improvisado - localizado em unidade que não possui dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc. que esteja servindo de moradia.

domicílio particular improvisado *Ver em* domicílio particular

domicílio particular permanente *Ver em* domicílio particular

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, o ministro de igreja, o pastor, o rabino, o frade, a freira, e outros clérigos.

empregado com vínculo Pessoa ocupada com carteira de trabalho assinada, inclusive militares e funcionários públicos estatutários das três esferas de governo.

empregador Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

estratos geográficos e espaciais de Municípios Estratos formados, na Amostra Mestra¹, para que contenham Municípios com alguma similaridade ou com alguma relação entre eles e para que as áreas

¹ Amostra que corresponde a um conjunto de unidades de área a partir da qual é possível selecionar subamostras para atender a diversas pesquisas. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: https://www.ibge.gov.br/arquivo/projetos/sipd/SIPD_amostra_mestra_2010_e_amostra_PNAD_cont.pdf.

por eles definidas tenham algum significado geográfico e possam ser utilizadas como domínios de interesse.

estudante *Ver em* frequência à escola ou creche

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

expectativa de vida ao nascer Número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

força de trabalho Conjunto das pessoas de 14 anos ou mais de idade que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência.

força de trabalho ampliada Soma das pessoas que compõem a força de trabalho com a parcela das pessoas que se encontram na força de trabalho potencial.

força de trabalho potencial Conjunto das pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam potencial de se transformarem em força de trabalho. Esse contingente é formado por dois grupos: pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; e pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

frequência à escola ou creche Frequência a creche ou instituição de ensino em curso de pré-escola; alfabetização de jovens e adultos (AJA); ensino regular fundamental ou ensino médio, inclusive de educação especial; ensino médio normal; curso técnico de nível médio na modalidade integrada; curso de educação de jovens e adultos do ensino fundamental ou ensino médio (EJA); superior de graduação; especialização de nível superior; mestrado; ou doutorado. Considera-se, também, como frequentando escola a pessoa que estava temporariamente impedida de comparecer às aulas por motivo de doença, greve, más condições do tempo ou outra razão. Além de curso presencial, considera-se que frequentava escola a pessoa que cursava qualquer nível de ensino (fundamental, médio ou superior) na modalidade de educação a distância (EAD), ministrado por estabelecimento de ensino credenciado pelo Ministério da Educação para esse tipo de ensino.

horas trabalhadas no trabalho principal Número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal.

impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a expor-

tação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção, descontando os subsídios.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários, descontando os subsídios.

IDEB Ver Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica Indicador que reúne os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: a aprovação escolar, cujos dados são provenientes do Censo Escolar da Educação Básica, e as médias de desempenho nas avaliações, oriundas do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, ambos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

índice de Palma Medida de desigualdade relativa obtida a partir da razão entre o rendimento concentrado pelos 10% da população com os maiores rendimentos e o rendimento concentrado pela população com os 40% menores rendimentos. Para efeito do presente estudo, está sendo usado o rendimento real efetivo de todas as fontes.

índice (ou coeficiente) de Gini Medida de desigualdade relativa obtida a partir da Curva de Lorenz, que relaciona o percentual acumulado da população em ordem crescente de rendimentos (eixo x) e o percentual acumulado de rendimentos (eixo y). Quando os percentuais acumulados de população correspondem aos percentuais acumulados de rendimentos (10% da população com 10% dos rendimentos, por exemplo), tem-se a linha de perfeita igualdade. A Curva de Lorenz representa a distribuição real de rendimentos de uma dada população, tendo, em geral, formato convexo. Quanto mais afastada da linha de perfeita igualdade, mais desigual a distribuição. O índice de Gini é uma medida numérica que representa o afastamento de uma dada distribuição de renda (Curva de Lorenz) da linha de perfeita igualdade, variando de "0" (situação em que não há desigualdade) e "1" (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo).

jovens que não estudavam e que não estavam ocupados Indicador que inclui, simultaneamente: os jovens que não estudavam e estavam desocupados, ou seja, que buscavam emprego e estavam disponíveis para trabalhar; e os jovens que não estudavam e estavam fora da força de trabalho, ou seja, que não tomaram providências para conseguir trabalho, ou tomaram providências, mas não estavam disponíveis para trabalhar.

leito complementar Leito de internação destinado a paciente que necessita de assistência especializada, exigindo características especiais, como unidades de isolamento, isolamento reverso e unidades de tratamento intensivo e semi-intensivo.

leito de internação Cama com numeração e identificação destinada à internação de paciente em um hospital, localizada em quarto ou enfermaria. O leito de internação constitui o endereço exclusivo de um paciente durante a sua estadia no hospital e está vinculado a uma unidade de internação ou serviço, com vistas a atender a ambiência hospitalar necessária para a execução do processo assistencial, qualificado e humanizado, em conformidade com a Resolução n. 50, de 21.02.2002, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

leito de internação hospitalar Cama com numeração e identificação destinada à internação de paciente em um hospital, localizada em quarto ou enfermaria. O leito de internação hospitalar constitui o endereço exclusivo de um paciente durante a sua estadia no hospital e está vinculado a uma unidade de internação ou serviço.

leito hospitalar de observação Leito destinado a paciente sob supervisão multiprofissional para fins diagnósticos ou terapêuticos, por período inferior a 24 horas, não sendo considerado como leito hospitalar de internação.

linha de pobreza Recorte na distribuição de consumo ou rendimentos que separa as unidades de análise (pessoas, famílias, domicílios) em pobres e não pobres. Existem diversas metodologias para gerar linhas de pobreza; as mais comuns são as linhas absolutas (com valores numéricos específicos), as relativas (uma proporção da média ou mediana dos rendimentos, por exemplo), e as subjetivas (baseadas na percepção das pessoas).

morador Pessoa que tem o domicílio como local habitual de residência e nele se encontra na data de referência, ou que, embora ausente na data de referência, tem o domicílio como residência habitual, desde que essa ausência não seja superior a 12 meses em relação àquela data, em decorrência dos seguintes motivos: viagens (a passeio, a serviço, a negócio, de estudos etc.); internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em outro domicílio, pensionato, república de estudantes, visando facilitar a frequência à escola durante o ano letivo; detenção sem sentença definitiva declarada; internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; ou embarque a serviço (militares, petroleiros).

nível de ocupação Percentagem das pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

ônus excessivo com aluguel Categoria em que se classifica o domicílio particular permanente cujo valor do aluguel iguala ou supera a proporção de 30% da renda domiciliar mensal, exclusive o domicílio alugado sem rendimento no mês de referência.

paridade de poder de compra Medida utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países ou moedas, como alternativa à taxa de câmbio, que, em geral, varia em decorrência de mudanças

nos índices de preços, da volatilidade do mercado de capitais e da especulação. O fator de conversão de PPC é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos.

pobreza Condição de pessoas, famílias ou domicílios em situação de vulnerabilidade por não terem acesso a rendimentos, consumo ou a uma cesta de bens e serviços considerados essenciais para o sustento. A pobreza é um fenômeno multidimensional e pode ser medida com uma abordagem que dá conta de diversas dimensões de restrição de acesso. Ao mesmo tempo, a abordagem mais recorrente utiliza valores monetários, isto é, rendimentos ou consumo (pobreza monetária).

pobreza monetária Condição de pessoas, famílias ou domicílios que se encontram abaixo de uma linha de pobreza baseada em rendimentos monetários. A linha ou as linhas utilizadas podem ser únicas no País ou variar regionalmente, além de serem construídas segundo diversas metodologias. *Ver também* linha de pobreza.

população desocupada Pessoas de 14 anos ou mais de idade sem trabalho em ocupação na semana de referência que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

população em idade de trabalhar Pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.

população fora da força de trabalho Pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência.

população na força de trabalho Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas ou desocupadas na semana de referência.

população ocupada Pessoas de 14 anos ou mais de idade que, na semana de referência, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas Pessoas que, na semana de referência, atendiam a quatro condições: tinham 14 anos ou mais de idade; trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos; gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e

estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, trabalhador por conta própria, empregador, ou trabalhador auxiliar familiar.

PPC *Ver* paridade de poder de compra

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e c) da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

Programa Auxílio Brasil Programa de transferência de renda do governo federal, voltado às famílias em situação de extrema pobreza ou pobreza, tendo em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças, adolescentes e jovens. O Programa Auxílio Brasil foi instituído pelo Decreto n. 10 852, de 08.11.2021, que regulamentou a Medida Provisória n. 1 061, de 09.08.2021, posteriormente transformada na Lei n. 14 284, de 29.12.2021.

Programa Bolsa Família Programa de transferência de renda do governo federal que unificou e ampliou os vários programas de auxílio de renda, como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. O Programa Bolsa Família foi instituído pela Medida Provisória n. 132, de 20.10.2003, transformada na Lei n. 10.836, de 09.01.2004, e vigorou até novembro de 2021, sendo recriado por meio da Medida Provisória n. 1.164, de 02.03.2023, posteriormente transformada na Lei n. 14.601, de 19.06.2023.

Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda Programa criado pela Lei n. 14 020, de 06.07.2020, com o objetivo de reduzir os impactos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho, mediante duas frentes: redução da jornada de trabalho com a preservação da renda, com o valor do benefício variando conforme

o acordo estabelecido de redução de tal jornada; e suspensão do contrato de trabalho com pagamento de seguro-desemprego. Em ambos os casos, há previsão, na referida lei, de negociação entre empregador e empregado para a definição do valor a ser pago.

quintos de renda Ver classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento

quintos populacionais de rendimento Classificação da população em cinco classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento. Ver também classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento.

razão de cobertura dos leitos não disponíveis ao SUS Relação entre o número de leitos não disponíveis ao Sistema Único de Saúde - SUS e a população que possui cobertura de plano de saúde. Para o cálculo desse indicador, considera-se que a utilização de leitos não disponíveis ao SUS é feita, preponderantemente, via planos de saúde.

razão de dependência Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (pessoas menores de 15 anos de idade e pessoas de 60 anos ou mais de idade²) e o segmento etário potencialmente produtivo da população (pessoas de 15 a 59 anos de idade), em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A razão de dependência pode ser calculada, separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependente: para calcular a razão de dependência jovem e a razão de dependência de idosos, deve-se considerar no numerador, respectivamente, apenas os jovens (pessoas menores de 15 anos de idade) ou apenas os idosos (pessoas de 60 anos ou mais de idade), mantendo-se constante o denominador (pessoas de 15 a 59 anos de idade).

razão de rendimentos Relação entre os rendimentos médios mensais das pessoas de determinado grupo etário, com rendimento, em determinados estratos (normalmente décimos) populacionais ordenados em forma crescente de rendimentos. A razão 10/40 relaciona o rendimento médio dos 10% com os maiores rendimentos com o rendimento médio dos 40% com os menores rendimentos. A razão 20/20 relaciona o rendimento médio dos 20% com os maiores rendimentos com o rendimento médio dos 20% com os menores rendimentos.

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

rendimento do trabalho principal Rendimento do único trabalho que a pessoa tem na semana de referência. Para a pessoa que tem

² É comum que, para o cálculo deste indicador, sejam consideradas idosas as pessoas de 65 anos ou mais de idade, e potencialmente produtivas as pessoas de 15 a 64 anos de idade; no entanto, para manter a coerência com os demais indicadores e atender à Política Nacional do Idoso (Lei n. 8.842, de 04.01.1994), utilizam-se, no presente estudo, os seguintes parâmetros: 60 anos ou mais de idade para a população idosa e 15 a 59 anos de idade para a população potencialmente produtiva.

mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotam-se os seguintes critérios para definir o trabalho principal desse período: o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Este mesmo critério é adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona maior rendimento.

rendimento efetivo Rendimento bruto ou retirada bruta que a pessoa recebeu, de fato, no mês de referência, como pagamento dos trabalhos que tinha na semana de referência. O rendimento efetivo difere do habitual pois considera parcelas que não têm caráter contínuo (13º salário, 14º salário, férias, comissões, horas extras, bonificações, participação nos lucros etc.) e descontos ocasionais (falta, adiantamento de parcela do 13º salário etc.). A partir do 4º trimestre de 2015, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, mudou a captação do rendimento efetivo ao introduzir dois quesitos recordatórios.

rendimento habitual Rendimento bruto ou retirada bruta que a pessoa normalmente recebe como pagamento dos trabalhos que tinha na semana de referência. No rendimento habitual, não são considerados parcelas ou descontos esporádicos. No caso de remuneração variável, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganhava, em média, no mês em que se inseria a semana de referência. *Ver também* rendimento efetivo.

rendimento-hora do trabalho principal Média do rendimento do trabalho principal dividida pela média do número de horas trabalhadas.

rendimento mensal de outras fontes Rendimento mensal que compreende: a) o rendimento mensal, no mês de referência, normalmente recebido de jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL) ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos animais etc.; doação ou mesada proveniente de pessoa não moradora na unidade domiciliar; programa oficial de

auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada - BPC, entre outros); e b) o rendimento médio mensal, no mês de referência, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, captura os rendimentos de outras fontes efetivamente recebidos no mês atual.

rendimento mensal de todas as fontes Soma do rendimento do trabalho com o rendimento de outras fontes efetivamente recebido no mês.

rendimento mensal de trabalho Rendimento bruto (para o assalariado) ou retirada bruta mensal (para o empregador ou trabalhador por conta própria) habitualmente ou efetivamente recebidos em dinheiro, ou em produtos e mercadorias, como pagamento pelo trabalho de um mês completo em todos os trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência. Para os moradores classificados como assalariados, é captado o pagamento bruto recebido pelo empregado, militar ou trabalhador doméstico pelo trabalho de um mês completo, sem excluir o salário-família nem os descontos correspondentes à previdência social (regimes públicos ou privados), imposto de renda, faltas, empréstimos em consignação etc. Para a pessoa que explorava um empreendimento como trabalhador por conta própria ou empregador, é considerada a retirada mensal, a qual corresponde ao rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, coleta o rendimento normalmente recebido e o efetivamente recebido. *Ver também* rendimento efetivo.

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal domiciliar *per capita* Relação entre o rendimento mensal domiciliar e o número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento misto bruto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (trabalhadores por conta própria e empregadores autônomos), e que não pode ser identificada, separadamente, se proveniente do capital ou do trabalho.

rendimento nominal Rendimento reportado tal como é coletado, isto é, sem sofrer deflacionamento.

rendimento real Rendimento atualizado pela inflação para permitir uma comparação mais fidedigna no tempo. O rendimento real difere do rendimento nominal. Para efeito do presente estudo, todos os ren-

dimentos oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, foram deflacionados para reais médios de 2022 por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, também calculado pelo IBGE.

SADT Ver unidade de serviço de apoio diagnóstico e terapêutico

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para efeito do presente estudo, foi utilizado o seguinte critério para o cálculo dos rendimentos em salários mínimos: com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, os rendimentos coletados foram deflacionados para reais médios do último ano da série, 2023, e, na sequência, esses valores foram, então, comparados com o salário mínimo vigente, R\$ 1 320,00 (mil trezentos e vinte reais).

situação do domicílio Classificação da localização do domicílio em urbana ou rural, definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.

subocupação por insuficiência de horas trabalhadas Condição em que o trabalhador exerce um número de horas trabalhadas inferior a 40 horas semanais, possui disponibilidade para trabalhar mais horas, seja em um segundo trabalho, seja substituindo o trabalho atual por um outro em que tenha carga horária maior, e tem interesse em trabalhar mais horas.

taxa ajustada de frequência escolar líquida Percentagem das pessoas que frequentam o nível de ensino adequado à sua faixa etária, ou já haviam concluído esse nível, de acordo com a organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total das pessoas da mesma faixa etária.

taxa bruta de mortalidade Razão entre o número de óbitos acumulados no ano e a população residente total, por mil ou 100 mil habitantes.

taxa composta da subutilização da força de trabalho Percentagem das pessoas subocupadas por insuficiência de horas somadas às pessoas desocupadas e à força de trabalho potencial, em relação à força de trabalho ampliada.

taxa de conclusão do ensino fundamental Percentagem das pessoas com 3 a 5 anos acima da idade esperada para frequência ao último ano do nível selecionado que completaram esse nível. No caso do ensino fundamental, representa a proporção das pessoas de 17 a 19 anos de idade que concluíram o ensino fundamental.

taxa de conclusão do ensino médio Percentagem das pessoas com 3 a 5 anos acima da idade esperada para frequência ao último ano do nível selecionado que completaram esse nível. No caso do ensino

médio, representa a proporção das pessoas de 20 a 22 anos de idade que concluíram o ensino médio.

taxa de conclusão dos anos iniciais do ensino fundamental Percentagem das pessoas com 3 a 5 anos acima da idade esperada para frequência ao último ano do nível selecionado que completaram esse nível. No caso dos anos iniciais do ensino fundamental, representa a proporção das pessoas de 13 a 15 anos de idade que concluíram os anos iniciais do ensino fundamental.

taxa de desocupação Percentagem das pessoas desocupadas em relação à força de trabalho.

taxa de fecundidade total Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos.

taxa de frequência escolar bruta Percentagem das pessoas de um determinado grupo etário que frequentam escola em relação ao total das pessoas do mesmo grupo etário.

taxa de incidência Razão entre o número de casos novos diagnosticados de uma doença ou morbidade e a população residente total, por 100 mil habitantes.

taxa de informalidade nos contratos de locação residencial Percentagem da população residente em domicílios alugados cujo contrato de locação é apenas verbal.

taxa de participação na força de trabalho Percentagem das pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar.

tempo de deslocamento ao trabalho principal Duração habitual do deslocamento ao trabalho principal das pessoas que efetivamente realizam tal percurso, a partir de casa, ou a partir do local de estudo.

trabalhador familiar auxiliar Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era trabalhador por conta própria, empregador ou empregado.

trabalhador por conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

trabalho Exercício de: a) trabalho em ocupação - trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens e serviços; ou trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, realizado em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, que recebe em conjunto a remuneração pelo trabalho; b) trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo das pessoas moradoras do domicílio ou

de parentes que residem em outro domicílio; c) trabalho voluntário; d) trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas; ou e) trabalho nos afazeres domésticos.

trabalho formal Condição compreendida pelos empregados com carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos estatutários, militares, trabalhadores por conta própria, e empregadores que contribuem para a previdência social.

trabalho informal Condição compreendida pelo conjunto de ocupações relacionadas a empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social, empregadores que não contribuem para a previdência social, e trabalhadores familiares auxiliares.

trabalho principal Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa com mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tem mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona o maior rendimento.

unidade de serviço de apoio diagnóstico e terapêutico Unidade isolada onde são realizadas atividades que auxiliam a determinação do diagnóstico e/ou complementam o tratamento e a reabilitação do paciente.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Cristiane dos Santos Moutinho

Coordenação Geral da Síntese de Indicadores Sociais

Leonardo Queiroz Athias

Denise Guichard Freire

Revisão final dos textos

Leonardo Queiroz Athias

Claudio Dutra Crespo

Clícian do Couto Oliveira

Daniel Spitalnik Nathan

Programação, processamento e tabulação dos resultados

Paulo César Dick

Isabel Luzia Nori dos Santos

Elaboração dos Mapas

Leonardo Queiroz Athias

Análise dos resultados

Estrutura econômica e mercado de trabalho

André Geraldo de Moraes Simões

Denise Guichard Freire

Padrão de vida e distribuição de rendimentos

André Geraldo de Moraes Simões

Bruno Mandelli Perez

Denise Guichard Freire

Educação

Betina Fresneda

Condições de Saúde

Clícian do Couto Oliveira

Condições de vida segundo estratos geográficos

Leonardo Queiroz Athias

Colaboradores

Evelyn Andrea Arruda Pereira

Projeto Editorial**Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção Editorial e Gráfica**

Ednalva Maia do Monte

Gerência de Editoração**Estruturação textual**

Leonardo Martins

Diagramação tabular e de gráficos

Aline Carneiro Damacena

Solange Maria Mello de Oliveira

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual

Fernanda Jardim

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Marisa Sigolo

Gerência de Sistematização de Conteúdos Informativos**Pesquisa e normalização documental**

Ana Raquel Gomes da Silva

Daniela Rangel Granja

Lioara Mandoju

Marcos Paulo Braz Cruz (estagiário)

Solange de Oliveira Santos

Padronização de glossários e elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Newton Malta de Souza Marques

Gerência de Impressão, Acabamento e Logística

Edmilson Ramos Raya

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



www.ibge.gov.br 0800 721 8181

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS

UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

2024

Esta publicação reúne informações sobre as condições de vida da população brasileira, acompanhadas de comentários que destacam, para cada dimensão de análise, algumas das principais características observadas nos diferentes grupos populacionais. Seus indicadores ilustram a heterogeneidade da sociedade sob a perspectiva das desigualdades sociais e estão organizados em cinco capítulos.

O capítulo **Estrutura econômica e mercado de trabalho** relaciona os resultados dessa esfera ao comportamento da economia no período mais recente e ressalta as principais desigualdades estruturais identificadas. Para tal, traça o perfil das pessoas que, majoritariamente, se mantêm na informalidade, na subocupação, na desocupação, ou são excluídas da força de trabalho, sobretudo aquelas consideradas mais vulneráveis. Também explora características dos jovens que não estudam e não estão ocupados.

O capítulo **Padrão de vida e distribuição de rendimentos** fornece subsídios para o estudo de dimensões centrais na determinação das condições de vida: as desigualdades de rendimentos e a pobreza monetária. Alinhado ao anterior, avalia o comportamento desses indicadores relativamente às mulheres e crianças, bem como aos jovens e às pessoas de cor ou raça preta ou parda, e, complementarmente, aborda as condições de moradia da população, cuja apreciação, multidimensional, contempla não apenas a estrutura física dos domicílios, mas também outros indicadores, à luz das medidas de pobreza do Banco Mundial.

O capítulo **Educação** apresenta indicadores de frequência e atraso escolares, ainda sob os impactos da pandemia de COVID-19, entre outros relacionados ao tema.

O capítulo **Condições de saúde** explora os aspectos econômicos e sociais que influenciam o bem-estar em saúde, o envelhecimento, bem como a morbidade e a mortalidade que atingem, de forma diferenciada, a população e examina o seu acesso potencial a bens e serviços de saúde, assim como as desigualdades territoriais observadas quanto ao atendimento de suas necessidades.

Com vistas a ampliar as potencialidades de estudo dos temas selecionados nesta edição, o capítulo **Condições de vida segundo estratos geográficos** analisa, experimentalmente, alguns indicadores que têm como fonte primária a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, sob um recorte geográfico desenvolvido para fornecer maior granularidade espacial às informações investigadas pela pesquisa.

Além da PNAD Contínua, outras fontes institucionais e externas contribuem para delinear um painel multifacetado da realidade social brasileira, por temporalidades e desagregações territoriais variadas, sendo a comparação com outros países pautada em indicadores internacionais relevantes.

A publicação também está acessível no portal do IBGE na Internet, que oferece, ainda, o plano tabular completo dos temas pesquisados.



ISBN 978-85-240-4641-4



9 788524 046414